



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Ano de implantação: **2026**

Sinop/MT



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"

REITORA: Vera Lúcia da Rocha Maquêa

VICE-REITOR: Alexandre Gonçalves Porto

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Nilce Maria da Silva

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP

Endereço: Av. dos Ingás, 3001, Jardim Imperial – Sinop/MT. CEP

DIRETOR POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

DIRETOR: Dr. Júlio César Beltrame Benatti

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM

DIRETORA: Dr. Henrique Roriz Aarestrup Alves

E-mail: fachlin.sinop@unemat.br

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

COORDENADOR: Dr. José Luiz Muller

E-mail: pedagogia.sinop@unemat.br

COLEGIADO DO CURSO:

José Luiz Muller (Presidente)

Alceu Zoia

Elizangela Gomes dos Santos Siebiger

João Batista Lopes da Silva

Ralf Hermes Siebiger

Ivone Jesus Alexandre

Jean Carlos Crizostomo de Souza

Maria do Carmo Lopes Branco

Cristiano Dos Santos Torres

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Edneuzza Alves Trugillo - (Coordenador do NDE)

José Luiz Muller (Presidente do NDE)

Aumeri Carlos Bampi

Sandra Pereira de Carvalho

Ivone Jesus Alexandre



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Pedagogia
Ano de Criação	1990
Ano de implantação do currículo anterior	2015
Data de adequação do PPC	Julho de 2025
Grau conferido	Licenciado
Título acadêmico conferido	Licenciado em Pedagogia
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo mínimo de integralização	8 semestres+
Tempo máximo de integralização	10 semestres
Carga horária total	3.630 horas
Carga horária presencial	2595 horas
Carga horária à distância	585 horas
Carga horária de extensão	330 horas
Carga horária eletiva	120 horas
Número de vagas oferecidas	40 por semestre
Turno de funcionamento	Noturno (Com atividades de estágio e extensão diurnas)
Forma de ingresso	Vestibular da UNEMAT, SISU e Edital de Ocupação de Vagas Remanescentes.
Atos legais de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso	Curso avaliado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso no ano de 2012 – Portaria nº. 015/2012-CEE/MT D.O.E 02/07/2012, pelo período de cinco anos. A Renovação de Reconhecimento do Curso por mais cinco anos, a partir de 24 de abril de 2017, pela Portaria nº. 44/2017-GAB/CEE-MT, Processo 245906/2017.
Regime de matrícula	Semestral, por componente curricular
Unidade Acadêmica de vínculo do curso	Câmpus Universitário de Sinop Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
Local de funcionamento	Av. dos Ingás, 3001, Jardim Imperial – Sinop/MT



SUMÁRIO

1 CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	7
1.1 Histórico da Universidade do Estado de Mato Grosso	7
1.1.1 Inserção estadual	9
1.2 Histórico do curso	11
1.3 Atos jurídico-administrativos do curso de Licenciatura em Pedagogia	11
1.4 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico de Curso	11
1.5 Fundamentação teórico-metodológica	14
1.5.1 Docência	14
1.5.2 Pesquisa educacional	14
1.5.3 Gestão Educacional	14
1.6 Objetivos do curso	15
1.7 Perfil do egresso	15
1.8 Áreas de Atuação do Egresso	16
1.9 Habilidades e Competências	17
3. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	19
3.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	19
3.2 Integração com a Pós-graduação	19
3.3 Mobilidade estudantil e internacionalização	19
3.4 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem	20
3.5 Educação Inclusiva	21
3.5.1 Educação Especial	23
3.6 Educação para os direitos humanos	25
3.7 Educação para as relações étnico-raciais	26
3.8 Educação ambiental	27
3.9 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	28
4. ESTRUTURA CURRICULAR	31
4.2 Formação teórica articulada com a prática	31
4.2.1 Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares	32
4.2.2 Sistema de créditos	32
4.2.3 Oferta de créditos na modalidade a distância	33
4.3 Núcleos de Formação	34



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



4.3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia - Resolução CNE/CP nº 01/2006	34
4.3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica - Resolução CNE/CP nº 04/2024	36
4.3.3 Unidades curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT	37
4.4 Distribuição dos componentes curriculares e da carga horária conforme os núcleos previstos na Resolução CNE/CP 4/2024	38
4.4.1 Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)	38
4.4.2 Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)	40
4.4.3 Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	41
4.4.4 Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	42
4.4.5 Eletivas livres	42
4.4.6 Resumo da estrutura curricular	43
4.4.7 Matriz curricular por semestre letivo	43
4.4.8 Pré-requisitos entre componentes curriculares	46
5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	47
5.1 Estudos Teóricos	49
5.2 Estágio Supervisionado	49
5.2.1 Objetivos	49
5.2.2 Justificativa	49
5.2.3 Orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estágio Curricular Supervisionado	50
5.2.4 O Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de licenciatura na UNEMAT	50
5.2.5 Metodologia	50
5.2.6 O campo de atividades do Estágio Curricular Supervisionado	50
5.2.7 Atividades de Estágio Curricular Supervisionado e carga horária	51
5.2.8 Das atribuições do coordenador e dos professores de Estágio Curricular Supervisionado	52
5.3 Pesquisa Educacional	52
5.3.1 Linhas de Pesquisa	52
5.4 Trabalho de Conclusão de Curso	53
5.4.1 Aspectos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso	59
5.4.2 Das Atribuições	59
5.4.3 Atribuições dos professores das disciplinas de TCC	59



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



5.4.4 Das atribuições dos professores orientadores	60
5.5 Atividades Curriculares de Extensão	60
5.5.1 Bases e diretrizes da extensão na UNEMAT	60
5.5.2 Curricularização da extensão na UNEMAT	60
5.6 Jornadas Pedagógicas	60
5.7 Avaliação	61
7 QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO	63
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	65



1 CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Nas seções seguintes será abordado esse histórico, a justificativa da necessidade social do curso e seu processo de elaboração. Também serão abordadas a fundamentação legal deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como sua fundamentação teórico-metodológica. E, na sequência, será apresentado o perfil do egresso, as principais áreas de atuação e as habilidades e competências requeridas para este/a profissional licenciado/a em Pedagogia.

1.1 Histórico da Universidade do Estado de Mato Grosso

No dia 20 de julho de 1978 foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que traz em sua história a marca de ter nascido no interior. Com base na Lei nº 703, foi publicado o Decreto Municipal nº 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social, com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa. Passou a funcionar como Entidade Autárquica Municipal em 15 de agosto do mesmo ano.

Por meio do Decreto Federal nº 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos ministrados pelo Instituto. Em 1985, com a Lei Estadual nº 4.960, de 19 de dezembro, o Poder Executivo institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visa promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

Em 1989, pela Lei Estadual nº 5.495 de 17 de julho, alterou-se a Lei nº 4.960 e, atendendo às normas da legislação de Educação, passa a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres – FCESC. Em 1992, por intermédio da Lei Complementar nº 14 de 16 de janeiro de 1992, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passou a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso – FESMAT, cuja estrutura organizacional, alterada pelo Decreto nº 1.236 de 17 de fevereiro de 1992, foi implantada a partir de maio de 1993.

A expansão da instituição para outras regiões de Mato Grosso ocorreu na década de 1990, com a abertura de núcleos. O primeiro a ser criado é o de Sinop em 1990, os de Alta Floresta, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda e Luciara em 1991, Barra do Bugres e Colíder em 1994, Tangará da Serra em 1995, e Juara em 1999 (entrando em efetivo exercício em 2001).

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar nº 30, instituiu-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT) com sede administrativa e foro no município de Cáceres, transformando em câmpus os antigos núcleos pedagógicos. Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso homologou e aprovou os Estatutos da FUNEMAT e da UNEMAT por meio da Resolução nº 001/95-CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14 de março de 1996.

Em 10 de agosto de 1999, a Universidade foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação por 05 (cinco) anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica. Recredenciada pelas Portarias: Nº 064/2005 – CEE/MT de março de 2005 por um período de 05 (cinco) anos; Nº 002/2012-GAB/CEE/MT de março de 2012 por 06 (seis) anos; e Nº 037/2018-GAB/CEE-MT de



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



março de 2018, que foi retificada pela Portaria Nº 090/2021-GAB/CEE-MT de setembro de 2021 para correção do período de credenciamento, contemplando o ciclo avaliativo de 2019-2026.

Em setembro de 2013, a UNEMAT recebeu em transferência os cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Educação Física e Administração que eram oferecidos pela Uned (Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino) e, em dezembro do mesmo ano, a UNEMAT assumiu os cursos da União do Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova). Em ambos os casos, a instituição recebeu também a transferência dos bens móveis e imóveis. Com as novas aquisições, a UNEMAT passa a abranger 13 câmpus universitários em sua estrutura.

Porém, apenas em 2022, por meio da aprovação do Projeto de Lei Complementar 19/2022, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, estabeleceram-se as funções gratificadas para Profissionais Técnicos e Docentes em cargos de gestão em ambas as unidades.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, criada pela Lei Complementar nº 30 de 15 de dezembro de 1993, modificada pelas Leis Complementares nº 319 de 30 de junho de 2008 e nº 689 de 20 de maio de 2021, passou então a denominar-se Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” – UNEMAT.

Como mencionado na Seção 1.1, atualmente a UNEMAT possui 13 câmpus, 31 núcleos pedagógicos e 28 polos educacionais de Educação a Distância. Cerca de 18 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos de oferta contínua, 39 cursos ofertados em modalidades diferenciadas e 81 cursos de ensino a distância (EaD). A instituição conta com 28 Programas de Pós-graduação Stricto Sensu aprovados pela Capes. Estes programas contemplam 32 cursos de Pós-graduação Stricto Sensu, sendo no total 22 Mestrados (11 mestrados acadêmicos, 01 mestrado profissional e 10 mestrados profissionais em rede) e 10 doutorados (07 doutorados acadêmicos institucionais e 03 doutorados acadêmicos em rede).

A UNEMAT, desde sua criação, desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e às demandas específicas do Estado, tanto para formação de professores como para formação de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

O Programa Parceladas da UNEMAT foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com objetivo de atender às demandas de formação de professores em diferentes regiões de Mato Grosso. O modelo de formação presencial oferecido em regime parcelado ou em regime contínuo serviu de exemplo para outras universidades brasileiras.

O ensino a distância passou a ser ofertado pela UNEMAT em 1999, com o objetivo inicial de formar professores da rede pública nos cursos de Pedagogia e Educação Infantil. A partir de 2008, a instituição integrou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), passando a ofertar cursos que beneficiam toda a comunidade. Em 2010, a UNEMAT passou a oferecer, por meio da UAB, cursos de bacharelados e atualmente também oferta cursos de especialização lato sensu em diferentes áreas.

Por meio da Diretoria de Educação Indígena, atual Faculdade Indígena Intercultural, a UNEMAT passou a ofertar, a partir de 2001, cursos de licenciaturas específicos e diferenciados para mais de 30 etnias. Os cursos são oferecidos no Câmpus Universitário de Barra do Bugres.



1.1.1 Inserção estadual

Sediada em Cáceres, a 220 km a oeste da capital Cuiabá, a Universidade do Estado de Mato Grosso atua em grande parte do interior do estado, graças ao seu programa de expansão iniciado no ano de 1990, quando foram instalados no município de Sinop-MT, a 500 km ao norte da capital, os cursos de Pedagogia, Letras e Matemática. O objetivo do referido programa de expansão foi o de sanar um entre tantos problemas crônicos do Estado, a falta de professores formados para atender à educação básica.

Institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITECI e, por meio do Conselho Estadual de Educação – CEE/MT, tem seus atos de legalidade reconhecidos para o ensino de graduação, tanto para os cursos de entrada contínua como para os cursos de oferta de modalidades diferenciadas. Ao longo do seu funcionamento, a UNEMAT apresenta uma somatória de experiências didático-científico-pedagógicas e administrativas que a projeta como uma instituição indispensável ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, desempenhando um papel essencialmente social no Estado, capaz de alicerçar a base humana regional na afirmação de melhores condições de vida da população e na garantia de padrões éticos de justiça e equidade.

Nesse processo, uma preocupação constante da UNEMAT tem sido ampliar sua atuação no cenário mato-grossense, por meio do desenvolvimento de pesquisas e da qualificação de seu quadro docente, bem como da oferta de programas lato sensu e stricto sensu a toda a comunidade, contribuindo com a formação do espírito crítico, para responder, sobretudo, aos problemas de Mato Grosso, visto que os seus 13 Câmpus Universitários, 31 Núcleos Pedagógicos e 28 Polos Educacionais de Ensino a Distância estão distribuídos em três biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia; e nas bacias hidrográficas do Prata, Amazônica e Araguaia, caracterizando uma diversidade biológica e social ímpar no Brasil.

Assim, resultante da política de investimento na qualificação dos docentes, para atender à demanda de um estado-continente, a UNEMAT apresenta um quadro de 755 docentes efetivos, sendo 479 doutores, 243 mestres e 33 graduados. A UNEMAT conta atualmente com 178 projetos de pesquisas institucionalizados, distribuídos em 127 grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ, além de 19 núcleos de pesquisas e 15 Centros de Pesquisas. Todos esses projetos envolvem professores-pesquisadores e alunos bolsistas, cuja investigação se assenta sobre questões de relevância para a construção do conhecimento científico, visando contribuir com o desenvolvimento regional e nacional, com apresentação de alternativas que possam interferir positivamente na sociedade mato-grossense.

Os esforços envidados para garantir a qualidade do ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de tais atividades, que contemplam desde o provimento de infraestrutura para os laboratórios de ensino de graduação e pós-graduação, até grupos de pesquisa e a pós-graduação, são contínuos. Nesta perspectiva, a UNEMAT atende aproximadamente 19 mil alunos nas diferentes modalidades de ensino de graduação e 1.189 alunos na pós-graduação lato sensu e stricto sensu. São ofertados à comunidade cursos de graduação de oferta contínua e cursos de modalidades diferenciadas (faculdade indígena; modalidade parceladas e cursos fora de sede), PARFOR (1ª e 2ª licenciaturas); 27 cursos de pós-graduação lato sensu; 32 cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo 11 Mestrados Acadêmicos Institucionais: Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (Tangará da Serra), Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos (Alta Floresta), Ciências Ambientais (Cáceres), Ecologia e Conservação (Nova Xavantina), Educação (Cáceres), Ensino de Ciências e Matemáticas (Barra do Bugres), Estudos Literários (Tangará da Serra), Genética e Melhoramento de Plantas (Tangará da Serra), Geografia (Cáceres), Letras (Sinop),



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Linguística (Cáceres); 10 mestrados profissionais em Rede: PROFEI – (Sinop), PROFBIO (Tangará da Serra), PROFHISTÓRIA (Cáceres), PROFAGUA (Cuiabá), PROFLETRAS – com duas unidades (Cáceres e Sinop), PROFMAT – com duas unidades (Sinop e Barra do Bugres), PROFNIT (Cuiabá e Sinop); e 01 mestrado profissional institucional: Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECH (Barra do Bugres); 04 Doutorados Institucionais: Ciências Ambientais (Cáceres), Ecologia e Conservação (Nova Xavantina), Estudos Literários (Tangará da Serra), Linguística (Cáceres) e 03 Doutorados em Rede: Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Rede PROCENTROOESTE); Educação em Ciências e Matemática (REAMEC); Biotecnologia e Biodiversidade (Rede Bionorte); e 03 Doutorados Interinstitucionais em parceria com outras IES do país, cujo objetivo principal é qualificar os servidores da nossa instituição: Ciências Contábeis (com a UNISINOS), Comunicação (com a UERJ) e Enfermagem Psiquiátrica (com a USP).

Ressalta-se que os programas e cursos de pós-graduação institucionais contam com o apoio da CAPES, por meio de custeios do programa AUXPE, além do custeio via recursos internos da própria UNEMAT. Por outro lado, recursos extraordinários são frequentemente pleiteados pelos programas de pós-graduação, por meio de editais Pró-equipamentos da Capes e também por meio de editais de financiamento para projetos de pesquisa que, além da possibilidade de aquisição de material permanente, possibilitam a oferta de bolsas aos discentes. Nesse sentido, atualmente são ofertadas 171 bolsas aos discentes da pós-graduação da UNEMAT, sendo 110 bolsas de mestrado, 61 bolsas de doutorado e uma bolsa de pós-doutorado. Além disso oferta 40 Auxílios: 07 Auxílios Internet, 02 Auxílios Eventos e 31 Auxílios Inclusão Digital foram disponibilizados aos discentes da pós-graduação.

Por fim, as atividades de extensão compõem o tripé ensino-pesquisa-extensão que, juntas, são responsáveis pelo grande impacto social e econômico que a UNEMAT exerce sobre o Estado de Mato Grosso. Atualmente, encontram-se institucionalizados 448 projetos de extensão, que contam com cerca de 132 bolsistas extensionistas, além de 167 cursos de extensão realizados no ano de 2021, que atenderam um total de 13.325 cidadãos mato-grossenses. Ainda na perspectiva da extensão, a UNEMAT conta com nove empresas juniores e 340 eventos realizados, totalizando 91.655 pessoas atendidas apenas no ano de 2021.

A importância da colaboração mútua e das contribuições feita para a sociedade pelas Instituições de Ensino Superior incentiva a UNEMAT a realizar ações para a promoção da difusão do conhecimento, da cultura e auxiliar no fortalecimento da graduação e da pós-graduação stricto sensu em nível nacional e internacional. Para alcançar este objetivo, foram firmados acordos de cooperação com entidades nacionais e internacionais, como mecanismos que contribuíram para a produção e difusão do conhecimento ao integrar docentes e discentes com outras instituições, possibilitando a ampliação da pesquisa.

Considera-se como resultados dessas parcerias: o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação nos estudos e elaboração de projetos de interesse para o desenvolvimento regional, através da ciência, tecnologia e inovação; a flexibilidade e mobilidade docente e estudantil em programas acadêmicos; e a cooperação científica e pedagógica com a troca de experiências, tendo em vista o desenvolvimento e fortalecimento de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

1.2 Histórico do curso

O Curso Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Sinop da Universidade do Estado de Mato Grosso foi criado em setembro de 1990 para atender demandas educacionais da



região centro norte do estado. Desde sua criação este curso vivenciou processos de reformas curriculares. O primeiro desencadeado oficialmente no ano de 1994 e implantado em 1997. O segundo teve início em 2004 que resultou na implantação de um novo projeto curricular pedagógico no ano de 2007. O terceiro, implementado em 2015, por meio da Resolução 058/2015-CONEP. Todos os processos foram gestados no interior do próprio curso pelo coletivo de professores e alunos que dele participavam.

Neste atual projeto pedagógico, com proposta de implementação no primeiro semestre de 2026, houve um processo de discussão iniciado pelo Núcleo Docente Estruturante, o qual foi posteriormente ampliado para todos os docentes do curso.

1.3 Ato jurídico-administrativo do curso de Licenciatura em Pedagogia

RESOLUÇÃO Nº 058/2015 – CONEP

Reconhecimento: Curso avaliado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso no ano de 2012 – Portaria nº. 015/2012-CEE/MT D.O.E 02/07/2012, pelo período de cinco anos.

A Renovação de Reconhecimento do

Curso por mais cinco anos, a partir de 24 de abril de 2017, pela Portaria nº. 44/2017-

GAB/CEE-MT, Processo 245906/2017.

PORTARIA Nº 041/2023/GAB/CEE-MT - Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado-UNEMAT, nos termos do disposto no Art. 46 da Resolução Normativa 007/2021--CEE/MT e dos Art. 7º e 8º da Resolução Normativa 01/2017-CEE/MT, válida até a publicação do CPC do Ciclo avaliativo referente ao ano de 2024.

1.4 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico do Curso

Inserir a Instrução Normativa que ainda saiu.

O curso de Licenciatura em Pedagogia se fundamenta nos seguintes dispositivos legais:

a) Legislação Federal

- Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



- Decreto nº 7.724, de 16 de março de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância Reconhecimento Renovação de Reconhecimento – INEP (2017).
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: CNE, 2006.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática.
- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

b) Legislação Estadual

- Resolução Normativa n.º 007/2021/CEE-MT. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso.

c) Normativas institucionais

- Instrução Normativa nº 003/2019 - UNEMAT. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2028: relatório final.
- Resolução nº 001/2010 – CONSUNI. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Resolução nº 001/2024 – CONEPE. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT.
- Resolução nº 015/2024 – CONEPE. Dispõe sobre a criação e as atribuições do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado.



- Resolução nº 029/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT.
- Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
- Resolução nº 048/2026 – CONSUNI. Aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Resolução nº 100/2015 – CONEPE. Aprova alteração na Resolução nº 028/2012-CONEPE e 029/2012-CONEPE, que dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT.

1.5 Fundamentação teórico-metodológica

O curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop estabelece seus princípios com base no parágrafo único do art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2006:

I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

1.5.1 Docência

A docência é o eixo formativo primordial para a Pedagogia. Este princípio busca assegurar que a formação docente congregue-se para as práticas, que promova reflexões das e sobre as ações docentes resultando em estudos e análises do ato de ensinar, desde as rotinas escolares até as questões teóricas e metodológicas. E conforme estabelece o documento das DCNs a docência é compreendida de forma ampla como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares construídos em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2006).

1.5.2 Pesquisa educacional

A pesquisa não somente recebe distinção em disciplinas da área da Metodologia de Pesquisa, mas perpassa toda discussão e produção de conhecimento no decorrer do curso, convergindo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC.

Este princípio configura-se como mecanismo do currículo para que o aluno de Pedagogia construa um repertório de saberes para mediar relações teoria e prática; reflita na e sobre a educação;



teorize práticas pedagógicas, conflitos presentes na educação formal e não formal, e situações escolares; e, produza leituras acerca de contradições inerentes a processos educacionais.

1.5.3 Gestão Educacional

A gestão educacional além de ser contemplada em disciplinas específicas também perpassa todas as fases formativas e busca construir saberes e práticas acerca do planejar, coordenar e avaliar processos de formação educacional convergindo para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para escolas da educação infantil e do ensino fundamental.

Este princípio é base na construção de sentidos para os estudos teóricos acerca da educação, promovidos no decorrer do curso envolvendo a política educacional macro, meso e micro, os conceitos de gestão democrática até as rotinas escolares em suas diversidades e complexidades; compreendendo que gestão educacional se faz com a participação de sujeitos sociais nas mais diversas instituições, instâncias que promovem formação humana.

1.6 Objetivos do curso

1.6.1 Objetivo Geral

Formar pedagogo para a docência na Educação Infantil; nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; e na gestão de processos educativos que envolvem: planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação, comprometido com a educação local, regional e nacional e com a realidade social nas suas multidimensões.

1.6.2 Objetivos específicos

- Capacitar sujeitos (históricos) do processo ensino aprendizagem a pensar e refletir questões universais, tendo como ponto de partida saberes que os constituem, as suas realidades, os seus lugares, as suas identidades e as suas culturas.
- Formar pessoas como sujeitos de direito, com capacidade de articulação, de organização e de decisão sobre suas vidas.
- Possibilitar por meio de processos de aprendizagem, de ensino, pesquisa e extensão, a produção de novos conhecimentos que sustentem as lutas pela conquista da qualidade de vida.
- Fornecer bases teóricas para a compreensão do processo educativo, seus fundamentos e intervenções relativas à diversidade e pluralidade conceituais e metodológicas.
- Propiciar domínio, com perspectiva interdisciplinar, dos conceitos fundamentais das áreas de atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Ciências Naturais, Ciências Sociais, Matemática e Linguagem.
- Constituir uma práxis da ação educativa a fim de estar reconstruindo, constantemente, o fazer pedagógico.



- Problematicar as diversas concepções e práticas de ensino, inerentes às diversas áreas do conhecimento, construindo olhares reflexivos/investigativos, que sustentem e permitam a criação de práticas interventivas, nas interações da escola com a comunidade.
- Possibilitar a constituição de relações entre professores/alunos/conhecimentos que considerem professores e alunos no espaço escolar e comunitário como sujeitos no processo de conhecimento e na organização da vida comunitária.

1.7 Perfil do egresso

Amparado nas DCNs para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017) e para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), o projeto para o Curso de Pedagogia da UNEMAT Campus Sinop, indica que o Licenciado em Pedagogia é um profissional da área da Educação preparado para desempenhar funções de docência para a Educação Básica: Base Comum Curricular Nacional na Educação Infantil; nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; e de gestão de processos educativos que envolvem: planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação.

O perfil proposto para o egresso do Curso de Pedagogia se consolida com base em um repertório de saberes teóricos e práticos que possibilitam:

- assumir postura ético-profissional na educação para a construção e efetivação de uma sociedade justa, solidária e inclusiva;
- compreender de forma ampla e consistente o fenômeno educativo em diferentes âmbitos e especificidades;
- compreender o processo de construção do conhecimento que se dá a partir de vivências em contextos específicos e diversos;
- compreender a instituição escola como organização complexa que promove educação formal e sistematizada;
- valorizar, respeitar e compreender diferentes linguagens manifestas na sociedade contemporânea;
- desenvolver postura problematizadora, investigativa, reflexiva e propositiva em relação a dinâmica da realidade educacional construindo saberes, conhecimentos e práticas deste campo compreendendo suas contradições;
- acompanhar e atender as diretrizes curriculares e os demais elementos legislativos constitutivos do sistema educacional;
- propor e gerir de forma democrática projetos pedagógicos nas mais diversas configurações de instituições educacionais articulados com a sociedade;
- compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas instituições escolares e não escolares;
- atuar profissionalmente na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades de ensino.

Ao atender o perfil do Pedagogo, o curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop, atende as demandas da profissionalização em acordo com as necessidades da comunidade local, regional e nacional em que se insere.



1.8 Áreas de Atuação do Egresso

O licenciado em pedagogia atua preferencialmente como professor em escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental em suas diversas modalidades e de formação de professores; com o gestor educacional na articulação, organização e desenvolvimento de processos pedagógicos escolares; e, na área da pesquisa educacional. Entretanto, o campo de atuação do pedagogo extrapola espaços escolares institucionalizados e abrange demandas socioeducativas de várias instâncias, instituições e empresas que organizam e promovem práticas educativas.

1.9 Habilidades e Competências

Com base nas Resoluções CNE/CP Nº 4/2024 e CNE/CP Nº 1/2006, neste projeto de curso, as habilidades e competências essenciais do licenciado em Pedagogia a serem desenvolvidas são sintetizadas nos seguintes tópicos:

1. Dominar os fundamentos epistemológicos, teóricos e práticos da educação, compreendendo as diretrizes curriculares nacionais e a organização do ensino em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, I, II; Res. CNE/CP Nº 1/2006, Art. 5º, XV, XVI);
2. Atuar com ética, compromisso social e postura investigativa para a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária, contribuindo para a superação de exclusões sociais e promovendo relações democráticas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, III, V; rcp01_06.pdf - Art. 5º, I, IX);
3. Compreender e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos em suas diversas fases de desenvolvimento, adaptando as práticas pedagógicas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XVI, XVII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, II, III, IV, V);
4. Planejar, organizar e executar atividades didáticas e pedagógicas efetivas, otimizando tempo, espaço e recursos, e selecionando estratégias de ensino adequadas para diversos perfis de estudantes (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, VIII, IX, XII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VI);
5. Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento de aprendizagens significativas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VII);
6. Participar ativamente da gestão de sistemas e instituições de ensino, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIX; rcp01_06.pdf - Art. 5º, XII, XIII);
7. Realizar pesquisas no campo educacional, refletir sobre a própria prática docente e correlacionar conhecimentos científicos no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para o avanço no campo da Educação (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XV, XX; rcp01_06.pdf - Art. 5º, XIV);
8. Demonstrar consciência e respeito pela diversidade (étnico-racial, de gênero, social, cultural, necessidades especiais, etc.), desenvolvendo ações pedagógicas que promovam a inclusão e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



combatam o racismo e outras formas de discriminação (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, IX, X; rcp01_06.pdf - Art. 5º, X);

9. Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, e promovendo relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XI, XVIII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VIII, XI);

10. Conhecer e utilizar diferentes tipos de avaliação educacional, compreendendo seus limites e potencialidades para dar devolutivas que apoiem a autonomia do estudante e replanejar as práticas de ensino (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIV);

11. Construir ambientes de aprendizagem que incentivem os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, desenvolver o pensamento crítico e colaborar para uma sociedade em constante mudança (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XI).



2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO

2.1 Turno e local de funcionamento

As atividades do curso serão desenvolvidas em período noturno com atividades de estágio e de extensão universitária em período diurno.

O local das atividades principais será o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Sinop, na avenida dos Ingás 3001, bairro Jardim Imperial.

2.2. Número de ingressantes e forma de acesso

O número de ingressantes é de 40 acadêmicos por semestre letivo. A forma de ingresso será de um semestre letivo por vestibular e de um semestre pelo desempenho no ENEM, com dois ingressos anuais, podendo haver segundas chamadas para preenchimento de vagas segundo critérios de desempenho no ENEM ou vestibulares recentes.

Também será obedecido o sistema de cotas da universidade.



3. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece novas diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior, incluindo cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados não licenciados e segunda licenciatura. A partir desta resolução definem as metodologias e políticas educacionais que traremos a seguir.

3.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop estabelece seus princípios com base no parágrafo único do art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2006:

- I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Docência

A docência é o eixo formativo primordial para a Pedagogia. Este princípio busca assegurar que a formação docente congregue-se para as práticas, que promova reflexões das e sobre as ações docentes resultando em estudos e análises do ato de ensinar, desde as rotinas escolares até as questões teóricas e metodológicas. E conforme estabelece o documento das DCNs a docência é compreendida de forma ampla como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares construídos em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2006).

Pesquisa educacional

A pesquisa não somente recebe distinção em disciplinas da área da Metodologia de Pesquisa, mas perpassa toda discussão e produção de conhecimento no decorrer do curso, convergindo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC. Este princípio configura-se como mecanismo do currículo para que o aluno de Pedagogia construa um repertório de saberes para mediar relações teoria e prática; reflita na e sobre a educação; teorize práticas pedagógicas, conflitos presentes na educação formal e não



formal, e situações escolares; e, produza leituras acerca de contradições inerentes a processos educacionais.

Gestão Educacional

A gestão educacional além de ser contemplada em disciplinas específicas também perpassa todas as fases formativas e busca construir saberes e práticas acerca do planejar, coordenar e avaliar processos de formação educacional convergindo para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para escolas da educação infantil e do ensino fundamental. Este princípio é base na construção de sentidos para os estudos teóricos acerca da educação, promovidos no decorrer do curso envolvendo a política educacional macro, meso e micro, os conceitos de gestão democrática até as rotinas escolares em suas diversidades e complexidades; compreendendo que gestão educacional se faz com a participação de sujeitos sociais nas mais diversas instituições, instâncias que promovem formação humana.

A extensão universitária

As discussões em torno da extensão universitária vêm ganhando corpo ao longo das últimas décadas e ela vem sendo apontada como indissociável do ensino e da pesquisa quando falamos da universidade. "Ela representa uma ligação direta com a comunidade, tanto na questão do campo empírico do conhecimento quanto da aplicabilidade do que a universidade produz. Não se faz, sobretudo, educação sem extensão universitária. A relação mais direta entre universidade e comunidade é proporcionada pela extensão universitária, entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade" (Fernandes; Silva; Machado; Moreira, 2012, p.170).

Desta forma, a extensão universitária se "(...) apresenta como uma das práticas acadêmicas com o maior potencial para interpretar as demandas apresentadas pela sociedade, já que permite socializar o conhecimento e promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular." (Veras; Souza, 2016, p 02). Compreendida desta forma, a extensão universitária não pode ocupar um papel em segundo plano, pois ela não pode ser dissociada do ensino e da pesquisa, sendo que ela é a grande via de comunicação entre tudo o que a universidade oferece assim como é fonte de tudo o que a sociedade produz e fornece para a universidade.

No caso do curso de Pedagogia, ao passo que a universidade contribui com a melhoria das relações dos processos de ensino/aprendizagem, os espaços escolares servem de oportunidade de desenvolvimento dos acadêmicos em extensão em formação e ainda trazerem conhecimentos das comunidades de aprendizagem para a universidade. A extensão universitária está prevista nos cursos de licenciatura em Pedagogia sendo fundamental para integralizar a formação nesta área de conhecimento. Dessa forma, a universidade precisa viabilizar espaços para que os acadêmicos tenham a oportunidade de interagir com a comunidade, principalmente a escolar, atuando em sua área de formação.

A nova legislação sobre a extensão universitária também contempla a necessidade de se desenvolver a extensão universitária, estabelecendo carga horária obrigatória de 320 (trezentas e vinte horas) para serem desenvolvidas ao longo da formação ou da integralização do curso de forma presencial, em parceria com instituições oficiais de ensino. Ou seja, não pode ser de forma remota ou à distância. Vejamos o que diz a resolução do CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, do Conselho



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Nacional de Educação: Art. 05 IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente; (p.03).

Vemos claramente na forma da manifestação do governo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ratificando a obrigação da universidade no exercício de bons e permanentes programas de extensão. O que vem reforçado no artigo 07 da mesma resolução, fazendo também referência à prática educativa. Art. 07 II - a construção do conhecimento sobre o ensino, a aprendizagem, a avaliação e o conteúdo específico de sua formação, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento dos profissionais do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa; (p. 04).

Entretanto, assim como as atividades de ensino e pesquisa, as atividades de extensão universitária também estão sujeitas a um conjunto de orientações e normativas para a sua validação, ou seja, sua creditação, cabendo o registro destas atividades em documentos adequados que possam ser verificados para confirmar sua validação. Vejamos: Art. 07 XVIII - o registro do desenvolvimento do licenciando nas atividades acadêmicas de extensão em documentação adequada, que permita o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do licenciando; (p. 06).

Nas duas referências seguintes, na mesma resolução, podemos verificar que a extensão universitária não pode apenas resultar de bons projetos de seus profissionais e estudantes. Ela precisa estar arraigada na própria proposição do curso de origem dos estudantes. Art. 13 h) estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; (p.10) Art. 13 III - Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. (p. 11).

A resolução em questão também estabelece a carga horária mínima de 320 com atividades de extensão universitária para os acadêmicos cursistas de Pedagogia, o que dá uma média de 40 horas para um curso de quatro anos distribuídos por oito fases formativas semestrais. Art. 14 III - 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III, de que trata o art. 13, inciso III desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora; (p.13) Art. 14 § 6º As 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão devem ser realizadas, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância. (p.14).

Um outro aspecto muito importante que a resolução 04 estabelece é a vinculação das atividades de extensão para efeitos de creditação e de seu registro é a necessidade da parceria com instituições oficiais de ensino da Educação Básica. Desta forma, só poderão ser creditadas atividades de extensão aquelas realizadas com base nesta vinculação. Art. 15 III - 160 (cento e sessenta) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III de que trata o art. 13, inciso III, desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora; (p.14-15) Art. 15 120 (cento e vinte)



horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III de que trata o art. 13, inciso III, desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora (p15-16).

Ainda, para fechar este texto, convém referenciar o que tratado no 53º fórum nacional de pró-reitores de extensão universitária, quando foi destacada a compreensão da extensão em sua dimensão formativa com saberes da realidade social, com permanente diálogo com as instituições de ensino. Além disso, foi reafirmado papel na universidade no compromisso com as práticas plurais, diversas, inclusivas e equitativas. "Esse compromisso implica em desenvolver práticas extensionistas que dialoguem com as demandas sociais, promovam a equidade e a justiça social, e contribuam para a formação de cidadãos críticos e engajados." (FORPROEX, 2024). No mesmo manifesto houve a seguinte manifestação: "Na conjuntura atual, a extensão deve assumir cada vez mais as demandas formativas estabelecidas pelo contexto social. Isso requer ações que possibilitem aos/às estudantes compreender a realidade em que estão inseridos, sua complexidade social para a construção colaborativa de ações emanadas a partir da (e sobre esta) realidade objetiva, visando à produção de conhecimento comprometida com a transformação social."

3.2 Integração com a Pós-graduação

A base da pós-graduação está na graduação. Neste sentido, a integração com a pós-graduação se dará desde a orientação aos trabalhos de conclusão de curso, promovida pelas disciplinas relacionadas às áreas da pesquisa em educação, a exemplo da metodologia da pesquisa científica, da disciplina de produção de artigos científicos pelos cursistas da graduação da disciplina de defesa dos TCCs. Dessa forma, os cursistas saem da graduação já com o preparo necessário para os processos de pesquisa e de produção acadêmica científica nos primeiros níveis de pós-graduação, como as especializações e os mestrados.

O curso de Pedagogia procurará sempre manter eventos possibilitando a integração entre os programas de pós-graduação da própria instituição de tal forma que as produções em todos os níveis circulem em toda a comunidade acadêmica.

3.3 Mobilidade estudantil e internacionalização

De acordo com o Programa de Mobilidade Acadêmica, instituído e regulamentado pela Resolução nº 071/2012/CONEPE, o aluno vinculado a cursos de graduação da UNEMAT pode cursar disciplinas em outros cursos de graduação da UNEMAT e de outras Instituições (nacionais ou estrangeiras), desde que não ultrapasse 20 % do total dos créditos do curso em que está matriculado (art. 15). Também pode participar de atividades vinculadas à pesquisa e/ou extensão. Neste sentido, o Curso de Pedagogia aqui proposto, tanto pode receber estudantes de outras Instituições de Educação Superior conveniadas com a UNEMAT, quanto viabilizar para que os alunos regularmente matriculados possam cursar disciplinas pertinentes a sua formação.

As ações de mobilidade estudantil e internacionalização na UNEMAT, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2022-2028, são estratégias para promover



a formação integral dos estudantes, a troca de experiências culturais e acadêmicas, e o reconhecimento da UNEMAT no cenário internacional. Nesse sentido, as iniciativas incluem:

1. Mobilidade Acadêmica em si, que compreende a possibilidade de que seus acadêmicos realizem mobilidade acadêmica em diferentes cursos de seus câmpus ou em outras instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, por um período máximo de um ano. Além dos aspectos curriculares, a mobilidade estudantil proporciona uma rica experiência de intercâmbio cultural, que contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, enriquecendo sua formação com perspectivas globais. Essa mobilidade pode ser realizada desde que haja equivalência mínima entre o conteúdo e a carga horária das disciplinas cursadas em mobilidade e aquelas do curso de origem do estudante;
2. Convênios e Parcerias Internacionais com universidades e institutos de pesquisa de outros países, proporcionando oportunidades para que os estudantes possam cursar disciplinas, realizar estágios ou desenvolver projetos de pesquisa no exterior;
3. Incentivo à Internacionalização, por meio de incentivo (afastamentos e ajudas de custo) para a participação de seus docentes e discentes em eventos acadêmicos internacionais, a publicação de artigos em periódicos de alcance global e a realização de pesquisas em colaboração com instituições estrangeiras;
4. Bolsas e auxílios financeiros para apoiar os estudantes durante o período de mobilidade, reduzindo os obstáculos econômicos associados a estudos internacionais;
5. Idiomas e exames de proficiência, por meio da oferta de cursos de línguas estrangeiras e preparação para exames de proficiência, bem como a realização desses exames;
6. Reconhecimento e validação de estudos, por meio de normas que possibilitam o reconhecimento e validação de estudos realizados no exterior.

A mobilidade acadêmica tem como objetivo oportunizar a ampliação de conhecimentos e de realidades sociais, culturais e econômicas. Ressalta-se que todas as ações do acadêmico realizadas a partir deste programa precisam atender a Resolução acima citada e devem ser validadas pelo Colegiado do Curso, com o posterior registro no histórico escolar do aluno, propiciando-lhe a legitimidade da formação desenvolvida.

3.4 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs) integram recursos tecnológicos que aprimoram a comunicação, a troca de informações e as interações sociais, servindo também como um recurso para os processos de ensino-aprendizagem. Presentes no dia a dia, essas tecnologias são essenciais na construção e disseminação do conhecimento, promovendo novas formas de interação e eliminando barreiras geográficas através de ambientes virtuais. Em resposta a essas inovações, o presente Projeto Pedagógico busca incorporar uma abordagem crítica que contemple o uso qualificado e ético das TDICs, atendendo às exigências sociais contemporâneas e preparando os alunos para a vida cotidiana, o exercício da cidadania e o mercado de trabalho.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



A Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, e o Parecer CNE/CEB nº 4, de 20 de fevereiro de 2025, instituem as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática. E, no que tange à formação de professores, essas diretrizes apresentam orientações, dentre as quais se destacam dois pontos:

- a) *Educação digital e midiática como eixo curricular*: A formação deve preparar o futuro professor para integrar a educação digital e midiática de forma transversal ou como componente específico e disciplinar, abordando cultura digital, mundo digital, pensamento computacional, compreensão de algoritmos, Inteligência Artificial (IA), cidadania digital e proteção de direitos. (Resolução CNE/CEB nº 2/2025, Art. 28 e 29; Parecer CNE/CEB nº 4/2025, p. 5-6).
- b) *Uso pedagógico de dispositivos digitais*: Os cursos devem capacitar os licenciandos a planejar e mediar o uso intencional de dispositivos digitais para fins pedagógicos, priorizando os equipamentos fornecidos pela escola e compreendendo as especificidades de cada etapa da Educação Básica. (Resolução CNE/CEB nº 2/2025, Art. 9º, 10 e 11; Parecer CNE/CEB nº 4/2025, p. 5, 10-11).

Para tanto, na UNEMAT, incentiva-se o desenvolvimento de projetos pedagógicos que utilizem as TDICs para promover a aprendizagem ativa, como projetos baseados em problemas, aprendizagem colaborativa e *flipped classroom* (sala de aula invertida). Neste Projeto Pedagógico, esses temas, bem como a gamificação, serão abordados na seguinte disciplina:

- **Metodologias Inovadoras e Mediadas por Tecnologias (60 h/a)**: neste componente, são abordadas metodologias inovadoras, tais como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, gamificação, *design thinking*, entre outras, dando-se ênfase na abordagem dessas tendências de forma mediada por tecnologias. Também é abordado o uso da Inteligência Artificial na educação.

Além do conteúdo específico de cada disciplina, busca-se realizar a análise, revisão e reflexão consciente e crítica sobre recursos didáticos mediados pelas TDICs, de modo a promover: (i) acessibilidade digital e comunicacional; (ii) interatividade entre docentes e discentes; (iii) acesso a materiais ou recursos didáticos de aprendizagem baseados na necessidade, interesse e realidade social do aluno; (iv) aprendizagem das novas tecnologias em rede e dos recursos midiáticos mobilizados nas práticas pedagógicas contemporâneas e inovadoras.

As tecnologias digitais são utilizadas na UNEMAT para a realização de avaliações formativas e somativas, proporcionando uma avaliação ágil e efetiva aos estudantes e facilitando a análise de dados para a melhoria contínua do ensino-aprendizagem. O Sigaa e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são recursos utilizados tanto para a educação a distância quanto como complemento aos cursos presenciais. Este ambiente virtual possibilita a oferta de cursos e disciplinas *online*, acesso a materiais didáticos, interação entre alunos e professores através de ferramentas como fóruns e chats, além de permitir a avaliação e o monitoramento do desempenho estudantil.

Além do uso dos referidos sistemas, a UNEMAT se dedica à inclusão digital, oferecendo suportes diversos como acesso a laboratórios de informática, internet e, em alguns casos, auxílio financeiro para a compra de dispositivos. A universidade também investe na capacitação contínua dos professores, promovendo programas de formação periódicos. Essas iniciativas asseguram que tanto alunos quanto docentes potencializem as oportunidades educacionais e a integração das tecnologias digitais no processo acadêmico.



3.5 Educação Inclusiva

A educação inclusiva, conforme a primeira tradução da Declaração de Salamanca, de 1994, é um conceito abrangente, abrange todas as crianças e jovens que possuem necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de dificuldades de aprendizagem, de suas capacidades, ou de condições sociais, culturais e econômicas desfavoráveis. Isso inclui minorias linguísticas, étnicas ou culturais, crianças que vivem nas ruas, trabalham ou pertencem a populações nômades, entre outros grupos historicamente marginalizados. A ideia central é que todas as crianças devem ter acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas particularidades, celebrando a diversidade como uma riqueza para o ambiente escolar (Breitenbach, Honnef, Costas, 2016).

A inclusão deve ser vista sempre sob dois vieses: dos sujeitos, e do *locus* no qual o processo de inclusão deve acontecer. Nesse sentido, para uma instituição educacional ser verdadeiramente inclusiva, ela deve criar condições pedagógicas, didáticas, ambientais e curriculares que atendam a todos os estudantes, promovendo uma equidade educacional. A educação inclusiva busca garantir não apenas o acesso, mas também a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino para todos os alunos, independentemente de suas condições.

Partindo desses pressupostos, a UNEMAT desenvolve diversas iniciativas que promovem a inclusão e a democratização do acesso à educação superior (UNEMAT, 2023), como:

- **Turmas Fora de Sede e Modalidades Diferenciadas:** cursos em diferentes formatos de oferta, incluindo turmas fora de sede, que visam atender às demandas específicas de formação de professores e outros profissionais em diversas regiões de Mato Grosso, incluindo áreas rurais e indígenas.
- **Educação Indígena:** A Faculdade Indígena Intercultural da UNEMAT tem como objetivo formar professores indígenas, oferecendo cursos específicos e diferenciados para mais de 30 etnias, com atenção às particularidades culturais e linguísticas desses grupos.
- **Política de Acessibilidade:** A universidade tem investido na aquisição de kits de material para pessoas com deficiência e na readequação dos ambientes nos câmpus universitários para garantir a acessibilidade.
- **Bolsas de Iniciação Científica com Foco em Inclusão:** oferta de bolsas de iniciação científica que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias assistivas e metodologias inclusivas, bem como bolsas relacionadas a editais voltados à ações afirmativas;
- **Programas e Projetos de Extensão:** A UNEMAT desenvolve programas e projetos de extensão que visam à inclusão social e ao atendimento de grupos vulneráveis, promovendo a interação entre a universidade e a comunidade.

Além dessas iniciativas, a UNEMAT possui uma política de cotas que visa promover a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior. As cotas são destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com ênfase em:

- **Cotas para Estudantes de Escolas Públicas:** 60% das vagas de cada curso são reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- **Cotas Étnicas e Sociais:** Dentro das vagas reservadas para escolas públicas, há subdivisões para atender a grupos específicos. Conforme a Res. 046/2023 – CONEPE, para cursos com 40 (quarenta) vagas, 16 (dezesesseis) vagas são destinadas à ampla concorrência e 24 (vinte e



quatro) aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas;

- a) 10 (dez) vagas para estudantes negros;
- b) 02 (duas) vagas para estudantes indígenas;
- c) 01 (uma) vaga para estudante com deficiência;
- d) 11 (onze) vagas para os demais estudantes de escola pública;

Caso as vagas destinadas a negros, indígenas e estudantes com deficiência não forem preenchidas, elas serão destinadas aos demais estudantes da escola pública.

- **Auxílio à Pessoa com Deficiência (PcD):** destina-se àquele estudante com vulnerabilidade socioeconômica e condição comprovada por laudo médico, de acordo com o disposto em legislação vigente específica.
- **Bolsa Integradora Pessoa com Deficiência (PBIPCD):** destinada ao estudante que atuará como facilitador de aprendizagem de estudante com deficiência (PcD), seja um estudante que possua deficiência ou que possua formação e/ou expertise capaz de facilitar a aprendizagem considerando uma determinada deficiência.

Neste Projeto Pedagógico, os alunos terão acesso a essas oportunidades e iniciativas já no processo seletivo para ingresso no curso, o qual contemplará a oferta de vagas abrangendo as cotas acima mencionadas. E, durante a trajetória no curso, as demais oportunidades de bolsas bem como de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão serão oferecidas mediante a publicação de editais específicos pela UNEMAT.

3.5.1 Educação Especial

A Educação Especial compreende um campo de conhecimento e de prática profissional no qual o licenciando precisa estar preparado para compreender e atuar, notadamente, no que tange ao acolhimento e atendimento, nas salas comuns das escolas de educação básica, do público da Educação Especial, tais como alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, bem como, reconhecer os espaços que se constituem no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tais como as salas de recursos multifuncionais.

Nesse sentido, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva compreende o atendimento do público da Educação Especial em instituições educacionais em todos os níveis de ensino, de modo que usufruam da escolarização como direito efetivo (materializado), tendo suas necessidades educacionais especiais plenamente atendidas (Breitenbach, Honnef, Costas, 2016). Esse conceito e princípio é atendido pelo curso, tanto no acolhimento de alunos com necessidades educacionais especiais como na formação dos/as licenciandos/as em Pedagogia.

Essa discussão busca atender também ao que dispõe a legislação sobre o tema.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação e expressão no Brasil, destacando sua natureza visual-motora e estrutura gramatical própria, utilizada pelas comunidades surdas. A lei determina que o poder público e empresas concessionárias de serviços públicos devam apoiar e promover o uso e a difusão da Libras.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Além disso, instituições de saúde devem garantir atendimento adequado aos surdos, e o ensino de Libras deve ser incluído nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, sem substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Essa legislação é um marco importante para a inclusão e o reconhecimento dos direitos das pessoas surdas no país.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436/2002, e o art. 18 da Lei no 10.098/2000, referentes à Língua Brasileira de Sinais (Libras), estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e define critérios para a formação de professores e instrutores de Libras, priorizando a participação de pessoas surdas nesses cursos. Além disso, determina que as instituições de ensino garantam acesso à comunicação e educação para alunos surdos, incluindo a presença de tradutores e intérpretes de Libras, bem como promovam a capacitação de profissionais da saúde e de serviços públicos para o uso e difusão da Libras. O decreto também prevê a criação de cursos superiores para formação de tradutores e intérpretes de Libras e estabelece prazos para a implementação dessas medidas, visando a inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, visa assegurar um processo educacional inclusivo para alunos com necessidades educacionais especiais. A resolução determina que o atendimento desses alunos deve começar na educação infantil e ser realizado preferencialmente em classes comuns do ensino regular, com adaptações curriculares e apoio pedagógico especializado. E também orienta sobre a criação de classes especiais em caráter transitório e a possibilidade de atendimento em escolas especiais quando necessário. Para tanto, enfatiza a formação de professores capacitados e especializados, assim como a necessidade de parcerias entre escolas, sistemas de ensino e outras instituições para promover a inclusão e acessibilidade.

Por sua vez, em 2008, a partir de um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação, foi apresentada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, enquanto referencial que reflete o movimento mundial pela inclusão, fundamentado nos direitos humanos e na igualdade de condições no acesso à educação. O foco desta política é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo acesso ao ensino regular e atendimento educacional especializado, reconhecendo, para tanto, a necessidade de mudanças estruturais e culturais nos sistemas de ensino para atender às especificidades dos alunos, enfatizando a formação de professores, a acessibilidade e a articulação intersetorial. Essa política também enfatiza a evolução histórica e normativa da educação especial no Brasil, destacando marcos legais e programas implementados para promover a inclusão, como a inserção da Libras como disciplina curricular e a criação de salas de recursos. Em suma, esta política visa garantir que a educação especial seja transversal a todos os níveis de ensino, promovendo a plena participação dos alunos e a valorização das diferenças no contexto educacional.

Um ano após a apresentação da política, publicou-se a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica - modalidade Educação Especial. Essa resolução determina que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sejam matriculados em classes comuns do ensino regular, complementadas pelo AEE em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados. Nesse sentido, o AEE visa eliminar barreiras para a participação plena dos alunos na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem, utilizando recursos de acessibilidade. A resolução também aborda o financiamento das matrículas no âmbito do FUNDEB, a competência dos professores e outros profissionais envolvidos, e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



a necessidade de integração do AEE no projeto pedagógico das escolas, além de definir as atribuições específicas dos professores do AEE.

E, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que estabelece diretrizes para a educação especial e o atendimento educacional especializado no Brasil, visa garantir a materialização de um sistema educacional efetivamente inclusivo em todos os níveis de ensino. O texto define que o público-alvo da educação especial inclui pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse sentido, o decreto assegura o direito à educação sem discriminação, promovendo a inclusão plena e oferecendo apoio necessário para a escolarização desses estudantes, seja de forma complementar ou suplementar. Além disso, prevê o suporte técnico e financeiro do Poder Público para instituições que atuam na educação especial, incluindo a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação de professores e gestores para promover a educação inclusiva. O decreto também menciona a dupla matrícula para estudantes que recebem atendimento educacional especializado, permitindo que sejam contabilizados tanto na educação regular quanto no atendimento especializado, e estabelece a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Além desses fundamentos normativos referentes à Educação Especial, há que se considerar, também, o aporte legislativo referente a Pessoas com Deficiência, a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, à acessibilidade e à tecnologia assistiva, tais como: a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA); o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania; e o Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, que regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o qual estabelecendo diretrizes, objetivos e eixos para o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.

Assim, e em cumprimento da legislação, essas discussões estão presentes na formação do Licenciado em Pedagogia. Para tanto, este PPC traz a oferta dos seguintes componentes curriculares:

- **Fundamentos da Educação Especial (60 h/a):** neste componente, são abordadas a história da Educação Especial, com ênfase na Educação Especial brasileira enquanto campo do conhecimento, modalidade de educação escolar e área de atuação. Abordam-se os modelos de deficiência (médico, social e biopsicossocial) e suas implicações para a Educação Especial, além da discussão sobre os paradigmas da Educação Especial: institucionalização, integração e inclusão. Promove-se a discussão sobre o público da Educação Especial no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar (conceito e caracterização), bem como, dos conceitos de diversidade, inclusão e deficiência.
- **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60h/a):** neste componente, são abordados aspectos sócio históricos, linguísticos e culturais da Surdez, modelos educacionais na educação de surdos, o histórico da Língua Brasileira de Sinais, aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais, discussões sobre educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras, bem como, sobre o processo de aquisição da Língua de Sinais, além da LIBRAS instrumental e do aprendizado da LIBRAS.

No desenvolvimento da atividade docente de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso é garantido o auxílio do intérprete de Libras quando estão presentes estudantes surdos. Os



estudantes com transtornos do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, principalmente) têm direito a um auxiliar pedagógico qualificado em nível superior. E, os estudantes com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) têm direito a acompanhante leitor, também qualificado em nível superior.

Por sua vez, os espaços para as aulas e as práticas têm acessibilidade a estudantes cadeirantes e com mobilidade reduzida. A escolha dos materiais didáticos prioriza o a otimização dos custos, o amplo acesso e a maior percepção visual.

Assim, as metodologias de ensino do curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes, priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

Os conceitos e as práticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que orientam o presente PPC resultam dos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em constante diálogo. Deste modo, os pressupostos e as práticas de educação inclusiva estão presentes neste processo de ensino universitário, de modo que os estudantes vivenciem, internalizem e possam desenvolvê-las quando atuarem na sociedade como profissionais formados e como cidadãos.

3.6 Educação para os direitos humanos

É pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que se objetiva alcançar uma sociedade melhor e mais justa. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, estabelece o objetivo de se fortalecer a cultura de direitos humanos no país, a partir de cinco eixos principais: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, e Educação e Mídia. A partir do PNEDH, busca-se promover a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, incentivando a transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas e nos currículos educacionais.

Por sua vez, a Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que "a Educação em Direitos Humanos (EDH) emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades". Reafirma ainda que tal educação "poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos". Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

A Resolução CNE/CP nº 1/2012, portanto, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, subsidiada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2003).

As exigências presentes nestas legislações serão contempladas nas transversalidades das temáticas de algumas das disciplinas. O que poderá ser verificado nos ementários das disciplinas:



Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação e Legislação e Políticas da Educação Brasileira

Sendo assim, no âmbito deste projeto político pedagógico, a Educação em Direitos Humanos será pautada pelas noções de interdisciplinaridade e de transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar. Nesse sentido, a interdisciplinaridade refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade a qual a universidade se constitui, mas trabalha ainda, considerando a disciplinarização do currículo. A transversalidade se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos discentes.

3.7 Educação para as relações étnico-raciais

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. O objetivo é incluir, na educação básica, o estudo da História da África, dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição do povo negro na formação social, econômica e política do país. Esses conteúdos devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase em Educação Artística e nas disciplinas de Literatura e História Brasileiras.

Por sua vez, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. Essa legislação visa incluir no processo educacional aspectos relevantes da formação da população brasileira, destacando a história da África e dos africanos, a luta dos negros e povos indígenas no Brasil, bem como suas contribuições culturais, sociais, econômicas e políticas para a sociedade nacional. Os conteúdos devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase especial nas disciplinas de educação artística e literatura e história brasileiras, promovendo um reconhecimento e valorização mais amplos desses grupos étnicos na educação do país.

Atendendo aos dois dispositivos legais, a educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo "a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira". Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo "o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas" (Resolução CNE/CP nº 1/2004, art. 2º, §2º).

Em cumprimento à Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que dispõem sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de seus aportes legais,



o curso de Licenciatura em Pedagogia definiu um componente curricular específico para abordar e conteúdo:

Ementa: Conceitos de raça, racismo, diferença, alteridade, estereótipos e preconceito. Processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil. Diversidade étnica na sociedade brasileira e no Estado de Mato Grosso. Luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. A representação do negro e indígena no Livro didático. Práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos para trabalhar com a temática da diversidade racial em sala de aula

Enquanto componente curricular específico, o estudo e a discussão sobre relações étnico-raciais está comprometido com uma formação que busca dar subsídios para se identificar e combater desigualdades e injustiças sociais; valorizar a diversidade cultural e étnico-racial, reconhecendo a contribuição de diferentes grupos para a sociedade; fortalecimento de identidades étnicas, bem como da empatia e do respeito pelas diferenças; reconhecer e contestar práticas e discursos racistas e discriminatórios; e desenvolver o pensamento crítico ante a essas questões, o que é fundamental para o educador.

3.8 Educação ambiental

Em virtude da exploração indiscriminada aos recursos naturais, embora alguns recursos sejam renováveis, outros podem ser levados à extinção e, dessa forma, o esgotamento de recursos leva ao desequilíbrio ambiental ao longo dos anos. Torna-se urgente a necessidade de transformações que resgatem o respeito a todos os seres vivos do planeta levando-se em conta a equidade, diversidade e sustentabilidade.

Assim, faz-se necessário uma sensibilização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que são também responsáveis na formação cidadã de seus discentes. A educação ambiental é fundamental para uma maior sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter melhoria na qualidade de vida respeitando o meio ambiente. Somente por meio da educação ambiental o ser humano será capaz de transformar valores e atitudes para promover uma sociedade mais sustentável pautada em valores como cooperação, solidariedade e respeito à diversidade.

A Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, estabelece a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto formal quanto não-formal. A lei define a educação ambiental como processos que constroem valores sociais e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à qualidade de vida e sustentabilidade, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, atribuindo ao Poder Público, instituições educativas, órgãos do Sisnama, meios de comunicação e outras entidades a responsabilidade de promover e integrar a educação ambiental em suas atividades. Princípios como o enfoque holístico, a interdisciplinaridade e a participação ativa na solução de problemas ambientais são fundamentais, e a lei incentiva a capacitação de recursos humanos, estudos e pesquisas, produção de material educativo e avaliação contínua das ações. De acordo com a lei, a educação ambiental não deve ser uma disciplina específica, mas sim incorporada em todas as disciplinas e níveis de ensino.



Por sua vez, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795/1999, estabelece diretrizes para o estabelecimento de programas de educação ambiental integrados em todos os níveis e modalidades de ensino, além de envolver diversos segmentos da sociedade. Para tanto, incentiva a integração da educação ambiental nas disciplinas de forma transversal e contínua, promove parcerias para práticas educativas ambientais, e estabelece que os ministérios devem alocar recursos em seus orçamentos para cumprir os objetivos da política.

E, na sequência, a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, dispõe que a Educação Ambiental "visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído" e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º), devendo ser integrada e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Básica até a Superior. As diretrizes enfatizam a importância da Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, visando à formação de cidadãos conscientes e atuantes na defesa e preservação do meio ambiente. Além disso, destacam a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação e a criação de políticas que incentivem a pesquisa e a produção de materiais didáticos alinhados à dimensão socioambiental, com o objetivo de construir sociedades justas e sustentáveis.

Nesse contexto, em atendimento à legislação sobre o tema, neste Projeto Pedagógico a Educação Ambiental será abordada de modo transversal nas disciplinas Alfabetização em Ciências Naturais e de Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização.

O curso de Licenciatura em Pedagogia dá destaque à questão ambiental como uma prática fundamental, optando pela formação e qualificação de seus egressos, futuros formadores, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais.

3.9 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Resolução CNE/CP no 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O documento estabelece um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho.

A BNCC é referência obrigatória para a construção e revisão de currículos, buscando privilegiar a integração de políticas educacionais e a valorização da diversidade cultural e social. A resolução também define competências gerais e específicas para cada área do conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, no âmbito da Educação Básica.

Especificamente, para a Educação Infantil, a BNCC enfatiza os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, destacando a importância de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos visam promover a interação social, a expressão criativa, a participação ativa no planejamento das atividades escolares e o reconhecimento da diversidade cultural e social, garantindo que as crianças sejam vistas como sujeitos históricos e de direitos, conforme a Resolução CNE/CEB 5/2009.



Já para o Ensino Fundamental, a BNCC busca uma articulação com as experiências da Educação Infantil, propondo uma progressiva sistematização do conhecimento. Nos anos iniciais, a alfabetização é o foco central, assegurando que os estudantes dominem o sistema de escrita alfabética e as operações matemáticas básicas. A BNCC organiza o currículo em Áreas do Conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, cada uma com competências específicas que visam desenvolver habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais.

Para tanto, em atendimento à BNCC, este Projeto Pedagógico inclui componentes curriculares voltados ao estudo do currículo, bem como, de metodologias, recursos, atividades e avaliação voltadas ao ensino das diversas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Literatura, Matemática, História, Geografia, Ciências e Saúde, Educação Física e Artes, a saber:

- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Artes (60 h/a):*** enfocar a pluralidade das manifestações artísticas e sua importância na humanização, abordando criação, crítica e expressão artística na educação infantil e anos iniciais, com foco em metodologias e avaliação;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Ciências e Saúde (60 h/a):*** analisa a ciência como prática social e o papel da observação e experimentação no ensino de ciências e saúde, destacando a transposição do saber científico para o escolar e metodologias para os anos iniciais;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Educação Física (60 h/a):*** abordar diferentes teorias pedagógicas da Educação Física, inclusão e interculturalidade, valências físicas e habilidades motoras, e o planejamento de aulas com foco na prática pedagógica;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Geografia (60h/a):*** abordar os fundamentos teóricos do ensino de Geografia, a formação do conceito de espaço e a representação espacial na criança, além de metodologias e planejamento de aulas para educação infantil e anos iniciais;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de História (60h/a):*** discute os fundamentos do ensino de História, a importância da identidade e do cotidiano, o uso de fontes históricas e o planejamento de aulas que integrem a história local e a formação histórica das crianças;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Língua Portuguesa (60h/a):*** enfocar nos fundamentos teóricos do ensino de Língua Portuguesa, propostas pedagógicas, análise linguística e planejamento interdisciplinar, com ênfase nos multiletramentos e alfabetização;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Literatura (60 h/a):*** enfatiza a relação entre leitura e literatura infantil, sua importância na formação do sujeito, gêneros literários, e o planejamento de atividades literárias para a educação infantil e anos iniciais;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Matemática (60 h/a):*** abordar a natureza do conhecimento matemático, tendências e pressupostos teórico-metodológicos para o ensino de matemática, incluindo resolução de problemas e uso de tecnologias da informação;

Além destes, considerando a necessidade de apropriação de conceitos próprios das áreas de Matemática e Ciências Naturais (Física, Química e Biologia) voltados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, definiram-se dois componentes curriculares com essa finalidade:



- **Alfabetização em Matemática (60 h/a):** compreende o compromisso social, político e pedagógico do pedagogo no ensino da matemática. Fundamentos e tendências do ensino da matemática e a natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da matemática na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também compreende as competências didático pedagógicas do(a) professor(a) pedagogo(a) para as aprendizagens significativas da matemática fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular.
- **Alfabetização em Ciências Naturais (60 h/a):** Compreende o estudo dos fundamentos filosófico-científicos das Ciências Naturais para a formação docente e as abordagens históricas, epistemológicas e pedagógicas sobre a constituição do pensamento científico. Também aborda os princípios estruturantes das Ciências Naturais (matéria, energia, vida, tempo, espaço e transformação) na perspectiva da alfabetização científica. As relações entre ciência, sociedade, ética, meio ambiente e educação ambiental. As crianças como sujeitos de práticas investigativas.

Estes componentes têm por objetivo contribuir para mitigar a defasagem de conhecimentos nessas áreas, bem como fornecer uma base mais sólida para seu aprofundamento nas etapas posteriores da Educação Básica.

Por fim, considerando as particularidades e os desafios relacionados à alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como, das especificidades do trabalho com crianças em Creches e Pré-escolas no âmbito da Educação Infantil, são previstos, além dos estágios, componentes curriculares voltados à discussão do currículo, metodologias, recursos, atividades e avaliação nesses contextos, quais sejam:

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Alfabetização I (90 h/a):** Que compreende as concepções de alfabetização. Abordagem histórica dos materiais e métodos de alfabetização (Método sintético, Método analítico, Método fônico, Método misto ou eclético). A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. Construtivismo e Sociointeracionismo. Psicogênese da língua escrita. Diagnóstico de escrita. Alfabetização e letramento. O Sistema de Escrita Alfabética (SEA). O Sistema de Escrita Alfabética e suas relações com a consciência fonológica. A literatura como atividade permanente no processo de alfabetização. Estratégias de Leitura. A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. O planejamento de situações didáticas para a alfabetização. Desenvolvimento do planejamento, avaliação e organização do trabalho docente.
- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Alfabetização II (90 h/a):** que aborda as concepções teóricas e metodológicas com destaque à compreensão de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e a proposta de letramento e alfabetização de Paulo Freire. Análise dos aspectos linguísticos presentes na alfabetização e as condições socioculturais do aprendizado da leitura e da escrita com diferentes gêneros e suportes textuais. A política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de alfabetização e letramento. Os quatro eixos do ensino da alfabetização: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, produção de textos. Concepções que norteiam o processo avaliativo. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. A sala de aula como ambiente alfabetizador para o atendimento às diferentes necessidades das crianças no processo de alfabetização. Desenvolvimento do planejamento e



organização do trabalho docente. A avaliação como estratégia para a recomposição da aprendizagem no processo de alfabetização. Estudo de referências da formação do educador (alfabetizador).

- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil I (90 h/a):*** Compreende a Educação Infantil I, com observação e intervenção na creche para crianças de 0 a 3 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Nesse primeiro momento do Estágio Supervisionado em instituições de Educação Infantil os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil II (60 h/a):*** Ementa:
- Educação Infantil II, Pré-escola, com observação e docência - 4 a 5 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação, planejamento e docência no desenvolvimento pedagógico das diferentes tarefas inerentes ao educar crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.



4. ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo do curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop, está estruturado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e na legislação interna da UNEMAT, com destaque para os seguintes documentos: Instrução Normativa 004/2011/PROEG, Instrução Normativa 001/2008/PROEG, Instrução Normativa 002/2008/PROEG, Instrução Normativa 003/2008/PROEG, Instrução Normativa 004/2009/PROEG, Instrução Normativa 003/2019/PROEG, Resolução nº 001/2024-CONEPE, Resolução nº 071/2011/CONEPE, Resolução 029/2012/CONEPE, Resolução nº 030/2012/CONEPE, Resolução nº 031/2012/CONEPE.

Para orientar o percurso da formação, as disciplinas que constituem o currículo do curso de Pedagogia aqui delineado estão organizadas com base nos seguintes elementos: Unidades de Créditos, Núcleos de Estudos e Fases Formativas.

Os Núcleos de Estudos – formação geral, de aprofundamento de conteúdo específico, de atividades de extensão, e de estágio supervisionado, atendem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01/2006_ e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 04/2024). Portanto, constituem-se por um conjunto de disciplinas que favorecem uma formação ampla que propiciem, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado. Ou seja, “Os núcleos de estudos deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação.” (Parecer CNE/CP N.º 05/2005).

As Fases Formativas constituem repertórios de saberes inerentes à formação do pedagogo e são propostas para orientar o aluno na definição de um percurso formativo e de uma dinâmica para sua formação. Para tanto, são propostas oito fases, composta por disciplinas que integram os três núcleos de estudos (além do núcleo de atividades de extensão), que possibilitam a formação teórico-prática ancorada em estudos da literatura pertinente à formação de professores e de realidades educacionais diversas.

4.2 Formação teórica articulada com a prática

A formação teórica articulada com a prática se materializa a partir do modo como os componentes curriculares são pensados e executados no curso, incluindo disciplinas, atividades práticas, atividades de extensão, estágio curricular supervisionado, atividade de pesquisa, as quais são organizadas por créditos. Também há, dentre os componentes curriculares, a oferta de créditos na modalidade à distância, de modo que o aluno realize estudos teóricos, atividades práticas e avaliações neste formato, conforme prevê a legislação vigente.



4.2.1 Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares

Conforme o art. 12 da Resolução 001/2024-CONEP, os componentes curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT são organizados em dois grupos:

- **Disciplinas:** são componentes curriculares compostos por um conjunto sistematizado de conteúdos concernentes a uma área de conhecimento resultante de um programa de formação, coordenadas por um ou mais docentes.
- **Atividades:** são componentes curriculares que integram a formação do estudante em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, ciência, tecnologia e inovação, conforme previsto no PPC e demais instrumentos normativos específicos relacionados a cada atividade, coordenadas e/ou ministradas por um ou mais docentes.

Para tanto, a UNEMAT adota os seguintes componentes curriculares, conforme o art. 13 da referida resolução:

- Disciplinas obrigatórias;
- Disciplinas de livre escolha;
- Atividades curriculares de extensão;
- Atividades complementares, em conformidade com a DCN do curso;
- Atividades de estágio curricular supervisionado;
- Atividade de conclusão de curso.

A estrutura curricular do curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia é integrada por componentes curriculares que são as disciplinas obrigatórias (OBR), as disciplinas de livre escolha/eletivas (ELE), atividades curriculares de extensão (ACE), as atividades de estágio curricular supervisionado (EST) e as atividades de conclusão de curso (TCC). Uma vez estando inseridos na matriz curricular do curso, todos esses componentes curriculares são obrigatórios, que são aqueles que o estudante deverá cursar necessariamente (ou ser dispensado mediante aproveitamento) conforme especificado na estrutura curricular, sendo imprescindível a aprovação no componente para a integralização curricular e conclusão do curso.

4.2.2 Sistema de créditos

A UNEMAT adota o sistema de créditos para a integralização dos cursos. O crédito é a unidade de medida do trabalho acadêmico e corresponde a 15 (quinze) horas de atividades acadêmicas (Res. 001/2024-CONEP, Art. 15).

Por sua vez, créditos classificam-se em:

- **Créditos teóricos (T):** unidade de medida correspondente às aulas/atividades teóricas realizadas sob a responsabilidade exclusiva do docente da disciplina, e;
- **Créditos práticos (P):** unidade de medida correspondente às aulas práticas e/ou atividades realizadas sob supervisão e orientação do docente da disciplina, com a participação efetiva do estudante, conforme estabelecido no PPC (Res. 001/2024-CONEP, Art. 16).
- Conforme a Normatização Acadêmica da UNEMAT, os créditos teóricos e práticos podem ter carga horária a distância, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (Res. 001/2024-CONEP, Art. 16).



Neste Projeto Pedagógico, os **créditos teóricos (T)** serão realizados presencialmente ou a distância, contemplando a leitura e discussão de referências das áreas de formação geral e específica, bem como a discussão de possíveis resultados e dados conseguidos em atividades práticas.

Por sua vez, os **créditos práticos (P)** serão realizados de acordo com as seguintes peculiaridades:

I. Em componentes curriculares voltados à prática de ensino presentes nas disciplinas dos estágios, metodologias do ensino e didáticas

II. Em disciplinas que compreendam a formação para a pesquisa e para o trabalho de conclusão de curso: Metodologia Científica, Pesquisa em Educação, Projeto de Pesquisa e Monografia;

III. Em disciplinas que contemplem o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), obedecendo às resoluções vigentes;

IV Nas atividades referentes às Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

4.2.3 Oferta de créditos na modalidade a distância

Em conformidade com o Decreto 12.456, de 19 de maio de 2025, algumas disciplinas constantes da Estrutura Curricular dispõem de créditos na modalidade a distância.

No que diz respeito à operacionalização e à oferta de créditos teóricos (T) e/ou práticos (P), na modalidade a distância, o professor responsável pela disciplina fará uso, obrigatoriamente, da plataforma SIGAA, definida pela UNEMAT/PROEG, e deverá cumprir o seguinte protocolo administrativo e pedagógico:

I. descrever, no plano de ensino da disciplina, o conteúdo e as atividades que serão trabalhados a distância e quais as estratégias pedagógicas baseadas em tecnologias digitais de informação e comunicação serão utilizadas;

II. organizar, sistematizar e acompanhar o conteúdo e as atividades de ensino em ambientes virtuais de aprendizagem institucionais, considerando seus objetivos pedagógicos;

III. utilizar os recursos didáticos disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem, como fóruns (propor casos, situações-problemas ou questões que fomentem a discussão para promover a interação da turma nesse espaço), entre outros;

IV. criar video aulas diversificando o formato de apresentação do conteúdo e/ou disponibilizar vídeos, videoaulas, materiais com licenças livres nos ambientes virtuais de aprendizagem, observando-se as questões de direitos autorais;

V. propor aulas e/ou orientações síncronas por webconferência;

VI. gravar vídeos, arquivos de áudio ou outros recursos para fornecer orientações e explicações para os alunos;

VII. oferecer espaços síncronos ou assíncronos privados entre docente e alunos para que estes registrem suas aprendizagens, reflexões e percepções;



VIII. estar presente nos ambientes virtuais de aprendizagem, acompanhar os alunos junto à realização das atividades, acolher suas dúvidas, fomentar as discussões e as trocas entre o grupo, fornecer avaliações construtivas, respeitosas, fazer intervenções pedagógicas, desafiá-los.

Para fins de melhor visualização e cômputo da carga horária a ser realizada à distância, a mesma está identificada, nos respectivos quadros da matriz curricular, como **Crédito à Distância (D)**.

O presente projeto pedagógico possui carga horária de 585 (quinhentos e oitenta e cinco) horas à distância, o que equivale à 16,12% do total da carga horária do curso. Esse percentual atende ao que dispõe o Decreto 12.456/2025, que estabelece o limite de 30% da carga horária total do curso para atividades à distância síncronas e/ou assíncronas no que tange aos cursos de graduação presenciais.

4.3 Núcleos de Formação

Os núcleos de formação do curso de Licenciatura em Pedagogia foram definidos conjugando-se três orientações normativas: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia - Resolução CNE/CP nº 01/2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica - Resolução CNE/CP nº 04/2024, e as Unidades Curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT - Instrução Normativa 003/2019, com ênfase nas diretrizes de 2024, conforme apresentado a seguir.

4.3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia - Resolução CNE/CP nº 01/2006

A estrutura do curso de Pedagogia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1/2006, é organizada em três núcleos principais:

- **I - Núcleo de Estudos Básicos**, que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:
 - a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
 - b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares;
 - c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
 - d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
 - e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e bio-social;



f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino-aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;

h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente;

i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com o conteúdo, pertinente aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;

j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional;

- **II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos**, voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;

- **III - Núcleo de Estudos Integradores**, que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;

b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) atividades de comunicação e expressão cultural.



A carga horária mínima para o curso de Licenciatura em Pedagogia é de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuídas entre atividades formativas, estágio supervisionado e atividades teórico-práticas de aprofundamento. Essa estrutura visa assegurar uma formação abrangente e consistente para os futuros pedagogos, preparando-os para atuar em diversos contextos educacionais.

4.3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica - Resolução CNE/CP nº 04/2024

Por sua vez, de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 04/2024), os cursos de formação inicial, deverão ter, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos, compreendendo:

- **Núcleo I – Estudos de Formação Geral - EFG:** composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, e formam a base comum para todas as licenciaturas. Este núcleo deve compreender o mínimo de 880 (oitocentas e oitenta) horas dedicadas às atividades de formação geral.
- **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE:** composto pelo conteúdo específico das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desse conteúdo. Neste núcleo, deve-se compreender o mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação.
- **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE,** realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. Neste núcleo, somam-se 320 (trezentas e vinte) horas de Atividades Acadêmicas de Extensão, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura. Essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora.
- **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado - ECS:** componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Neste núcleo, devem ser desenvolvidas 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica, segundo o PPC da instituição formadora (Brasil, 2024, p. 9).



Ainda a resolução, em seu art. 14, parágrafos 5º e 6º, orienta que "O estágio curricular supervisionado deve ser realizado, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância" e "As 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão devem ser realizadas, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância" (Brasil, 2024, p. 11).

4.3.3 Unidades curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT

Por último, a Instrução Normativa 003/2019, que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso, estabelece que os currículos dos cursos deverão ser estruturados em 04 (quatro) Unidades Curriculares (UC) ou eixos formativos, obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Bacharelado e/ou Licenciatura (IN 003/2019-UNEMAT, Art. 8º), a saber:

- **UC I:** Créditos obrigatórios de formação geral/humanística, que corresponde aos estudos/conteúdos de formação geral oriundos de diferentes áreas de conhecimento, ao conteúdo das áreas específicas e interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias. Poderá abarcar conteúdos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, éticos, políticos, comportamentais, econômicos, de direitos humanos, cidadania, educação ambiental, dentre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; os Créditos de Livre Escolha, que contempla o núcleo de estudos entendidos como de livre escolha do acadêmico, com o objetivo de ampliar a sua formação, complementando, além de destacar as suas habilidades e competências. Nessa unidade, os créditos serão de livre escolha do aluno;
- **UC II:** Créditos obrigatórios de formação específica de cada curso, que compreende não só os conteúdos específicos e profissionais das áreas de atuação de cada curso, mas também os objetos de conhecimento e as atividades necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades de formação geral do aluno;
- **UC III:** Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) compreende as atividades curriculares de extensão, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP no 4/2024, e;
- **UC IV:** Estágio Curricular Supervisionado (ECS) concentra-se nos estágios curriculares supervisionados em diferentes contextos educacionais.

De acordo com a IN 003/2019, os créditos obrigatórios deverão ser propostos e construídos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), referendados pelo Colegiado de Curso e pelo Colegiado de Faculdade, para serem oferecidos em cada período letivo, respeitando as áreas apresentadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

4.4 Distribuição dos componentes curriculares e da carga horária conforme os núcleos previstos na Resolução CNE/CP 4/2024

Conjugando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais os cursos de licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 4/2024), as



Unidades Curriculares bem como a tipologia de componentes curriculares e créditos adotados pela Universidade do Estado de Mato Grosso, apresentam-se, nos quadros 1, 2, 3 e 4, respectivamente, a distribuição dos componentes curriculares conforme os Núcleos I, II, III e IV.

4.4.1 Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)

O Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) enfoca temas centrais para a prática educativa.

Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação

A disciplina *Pressupostos Antropológicos* propõe uma imersão crítica e reflexiva nos fundamentos da Antropologia, articulando suas contribuições para a compreensão da diversidade humana em seus múltiplos aspectos bioculturais, históricos e socioculturais. Fundamenta-se na premissa de que o ser humano é simultaneamente natureza e cultura, e que essa condição híbrida — como explicitado por autores como Roque de Barros Laraia (2009) e Tim Ingold (2012) — constitui a base da hominização e da construção das sociedades.

A primeira dimensão da disciplina aborda o campo da Antropologia, suas áreas e métodos de pesquisa. A partir de autores como Geertz (1989), Peirano (1995; 1998) e Malinowski (1978), são introduzidas as noções de cultura, relativismo cultural, etnografia e o papel do antropólogo, destacando a escuta sensível e o “olhar de dentro” como fundamentos epistemológicos e éticos da investigação antropológica.

Na segunda parte, explora-se a constituição morfológica e cultural dos povos, considerando os processos de dispersão planetária, migração e formação de sociedades complexas. São analisadas as influências de diversas matrizes formadoras da sociedade brasileira — povos indígenas, africanos, portugueses, migrantes europeus e asiáticos — e as consequências da colonialidade do poder (Quijano, 2007) e das lógicas eurocêntricas na construção do sistema-mundo moderno (Canclini, 2013; Hall, 2006).

O conteúdo destaca ainda as culturas camponesas, ribeirinhas, urbanas e tradicionais, como parte essencial da diversidade cultural brasileira, problematizando os processos contemporâneos de homogeneização cultural e apagamento de saberes locais e ancestrais.

Outro eixo fundamental é a relação entre Antropologia e Educação. A educação é compreendida como fenômeno cultural, e a pedagogia é pensada a partir de uma abordagem intercultural e descolonizadora (Candau, 2016; Gomes, 2012), que reconhece e valoriza os diferentes sujeitos e formas de conhecimento. Nesse contexto, autores como Silvia Rivera Cusicanqui (2020), Bell Hooks (2018) e Djamila Ribeiro (2018, 2019) contribuem com perspectivas críticas que tensionam as noções tradicionais de currículo e identidade.

A disciplina também aprofunda o debate sobre interseccionalidade (Crenshaw, 2004), diversidade de corpos e subjetividades, problematizando as condições da mulher, da criança, da pessoa com deficiência e das populações LGBTQIA+. Com base em autoras como Silvia Federici (2017, 2019), Joan Scott (1991), Angela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (2019), são analisadas as interações entre gênero, classe, raça, deficiência e religiosidade como fatores estruturantes das desigualdades sociais e educacionais.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Por fim, a disciplina valoriza a produção de conhecimento situada e comprometida com a transformação social, a valorização da diferença e a justiça cognitiva, propondo que a formação de professores incorpore a escuta, a etnografia e o diálogo intercultural como práticas pedagógicas essenciais.

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares que compõem o núcleo.

Quadro 1 - Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)

UC I: FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Ciências humanas	Antropologia e Educação	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Didática I	60	45	15	60	0	Não há
Educação	Didática II	60	60	0	45	15	Não há
Ciências saúde	Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana	60	60	0	45	15	Não há
Ciências humanas	Educação para relações étnico-raciais	60	30	30	60	0	Não há
Ciências humanas	Epistemologia em Educação	60	30	30	60	0	Não há
Ciências humanas	Filosofia	60	60	0	60	0	Não há
Ciências humanas	Filosofia da Educação I	60	60	0	60	0	Não há
Educação	Fundamentos da Educação Especial	60	60	0	45	15	Não há
Pesquisa educacional	Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação	60	60	0	60	0	Não há
Ciências humanas	História da Educação	60	60	0	60	0	Não há
Ciências humanas	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60	30	30	60	0	Não há
Linguística e Literatura	Língua Brasileira de Sinais	60	60	0	60	0	Não há
Linguística e Literatura	Práticas de Leitura e Produção de Textos	60	30	30	60	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	60	60	0	60	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	60	30	30	60	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	60	60	0	45	15	Não há
Ciências humanas	Sociologia	60	30	30	60	0	Não há
Ciências humanas	Sociologia da Educação I	60	60	0	60	0	Não há
Qualquer área	Disciplina livre 1 (eletiva)	60					
Qualquer área	Disciplina livre 2 (eletiva)	60					
TOTAL UC I		1260	945	195	1065	75	



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Neste Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) é composto por 20 (vinte) disciplinas, 60 (sessenta) créditos e carga horária de 900 (novecentas) horas.

4.4.2 Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

O Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) aborda uma série de temas essenciais para a prática educacional.

Além destes, neste núcleo de formação são oferecidas 3 (três) disciplinas eletivas livres, as quais o aluno poderá escolher dentre o rol de disciplinas ofertadas na Unemat ou mesmo em outras Instituições de Educação Superior, mediante aproveitamento de estudos.

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares que compõem o núcleo II.

Quadro 2 - Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

UC II: FORMAÇÃO ESPECÍFICA							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Educação	Alfabetização e Letramento em Matemática	60	60	0	60	0	Não há
Educação	Alfabetização em Ciências Naturais	60	60	0	45	15	Não há
Ciências saúde	Brincadeiras, Jogos e Recreação para o início da escolarização	60	30	30	60	0	Não há
Educação	Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	60	60	0	30	30	Todos os estágios supervisionados curriculares, exceto Estágio Supervisionado V - EJA; Didática I; Didática II
Educação	Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil	60	60	0	30	30	Todos os estágios supervisionados curriculares, exceto Estágio Supervisionado V - EJA; Didática I; Didática II
Educação	Literatura para o início da escolarização	60	30	30	60	0	Não há
Educação	Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização	60	30	30	60	0	Não há
Educação	Metodologia de Educação Física para o início da escolarização	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Metodologia de ensino de Artes para o início da escolarização	60	60	0	45	15	Não há



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Educação	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Metodologia de História para o início da escolarização	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)	60	30	30	60	0	Não há
Educação	Pedagogia em ambientes não escolares	60	60	0	45	15	Não há
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos	60	30	30	60	0	Não há
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa	60	30	30	60	0	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Produção Investigativa	60	30	30	60	0	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa	60	30	30	60	0	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização I	90	60	30	60	30	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização II	90	60	30	60	30	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de Jovens e Adultos	60	30	30	60	0	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil I	60	30	30	60	0	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil II	60	60	0	45	15	Não há
Educação	Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação	60	30	30	60	0	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos; Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa; Pesquisa em Educação: Prática Investigativa; Pesquisa em Educação: Produção Investigativa



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TOTAL UC II	1560	1170	390	1305	225	

Neste Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) é composto por 28 componentes curriculares, disciplinas, 120 (cento e vinte) créditos e carga horária de 1.860 (mil e oitocentas) horas.

Para fins de correspondência, os núcleos III e IV, definidos pela Resolução CNE/CP nº 4/2024 fazem parte da Unidade Curricular III, da UNEMAT.

4.4.3 Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

O Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) compreende as atividades curriculares de extensão, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. Essas atividades de extensão compreenderão as atividades descritas na seção 4.3.3 deste PPC.

Quadro 3 - Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

UC III: ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO	
Carga Horária	330

4.4.4 Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) concentra-se nos estágios curriculares supervisionados em diferentes contextos educacionais. Os estágios abordam:

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares e a carga horária do núcleo.

Quadro 4 – Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

UC IV: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Educação	Estágio: Observação e Vivência Escolar	60	60	0	15	45	Não há
Educação	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil I (creche)	90	90	0	30	60	Não há
Educação	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil II (pré-escola)	90	90	0	30	60	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil I (creche)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Educação	Estágio Supervisionado III - Ensino Fundamental I (alfabetização)	90	90	0	30	60	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil II (pré-escola)
Educação	Estágio Supervisionado IV: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)	90	90	0	30	60	Estágio Supervisionado III - Ensino Fundamental I (alfabetização)
Educação	Estágio Supervisionado V - EJA	60	60	0	15	45	Estágio Supervisionado IV: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)
TOTAL UC IV		480	480	0	150	330	

Conforme o quadro acima, o Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é composto por 6 (seis) disciplinas com a carga horária de 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

4.4.5 Eletivas livres

A Instrução Normativa nº 3/2019 da UNEMAT estabelece que os estudantes de graduação cursem 120 horas em disciplinas chamadas eletivas livres, como uma formação complementar. Cada uma dessas disciplinas deve ter uma carga horária de 60 horas, as quais podem ser cumpridas dentro do próprio curso, que oferecerá as 120 horas ao longo dos oito semestres letivos. Ou também podem ser cumpridas em disciplinas de outros cursos de graduação oferecidos pela UNEMAT, presenciais ou a distância. Além disso, é possível realizar essa carga horária por meio de mobilidade acadêmica, de acordo com a legislação específica.

As disciplinas eletivas se integram à carga horária referente ao Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE), estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4/2024.

4.4.6 Resumo da estrutura curricular

O quadro a seguir apresenta o resumo da estrutura curricular.

Quadro 5 – Síntese da estrutura curricular

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	
Unidades Curriculares	Carga horária
UC I – Formação Geral	1260
UC II – Formação Específica	1560
UC III – Atividades acadêmicas de extensão	330
UC IV – Estágio Curricular Supervisionado	480
Carga horária total:	3630

A seção seguinte apresenta a matriz curricular do curso organizada em fases.



4.4.7 Matriz curricular por fase formativa

No ato da matrícula orienta-se que o acadêmico se matricule conforme item 4.4.7 Matriz curricular por fase formativa, levando em consideração as particularidades dos núcleos de formação em Pedagogia e sua complexidade.

Quadro 6 – Percurso recomendatório para o cumprimento dos componentes curriculares (não obrigatório)

1ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação	OBR	60	0	0	60
Didática I	OBR	45	0	15	60
Antropologia e Educação	OBR	45	15	0	60
Língua Brasileira de Sinais	OBR	60	0	0	60
Práticas de Leitura e Produção de Textos	OBR	30	0	30	60
Epistemologia em Educação	OBR	30	0	30	60
Estágio: Observação e Vivência Escolar	EST	15	45	0	60
Total do 1º Semestre	-	285	60	75	420

2ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	OBR	60	0	0	60
Filosofia	OBR	60	0	0	60
Sociologia	OBR	30	0	30	60
História da Educação	OBR	60	0	0	60
Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana	OBR	45	15	0	60
Legislação e Políticas da Educação Brasileira	OBR	30	0	30	60
Total do 2º Semestre	-	285	15	60	360

3ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	OBR	30	0	30	60
Filosofia da Educação I	OBR	60	0	0	60
Sociologia da Educação I	OBR	60	0	0	60
Didática II	OBR	45	15	0	60
Fundamentos da Educação Especial	OBR	45	15	0	60
Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil I	OBR	30	0	30	60
Total do 3º Semestre	-	270	30	60	360

4ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Educação para relações étnico-raciais	OBR	30	0	30	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização I	OBR	60	30	0	90
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil II	OBR	45	15	0	60
Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	OBR	45	15	0	60
Brincadeiras, Jogos e Recreação para o início da escolarização	OBR	30	0	30	60
Estágio Supervisionado I: Educação Infantil I (creche)	EST	30	60	0	90
Total do 4º Semestre	-	240	120	60	420

5ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização II	OBR	60	30	0	90
Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	OBR	45	15	0	60
Literatura para o início da escolarização	OBR	30	0	30	60
Alfabetização e Letramento em Matemática	OBR	60	0	0	60
Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos	OBR	30	0	30	60
Estágio Supervisionado II: Educação Infantil II (pré-escola)	EST	30	60	0	90
Total do 5º Semestre	-	255	105	60	420

6ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	OBR	45	15	0	60
Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa	OBR	30	0	30	60
Metodologia de ensino de Artes para o início da escolarização	OBR	45	15	0	60
Alfabetização em Ciências Naturais	OBR	45	15	0	60
Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de Jovens e Adultos	OBR	30	0	30	60
Estágio Supervisionado III - Ensino Fundamental I (alfabetização)	EST	30	60	0	90
Total do 6º Semestre	-	225	105	60	390

7ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Metodologia de História para o início da escolarização	OBR	45	15	0	60
Metodologia de Geografia para o início da escolarização	OBR	45	15	0	60
Metodologia de Educação Física para o início da escolarização	OBR	45	15	0	60
Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização	OBR	30	0	30	60
Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)	OBR	30	0	30	60
Pesquisa em Educação: Prática Investigativa	OBR	30	0	30	60
Estágio Supervisionado IV: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)	EST	30	60	0	90



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Total do 7º Semestre	-	255	105	90	450

8ª Fase					
Componente curricular	Tipo	T	P	D	CH
Pedagogia em ambientes não escolares	OBR	45	15	0	60
Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	OBR	30	30	0	60
Pesquisa em Educação: Produção Investigativa	OBR	30	0	30	60
Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil	OBR	30	30	0	60
Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação	OBR	30	0	30	60
Estágio Supervisionado V - EJA	EST	15	45	0	60
Total do 8º Semestre	-	180	120	60	360

TOTAL GERAL FASES FORMATIVAS		1935	660	585	3180



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



QUADROS COMPARATIVOS DE RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE MATRIZES CURRICULARES

ÁREA: EDUCAÇÃO	DISCIPLINAS ANTIGA MATRIZ	C. H.	DISCIPLINAS NOVA MATRIZ	C. H.	OBSERVAÇÃO
SUBÁREA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO	60	História da Educação	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60		60	NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO	60		60	NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		180		180	
	EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	Epistemologia em Educação	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	60	Filosofia	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	60	Filosofia da Educação I	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		180		180	
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	SOCIOLOGIA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		120		120	
	PRESSUPOSTOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	60	Antropologia e Educação	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		60		60	
	INTRODUÇÃO A PSICOLOGIA	60	Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	60	EQUIVALÊNCIA DE



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		180		180	
		720		720	



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



QUADRO 5: ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

SUBAREA: ENSINO- APRENDIZAGEM	DIDÁTICA I	60	DIDÁTICA I	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	DIDÁTICA II	60	DIDÁTICA II	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	DIDÁTICA III: SEMINÁRIO PPP DA EDUCAÇÃO INFANTIL	90	Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	DIDÁTICA IV	90	Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		300		300	
	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO I	90	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização I	90	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO II	90	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização II	90	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		180		180	
	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL I	60	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil I	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II	60	Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil II	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		120		120	
	EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	60	Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		60		60	
	METODOLOGIA DE ARTES PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de ensino de Artes para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



	BRINCADEIRAS, JOGOS E RECREAÇÃO PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Brincadeiras, Jogos e Recreação para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DE MATEMÁTICA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIAS DE CIÊNCIAS NATURAIS PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DE GEOGRAFIA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DE HISTÓRIA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de História para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		420		420	
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I (ED. INF. 0 A 3)	90	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil I (creche) Estágio I: Observação e Vivência Escolar	90 60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II (ED. INF. 4 E 5)	90	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil II (pré-escola) Estágio I: Observação e Vivência Escolar	90 60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III (1º AO 3º ENS. FUND.)	90	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - ENSINO FUNDAMENTAL I (ALFABETIZAÇÃO) Estágio I: Observação e Vivência Escolar	90 60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV (4º E 5º ENS. FUND.)	90	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ENSINO FUNDAMENTAL II (3 A 5 ANOS) Estágio I: Observação e Vivência Escolar	90 60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V (EJA)	60	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V - EJA Estágio I: Observação e Vivência Escolar	60 60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI (AMBIENTES NÃO ESCOLARES)	60	ESTÁGIO I: OBSERVAÇÃO E VIVÊNCIA ESCOLAR	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		480		480	
		1560		1560	
SUBAREA: TÓPICOS ESPECÍFICOS DE	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	60	Fundamentos da Educação Especial	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA	60	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
	PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES	60	PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES	60	NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



		180		180	
SUBAREA: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	60	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		120		120	
SUBAREA : CURRÍCULO	ESTUDOS DE CURRÍCULO	60	Didática I	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		60		60	
SUBAREA: EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA: CULTURA CORPORAL E MOTRICIDADE HUMANA	60	Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	Metodologia de Educação Física para o início da escolarização	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		120		120	
SUBAREA : LETRAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	60	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	PRÁTICAS DE LEITURAS E PRODUÇÃO DE TEXTOS	60	PRÁTICAS DE LEITURAS E PRODUÇÃO DE TEXTOS	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	LITERATURA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	LITERATURA PARA O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		180		180	
SUBAREA: MATEMÁTICA	MATEMÁTICA BÁSICA	60	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM MATEMÁTICA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		60		60	
SUBAREA: METODOLOGIA	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO I	60	PESQUISA EM EDUCAÇÃO – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



CIENTÍFICA	METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO II (PROJETO DE PESQUISA)	60	PESQUISA EM EDUCAÇÃO: PROJETO DE PESQUISA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO III	60	PESQUISA EM EDUCAÇÃO: PRÁTICA INVESTIGATIVA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO IV (TCC)	90	PESQUISA EM EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO INVESTIGATIVA	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
	EVENTOS CIENTÍFICOS E METODOLOGIA DE PESQUISA EDUCACIONAL	60	PUBLICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM EDUCAÇÃO	60	EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS
		390		390	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO: 3390			TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO: 3390		

OBS.: A ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA E SUBÁREAS SEGUE A TABELA DO CNPQ.

5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A sociedade contemporânea em que vivemos recebe vários adjetivos: sociedade complexa, sociedade planetária, sociedade plural, sociedade do conhecimento, entre outros adjetivos. Estes adjetivos delineiam a sociedade contemporânea como a sociedade da incerteza, sociedade na qual "[...] os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado" (Morin, 2000, p. 84), e neste sentido, a incerteza do real é uma constante, o que significa que a realidade de cada um é simplesmente a ideia que ele possui de realidade (Morin, 2000). Estamos, pois, na contemporaneidade, vivendo uma "[...] permanente condição de incerteza, que é a condição permanente dos atores num sistema complexo" (Melucci, 1996, p. 22). É neste emaranhado que configura a sociedade atual que a universidade está inserida, e necessita, portanto, estar adequada às exigências desta sociedade complexa. A universidade enquanto espaço formal e privilegiado de produção de conhecimento precisa estar atenta e dar respostas ao problema universal desta sociedade do conhecimento.

Na sociedade do conhecimento, a pedagogia assume um papel muito mais amplo do que simplesmente ensinar, visto que todos, neste modelo de sociedade, tornaram-se aprendizes e ensinantes, ou seja, a relação ensino-aprendizagem se modificou. A pedagogia, na sociedade do conhecimento, precisa ensinar que não existe mais aquele que ensina e aquele que aprende, e sim, que vivemos em uma "sociedade aprendente". (Gadotti, 2000, p. 45). Inovar o pensamento, provocar uma mudança no pensamento (mudar os paradigmas), é o sentido da formação de professores na sociedade do conhecimento, se quisermos ampliar nossa visão de mundo. Nesse sentido, o professor, o aluno, a escola e o currículo passam a adquirir um novo significado. O professor torna-se parceiro do



aluno, “mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente [...], um construtor de sentido” (Gadotti, 2000, p. 45). O aluno tornar-se construtor de sua formação, capaz de ser solidário, participativo e problematizador. A escola ultrapassa a função de lecionar e torna-se gestora do conhecimento “[...], inovadora, construtora de sentido e plugada no mundo”. (Gadotti, 2000, p. 47). O currículo adquire estreita ligação com a vida do aluno, pois pauta-se no cotidiano do mesmo, partindo do ponto onde se encontra o aluno, portanto, passa a ter sentido para ele. Vista por este prisma, a pedagogia na sociedade do conhecimento, não é só “promoção da aprendizagem” e sim, “promoção da aprendizagem a partir da vida cotidiana”. (Gutierrez; Prado, 2000, p. 60).

Dentre as diversas dificuldades encontradas no processo de qualificação de professores com habilitação em Pedagogia, uma das mais significativas é a dificuldade de orientar o acadêmico a um processo de integração das teorias e conceitos estudados nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento na sua formação de professor pedagogo, de modo a compreendê-la nas suas diversas dimensões e implicações éticas, estéticas, epistemológicas e político-pedagógicas. O que ocorre comumente com os alunos de pedagogia, e poderíamos dizer com a maioria dos alunos do curso de Pedagogia oferecido pela UNEMAT no Campus Sinop em particular, é de os mesmos concluírem sua formação inicial compreendendo as condições do ser professor de forma fragmentada.

Essa fragmentação se estabelece uma vez que os alunos não conseguem articular na sua formação de professor pedagogo os conceitos e teorias estudadas nas disciplinas oferecidas em cada semestre. Um problema construído no centro da cultura acadêmica e científica moderna, e que tem suas bases fundamentalmente focadas nas teorias racionalista e empirista, que, por sua vez, estabelecem os fundamentos da educação escolar a partir da modernidade. Daí a razão e importância de constituir espaços curriculares articuladores como um recurso e, ao mesmo tempo, um esforço para superar a fragmentação da formação do professor.

Diante desse cenário, o Curso de Pedagogia adota como orientação que a formação do licenciado em Pedagogia deve se dar através de um processo ativo de construção do conhecimento. Para tanto, a organização, implementação e efetivação do trabalho pedagógico considera que: o conhecimento é produto da construção humana e das suas relações sociais, constrói e reconstrói conforme seu contexto e seu momento histórico; a qualidade de vida passa necessariamente pela promoção de uma sociedade com maior justiça social; a compreensão das diferenças étnicas, raciais, culturais, sociais e de gênero é inerente à formação de professores; a pesquisa é espaço articulador da teoria/prática e provocadora da reflexão – ação – reflexão; a pesquisa é instrumento para o ensino; a inovação supõe possibilidades de minimizar os problemas na área educacional e conduzir a uma concepção de conhecimento-emancipação. Veiga (2004) argumenta que “o ensinar, o aprender e o pesquisar precisam de novos modos de relações” (p. 150).

Nesta linha de reflexão o Curso de Pedagogia, construiu espaços curriculares que permitem articular o núcleo de estudos básicos, o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e de estudos integradores.

Os espaços curriculares articuladores são compreendidos como:

- Estudos teóricos;
- Estágios supervisionados;
- Pesquisa educacional;
- Trabalho de conclusão de curso;
- Atividades curriculares de extensão;
- Jornadas pedagógicas;



Para efetivar estes espaços curriculares como articuladores faz-se necessário gestar ambiências no currículo em ação, com professores e alunos, para problematizar, provocar práticas educativas e reflexões acerca dos saberes docentes, da escola de educação básica, da participação e gestão de processos educativos, dos conhecimentos escolares, da educação para e na cidadania; do valor da pesquisa no ensino e das problemáticas educacionais atuais. É preciso, entender que a sociedade atual é caracterizada pela diversidade, pela pluralidade, pela incerteza. Já foi o tempo da certeza absoluta de um tempo cíclico, crença das civilizações tradicionais, já passou também a certeza do progresso histórico, certeza essa abraçada pela civilização moderna (Morin, 2000).

A organização do trabalho pedagógico deste curso compreende também, espaços curriculares oficialmente definidos – trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, mobilidade acadêmica, avaliação da aprendizagem - que participam da formação do licenciado em pedagogia para efetivar estudos de aprofundamentos e diversificação, oportunizar a ampliação de conhecimentos e de realidades sociais, culturais e econômicas e para orientar o processo de avaliação.

A intenção de entrelaçar diferentes componentes curriculares aos espaços-tempos da formação do pedagogo é de superar as dicotomias e fragmentações¹ historicamente vivenciadas pelo curso de Pedagogia, que se torna a principal referência das práticas pedagógicas escolares, configurando uma perspectiva permanente na vida dos sujeitos e na história da educação. Na tentativa de romper com o pensamento linear, de causa e efeito em educação, as discussões que permearam o grupo de educadores e alunos do Curso de Pedagogia, foram sendo consensuadas no sentido da superação desta visão e na ousadia de alçar alguns voos em práticas interdisciplinares.

5.1 Estudos Teóricos

Os conhecimentos pedagógicos, a compreensão e domínio de conteúdos específicos da formação, participação social e postura política, e investigação do e no cotidiano educativo a partir da articulação teoria-prática, são estudadas, refletidas e aprofundadas nas diversas disciplinas que constituem as Fases Formativas do Curso. Este eixo articulador constrói a partir do ensino que se desenvolve em aula conceitos científicos, em diálogos constantes com outros saberes relativos às dimensões do trabalho do ser educador na busca de construção de um repertório de saberes da profissão docente.

5.2 Estágio Supervisionado

Nesta seção, serão apresentados os objetivos, a justificativa, a metodologia, as orientações oriundas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) nos cursos de formação de professores, as disposições normativas para o ECS nos cursos de licenciatura da UNEMAT, as atividades de ECS a serem desenvolvidas no curso de Licenciatura em Pedagogia, e as atribuições da coordenação e dos professores de estágio.

¹ VEIGA, I. P. A. O cotidiano da aula universitária e as dimensões do Projeto Político-Pedagógico. In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papirus, 2001.



5.2.1 Objetivos

O Estágio Curricular Supervisionado, entendido como tempo de aprendizagem da profissão docente, constitui-se como componente curricular obrigatório na formação do licenciado em Pedagogia. Propicia conhecimentos do real contexto de trabalho (a escola) numa articulação e produção de novos sentidos e diferentes saberes para uma relação educativa de ensino e aprendizagem que se materializa no ser professor, em consonância com as Resoluções CNE/CP Nº 4/2024 e CNE/CP Nº 1/2006.

5.2.2 Justificativa

É preciso que os professores de estágios procedam no coletivo, junto a seus pares e alunos, estudos de realidades educacionais, para analisá-la criticamente, permitindo "[...] questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade" (Gonçalves; Pimenta, 2005, p. 45). Nesse sentido, o estágio aqui proposto caracteriza-se como atividade teórica e prática e para seu planejamento, execução e avaliação os professores devem observar as orientações estabelecidas na Resolução n.º 029/2012/CONEPE.

5.2.3 Metodologia

A pedagogia tem como proposta a (re)leitura da realidade educacional, na formulação de propostas pedagógicas e na inserção do curso no contexto educativo é a linha metodológica que sustentará esse processo, como parte do exercício da função social da universidade, na medida em que promove o diálogo com a sociedade e a socialização dos saberes produzidos via formação de professores. Daí conceber e entender o trabalho desenvolvido no estágio como a leitura das realidades apresentadas, campos de estágio e problematizações que dialogam entre teoria e prática na docência e na gestão educacional. Esse processo é socializado na forma de estudos, pesquisas, aulas e produções coletivas e individuais em seminários desenvolvidas pelos acadêmicos ao longo do processo formativo e ao final da graduação.

Compreende-se o estagiário, professor em formação, como proponente de uma formação profissional baseada numa epistemologia da prática (Schön, 1992)², na perspectiva do estágio como produção teórica que substancie a prática docente.

A concepção de prática e de estágio é interpretada como movimento, como componente curricular e dimensão do conhecimento que transcendem a sala de aula na busca de concretizar a relação entre o saber e o fazer e com o objetivo de compreender as inter-relações constituídas na problemática do cotidiano educacional. Apresenta-se como o momento em que se produz algo conceituado e significado pela teoria estudada, sendo assim resgatado e administrado o sentido da atuação nesse momento; o estágio, compreendido como atividade teórica e prática; um tempo de

² SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992



aprendizagem, de conhecimento e leitura crítica do real constituído pelo cotidiano escolar; uma relação pedagógica e um processo de ensino-aprendizagem orientado por atividades recíprocas e mediado por profissionais mais experientes.

5.2.4 O campo de atividades do Estágio Curricular Supervisionado

Em conformidade com a resolução nº 029/2012/CONEPE - UNEMAT, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado por meio de atividades de ensino inerentes à Educação Básica, Pública ou Privada e fundamentado em instrumentos jurídicos celebrados entre a UNEMAT, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e entre as instituições privadas por meio da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e as instituições de ensino em parceria com as Faculdades nos quais deverão estar registradas todas as condições de sua operacionalização. Parágrafo Único: Para os espaços não formais, será apresentado um plano de trabalho ao Colegiado de Curso, mediante cumprimento dos requisitos exigidos pela DEAF – Diretoria de Estágios e Ações Afirmativas/PROEG.

5.2.5 Atividades de Estágio Curricular Supervisionado e carga horária

O estágio curricular supervisionado abrange as seguintes áreas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental; e
- Educação de Jovens e Adultos.

Para contemplar estas áreas o estágio que é ofertado a partir da quinta Fase Formativa, está organizado com base em seis disciplinas conforme quadro abaixo:

Disciplinas	Carga Horária	Modalidade
Estágio: Observação e Vivência Escolar	60	Observação e Vivência Escolar
Estágio Curricular Supervisionado I	90	Educação Infantil – 0 a 3 anos
Estágio Curricular Supervisionado II	90	Educação Infantil – 4 e 5 anos
Estágio Curricular Supervisionado III	90	Ensino Fundamental – 1º ao 2º ano
Estágio Curricular Supervisionado IV	90	Ensino Fundamental – 3º - 4º e 5º anos
Estágio Curricular Supervisionado V	60	Educação de Jovens e Adultos
Total	480	

a) Estágio na Observação e Vivência Escolar



O estágio de observação e vivência escolar tem por finalidade inserir diretamente o futuro profissional docente na realidade das unidades educativas, de modo a permitir a compreensão, o funcionamento e o papel do(a) professor(a) no processo formativo institucionalizado. Neste estágio o acadêmico terá oportunidade de observar e compreender a dinâmica de toda a estrutura escolar e de todos os elementos que a compõem.

b) Estágio na Educação Infantil

O estágio curricular supervisionado na educação infantil, contempla o trabalho nas creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de Educação Infantil para as de 4 a 5 anos de idade, com objetivo de educar e cuidar. Este estágio orienta-se pelos seguintes princípios: - Princípios Éticos: da autonomia, de responsabilidade, de solidariedade e do respeito ao bem comum; - Princípios Políticos: dos direitos e deveres de cidadania, do exercício de criatividade e do respeito a ordem democrática; - Princípios Estéticos: da sensibilidade, criatividade, ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

As propostas pedagógicas ou planejamento do estágio de Educação Infantil devem promover em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que a mesma é um ser total, completo e indivisível. Desta forma, ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo, que desde bebês vão gradual e articuladamente aperfeiçoando estes processos nos contatos consigo mesma, com pessoas, coisas e ambiente em geral. As propostas pedagógicas do estágio devem buscar a interação entre as diversas áreas, de conhecimentos e aspectos da vida cidadã, com conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

c) Estágio no Ensino Fundamental

O estágio curricular supervisionado no Ensino Fundamental propicia atuações específicas nos anos iniciais, com atuação específica do 1º ao 2º ano (ciclo de alfabetização) e do 3º, 4º e 5º anos, como também, na Educação de Jovens e Adultos.

O Estágio deverá ser planejado e desenvolvido de forma que aconteça um maior número possível de leituras de diferentes realidades no sentido de problematizá-las em múltiplos momentos,



buscando melhorar a qualidade das ações ancoradas nos pressupostos do currículo do curso, a saber: pressupostos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e didático metodológico.

O Estágio Curricular Supervisionado assume o compromisso com a docência (aspectos indispensáveis à construção do profissional docente: identidade, saberes e posturas); com o conhecimento do sistema educacional (macro e micro); com o conhecimento do/no mundo de trabalho; com o conhecimento social político amplo; com a capacidade de entender e intervir na sociedade contemporânea.

Os estágios no Ensino Fundamental buscam propiciar aos sujeitos envolvidos, principalmente aos alunos do curso de Pedagogia, reflexões sobre a sua própria prática docente, sua cultura e os contextos sociais a que pertencem a fim de contribuir na construção de um repertório de saberes pedagógicos específicos da área de atuação docente. Bem como, oferecer ao acadêmico a capacidade de propor, coordenar e desenvolver projetos educacionais nos diferentes espaços escolares, contemplando a integração das diferentes áreas de conhecimento; capacidade de lidar com as demandas da comunidade e compromisso com a gestão democrática dos espaços de atuação profissional.

d) Estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O estágio na EJA - Educação de Jovens e adultos trata da Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes na escola-campo de ensino fundamental e/ou espaços não escolares de EJA, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico.

5.2.6 Das atribuições do coordenador e dos professores de Estágio Curricular Supervisionado

Em conformidade com a Resolução nº 029/2012/CONEPE - UNEMAT:

Ao coordenador/a compete:

I – manter contatos periódicos com a administração e os professores das instituições conveniadas, zelando pelo bom desenvolvimento do estágio e intervindo sempre que necessário;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



II – planejar e realizar, com a equipe de professores responsáveis pelo Estágio Curricular Supervisionado, fóruns de discussão de políticas de estágio para o curso.

Aos professores compete:

I – proporcionar condições para que os estagiários vivenciem o cotidiano das práticas na Educação Básica;

II – orientar os estagiários no planejamento e na execução das atividades docentes;

III – acompanhar efetivamente cada estagiário em suas atividades de regência;

IV – indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias ao preparo das atividades do Estágio;

V – avaliar o desempenho do estagiário, conforme os critérios estabelecidos na Normatização Acadêmica;

VI – apresentar o Relatório Final do Estágio sob sua responsabilidade (formulário na página da PROEG) ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado; VII - cumprir integralmente as normas estabelecidas nesta Resolução.

Ao estagiário compete:

I – planejar e preparar as atividades didático-pedagógicas a serem desenvolvidas em todas as etapas do estágio;

II – cumprir os créditos de observação/monitoria e regência na instituição conveniada;

III – desenvolver as atividades previstas para cada segmento de Estágio Curricular Supervisionado;

IV – registrar todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio nos formulários específicos e disponíveis na página da PROEG;

V – elaborar o Relatório Final e apresentá-lo no prazo estipulado no cronograma de atividades de Estágio;

VI – discutir com o professor de Estágio o planejamento e a execução das atividades propostas;

VII – manter um comportamento compatível com a função docente, pautando-se pelos princípios da ética profissional;

VIII – autoavaliar-se de modo constante e crítico quanto ao seu desempenho na função de docente;

IX – colaborar sempre que possível para a solução de problemas na escola em que desenvolve suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

X – primar pela assiduidade e pontualidade em todas as atividades que envolvam o Estágio;

XI – comunicar ao professor e/ou Coordenador de Estágio, com antecedência, sua ausência nas atividades previstas;

XII – cumprir integralmente as normas estabelecidas nesta Resolução e na Normatização Acadêmica;



XIII - zelar pela correção formal da língua oficial.

Art. 18. O estagiário que exercer a atividade docente regular na Educação Básica, na sua área de formação, poderá obter a redução da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado em até, no máximo, 50 % (cinquenta por cento) .

§ 1º. Para usufruir do previsto no caput deste artigo, o estagiário precisa exercer a docência há, no mínimo, 1 (um) ano, e em disciplina(s) relacionada(s) ao curso-objeto de sua formação, com comprovação mediante apresentação de documentos oficiais.

§ 2º. O estagiário que se enquadrar na situação prevista no caput deste artigo deve protocolar requerimento na Coordenação do Curso ou na Coordenadoria Pedagógica dos Programas de Modalidades Diferenciadas, devidamente instruído com os documentos oficiais.

§3º. A Coordenação do Curso ou a Coordenadoria Pedagógica dos Programas de Modalidades Diferenciadas submeterá o requerimento do estagiário ao Colegiado de Curso, que emitirá parecer.

§ 4º. O resultado final será encaminhado ao Coordenador de Estágio, que procederá ao registro e à dispensa das horas

Art. 19. A avaliação das disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado fica condicionada à observância da Normatização Acadêmica.

Art. 20. As especificidades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado devem constar no projeto pedagógico de cada curso.

Art. 21. Para matricular-se no Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve ter cumprido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos créditos e respeitar os pré-requisitos estabelecidos na matriz curricular a qual está vinculado, respeitando as especificidades de cada curso

5.3 Pesquisa Educacional

Este eixo articulador da formação tem como finalidade estudos críticos e reflexivos acerca do espaço vivido como pessoa, como estudante e como profissional comprometido com a educação. As atitudes investigativas devem articular ações-reflexões-ações, na coexistência de uma ética-estética-política de valorização da vida, em suas múltiplas manifestações. Ela transversaliza momentos teóricos e atividades práticas (ensino, aprendizagens, estágios, atividades complementares).

5.3.1 Linhas de Pesquisa

O Curso de Pedagogia orienta sua produção acadêmico-científica com base nas seguintes linhas que podem ser revisadas e reformuladas no movimento produzido pelo corpo docente:

- **Fundamentos da Educação e da Diversidade**



Estudos sobre os fundamentos da educação e da diversidade: cultura, movimentos sociais, ambiente, saúde, linguagem e sociedade.

- **Docência, Ensino e Formação de professores**

Estudos sobre a docência, o ensino e a formação de professores, abrangendo aspectos que envolvem diferentes níveis, modalidades e saberes.

- **Gestão e Desenvolvimento da Educação**

Estudos sobre políticas públicas, gestão, organização da educação e desenvolvimento social.

- **Educação Inclusiva**

A linha trata dos princípios e fundamentos da educação inclusiva, que garante o direito de educação para todos; busca conhecer e analisar a legislação na perspectiva da educação inclusiva e as ações colaborativas na unidade escolar tendo como foco um Projeto Pedagógico inclusivo.

5.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O objetivo é construir um percurso formativo que habilite o futuro pedagogo a compreender a pesquisa não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um processo contínuo de questionamento, criação, autoria e transformação da realidade educacional. Conjugando-se o desenvolvimento de uma visão crítica, formativa e interventiva com a utilização de elementos técnicos e normativos da pesquisa, propõe-se um conjunto de seis disciplinas para a área de pesquisa em educação no curso de Pedagogia.

As disciplinas são organizadas de forma progressiva, partindo dos fundamentos epistemológicos e históricos, passando pela construção do projeto, pela prática investigativa e análise de dados, culminando na produção e socialização do conhecimento, com um foco especial na formação do professor como pesquisador.

Cabe ressaltar que as nomenclaturas adotadas não se resumem a nomear as disciplinas. Elas se situam no campo da linguagem, que não é meramente um instrumento de comunicação ou nomeação (identificação); elas constituem visões de mundo, estabelecem hierarquias e orientam práticas: de um lugar simbólico que atua na potência dos sujeitos. A pesquisa, sobretudo no campo da Educação, deve ser encarada como um processo contínuo, aberto e transformador.

Nesse sentido, defende-se a centralidade da categoria Pesquisa em Educação como eixo estruturante dos componentes curriculares, historicamente sustentada na concepção do professor como sujeito pesquisador. Tal escolha não é meramente terminológica, mas política e epistêmica: ao priorizar a categoria Pesquisa em Educação, reafirma-se o compromisso com uma formação que não separa o saber do fazer, o conhecimento da prática, e que entende o ato de pesquisar como constitutivo do processo formativo docente.

Investir os estudantes nesse percurso de criação e formação teórico-metodológica, partindo de um objeto de estudo gerado pelas inquietações e curiosidades surgidas nas experiências vividas durante a formação inicial (ou anterior a ela, considerando que a dimensão da vida se funda nas



experiências), é afirmar a potência da pesquisa como experiência de autoria. Trata-se de reconhecer a posição do futuro professor como sujeito ativo, produtor e interventor crítico nos campos da realidade educacional, e não apenas como aplicador de modelos prontos ou executor de tarefas burocráticas.

Portanto, no que se refere à relação entre a pesquisa e a posição do sujeito-professor-pesquisador, essa perspectiva busca romper com os empacotamentos formais que, muitas vezes, esvaziam as potencialidades inventivas, analíticas e criativas dos professores em processos permanentes de formação (inicial e continuada). Ao contrário, propõe uma formação que valoriza a implicação subjetiva, a leitura crítica da realidade e a construção de conhecimentos situados, que emergem da vivência concreta e da escuta sensível dos contextos educativos, do prático-sensível ao pensamento abstrato metódico e conceitual. Essa escolha implica mais do que aparenta. Ela não apenas organiza os conteúdos, mas também reflete e constrói nossa concepção sobre o papel da pesquisa no desenvolvimento acadêmico e nos espaços formativos da humanidade (educação formal e informal).

Em suma, a pesquisa, longe de ser uma mera etapa protocolar, é um ato de formação contínua e integrada, sendo ao mesmo tempo espaço de criação, reflexão crítica e transformação. Nesse contexto, o pesquisador ou a pesquisadora não é apenas executante de etapas, mas um sujeito ativo que se forma e se transforma ao longo do processo.

Este espaço curricular possibilita a sistematização e teorização de estudos, investigações e reflexões, convergindo para duas produções: o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e um artigo publicado na Revista Eventos Pedagógicos – REP's, com publicação semestral.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é construído com base no eixo curricular articulador denominado de Pesquisa Educacional, já discutido neste documento, e objetiva proporcionar aos alunos do Curso de Pedagogia o aprimoramento da capacidade de articulação, interpretação, análise, reflexão e produção científica. Ou seja, provoca situações de estudos, pesquisas, reflexões e leituras na e sobre a educação, ações e interferências em processos educativos, teorizações de realidades da educação formal e não formal. Esta produção se dá orientada pela Resolução 030/2012/CONEPE que dispõe sobre o TCC dos cursos de graduação da UNEMAT.

Para os alunos deste Curso de Pedagogia, o TCC consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de monografia, em qualquer área de conhecimento da Educação, no âmbito da formação do pedagogo. As temáticas dos trabalhos devem estar preferencialmente alinhadas às linhas de pesquisas do Curso de Pedagogia do Campus Sinop e aos grupos de pesquisas dos docentes que atuam na Faculdade de Educação e Linguagem.

O processo de construção do TCC compreende duas etapas:

A primeira etapa é destinada à elaboração do Projeto de Pesquisa, que se dá no decorrer das disciplinas de **Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos** e **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa**, ambas com 60 horas. A disciplina de **Projeto de Pesquisa** é destinada também para a organização e execução das bancas de apresentação e avaliação dos projetos de pesquisa, que acontecem como parte integrante da mesma.

A segunda etapa compreende a disciplina de **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa e Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, que são propostas para o desenvolvimento da



pesquisa e para a finalização da monografia. Especificamente na disciplina de **Produção Investigativa** ocorrem a apresentação e defesa pública da monografia perante banca avaliadora.

A produção da monografia subsidia a elaboração de artigo científico que se dá na disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação**. O artigo produzido é publicado na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165), vinculada ao Curso de Pedagogia do Campus de Sinop. Neste sentido, o processo de construção do TCC constitui-se como espaço teórico prático com a função de integrar conhecimentos, teorizar práticas e realidades educacionais, conceber o trabalho docente conforme o espaço histórico, social e econômico presente num determinado tempo, percebendo as contradições nele existentes, conforme explanado a seguir.

Disciplina - Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação

A disciplina de **Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação** estabelece as bases para uma compreensão do papel da ciência na sociedade e, especificamente, no contexto educacional. Aborda a pesquisa como um processo dinâmico de questionamento e descoberta, incentivando-se o desenvolvimento de uma postura investigativa, essencial para a identificação, elaboração e compreensão de questões problematizadoras na prática pedagógica. A abordagem histórica da evolução da ciência e da pesquisa na educação contribui para contextualizar o conhecimento atual, permitindo a compreensão das raízes e das transformações nas práticas investigativas.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento do letramento científico, no qual mais do que apenas apreender conhecimentos científicos, busca-se refletir sobre a produção desses conhecimentos de forma crítica e ética. Isso envolve a habilidade de identificar questões relevantes, explicar fenômenos educacionais e de formular conclusões embasadas em evidências.

A disciplina também aborda a intrínseca relação entre teoria, metodologia e prática, demonstrando como o conhecimento científico se traduz em intervenções educacionais. A ética e a responsabilidade social são enfatizadas como princípios norteadores de toda produção científica, garantindo que a pesquisa contribua significativamente para a sociedade.

Além dos aspectos conceituais, a ementa oferece ferramentas práticas para a pesquisa acadêmica. Abordam-se metodologias de estudo, como a leitura crítica e a revisão de literatura, bem como uma introdução aos diferentes tipos de trabalhos acadêmicos, desde resumos até monografias. Nessa perspectiva, um foco significativo é dado às normas da ABNT, indispensáveis para estruturação dos trabalhos científicos. A discussão sobre direitos autorais e plágio reforça a importância da integridade acadêmica, preparando os pedagogos para uma atuação profissional pautada pela integridade intelectual e pelo rigor científico.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos

A disciplina **Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos**, parte da direção de reafirmar o papel da pesquisa como prática formativa, crítica e interventiva, inseparável da constituição do professor como sujeito epistêmico e ético da sua própria formação. Apresenta uma proposta epistemologicamente fundamentada e articulada ao campo das ciências humanas e sociais,



reconhecendo a educação como um campo de produção de conhecimento interdisciplinar, mantendo-se em unidade de estágio formativo pela pesquisa em educação. Seu diferencial está na ênfase na pesquisa como prática de intervenção e transformação, em consonância com o papel do professor também como pesquisador, compreendendo sua autoria e sua subjetividade na produção do conhecimento.

Partindo da trajetória histórica da ciência e da pesquisa, a ementa explora as bases epistemológicas e metodológicas que sustentam a produção do conhecimento em educação. Nesse sentido, é fundamental a compreensão sobre a relação intrínseca que deve existir entre teoria, metodologia e prática, reconhecendo que a escolha de uma abordagem metodológica não é neutra, mas sim uma decisão teórico-política que molda a construção do objeto de estudo e do próprio conhecimento.

Por meio da abordagem de diferentes paradigmas e metodologias de pesquisa, enfatiza-se as possibilidades de uso desse arcabouço metodológico em diversos contextos investigativos, subsidiando o momento da escolha da metodologia mais adequada aos interesses de pesquisa. Abordam-se também as técnicas de pesquisa mais utilizadas em educação, como observação, entrevista, questionário e diário de campo, fornecendo as ferramentas necessárias para a coleta de dados. A ética na pesquisa é um tema transversal e de suma importância, discutindo princípios, a atuação dos comitês de ética, as práticas situadas e a postura responsável do pesquisador.

Nessa perspectiva, a formação docente é base epistemológica problematizadora e situada na produção de conhecimento e na leitura crítica da realidade educacional, concebendo a pesquisa não como mera etapa ou protocolo acadêmico, mas como princípio educativo, ético e político. Nesse sentido, a disciplina busca tensionar o lugar da metodologia como escolha teórico-política e não como aplicação técnica de instrumentos pré-definidos. Os fundamentos metodológicos da pesquisa em educação devem dialogar com a historicidade dos sujeitos, com os conflitos do campo escolar e os diversos espaços educativos e com a invenção de estratégias formativas coerentes com os desafios da prática pedagógica em seu sentido pleno e estrito.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa

A organização do currículo de um curso de Pedagogia precisa expressar com clareza as concepções de formação que sustentam seus princípios estruturantes, inclusive observando criticamente a dimensão orgânica entre os sujeitos e realidade (seja a formativa, seja a inquirida: de um processo de diálogos e reflexões entre os(as) professores, os(as) estudantes, a realidade historicizada, pesquisa em educação, realidade educativa problematizada) Nesse sentido, a escolha pela posição de sentido intitulada **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa** não é meramente terminológica, mas traduz uma posição político-pedagógica que afirma o caráter ético, processual e crítico da investigação no campo educacional, distinta de uma visão tecnicista e produtivista.

Nessa perspectiva de se transformar inquietações e observações em propostas de investigação estruturadas e relevantes, o foco inicial da disciplina reside no estudo de questões investigativas que emergem da prática educacional, como ponto de partida para a formulação de um projeto de pesquisa consistente. Nesse sentido, desloca-se o centro da ação para a formação do pesquisador-professor,



compreendido como sujeito que produz conhecimento a partir da escuta, da observação e da intervenção nos territórios educativos. Essa perspectiva se ancora na relação entre a construção do objeto de pesquisa e os processos de escuta, observação e intervenção no cotidiano educativo, considerando a escola e seus sujeitos como territórios vivos de produção de sentidos. O pesquisador-professor, nesse cenário, é convocado a articular saberes e fazeres, situando-se criticamente no campo de tensões que marca a educação brasileira.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento da escrita acadêmica como um processo de autoria e reflexão, fundamental para a construção do objeto de estudo. Os estudantes serão guiados na definição clara do problema de pesquisa, na formulação de objetivos (gerais e específicos) e na elaboração de uma justificativa que demonstre a relevância do estudo. A construção do referencial teórico é abordada como um diálogo crítico com a literatura existente, permitindo a conceituação adequada dos termos e conceitos que fundamentam a pesquisa. E, na sequência, o delineamento metodológico, com a escolha de abordagens e métodos, e a definição das técnicas de coleta de dados, buscam garantir o rigor científico do projeto.

Além dos aspectos metodológicos, a disciplina dedica atenção especial aos aspectos éticos envolvidos na elaboração de projetos de pesquisa em educação, assegurando que as investigações sejam conduzidas com responsabilidade e respeito aos participantes. A ementa também aborda as normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 15287:2025, que trata especificamente de projetos de pesquisa, e outras normas pertinentes para a formatação e apresentação. Por fim, a disciplina garante que os projetos estejam em conformidade com as diretrizes institucionais, como a Res. 030/2012-CONEP e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Prática Investigativa

A disciplina **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa** articula os fundamentos já construídos nas fases anteriores com o aprofundamento das práticas de coleta, sistematização e início da análise de dados, indispensáveis para a construção de um projeto de pesquisa enraizado nas realidades escolares e sociais.

Nesse sentido, esta disciplina possui a função estratégica de mobilizar os sujeitos em formação para os momentos mais decisivos da pesquisa empírica: o delineamento dos instrumentos, o planejamento ético das investigações em campo, a construção de categorias empíricas, a sistematização e análise de dados. Dedicar-se a aprofundar os aspectos teóricos e metodológicos relacionados à construção e aplicação de diversos instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, questionários, formulários, observações, diários de campo, grupos focais, e análises bibliográficas e documentais, bem como, a prática de aplicação e registro em contextos reais, como escolas e outros espaços educativos. Isso permite que os estudantes vivenciem o processo de produção e coleta de dados, desenvolvendo habilidades essenciais para a pesquisa de campo.

A disciplina também aborda a análise preliminar, organização e sistematização dos dados coletados, preparando os discentes para as etapas subsequentes de interpretação e discussão dos resultados. Para tanto, são realizadas reflexões sobre o lugar do pesquisador na produção dos dados e na escuta dos sujeitos, promovendo uma postura crítica e reflexiva, além de especial atenção aos



cuidados éticos na prática investigativa, reforçando a importância do respeito aos participantes e da integridade da pesquisa.

Além disso, a ementa introduz a elaboração inicial da monografia, com base na NBR 14724:2024 e outras normas da ABNT, garantindo que os estudantes estruturam seu trabalho desde as etapas iniciais da coleta de dados. A disciplina também assegura o atendimento às diretrizes institucionais, como a Res. 030/2012-CONPE e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, para que os trabalhos estejam em conformidade com as exigências acadêmicas.

A disciplina supera, assim, a lógica de disciplinas dissociadas e fragmentadas, oferecendo um espaço que reconheça o pesquisador como alguém em formação, e que permita vivenciar com profundidade os dilemas, contradições e criações do campo investigativo.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Produção Investigativa

A disciplina de conclusão do percurso investigativo, intitulada **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, carrega a especificidade de marcar o retorno dessa atividade à última fase do curso de Pedagogia, reforçando sua centralidade como momento de síntese formativa. Mais do que uma decisão técnica, essa escolha expressa uma compreensão da linguagem como espaço simbólico, que posiciona o sujeito no processo educativo e investigativo.

A ementa foca na orientação e acompanhamento individualizado da escrita do TCC, guiando os alunos na transição da coleta de dados para a análise e discussão dos resultados, enfatizando-se a retomada de aspectos teóricos e metodológicos para a construção de categorias de análise com vistas à interpretação dos dados. Busca-se, nesse processo, assegurar a coerência entre os objetivos da pesquisa, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada e os dados apresentados.

Ainda nesse percurso, os discentes são desafiados a elaborar conclusões e considerações finais que sintetizem os achados da pesquisa e explorem suas implicações para o campo da Educação e da prática pedagógica, estimulando-se a reflexão crítica sobre as contribuições da pesquisa para o avanço do conhecimento e para a transformação das realidades educacionais. Com isso, fortalece-se o vínculo entre formação inicial e as futuras práticas docentes, afirmando o compromisso com uma concepção de professor como pesquisador de sua própria realidade educacional, capaz de produzir conhecimento e transformar contextos.

A ementa também enfatiza a importância da clareza, coerência e argumentação na escrita acadêmica, habilidades cruciais para a comunicação eficaz dos resultados da pesquisa. A elaboração da monografia segue rigorosamente a NBR 14724:2024 e outras normas da ABNT, abrangendo a revisão textual e a formatação de todos os elementos do trabalho – pré-textuais, textuais e pós-textuais. A preparação para as bancas de defesa é um elemento relevante, no qual os discentes aprimoram suas habilidades de apresentação e argumentação. Por fim, a disciplina garante que o TCC esteja em total conformidade com a Res. 030/2012-CONPE e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, assegurando a qualidade e a validade do trabalho final.

Disciplina - Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação



A disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação** encerra o ciclo de pesquisa, enfatizando-se a importância de publicar e socializar os resultados das investigações realizadas. O foco principal é a produção de artigos científicos como meio de publicação e disseminação do conhecimento gerado no campo da educação. Esse componente curricular oportuniza aos discentes compreender o universo das publicações científicas, apreender a estrutura e desenvolver a experiência de elaborar um texto científico que atenda a normas específicas para esse tipo de publicação, com a subsequente publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165), vinculada ao curso de Pedagogia. Ou seja, o(a) discente conclui sua formação com a publicação de um artigo em um periódico da área de Educação reconhecidamente qualificado. Acrescenta-se que essa experiência formativa também contribui substancialmente para aqueles(as) discentes que têm a intenção de prosseguir com sua formação em nível de pós-graduação, o que atende às disposições da Unemat nesse sentido.

Para tanto, a ementa aborda o impacto da pesquisa e sua contribuição para a sociedade e para a própria área educacional, incentivando os futuros pedagogos a conceberem a pesquisa como uma ferramenta de transformação social. Para tanto, discute-se a estrutura, os elementos e os diferentes tipos de artigos científicos, com base na ABNT NBR 6022:2018, bem como, abordam-se as normas de publicação em periódicos científicos relevantes nas áreas de educação e ensino, além das normas específicas para publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165). Este conhecimento é fundamental para que os alunos submetam seus trabalhos a veículos de comunicação científica com a consistência e o rigor requeridos.

Outro aspecto importante é a discussão sobre direitos autorais e ética na publicação científica, reforçando-se a necessidade de integridade e originalidade na divulgação do conhecimento. O desenvolvimento da disciplina culmina na elaboração de um artigo científico a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelo discente, proporcionando uma experiência prática de transformar um trabalho extenso em um formato conciso e publicável. Por fim, a disciplina promove a socialização do artigo científico em eventos específicos do curso de Pedagogia (Jornada Pedagógica), promovendo-se a troca de experiências e o debate acadêmico, e consolidando a pesquisa como um processo contínuo de aprendizado e contribuição para o campo da Educação.

5.4.1 Aspectos gerais

O Projeto de Pesquisa (PP) deve ser elaborado na 6ª fase do curso de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 15287.

Na disciplina de **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa**, na qual é elaborado o projeto de pesquisa, deverá ser realizada banca de avaliação/qualificação do projeto, ao final da disciplina, sendo a banca composta pelo professor orientador e 2 (dois) professores convidados. Ao professor da disciplina caberá a avaliação à parte, referente aos critérios de avaliação da disciplina.

A coleta/produção de dados de pesquisa, bem como seu tratamento, apresentação de resultados e início da elaboração da monografia é realizada na 7ª fase do curso, dentro a disciplina de **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa**. Os critérios de avaliação dessa etapa da pesquisa são os definidos pela respectiva disciplina.



A monografia deverá ser elaborada na 8ª fase do curso, de acordo com modelo a ser fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 14274 (monografia).

Na disciplina de **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, na qual é elaborada a monografia, deverá ser realizada banca examinadora, ao final da disciplina, em sessão de defesa pública. A banca será composta pelo professor orientador e 2 (dois) professores convidados. Ao professor da disciplina caberá a avaliação à parte, referente aos critérios de avaliação da disciplina.

O artigo científico deverá ser elaborado e socializado na 8ª fase do curso, dentre a disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação**, de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 6028 (artigo científico). A avaliação do artigo e de sua respectiva socialização atenderá aos critérios de avaliação da disciplina.

O discente deve elaborar seu Projeto de Pesquisa (PP) e sua Monografia de acordo com: (a) a normativa acadêmica vigente na UNEMAT que dispõe sobre o TCC; (b) as disposições deste PPC; (c) as orientações do docente do componente curricular de TCC I; (d) as orientações do professor orientador, e; (e) os modelos fornecidos pela Coordenação do Curso. A estrutura formal do PP e da Monografia devem seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, devidamente atualizadas.

5.4.2 Das Atribuições

O processo de elaboração, apresentação e defesa do TCC envolve diretamente: 1) os docentes dos componentes curriculares de Projeto de Pesquisa, Prática Investigativa, Produção Investigativa e Publicação e Disseminação; 2) o orientador, e; 3) o discente em fase de desenvolvimento do TCC. As atribuições de cada um destes sujeitos estão descritas de forma detalhada neste PPC, observando-se as orientações contidas na Resolução nº 030/2012 - CONEPE.

5.4.3 Atribuições dos professores das disciplinas de TCC

Ao professor das disciplinas de TCC, compete:

I. Responsabilizar-se pela gestão, supervisão e acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso, articulando as relações entre discentes/orientandos e professores orientadores;

II. Informar aos discentes, no início do período letivo, a relação de docentes disponíveis para orientação, os temas de interesse para orientação e as respectivas linhas de pesquisa do curso;

III. Receber e apreciar as indicações de orientadores feitas pelos discentes e pelos professores orientadores do curso, primando pela distribuição dos encargos de orientação de forma equitativa e correspondente às linhas de pesquisa do curso, e submetendo-as à apreciação do Colegiado de Curso;

IV. Sugerir orientadores para os discentes que ainda não tiverem firmado acordo de orientação;

V. Oferecer, dentre a carga horária das disciplinas de TCC, as informações e orientações comuns necessárias para elaboração do TCC, em todas as suas fases, de acordo com as normas desta resolução.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



VI. Convocar reuniões com orientadores e discentes matriculados nas disciplinas de TCC sempre que se fizer necessário;

VII. Avaliar os discentes de TCC, mediante atribuição de nota parcial conforme Plano de Trabalho e critérios avaliativos apresentados para as referidas disciplinas;

VIII. Convocar os orientadores e demais avaliadores convidados para compor as respectivas bancas de avaliação/qualificação de projeto de pesquisa e de defesa do trabalho final;

IX. Definir e organizar os ambientes para a realização das sessões de avaliação/qualificação dos projetos de pesquisa e de defesa dos trabalhos finais;

X. Emitir as atas de avaliação/qualificação dos projetos de pesquisa e de defesa dos trabalhos finais, após a realização das bancas examinadoras, para assinatura do discente, do orientador e dos demais integrantes das respectivas bancas;

XI. Produzir, semestralmente, relação geral e registro de bancas de avaliação/qualificação de projetos de pesquisa e de defesa de trabalhos finais, encaminhando, após a realização das bancas examinadoras, as respectivas informações para a Secretaria da Faculdade a qual o curso está vinculado para emissão das declarações de avaliador e de professor orientador.

XII. Registrar, no sistema de gestão acadêmica, os resultados finais da avaliação do TCC dentro os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico para o lançamento de notas semestrais;

XIII. Em caso de trabalho final em formato de documento de texto, encaminhar, para a Biblioteca do Campus, em arquivo digital (PDF) e em sua versão final revisada e definitiva, os trabalhos finais defendidos no respectivo semestre letivo;

XIV. Receber, apreciar e submeter, ao Colegiado de Curso, os requerimentos de alteração ou substituição de orientador;

XV. Receber, apreciar e submeter, ao Colegiado de Curso, os requerimentos de desistência orientação;

XVI. Produzir ofícios e outros documentos que os discentes solicitarem em relação à pesquisa em andamento;

XVII. Informar, ao orientador, a ocorrência de plágio no TCC de seus orientandos, quando houver, e deliberar, juntamente do Colegiado de Curso, sobre os encaminhamentos para apuração e demais medidas cabíveis nesses casos;

XVIII. Realizar, quando possível, atividades abertas à comunidade acadêmica como encontros, palestras, seminários, organização de obras coletivas, entre outras, envolvendo os orientadores e seus orientandos em um processo de socialização e divulgação dos temas ainda em etapa de elaboração de projeto de pesquisa e/ou de trabalho final já defendido.

Definir em concordância com a coordenação do curso os avaliadores dos TCCs, observando as áreas de atuação e pesquisa dos professores do curso;

Contribuir, juntamente com a coordenação do curso, para que haja equilíbrio na escolha dos avaliadores, evitando-se repetição do mesmo professor avaliar mais de três trabalhos em um mesmo semestre letivo, sendo que os avaliadores só poderão avaliar mais de um trabalho se não houver outro avaliador da mesma área ou mediante a inexistência de professores da área.



A coordenação de curso, bem como, os professores das disciplinas de TCC, somente poderão permitir orientadores e avaliadores de mesma faculdade na ausência de pesquisadores nos quadros do curso.

No início de cada período letivo, compete ao professor das disciplinas de TCC:

I. Elaborar e submeter, ao Colegiado do Curso, no prazo de 15 (quinze) dias após o início do período letivo, Plano de Trabalho da disciplina de TCC contendo cronograma das atividades, avaliações, prazos para entrega de documentos, entre outros, de modo que ocorram dentro o semestre letivo;

II. Elaborar e submeter, ao Colegiado de Curso, assim que forem firmados os termos de aceite de orientação, relação de discentes, temas de pesquisa e respectivos orientadores e coorientadores (estes últimos, quando houver).

Devem ser observadas, também, as disposições do Art. 7º da Resolução nº 030/2012 - CONEPE.

Para exercer as atividades de Professor de TCC, o docente deve ser qualificado, preferencialmente, em nível de pós-graduação *stricto sensu* (Resolução nº 030/2012 - CONEPE, Art. 6º).

5.4.4 Atribuições dos discentes em fase de realização do TCC

É considerado discente em fase de realização de TCC, todo aquele regularmente matriculado nos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

O discente possui as seguintes atribuições a serem cumpridas nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão I e II:

- I. Ser responsável pela elaboração do TCC em todas suas etapas;
- II. Frequentar as aulas da disciplina de TCC na qual estiver matriculado;
- III. Cumprir os prazos, as atividades e cronogramas previstos no Plano de Trabalho do professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado;
- IV. Desenvolver as atividades de pesquisa conforme orientações recebidas;
- V. Comparecer às reuniões de orientação e acompanhamento e cumprir os prazos definidos pelo orientador para o desenvolvimento das atividades de TCC;
- VI. Comparecer às reuniões convocadas pelo professor de TCC;
- VII. Zelar pela não ocorrência de plágio no TCC, em todas suas etapas.

a) Responsabilidades específicas em relação à etapa de elaboração do projeto de pesquisa

- I. Definir o tema de pesquisa de acordo com as linhas de pesquisa do curso;
- II. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, Termo de Aceite de Orientação firmado entre discente e orientador, devidamente preenchido e assinado por ambas as partes;



- III. Entregar Termo de Aceite de Coorientação, quando for o caso;
- IV. Elaborar o projeto de pesquisa de acordo com a temática definida com o orientador e, conforme modelo fornecido pela Coordenação do Curso;
- V. Submeter, ao orientador e ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, o projeto de pesquisa para avaliação e verificação dos critérios mínimos a serem atendidos para fins de autorização para agendamento de banca examinadora;
- VI. Comparecer em data, horário e local definidos pelo professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, para apresentação oral do projeto de pesquisa de acordo com o calendário estipulado no Plano de Trabalho do professor de TCC;
- VII. Realizar revisões e ajustes no projeto de pesquisa de acordo com as recomendações da banca examinadora;
- VIII. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, versão revisada projeto de pesquisa, após conferência do professor orientador.

b) Responsabilidades específicas em relação à etapa de elaboração da monografia

- I. Desenvolver a pesquisa conforme estabelecido no respectivo projeto de pesquisa;
- II. Elaborar o trabalho final de acordo com o estabelecido no respectivo projeto de pesquisa;
- III. Submeter, ao orientador e ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, o trabalho final para avaliação e verificação dos critérios mínimos a serem atendidos para fins de autorização para agendamento de banca examinadora;
- IV. Comparecer em data, horário e local definidos pelo professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, para defesa oral do trabalho final de acordo com o calendário estipulado no Plano de Trabalho do professor de TCC;
- V. Realizar revisões e ajustes no trabalho final de acordo com as recomendações da banca examinadora;
- VI. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, versão revisada e definitiva do trabalho final, após conferência do professor orientador.

Devem ser observadas, também, as disposições do Art. 25 da Resolução nº 030/2012 – CONEPE.

5.4.5 Das atribuições dos professores orientadores

O TCC será desenvolvido sob a orientação de um docente que já tenha ministrado componente curricular no curso. Sua orientação será oficializada por meio do Termo de Aceite, o qual deverá ser assinado e entregue ao coordenador de TCC.

Cada docente pode orientar até 05 (cinco) discentes no curso. A mudança de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante concordância expressa



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



do docente substituído e mediante documento de Transferência de Orientação - Solicitação do discente/Docente, assinado por ambas as partes e encaminhado ao coordenador de TCC.

Compete ao orientador de TCC:

I. Definir, junto com o orientando, o tema a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso;

II. Orientar seu respectivo orientando em todas as etapas de realização de seu TCC;

III. Realizar o acompanhamento das atividades de TCC por parte do orientando, quer sejam desenvolvidas interna ou externamente à Unemat;

IV. Atender, com periodicidade máxima quinzenal, aos discentes sob sua orientação, realizando os devidos registros por escrito dos atendimentos;

V. Estabelecer, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do início das aulas, o cronograma planejado de acompanhamento e orientação, a ser divulgado pela Coordenação do Curso;

VI. Realizar reuniões periódicas de orientação com os orientandos;

VII. Informar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, o andamento das etapas de desenvolvimento do TCC por parte de seus orientandos;

VIII. Participar de eventuais reuniões convocadas pelo professor da disciplina e/ou pelo Coordenador do TCC para análise do desenvolvimento do TCC, em todas suas etapas;

IX. Prestar, quando solicitado, esclarecimentos ao professor da disciplina e/ou ao Coordenador de TCC sobre as atividades de orientação e acompanhamento desenvolvidas;

X. Informar, ao professor da disciplina de TCC, o descumprimento dos prazos estabelecidos por seus orientandos durante o semestre letivo;

XI. Orientar o orientando no atendimento a normas técnicas da ABNT aplicáveis à elaboração do TCC em todas suas etapas;

XII. Zelar pela correção formal de língua portuguesa nos TCCs de seus orientandos.

XIII. Realizar a revisão da documentação referente ao TCC a ser entregue pelos respectivos orientandos;

XIV. Avaliar o processo-aprendizagem dos orientandos sob sua responsabilidade de orientação, atribuindo nota parcial conforme critérios de avaliação constantes das ementas das disciplinas de TCC e critérios de avaliação definidos pelo curso de acordo com o tipo de trabalho final;

XV. Participar, de forma presencial ou virtual, da banca de avaliação/qualificação de projeto de pesquisa e de defesa do trabalho final de seus orientandos, presidindo as respectivas bancas;

XVI. Anotar as recomendações da banca examinadora durante a avaliação/qualificação do projeto de pesquisa e durante a defesa do trabalho final, acompanhando a inclusão das mesmas na elaboração de versão revisada do TCC a ser entregue pelo respectivo orientando;

a) Atribuições específicas referentes à elaboração e avaliação/qualificação do projeto de pesquisa



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



I. Autorizar seus orientandos a apresentarem seus respectivos projetos de pesquisa, entregando, ao professor da disciplina de TCC, o termo de autorização de qualificação, devidamente preenchido e assinado;

II. Preencher e assinar 5 (cinco) vias da ata de avaliação/qualificação de projeto;

III. Verificar se o orientando entregou, ao professor da disciplina de TCC, dentre os prazos estabelecidos pela disciplina, o projeto de pesquisa devidamente revisado, conforme as recomendações da banca examinadora.

IV. Assinar o quadro de acompanhamento e orientação;

b) Atribuições específicas referentes ao desenvolvimento da pesquisa e à elaboração e defesa do trabalho final

I. Autorizar seus orientandos a apresentarem seus respectivos trabalhos finais, entregando, ao professor da disciplina de TCC, o termo de autorização para defesa, devidamente preenchido e assinado;

II. Preencher e entregar 5 (cinco) vias da ata de defesa do trabalho final;

III. Verificar se o orientando entregou, à Secretaria da Faculdade, o trabalho final em sua versão revisada e definitiva, conforme as recomendações da banca examinadora, juntamente de cópia digitalizada da ata de defesa.

V. Assinar o quadro de acompanhamento e orientação.

As orientações e o acompanhamento das atividades de desenvolvimento do TCC por parte do orientando serão realizados por meio de reuniões com periodicidade máxima quinzenal.

§ 1º. As respectivas reuniões deverão ser agendadas de acordo com a disponibilidade de atendimento de cada professor, conforme cronograma inicialmente planejado de acompanhamento e orientação e devidamente informado ao discente e à Coordenação do Curso.

§ 2º. O registro das reuniões deverá ser realizado em quadro específico, devidamente preenchido e assinado pelo orientando e pelo orientador.

§ 3º. Tal quadro de acompanhamento e orientações deverá ser entregue ao final de cada semestre letivo ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual o discente está matriculado, para fins de arquivamento na pasta do discente. As reuniões de orientação deverão ser agendadas de acordo com o quadro de atendimento de cada professor, conforme cronograma previamente estabelecido.

Caso o discente não tenha disponibilidade de horário fora do seu período normal de aulas, o orientador deverá agendar reuniões de orientação, conforme o horário geral estabelecido pela coordenação do curso onde está vinculado. A responsabilidade pela elaboração do TCC é do discente, o que não exime o orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste PPC, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Devem ser observadas, também, as disposições do Art. 22 da Resolução nº 030/2012 - CONEPE.



5.4.6 Da documentação

A documentação obrigatória a constar na pasta do discente que está na etapa de elaboração do projeto de pesquisa consiste em:

a) Documentação inicial:

- I. Termo de Aceite de Orientação, devidamente assinado pelo discente e pelo professor orientador;
- II. Termo de aceite de Co-orientação, quando for o caso, devidamente assinado pelo discente, pelo orientador e pelo coorientador;
- III. Quadro de acompanhamento e orientações, devidamente preenchido e assinado pelo discente e pelo professor orientador;

b) Documentação referente à etapa de avaliação/qualificação do projeto de pesquisa:

- I. Autorização para avaliação/qualificação do projeto de pesquisa, assinada pelo professor orientador;
- II. Ata de avaliação/qualificação do projeto de pesquisa, devidamente assinada pelo professor orientador e pelos integrantes da banca examinadora;

c) Documentação referente à etapa de desenvolvimento da pesquisa:

- I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pelos sujeitos de pesquisa, quando se tratar com pesquisa social que compreenda a coleta de dados com pessoas;
- II. Quadro de acompanhamento e orientações, devidamente assinado pelo discente e pelo professor orientador;
- III. Autorização para defesa do trabalho final, devidamente assinada pelo professor orientador;
- IV. Ata de defesa do trabalho final, devidamente assinada pelos integrantes da banca examinadora;

5.4.7 Disposições finais

Deverão ser criadas pastas para arquivamento de toda documentação dos discentes devidamente matriculados em disciplinas de TCC. Essas pastas deverão ser armazenadas em arquivo próprio nas dependências da Coordenação do Curso ou em dependências designadas pela Coordenação do Curso para esse fim.

Ao NDE, compete a proposição de linhas de pesquisa no âmbito do curso, contribuir na proposição e caracterização dos componentes curriculares referentes à pesquisa e ao trabalho de conclusão do curso, bem como, do formato e dos critérios de avaliação do trabalho de conclusão do curso.



Por sua vez, à Coordenação do curso compete apreciar os temas de investigação e respectivas abordagens propostos no projeto de pesquisa pelos discentes, bem como, verificar a relação equitativa entre os docentes orientadores e respectivos orientandos dentre as linhas de pesquisa do curso, bem como o quantitativo mínimo e máximo de orientandos por orientador, atendendo à Resolução nº 030/2012 - CONEPE.

Toda a documentação adotada pelo Curso de Pedagogia referente ao Trabalho de Conclusão de Curso será fornecida pela Coordenação do Curso aos docentes das disciplinas de Projeto de Pesquisa, Prática Investigativa, Produção Investigativa e Publicação e Disseminação, incluindo os modelos de projeto de pesquisa, monografia e de artigo científico.

Será fornecido também, pela Coordenação de Curso, um orientativo referente à todas as etapas, documentação, responsabilidades e trâmites referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso no presente curso de Licenciatura em Pedagogia.

Em relação aos demais aspectos do Trabalho de Conclusão de Curso, observar as disposições da Resolução nº 030/2012 – CONEPE.

5.5 Atividades de Extensão

A extensão universitária está numa compreensão alinhada com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio 2024. Na página 22 e seguintes deste texto.

5.6 Jornadas Pedagógicas

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006; e a concomitante Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), estabelece para a formação do pedagogo os princípios da "interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética". Neste sentido, as Jornadas Pedagógicas são propostas a partir de oito temáticas objetivando alicerçar tais princípios, com potencialidade para provocar construções e reflexões acerca da educação num sentido amplo, como produção humana, histórico-cultural, transversalizada pela diversidade e pluralidade. Busca proporcionar, também, a compreensão da escola como espaço social, construído pela humanidade, locus privilegiado de ação e de estudo da pedagogia e das demais ciências, cujos sujeitos da/na ação pedagógica em processo, orientam-se por diferentes abordagens teóricas e experiências distintas, promovendo diálogo com as diversas ciências, com os espaços não escolares, para perceber e entender suas implicações educacionais.

As Jornadas Pedagógicas são ações pedagógicas orientadas por temáticas articuladoras desenvolvidas no decorrer do curso. Os discentes devem participar obrigatoriamente de, no mínimo, oito ao longo de sua formação. Aos docentes lotados no curso a participação é obrigatória em todos os semestres letivos, pois elas acontecem semestralmente de forma planejada e articulada pelo conjunto dos professores que atuam no curso, criando momentos coletivos, sob a responsabilidade da coordenação do curso.

As temáticas definidas para integrar cada fase formativa são as seguintes: Leituras de Realidade e Educação; A Educação como Prática Humana Intencional; Problematisações da Educação;



Produção e Significação do Conhecimento Escolar e Investigação Educacional; Saberes e Fazer na/da docência; Entrelaçamentos teórico-práticos do Currículo Escolar; As dimensões da investigação e prática pedagógica do Contexto Escolar; Articulações do Projeto Político Pedagógico Escolar.

As sistematizações das discussões promovidas e provocadas no acontecimento das aulas, nos estudos teóricos, nas leituras de realidades educacionais, nas problematizações e possíveis construções de intervenções pedagógicas, entrelaçados aos espaços de observações e práticas pedagógicas, nos diversos níveis da educação básica, são socializadas nas Jornadas Pedagógicas que ocorrem no Seminário promovido pelas Disciplinas de Didática III e IV. Este Seminário deve ser entendido como o encontro de experiências, reflexões, descobertas e desafios dos alunos e dos educadores do curso, transpassando muros das salas de aula e de fases formativas.

A organização do Seminário será de responsabilidade dos alunos que estiverem cursando as Disciplinas de Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil, Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão do Ensino Fundamental, e Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação, na 8ª Fase Formativa, e devem envolver na organização alunos voluntários das fases iniciais do Curso.

5.7 Avaliação

A avaliação da aprendizagem no Curso de Pedagogia, assegurada na autonomia didático-pedagógica dos professores, deve observar e atender a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso, aprovada através da Resolução n.º. 001/2024 - CONEPE que estabelece que a avaliação do desempenho acadêmico é o "processo pelo qual se identifica, afere, investiga e analisa as modificações e avanços no desempenho do estudante, por meio de um processo contínuo, diversificado e cumulativo" (Art. 53) e demais orientações contidas no Título VIII, que devem ser observadas no processo de avaliação do desempenho acadêmico.

Observada a Normatização Acadêmica em vigor, os professores devem pautar o processo de avaliação na lógica da aprendizagem, e não na lógica da seleção. Para isto, a avaliação deve ser compreendida como parte do processo de ensino e aprendizagem e deve se orientar pelas questões: por quê? Para que se avalia? Nesta perspectiva, a avaliação deve ser criteriosa e estar a serviço da aprendizagem do acadêmico, deve ser uma oportunidade de diálogo, de leituras das realidades vivenciadas pelo conjunto de componentes curriculares do curso, de proposições e ações sociais com vistas a promoção da educação para e na cidadania.

Para assegurar uma avaliação como promoção de aprendizagem, os professores devem diversificar os instrumentos e procedimentos e desenvolver atividades de caráter integrado, com diferentes disciplinas. O trabalho integrado dar-se-á oficialmente nas Jornadas Pedagógicas, nos Projetos de Pesquisa Educacional, nas Monografias de Conclusão de Curso, nos Estágios Curriculares Supervisionados e nos Eventos Científicos e Pedagógicos. Entretanto, os professores devem criar numa perspectiva interdisciplinar, espaços e situações de aprendizagem, planejados e articulados coletivamente, que possibilitem reflexões e ações acerca dos processos educacionais, que fortaleçam a formação e a profissionalização do pedagogo.

A interdisciplinaridade além de provocar o trabalho coletivo, supõe o entrelaçamento de temas, o debate e reflexões epistemológicas que conduzem a processos avaliativos mais amplos e não a uma avaliação fragmentada, superficial e localizada.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Nos trabalhos coletivos que integram diversas disciplinas, os professores poderão, a partir de uma mesma produção do acadêmico, avaliar áreas afins e cada um avaliará os aspectos pertinentes a sua área. Como a avaliação não apresenta uma finalidade em si mesma, e sim, como prática educativa, o Curso de Pedagogia propõe alguns critérios para orientar o processo de avaliação da aprendizagem que propiciem tanto para o aluno quanto para o professor focar na lógica da aprendizagem:

1. Provas e/ou pesquisas com textos dissertativos. O professor fará a avaliação e os acadêmicos receberão, de acordo com a proposta da Disciplina, as produções com apontamentos feitos pelo professor.
2. Oportunizar-se-á ao acadêmico que não atingir o objetivo da Disciplina, três (3) momentos para refazer suas produções (avaliações, pesquisas bibliográficas, produções, etc.).
3. Após a terceira avaliação e orientação realizada pelo professor, caso o acadêmico ainda não tenha atingido o resultado considerado satisfatório para a disciplina, submeter-se-á a exame final se necessário.
5. Os acadêmicos que não atingirem a média vigente na Instituição serão submetidos aos critérios estabelecidos na Normatização Acadêmica em vigor. Entretanto, estes critérios não devem ser entendidos como uma "camisa de força", e sim, como orientação para o processo avaliativo que contemple as seguintes funções: diagnóstica, formativa e somativa. E que possibilitem a tomada de decisões e a melhoria da qualidade do ensino e da formação do Licenciado em Pedagogia.

O corpo docente do Curso de Pedagogia deve observar também, as orientações estabelecidas neste Projeto Pedagógico, em relação aos estágios curriculares supervisionados, os trabalhos de conclusão de curso (pesquisa e monografia), as jornadas pedagógicas e as atividades práticas. A avaliação no Curso de Pedagogia deve ser promovida enquanto processo dialógico, emancipador e cumulativo e não apenas objeto de certificação.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



7 QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO

PROFESSOR EFETIVO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	ÁREA DE CONCURSO	SITUAÇÃO
Ademilde Aparecida Gabriel Kato	Pedagogia	Mestre em Educação e Diversidade	Metodologia de Ensino	Exercício
Adil Antônio Alves de Oliveira	Psicologia	Mestre em Educação	Psicologia	Exercício
Alceu Zoia	Filosofia	Doutor em Educação	Filosofia	Exercício
Aumeri Carlos Bampi	Filosofia	Doutor em Filosofia e Ciências da Educação	Filosofia	Exercício
Edneuzza Alves Trugillo	Pedagogia	Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional	Metodologia de Ensino	Exercício
Elizangela Gomes Dos Santos Siebiger	Ciências Sociais	Mestre em Antropologia Social	Sociologia	Exercício
Hélio Vieira Junior	Ciências Sociais	Doutor em Sociologia	Sociologia	Exercício
Irene Carrillo Romero Beber	Educação Física	Doutora em Educação	Metodologia Científica	Exercício
Isabela Augusta Andrade Souza	Psicologia	Doutora em Psicologia Social	Psicologia	Exercício
Ivone Jesus Alexandre	Pedagogia	Doutora em Sociologia	Metodologia de Ensino	Exercício
João Batista Lopes da Silva	Educação Física	Doutor em Educação Física	Educação Física	Exercício
José de Souza Neto	Ciências Sociais	Doutor em Educação	Sociologia	Exercício



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



José Luiz Muller	Filosofia	Doutor em Educação	Didática	Exercício
Leandra Ines Seganfredo Santos	Pedagogia	Doutora em Estudos Linguísticos	Metodologia de Ensino	Exercício
Lenita Maria Korbes	Pedagogia	Doutora em Educação	Metodologia de Ensino	Exercício
Leonir Amantino Boff	Filosofia	Doutor em Educação	Filosofia	Exercício
Maria Angélica Dornelles Dias	Psicologia	Mestre em Educação	Psicologia	Exercício
Marion Machado Cunha	História	Doutor em Educação	Metodologia Científica	Exercício
Ralf Hermes Siebiger	Pedagogia	Mestre em Educação	Metodologia Científica	Exercício
Roberto Alves de Arruda	Pedagogia	Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana	Metodologia de Ensino	Exercício
Sandra Pereira de Carvalho	Pedagogia	Doutora em Ciência Política	Metodologia de Ensino	Exercício
Sandra Regina Braz Ayres Brito	Pedagogia	Doutora em Educação	Metodologia de Ensino	Exercício - Remoção Temporária (FAECS-JUA p/ FACHLIN-SNP)
Priscila Aparecida Moraes Henkemaier Xavier	Letras - Libras	Mestre em Estudo de Linguagem/Linguística	Educação Especial	CESSÃO p/ Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC, 16/05/25 a 15/05/26



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.724, de 16 de março de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021**. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025.** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR (CES). **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução Normativa n.º 007/2021/CEE-MT.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho Estadual de Educação, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância Reconhecimento Renovação de Reconhecimento.** Brasília, DF: INEP, 2017.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação.** São Paulo: Cortez, 2001.

GUTIÉRREZ, Francisco Javier; Prado, J. F. **Fundamentos Teóricos e Prática da Educação Ambiental.** [S. l.]: PROED, 2000, p. 60.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Prática Educativa.** Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PIMENTA, S. G. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente.** Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, set./dez. 2005.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 001/2024 – CONEPE**. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 015/2024 – CONEPE**. Dispõe sobre a criação e as atribuições do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado. Cáceres: UNEMAT, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 029/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 030/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 100/2015 – CONEPE**. Aprova alteração na Resolução nº 028/2012-CONEPE e 029/2012-CONEPE, que dispõe sobre Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. **Resolução nº 001/2010 – CONSUNI**. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. **Resolução nº 048/2026 – CONSUNI**. Aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Pró-reitoria de Ensino de Graduação. **Instrução Normativa nº 003/2019 - UNEMAT**. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cáceres: UNEMAT, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2028**: relatório final. Cáceres: UNEMAT, 2023.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. *In*: NÓVOA, A (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992

VEIGA, I. P. A. O cotidiano da aula universitária e as dimensões do Projeto Político-Pedagógico. *In*: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papirus, 2001.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA





APÊNDICE I – Ementas dos componentes da matriz curricular do curso

As ementas estão apresentadas em ordem alfabética dos componentes curriculares, por núcleos de formação.

Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG) / UC I

Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) / UC II

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Alfabetização matemática	OBR	4	0	0	60	
Ementa: O compromisso social, político e pedagógico do pedagogo no ensino da matemática. Fundamentos e tendências do ensino da matemática A natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da matemática na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Competências didático pedagógicas do(a) professor(a) pedagogo(a) para as aprendizagens significativas da matemática fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).						
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018. LORENZATO, S. Educação Infantil e Percepção Matemática. SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Formação de Professores). NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.) Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca v.2) SMOLE, K.S; DINIZ, M.I. e CANDIDO, P. Jogos de matemática de 1º a 5º ano. Coleção Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed, 2006.						
Bibliografia Complementar: BOALER, Jo. Mentalidades matemáticas na sala de aula: ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2018. FONSECA, M. da C. F. R. Alfabetização Matemática. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: 2014. LOPES, A. J. Saberes matemáticos e outros campos do saber. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 08. Brasília: MEC, SEB, 2014. PARUTA, A. M.; CARDOSO, V. C. O Letramento Matemático na BNCC. Zetetiké, Campinas, SP, v. 30, p. 1-20, 2022. TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e prática de matemática: como dois e dois, volume único: livro do professor / Marília Barros de Almeida Toledo, Mauro de Almeida Toledo. – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2009.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Brincadeiras, jogos e recreação para o Início da Escolarização	OBR	2	2	0	60	
Ementa: Concepções e origem dos jogos e brincadeiras. Significado de lúdico como prática cultural. A importância e o papel do jogo, do brinquedo e das brincadeiras para desenvolvimento integral da criança. O lúdico como fonte de compreensão do mundo e o papel na educação. Relação do lúdico com a Educação e suas implicações no ensino e na aprendizagem da criança, do jovem e do adulto. A relação entre as brincadeiras e as interações e a organização didático-pedagógica de atividades na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental.						
Bibliografia Básica: ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Teoria e prática em psicomotricidade. 2010. CAVALLARI, Vania Maria. Recreação em ação. 2006. Hermínia Regina Bugeste. Pedagogia do movimento universo lúdico e psicomotricidade. 2008. JESUS, Ana Cristina Alves de. Como aplicar jogos e brincadeiras na educação infantil. 2010. KISHIMOTO, TizukoMorchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação. 2010. MATOS JR. Moacir Ávila de; SALLES FILHO, Nei Alberto; FINCK, Silvia Christina Madrid; MARINHO, ROMÃO, Mariluce F.; BRITO, Bonine J G. Dimensões do jogo. Porto Alegre: SAGAH, 2019						
Bibliografia Complementar: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, vol. 2, 2002. BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. CÓRIA-SABINI, Maria aparecida; LUCENA, Regina Ferreira de. Jogos e brincadeiras na educação Infantil. Campinas: Papirus, 2004. EMERIQUE, Paulo Sérgio. Dicas lúdicas para pais e professores. Campinas-SP: Papirus, 2003. KISHIMOTO, TizukoMorchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. KISHIMOTO, TizukoMorchida. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1994. REDIN, Euclides. O Espaço e o Tempo da Criança: Se der tempo a gente brinca. 2. ed. Porto Alegre-RS: Mediação, 1998. STRAUB, José Luiz. Infância e Brincadeiras: Reciprocidade Produzida no Contexto Escolar e fora dele. CEACD/Sinop/UNEMAT, 2003. WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Didática I	OBR	3	1	0	60	-
Ementa: Os conceitos de Educação, Pedagogia e didática. A Didática, a escola e o processo educativo na perspectiva das principais teorias da educação. Didática, práticas educativas e a dinâmica da sala						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



de aula no projeto educativo para a atualidade. Didática e escola frente aos dilemas e desafios da contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

BELTHER, Josilda Maria. Didática I. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

DÁVILA, Cristina Maria; VEIGA, Vilma Passos Alencastro (org.). Didática e docência na educação superior: implicações para a formação de professores. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FONSECA, João S. e FONSECA, Sonia. Didática Geral. 1Ed. 2016. Disponível em:

<https://md.uninta.edu.br/geral/didatica1/pdf/Did%C3%A1tica%20Geral.pdf>

WINTER, Edna Magali; FURTADO, Waléria. Didática e os caminhos da docência. Curitiba, PR: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Didática II	OBR	3	1	0	60	-
Ementa: A função social da escola e as diferentes concepções e tendências pedagógicas que permeiam o processo educativo. Constituição da identidade pessoal/profissional, profissionalidade, trabalho docente e construção dos saberes docentes e conhecimento pedagógico necessários ao ato pedagógico. A dinâmica do processo de ensino e as condições necessárias para a aprendizagem: planejamento de ensino e avaliação. Trabalho docente, profissão e profissionalidade. A prática docente e suas relações: professor, aluno, disciplina, indisciplina, sujeito, conhecimento, saberes, teoria, prática, conteúdo, forma, ensino, aprendizagem. Prática Pedagógica Escolar e não-escolar enquanto práticas sociais específicas.						
Bibliografia Básica: ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesús Cabrerizo. Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 16 jun. 2025. CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e avaliação educacional. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 16 jun. 2025. CORDEIRO, Luciana Peixoto; MAIA, Christiane Martinatti. Didática: organização do trabalho pedagógico. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 16 jun. 2025. LIPPE, Eliza Márcia Oliveira (org.). Didática II. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 16 jun. 2025. HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2011.						
Bibliografia Complementar: GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 104p. HAYDT, Regina Célia Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008. 159 p.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



MULLER, José Luiz; OLIVEIRA, Adil Antônio Alves de; VIEIRA JÚNIOR, Hélio. Pedagogia em ambientes não escolares: Um olhar a partir de experiências docentes e discentes na formação em Pedagogia. Revista da Faculdade de Educação, [S. l.], v. 39, n. 1, p. e392325, 2024. DOI: 10.30681/21787476.2023.E392325. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/12449>. Acesso em: 2 jul. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil	OBR	2	1	1	60	-
Ementa: Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão da Educação Infantil. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do projeto político pedagógico escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas na Educação Infantil. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para a Educação Infantil (creche e pré-escola). Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas instituições escolares de Educação Infantil.						
Bibliografia Básica: BRASIL. Básica Nacional Curricular Comum. MEC. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Lei 9394/96 – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm BRASIL. ProBNCC. Dia de discussão de projeto pedagógico. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf BRASIL. ProBNCC. Orientações para a revisão dos projetos pedagógicos (PPS) à luz dos novos currículos. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/orientacoes_projeto_pedagogico.pdf Bibliografia Complementar: MEC/SEB. Indicadores de qualidade na Educação Infantil. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf Reestruturação dos Projetos Político Pedagógicos – BNCC/rede Municipal de Sinop-MT. 2019. Disponível em: https://www.sinop.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/4621/documento-referencia-curricular-da-rede-municipal-de-ensino-de-sinop-pauta-audiencia-publica-dia-10						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Didática: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	OBR	2	1	1	60	-



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Ementa: Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão do Ensino Fundamental. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do projeto político pedagógico escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas do Ensino Fundamental. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para o Ensino Fundamental. Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, de Planejamento de Ensino do Docente, e, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Básica Nacional Curricular Comum. MEC. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Lei 9394/96 – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. ProBNCC. Dia de discussão de projeto pedagógico. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf

BRASIL. ProBNCC. Orientações para a revisão dos projetos pedagógicos (PPS) à luz dos novos currículos

Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/orientacoes_projeto_pedagogico.pdf

Bibliografia Complementar:

CEDAC. Projeto político-pedagógico: Orientações para o gestor escolar. 2016. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/projeto-politico-pedagogico-orientacoes-para-o-gestor-escolar-entender-criar-e-revisar-o-ppp-ce-cedac.pdf>

Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde .Produções didático-pedagógicas. Volume I 2014.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_natalia_ossoski_milani.pdf

Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. Produções didático-pedagógicas. Volume II 2014.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_natalia_ossoski_milani.pdf

SEDUC. PPP Projeto Político Pedagógico. Informativo. 2019. Disponível me: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/22989778/DOCUMENTO%20ORIENTATIVO%20PPP%20-%202023%20.pdf/e897919b-36a7-1d42-c84c-180adfe9bd81>

Reestruturação dos Projetos Político Pedagógicos – BNCC/rede Municipal de Sinop-MT. 2019.

Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/4621/documento-referencia-curricular-da-rede-municipal-de-ensino-de-sinop-pauta-audiencia-publica-dia-10>



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana	OBR	3	1	0	60	
Ementa: Valorização da corporeidade no processo de ensino-aprendizagem. Construção e desconstrução do corpo no transcorrer da Modernidade e na contemporaneidade. Questões teóricas e práticas da expressividade corporal em suas diversas manifestações: dança, ginástica, esporte, lutas. A Educação Física ao longo da História e sua inserção no contexto escolar. Ensino da EF Escolar: estudo em diferentes espaços educativos. Atividades acadêmicas de aproximação com o campo das práticas educativas em educação física. O ensino de Educação Física como objeto de conhecimento. Educação Física: cultura escolar, interdisciplinaridade e a dimensão inclusiva da prática de atividades físicas.						
Bibliografia Básica: BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992. BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Cad. CEDES. [online]. Vol.19, n.48, 1999. CANO, Márcio Rogério de O.; NEIRA, Marcos G. Educação física cultural. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. p.1. ISBN 9788521210443. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521210443/. Acesso em: 24 jun. 2025. CAPARROZ, Francisco E. Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: a educação DARIDO, S.C. e RANGEL, I.C.A. Educação Física na escola; implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. física como componente curricular. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desporto, 1997. GOMES, Nilma L. Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2019. KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994 SILVA, João Batista Lopes da; BELTRAME, André Luís Normanton. (orgs). Vol.3. Educação Física, Esportes e Lazer em Perspectiva Sociocultural e Inclusiva. Brasília: Editora ArtLetras, 2021.						
Bibliografia Complementar: BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992. FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física 1. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986. GO TANI, et alli. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988. HILDEBRANT, H. e LANING, R. Concepções abertas no ensino da Educação Física Infantil. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1986. GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICOS UFPE UFSM. Visão didática da Educação Física: análises críticas e exemplos práticos de aulas. RJ: Ao livro Técnico, 1991. KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991. PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí: Unijuí, 2002.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Educação para relações étnico-raciais	OBR				60	-
Ementa: Conceitos de raça, racismo, diferença, alteridade, estereótipos e preconceito. Processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil. Diversidade étnica na sociedade brasileira e no Estado de Mato Grosso. Luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. A representação do negro e indígena no Livro didático. Práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos para trabalhar com a temática da diversidade racial em sala de aula						
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) HALL, Stuart. WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2014.						
Bibliografia Complementar: BARROS M Leonardo. Racismo no brasil: teorias raciais e as heranças da escravização no brasil. Leonardo Barbosa Barros. EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL, Rio Branco – Acre, v. 5, n.3, p. 49-60, set-dez. 2022. Disponível em https://periodicos.ufac.br/index.php/Rfir/article/download/6155/3896/21525 CAMPOS, Luiz Augusto. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES Uma abordagem realista-crítica. RBCS Vol. 32 n° 95/2017: e329507. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&lang=p CARDOSO, Cintia. Pedagogia da branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em um núcleo de educação infantil do município de Florianópolis/SC. https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_11_2018_17.25.15.f225a8d838b0f218a008da3e93b1397f.pdf . CARVALHO, Isabela Bastos de. Caminhos a serem entrosados: a lei 10639/03, o livro didático de literatura e a prática pedagógica. ANAIS. Leitura e discussão. Análise de imagens de livros didáticos e paradidáticos. https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/9530 . GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no brasil: uma breve discussão. GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. Açãoeducativa.org.br, 2012. GRANDO, Beleni S. Grando. Educação da criança indígena e educação infantil em Mato Grosso: uma questão para o debate. Tellus, Campo Grande, MS, ano 16, n. 31, p. 81-95, jul./dez. 2016. Disponível em https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/417 . MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do laço de fita. Rio de Janeiro: Ática, 2000. MANINI, Miriam. SANTOS, Bruno Freitas, Aguiar; Fabiano Sales de, SILVA, Alex Sander. Educação antirracista: concepções teóricas e práticas na contemporaneidade. Revista Culturas & Fronteiras - Volume 7. Nº 1 - Janeiro/2023. Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR. Disponível em: http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user SANTOS, Elisabete Figueroa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018. https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/abstract/?lang=pt . Acesso em 19 de jun de 2025.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Epistemologia em Educação	OBR	3	1	0	60	-
Ementa: As duas dimensões da Educação: formação humana e capacitação. Tipos de conhecimento humano: Senso Comum, Mítico, filosófico, religioso, científico, popular. Ciência Moderna. Pesquisa como instrumento de produção do conhecimento científico. Relação da Epistemologia com as Ciências e com a Educação. Introdução às teorias epistemológicas que sustentam perspectivas pedagógicas e abordagens de pesquisa: Positivismo, Fenomenologia, Materialismo Dialético, Epistemologia Construtivista e Pós-estruturalismo.						
Bibliografia Básica BECKER, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. In: BECKER, Fernando. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. CARVALHO, Maria C. M. de (org.). Paradigmas filosóficos da atualidade. Campinas: Papirus, 1989. MATURANA, H. Cognição, Ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. MATURANA, H. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. MATURANA, H. e REZEPKA, Sima Nisis de. Formação Humana e Capacitação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. MORIN, E., CIURANA, E., MOTTA, R. D. Educar na era planetária. O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez Editora, 2003. PINTO, A.V. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. SANTOS, B. Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. NOVOS ESTUDOS CEBRAP 79 pp. 71-94. Novembro 2007.						
Bibliografia complementar: FEYERABEND, Paul: Tratado contra el método (1975), Madrid: Tecnos, 1986. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra: 1970. HEMPEL, Carl: ¿Qué es esa cosa llamada ciencia? Buenos Aires: Siglo XXI, 1988. LATOUR, Bruno. Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2008. MORIN, E. O método 5: a humanidade da humanidade. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto alegre: Sulina, 2002. _____. A Religação dos Saberes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. POPPER, Carlos R.: El objeto de la ciencia, en Conocimiento objetivo, Madrid, Tecnos, 1992. KLIMOVSKY, Gregorio: Las desventuras del conocimiento científico. Una introducción a la epistemología. 2a ed., Buenos Aires: A-Z, 1995. KUHN, Thomas: La estructura de las revoluciones científicas (1962), México, F. C. E., 1990. MORAIS, R. Filosofia da ciência e da tecnologia. Campinas: Papirus, 1988. SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez editora, 2000. _____. (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. _____. MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina: 2009.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Filosofia da Educação I	OBR				60	
Ementa: O Real e suas diferentes abordagens. Do Mito à Filosofia. Educação e seu processo. Educação e Filosofia. Filosofia da Educação e prática educativa escolar. A Educação Sofista e a Educação Socrática. As concepções de educação em Platão e Aristóteles. Educar para a felicidade: o epicurismo. Santo Agostinho e a Educação (Patrística). São Tomás de Aquino e a Educação (Escolástica) O processo educativo em Nicolau Maquiavel. Filosofia da Educação na Contemporaneidade.						
Bibliografia Básica ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 2.ed. ver. E ampl. São Paulo: Moderna, 1996. GHIRALDELLI, Paulo. O que é Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: DPeA Editora, 2003. IGLÉSIAS, Maura. Pré-Socráticos: Físicos e Sofistas. In: REZENDE, Antonio (org.). Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos do ensino médio e de graduação. 17 reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1991. PEROTTO, Ramiro José. Peripécias Socráticas: a arte de viver com sentido. Alta Floresta: Gráfica e Editora Corrêa LTDA, 2018.						
Bibliografia Complementar ASSMANN, Selvino José. Filosofia e Ética. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. ATTA, Mídia e Educação. Os Filósofos da Educação II: Santo Agostinho – Santo Tomás de Aquino. Belo Horizonte – MG: CEDIC- Centro Difusor de Cultura LTDA, 2009. BRAGA, Medeiros. A Filosofia: as virtudes, a ética, a moral, a justiça para um mundo melhor em agradáveis versos de cordel. João Pessoa – PB: Edição do Autor, 2017. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. CAMPOS, Lindoaldo. Filosofia: o que é isso? Origem, fundamentos, períodos, temas, pensadores. 2.ed. Caicó – RN: Israel Maria dos Santos Segundo Editor, 2018 (Coleção Filosofia em Cordel nº 1) MONTEIRO, Silas Borges, ALMEIDA, Célia Schmidt. Filosofia – Lições de Filosofia da Educação: questões de filosofia no processo reflexivo da prática pedagógica. Fascículo 3. Cuiabá, EdUFMT, 2006. PALMER, Joy A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. trad. Mirna Pinsk. São Paulo: Contexto, 2005.						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Filosofia da Educação II	OBR				60	
Ementa: As diversas formas de conhecimentos e os seus valores para a educação. As vertentes filosóficas modernas e as suas influências na educação. As propostas educacionais com ênfase na educação da criança. As tendências e as teorias pedagógicas e seus principais representantes. Os desafios éticos e morais na educação diante das inovações tecnológicas do mundo contemporâneo.						
Bibliografia Básica						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



ANTUNES, Celso. Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e Maria Montessori em Minha Sala de Aula. São Paulo : Ciranda Cultural. 2008. (Um Olhar Para Educação)

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. (Guia da Escola Cidadã; v. 3)

MORIN. Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Prática Educativa. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PALMER. Joy A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. O Complexo Espaço da Sala de Aula. In: STRAUB, Ilário, PICOLI, Fiorelo, SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs.) EAD: Tecnologia Pedagógica e Formação Continuada. Sinop: CEACD/UNEMAT Ed, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. Ao Professor com o meu carinho. Campinas, SP. Verus Editora, 2004.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, (coleção leitura), 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1994.

_____. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 6. ed. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1995. (Série Fundamentos)

_____. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000. – (Série Brasil Cidadão).

GHIRALDELLI Junior, Paulo. Filosofia da Educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. Processos Participativos na Construção do Conhecimento em Sala de Aula. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Fundamentos da Educação Especial	OBR	3	0	1	60	
Ementa: História da Educação Especial. Educação Especial brasileira: campo do conhecimento, modalidade de educação escolar e área de atuação. Modelos de deficiência (médico, social e biopsicossocial) e implicações para a Educação Especial. Paradigmas da Educação Especial: institucionalização, integração e inclusão. Público da Educação Especial no Brasil. Inclusão escolar: conceito e caracterização. Diversidade, inclusão e deficiência.						
Bibliografia Básica: AMARAL, Lígia A. Conhecendo a deficiência. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. ISBN 9786555064674. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555064674/ . Acesso em: 10 abr. 2025. BELTHER, Josilda Maria (org.). Educação especial. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 10 abr. 2025. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial: um campo do conhecimento em						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



formação. Revista Eventos Pedagógicos, v. 15, n. 3, p. 966-972, ago./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/13146>

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>

NOZU, Washington Cesar Shoiti; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (org.). Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Curitiba: Íthala, 2021. Disponível em: <https://www.ithala.com.br/wp-content/uploads/2021/07/e-book-politicas-e-praticas-em-educacao-especial-e-inclusao-escolar.pdf>

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Bibliografia Complementar:

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de Educação Especial inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 41-58, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (org.). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 58-81. Disponível em: <https://brasilmulticultural.org/books/educacao-especial-inclusiva-conceituacoes-medicalizacao-e-politicas/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

NOZU, Washington Cesar Shoiti. Educação Especial na educação do Campo, Indígena e Quilombola: quais são as diretrizes políticas brasileiras?. Momento - Diálogos em Educação, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 56-80, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16842>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022. E-book. ISBN 9786555414486. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414486/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira?. Momento: Diálogos em Educação, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 02 jun. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. É capacitismo e você deveria saber: um miniguia para atitudes que incluam pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/2374827/Diagrama%C3%A7%C3%A3o+-+Miniguia+Capacitismo++02122022+-+WEB.pdf/0a4fc3c4-bd4b-22b4-b8d0-644d3ecb7589?t=1670243725831>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação	OBR	2	1	1	60	-
Ementa: O papel da ciência na sociedade e na formação humana. A pesquisa como processo de questionamento e descoberta. Aspectos históricos da evolução da ciência e da pesquisa no campo da educação. Relação entre teoria, metodologia, conhecimento científico e prática educacional.						



Ética e responsabilidade social na produção do conhecimento científico. Letramento científico: desenvolvimento da capacidade de identificar questões científicas, explicar fenômenos, adquirir conhecimentos e chegar a conclusões baseadas em evidências científicas. Metodologia de estudo: leitura e revisão de literatura no campo organização teórica- metodológica: esquema, fichamento, resumo, apontamentos, revisões de conteúdo. Tipos de trabalhos acadêmicos: Resumo, Resenha, Artigo, Projeto de Pesquisa, Monografia, Relatório Técnico-científico. Normas da ABNT aplicadas à trabalhos acadêmicos: NBR 14724 (apresentação), NBR 10520 (citações); NBR 6023 (referências), NBR 6024 (numeração de seções), NBR 6027 (sumário), NBR 6028 (resumo). Direitos autorais. Plágio.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação – Resumo, resenha e resenha – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502636552/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo de. Campos das ciências sociais. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186810>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PAVIANI, Jayme. Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico. Porto Alegre, RS: Educ, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2935>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. Educação e alfabetização científica. Campinas, SP: Papirus, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Fundamentos da Alfabetização em Ciências Naturais	OBR	4	0	0	60	
Ementa: Estudo dos fundamentos filosófico-científicos das Ciências Naturais para a formação docente. Abordagens históricas, epistemológicas e pedagógicas sobre a constituição do pensamento científico. Os princípios estruturantes das Ciências Naturais (matéria, energia, vida, tempo, espaço e transformação) na perspectiva da alfabetização científica. Relações entre ciência, sociedade, ética, meio ambiente e educação ambiental. As crianças como sujeitos de práticas investigativas.						
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013. LORENZETTI, L. & DELIZOICOV, D. Fundamentos para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais*. São Paulo: Autêntica, 2011. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2006. PIETROCOLA, Maurício. Epistemologia e ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2001.						
Bibliografia Complementar: SASSERON, Lúcia H. & CARVALHO, A. M. P. Alfabetização científica: uma revisão de propostas e experiências. São Paulo: Cortez, 2011. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2010. KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 1994. SPINOZA, Ana. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. Tradução Camila Bogéa. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
História da Educação: geral, brasileira e regional	OBR	3	0	1	60	-
Ementa: História e historiografia da educação no mundo, no Brasil e em Mato Grosso. A disciplina história da educação. As relações entre história, tempo, espaços, memória, cultura e educação. A educação desde os povos primitivos, a oriental, o antigo Egito. As práticas educativas na Grécia clássica e na Roma antiga. Educação medieval (alta e baixa), os princípios e influências cristãs, a escolarização renascentista e greco-romana. Instrução e educação, europeia e as expansões com descobertas de novos mundos. A escolarização e as distintas perspectivas de políticas educativas e processos de escolarização na idade moderna. Da educação burguesa, ao Brasil colonial (Jesuítica e reformas), Imperial e República e as relações com a educação de mulheres, indígenas e negros escravizados. As proposições da educação contemporânea e as questões do espaço e tempo						



escolar. Formação de professores e formulações da escolarização no mundo no Brasil e em Mato Grosso. A educação no século XIX: políticas educativas, métodos de ensino e processos de escolarização. A construção educacional do Brasil a partir da constituição da República (estrutura física e pedagógica, Escola Nova, manifestos, educação infantil, inclusão, diversidade, avanços e retrocessos). Implementação, manutenção, organização e estrutura da educação no estado de Mato Grosso: implicações e progressos.

Bibliografia Básica

ALVES, Gilberto Luiz. Educação e História em Mato Grosso (1719 - 1864). 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2006. 384. ISBN: 9788516050207.

BROTHERHOOP, Karina. (Org.) História da Educação Brasileira – Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024.

CASTANHA, André Paulo. Pedagogia da moralidade: o estado e a organização da instrução pública na província de Mato Grosso (1834 - 1873). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá. 1999.

LEITE, Gervásio. Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito. 1970.

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto. 2021

PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 13 ed. São Paulo: Cortez. 2006.

QUEZADA, Julio Alejandro. História da Educação. Curitiba: InterSaberes, 2012 – (Série Formação Pedagógica).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870 - 1889). Cuiabá: INEP/ EdUFMT. 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Guaicurus. 1990.

XAVIER, Ana Paula. A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso: 1837 - 1889. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT. 2007.

Bibliografia Complementar

BARROSO, José Liberato. A instrução pública no Brasil. Organizado por Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva; 2005.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP. 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) Pensadores sociais e a história da educação. Belo horizonte: Autêntica, 2005.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática. 2005.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: CIA Editora Nacional. 1985.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 11ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, Dimas Santana Souza. As reformas educativas em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851 - 1859). Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. REIS, Rosinete Maria & PALHARES SÁ, Nicanor. (Org.). Instantes e Memória na História da Educação. Brasília/DF: INEP.Cuiabá/MT: EdUFMT. 2006.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Legislação e Políticas da Educação Brasileira	OBR	3	1			
Ementa: Estudo das políticas públicas educacionais no Brasil. A legislação educacional. A organização dos sistemas de ensino. O financiamento da educação. As legislações antigas e atuais e as reformas do ensino no Brasil. As políticas de Estado e de governo nas relações com a sociedade. A gestão dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e privados. Os desafios da contemporaneidade, a influência de organismos multilaterais, a inclusão e equidade. Os sistemas de avaliação do Ensino.						
Bibliografia Básica: BIASOLI, Luis Fernando; MATOS, Sônia Regina da Luz; CARDOSO, Eliane Machado Correa (org.). Docência compartilhada: caminhos do Pibid entre políticas e formação docente. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. FREITAS, Jessica Serra. Políticas públicas educacionais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. FREITAS BASTOS EDITORA; BROTHERHOOD, Karina (org.). Elaboração e Gestão de Projetos Educacionais: Fundamentos e Práticas para a Formação de Educadores. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. SAVIANI, Dermeval. A lei da educação - LDB: trajetória, limites e perspectivas. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025.						
Bibliografia Complementar: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. FERREIRA, Bruno Cassio Lopes; SILVA, Diego Wander da; GOMES, Luciana Buksztejn. Comunicação em organizações educacionais: práticas em prol da cultura do encontro e do diálogo. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. FONTANA, Vanessa; KRAINER, Jefferson Augusto. As organizações internacionais e as políticas públicas brasileiras de educação e trânsito. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. LIBLIK, Ana Maria Petraitis; PETRAITIS, Rosa Artini; REGINA, Laima Irene Liblik. Contextos educacionais por uma educação integral e integradora de saberes. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025. FREI, Altieres Edemar. Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 02 jul. 2025.						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Leitura e Produção de Textos	OBR	2	1	1	60	-
Ementa: Tipologia e gêneros textuais. Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Análise, crítica, revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.						
Bibliografia Básica:						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



CANO, Marcio Rogerio de O. Leitura e produção de texto. São Paulo: Editora Blucher, 2012. E-book. ISBN 9788521217923. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521217923/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

COSCARELLI, Luana Lopes Amaral, Daniervelin Pereira, Raquel Abreu-Aoki, Carla V. Letramento acadêmico: prática de pesquisa e produção textual na universidade. São Paulo: Editora Contexto, 2025. E-book. ISBN 9786555416176. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555416176/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DIAS, Juliana de Freitas. Leitura e produção de textos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ELIAS, Ingedore Villaça Koch, Vanda M. Ler e escrever: Estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. E-book. ISBN 9786555414127. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414127/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. As tramas do texto. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 52. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. ISBN 978655552713. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655552713/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SANTOS, Anne Caroline de Moraes; DIAS, Silvana Moreli Vicente. Leitura e produção de textos acadêmicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	OBB	1	3	0	60	-
Ementa: Aspectos sócio históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Modelos educacionais na educação de surdos. Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais. Educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras. Processo de aquisição da Língua de Sinais. Libras instrumental. Aprendizado da Libras.						
Bibliografia Básica						
COSTA, Juliana P. Barbosa. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade. Campinas, SP: Mercado de letras, 2010.						
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.						
FELIPE, Tânia A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



GESUELI, Zilda Maria. A criança não ouvinte e a aquisição da escrita. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, 1988.
QUADROS, Ronice Muller de e SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MEC Lei 10436 de 24 de abril de 2002.
BRASIL. MEC Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.
GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo, Plexus, 1997.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GÓES, Maria Cecília Rafael de (orgs). Surdez, processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.
LEITE, Cláudia Aline Zucchi. As marcas de autoria na escrita do sujeito surdo. Monografia. Curso de Letras. MT, UNEMAT, 2008/01.
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.
PERLIN, Gladis. As diferentes identidades surdas. Revista da Feneis. Rio de Janeiro, ano 4, nº 14, p.15-16, abr.2002.
STROBEL, Karin Lilian e FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
QUADROS. R. M. e PERLIN, Gladis. (Orgs.) Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis, PR: Edit. da UFSC, 2008.
FERNANDES, Eulália. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997.
FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
QUADROS, Ronice Müller de e KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Literatura para o início da escolarização	OBR				60	-
Ementa: Indissociabilidade entre Leitura e Literatura. A intervenção da literatura para crianças na constituição do sujeito; os pressupostos educativos contidos na literatura infantil; a fantasia como princípio educativo; os valores implicados no trabalho docente com a literatura infantil. A literatura como fonte de expressões culturais e de formação humana. A literatura em diálogo com outras artes: músicas, peças de teatro, filmes e artes visuais como possibilidades metodológicas que norteiam as práticas pedagógicas. Aspectos teóricos da literatura infantil. Visão histórica. As relações entre a literatura para crianças e a escola: a função pedagógica. Realidade e fantasia no texto para crianças. Gêneros Literários: acalantos, músicas infantis, poesia, fábulas, contos, lendas, parlendas, mitos, parábolas, paródia. O humor, a poesia. Histórias sem texto. A ilustração do livro						



para crianças. O professor como contador de histórias. Autores brasileiros do século XX e contemporâneos.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 4ª Ed. 1995.
BARROS, Manoel. **Memórias Inventadas: Infância**. Ed. Planeta.
CORSO, Diana L. CORSO, Mário. **Fadas no Divã – Psicanálise nas Histórias Infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
FARIA, Maria Alice. **Como usar a Literatura Infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
ZILBERMAN, Regina. **A literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALBERGARIA, Lino de. **Do folhetim à Literatura Infantil**. Leitor, memória e identidade. Belo Horizonte: Ed. Lã, 1996.
BARROS, Manoel. **O Livro das Ignoranças**. Ed. Planeta.
BARROS, Manoel. **Memórias Inventadas: A Segunda Infância**. Ed. Planeta.
LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil brasileira – histórias e histórias**. São Paulo: Ática, 1994.
MEIRELES, Cecília. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. Rio de Janeiro: Nova freteira, 1986.
ZILBERMAN, Regina. LAJOLO, Marisa. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Ática, 2003.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologias da Educação Física para o Início da Escolarização 60 h (2.2.0.0.0)	OBR	2	2	0	60	Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana
Ementa: Análise das diferentes concepções e teorias pedagógicas do ensino da Educação Física Brasileira. O ensino da Educação Física numa perspectiva inclusiva e intercultural. Abordagens metodológicas e conteúdo da educação física: aspectos teóricos, históricos e instrumentais do ensino-aprendizagem e da avaliação. O planejamento das aulas de educação física, em suas diversas dimensões, privilegiando o fazer pedagógico da intervenção em sala de aula. Análise crítica das habilidades e competências da BNCC de Educação Física dos anos iniciais do Ensino Fundamental.						
Bibliografia Básica: BIEDRZYCKI, Beatriz P.; SILVEIRA, Erik M.; ROMÃO, Mariluce F.; et al. Temas Transversais na Educação Física Escolar . Porto Alegre: SAGAH, 2021. BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física . Cad. CEDES. [online]. vol.19, no.48; 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018. FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física 1 . Rio de Janeiro: HILDEBRANT, H.e LANING, R. Concepções abertas no ensino da Educação Física Infantil . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Janeiro: Ao livro Técnico, 1986.

KUNZ, Elenor (org.). Didática da Educação Física 1. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

MUNSTER, Mey de Abreu V. Educação física e esportes adaptados: programas de ensino e subsídios para a inclusão. Barueri: Manole, 2023. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786555769203. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769203/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de (org.) & FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física. 2. RJ: Ao Livro Técnico, 1987.

PRIESS, Fernando G.; SANTOS, Suziane U C.; PICK, Rosiane K.; et al. Educação Física na Educação Infantil. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556901459. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901459/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SOARES, Carmen L.; TAFFAREL, Celi Nelza Z.; VARJAL, Elizabeth; et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez Editora, 2013

Bibliografia Complementar:

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.

CAPARROZ, Francisco E. Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: a educação

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992. críticas e exemplos práticos de aulas. RJ: Ao livro Técnico, 1991.

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções

física como componente curricular. Vitória: UFES/CEFD, 1997.

GRUNENVALDT, José Tarcísio; GRUNENVALDT, Ana Carrillo Romero; SILVA, João Batista Lopes da; BEBER, Irene Carrillo Romero Berber (orgs). O esporte e o lazer na sociabilidade de fronteira. Cuiabá: EdUFMT, 2015.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICOS UFPE UFSM. Visão didática da Educação Física: análises Ijuí : Unijuí, 2002.

KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1994 para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).

PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória.

SILVA, João Batista Lopes da; GRUNENVALDT, José Tarcísio; BELTRAME, André Luís Normanton. (orgs). Futebol e Sociedade. Brasília: Editora ArtLetras, 2022.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologia de História para o Início da Escolarização	OBR	2	2	0	60	-
Ementa: A História como disciplina escolar no ensino e na aprendizagem para o Início da Escolarização. Livro didático. Atuação docente no ensino de História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Identidade e estudo do cotidiano. Memória e identidades. O tratamento das fontes de informações no uso de documentos que apresentem o tempo e o espaço da história de vida do aluno. A história de Mato Grosso e a história do município. Memória de						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



diferentes linguagens no ensino da História no município. Metodologias de ensino e materiais didáticos.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. Estudos Avançados, São Paulo, Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127-149, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562>.

RALEJO, Adriana Soares. MELLO, Rafaela Albergaria. AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e77056, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/abstract/?lang=pt>.

REIS, Ailton Marcos dos Reis; OLIVEIRA, Ueber José de. As influências das diferentes correntes historiográficas e do Livro didático nas práticas de ensino de história – uma Amostragem da história ensinada no cotidiano escolar. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 11, n. 21, jan./jun. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducplings/article/download/5210/4860/19469>

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Andreia Rodrigues de Andrade. A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. Vozes, Pretérito & Devir Ano VII, Vol. XI, Nº I (2020). Disponível em <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/266>

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente. São Cristóvão SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006/11329>

SANTIS, Cristina Lopes Setemy De Santis. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos, Revista História Hoje, vol. 10, nº 19.2021. Disponível em <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/752/383>

SOUZA, José Edmar. GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. Cadernos CERU, Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021. Disponível em <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/189278>

RIBEIRO, Jakson dos Santos. (Org)O ensino de história local na sala de aula: fontes, objetos e metodologias / Organizador Jakson dos Santos Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585560/1/O%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20Local%20na%20Sala%20de%20Aula%20Fontes%2C%20Objetos%20e%20Metodologias.pdf>

TOMÉ, Cristinne Leus, ROHDEN, Josiane Brolo. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop - Mato Grosso: "como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!". Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 21 n. 52 Maio/ago., 2017 p. 312-334. Disponível em <https://www.scielo.br/j/heduc/a/CgHw8yxDNJLKN7xNr6K6zp/?format=pdf&lang=pt>

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologia de Artes para o Início da Escolarização	OBR				60	
Ementa: Subsídios teórico-metodológicos para o ensino da arte. Educação, arte e linguagem. Arte na educação na perspectiva histórico-social e sua vinculação ao espaço educativo. A história						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



educativa em arte. Tendências pedagógicas no ensino da arte no Brasil. Linguagens: corporal, visual, sonora e cênica. Desenvolvimento gráfico infantil. A arte na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Arte no processo de humanização do ser humano. Ambientes, material e técnicas para o desenvolvimento de atividades com Arte.

Bibliografia Básica

BARBOSA, A. M. (Org.). Arte-educação: leitura no subsolo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
_____. John Dewey e o ensino da arte no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: (1ª a 4ª série). 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 10v.
DUARTE JÚNIOR, J. F. Por que arte—educação? 14. ed. Campinas: Papirus, 2003.
SPINDOLA, A. M. A.; OLIVEIRA, A. A. de. Linguagens na Educação Infantil IV: Linguagens artísticas. Cuiabá: Edufmt, 2008.

Bibliografia Complementar

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).
FARIA, M. A. O. O jornal na sala de aula. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
MORAIS, R. de. Sala de aula, que espaço é esse? 13. ed. Campinas: Papirus, 2000.
LAVELBERG, Rosa. Para Gostar de aprender arte. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam; leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologia de ensino de Ciências Naturais para o início da escolarização	OBR	2	2	0	60	Fundamentos da Alfabetização em Ciências Naturais
Ementa: A construção do conhecimento no ensino de Ciências naturais. O Ensino de Ciências naturais na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental. O papel da observação e experimentação na formação de capacidades voltadas para o desenvolvimento, do pensamento lógico da criança. Espaços pedagógicos para o ensino de Ciências Naturais e a utilização do laboratório de ensino de Pedagogia. Práticas interdisciplinares e as vertentes da Educação Ambiental. Planejamento de experiências e atividades pedagógicas com base em situações reais e problematizadoras. Conteúdos e metodologias para o ensino e aprendizagem de Ciências Naturais na perspectiva da BNCC.						
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018. CARVALHO, A.M.P(org). Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1998. DELIZOICOV, D. & ANGOTTI, J.A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes). KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004. NARDI, R. (org.). Educação em Ciências: da pesquisa à prática docente. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Bibliografia Complementar:

BURKE, Lisa (tradução Cistina Cupertino). No Jardim: experiências divertidas para crianças curiosas. PubliFolha, Coleção pequenos cientistas, 2011.

_____. Na Cozinha: experiências divertidas para crianças curiosas. PubliFolha, Coleção pequenos cientistas, 2011.

CHALMES, A.F. A fabricação da Ciência. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1994.

DELIZOICOV, Demétrio. et al. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

FISHER, Len. A ciência no cotidiano: como aproveitar a ciência nas atividades do dia-a-dia. Tradução Helena Londres. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FRACALANZA, Hilário, et al. O Ensino de Ciências. São Paulo: Atual, 1986.

MENEZES, L.C. (org.). Formação continuada de professores de ciências: no âmbito ibero-americano. Coleção formação de professores. 2. ed. Campinas, São Paulo : Editora autores associados, 2001.

SPINOZA, Ana. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. Tradução Camila Bogéa. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologia de ensino de Geografia para o início da escolarização		2	2	0	60	
Ementa: História da Geografia Escolar Brasileira. Ensino e representação espacial da criança; A formação do conceito de espaço; Conhecimento cotidiano ao científico. Conceitos de lugar, paisagem, natureza, região, território e sociedade. Proposta de procedimentos, atividades e recursos didáticos para o ensino da Geografia na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos e metodologias do ensino e aprendizagem de Geografia para a Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da BNCC.						
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018. CARLOS, Ana Fani A. (org.). A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2000. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano. 2a edição. Porto Alegre: Mediação, 2002. 173p. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998. COLL, César e TEBEROSKY, Ana. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008. ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).						
Bibliografia Complementar: OLIVEIRA, A. U. de. (org.). Para onde vai o ensino da Geografia? São Paulo: Contexto, 1989. PONTUSCHKA, NídiaNacib& OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. 383p. STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia. Curitiba: IBPEX, 2008. VESENTINI, J.W. (org.). Geografia e Ensino: Textos Críticos. Campinas: Papirus, 2001.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



VESENTINI, José William (org.). O Ensino de Geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004. 284p.
TEBEROSKY, Ana e COLL, César. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização.	OBR	2	2	0	60	
Ementa: Concepções teórico-metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa em anos iniciais da Educação Básica na perspectiva da BNCC. Práticas interdisciplinares de Língua Portuguesa e a utilização do laboratório de ensino de Pedagogia. Propostas pedagógicas e curriculares, seleção de conteúdos/temas/gêneros textuais/discursivos, análise linguística, recursos e materiais didáticos, avaliação, planejamento interdisciplinar na perspectiva dos (multi)letramentos.						
Bibliografia Básica: ANTUNES, Irlandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018. MATO GROSSO. Documento de referência curricular para Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2018. (Volumes: Concepções para a Educação Básica; Ensino Fundamental – Anos Iniciais). KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. Signo, Santa Cruz do Sul, RS, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007. ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.						
Bibliografia Complementar FERRAREZI JR, C.; CARVALHO, R. S. Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola, 2015. KOCH, Ingedore. Coesão Textual. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004. PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002. ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. SANTOS, L. I. S.; SOBRINHO, G. R. Multiletramentos: articulações para/no ensino da leitura e da escrita. Cáceres, MT: Editora UNEMAT, 2015. Coleção Sala das Letras, v. 1. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. Roxane Rojo e Gláís S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128. SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	OBR	2	2	0	60	Alfabetização matemática
Ementa: Pressupostos teórico epistemológicos fundamentais à prática de ensino da Matemática; Conteúdos específicos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental; A relação teórica prática no processo de ensino e aprendizagem da matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Caracterização e utilização do laboratório de ensino de Pedagogia na elaboração do plano de ensino, uso de materiais didáticos como práticas pedagógicas,						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



efetivando as habilidades e competências de Matemática contidas na BNCC, desde a Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
NETO, Ernesto. Didática da matemática. Série educação. São Paulo: Ed. Ática. 1997.
PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas / Mabel Panizza; tradução Antonio Feltrin. – Porto Alegre: Artmed, 2006.
PARRA, Cecilia. Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas / Cecilia Parra, Irma Saiz [ET. AL.]; tradução Juan Acuña Llorens. – Porto Alegre: Artmed, 1996.
PINTO, Neuza Bertoni. O erro como estratégia didática: estudo do erro no ensino da matemática. São Paulo: Papirus, 2000.
TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e prática de matemática: como dois e dois, volume único: livro do professor / Marília Barros de Almeida Toledo, Mauro de Almeida Toledo. – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2009.
RANGEL, Ana Cristina. A matemática na construção do conhecimento na escola infantil. In. Educação e Realidade, Porto Alegre, 19(1):149-152, jan/jun.1994.
SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na Educação Infantil - A Teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática. Campinas, SP: Papirus, 2001.
KAMII, Constance. Aritmética: novas perspectivas – implicações da teoria de Piaget. Campinas, SP: Papirus, 1992.
_____, Constance. A criança e o número. Campinas, SP: Papirus, 1990.
D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática. Campinas, SP: Papirus, 2003.
_____, UBIRATAM. Da realidade à ação: reflexões sobre Educação e Matemática. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.
IMENES, L. M. Os números na história da civilização. São Paulo: Scipione, 1994.
NUNES, Terezinha. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Metodologias Inovadoras e Mediadas por Tecnologias	OBR	2	1	1	60	
Ementa: Metodologias inovadoras na educação e tendências mediadas por tecnologias. Sala de aula invertida. Aprendizagem baseada em problemas (PBL). Gamificação. <i>Design Thinking</i> . Inteligência artificial: limites e possibilidades no campo educacional. Avaliação da aprendizagem mediante o uso de tecnologias.						
Bibliografia Básica: BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. (Desafios da educação). Porto Alegre: Penso, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788584291168. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291168/ . Acesso em: 14 abr. 2025. CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. p.i. ISBN						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



9786559760022. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559760022/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

DEBALD, Blasius. Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno. (Desafios da educação). Porto Alegre: Penso, 2020. E-book. p.i. ISBN 9786581334024. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334024/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Flávio C. Informática Descomplicada para Educação: Aplicações Práticas para Sala de Aula. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. ISBN 9788536522258. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536522258/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias Educacionais. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123490. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522123490/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CERIGATTO, Pícaro M.; MACHADO, Guidotti V. Tecnologias digitais na prática pedagógica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595028128. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028128/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pedagogia em Ambientes Não-escolares	OBR	2	2	0	60	-
Ementa: Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, aprendizagem, execução de atividades pedagógicas junto à comunidade, nos espaços da educação não-escolar, proporcionando ao estagiário o aprender a ser pedagogo, comprometido com a inserção social, contribuindo com a atuação do pedagogo em todos os espaços educacionais não escolares como órgãos governamentais, instituições de saúde, ações de mobilização coletiva, e agremiações comunitárias. Propostas de inclusão de crianças e jovens que se encontram fora da escola, adultos não alfabetizados, para que tenham inclusão social plena.						
Bibliografia Básica: GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999. KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª. Ed. Paulo: Cortez, 2002. MULLER, José Luiz. Pedagogia em espaços não escolares. 2021. Youtube.com. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UOHON5lom9Q&t=91s SCHMITZ, Taís et al. Pedagogia e ambientes não escolares. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 30 jun. 2025.						
Bibliografia Complementar: BRANDÃO, C.R. A educação como cultura. São Paulo. Brasiliense, 1986. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



FERREIRA, Ademir A., REIS, Ana C.F. & PEREIRA, Maria Isabel. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 2001.
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas/SP: Papirus, 2000.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos	OBR	2	1	1	60	-
Ementa: Trajetória histórica da ciência e da pesquisa na área de Ciências Humanas. Epistemologia e metodologia na educação e no campo científico da Pedagogia. Relação entre teoria, metodologia e prática na construção dos objetos de estudo e do conhecimento em Educação. A abordagem metodológica como escolha teórico-política. O professor-pesquisador: reflexões sobre a subjetividade e autoria. Paradigmas de pesquisa: qualitativo, quantitativo e misto. Principais abordagens metodológicas de pesquisa: bibliográfica, documental, estudo de caso, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, entre outras, e aplicações em contextos de pesquisa em educação. Técnicas de pesquisa em educação: observação, entrevista, questionário, diário de campo, formulário, grupo focal, análises bibliográficas e documentais, entre outras. Ética na pesquisa em educação: princípios, comitês de ética, práticas situadas, consentimento Informado e postura do pesquisador.						
Bibliografia Básica: FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo de. Campos das ciências sociais. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186810 . Acesso em: 18 jun. 2025. GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/ . Acesso em: 16 jun. 2025. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas, 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/ . Acesso em: 02 jun. 2025. OLIVEIRA, Clara Maria Cavalcante Brum de; TOMAINO, Bianca; MELLO, Cleyson de Moraes; MARTINS, Vanderlei (coord.). Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 18 jun. 2025. PAVIANI, Jayme. Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico. Porto Alegre, RS: Educ, 2009. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 18 jun. 2025. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2935 . Acesso em: 18 jun. 2025. RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/ . Acesso em: 16 jun. 2025.						

**Bibliografia Complementar:**

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. p.i. ISBN 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334192/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LORENZI, Gisele Maria Amim Caldas. Pesquisa-ação. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618518/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MEIRA, Ana Cláudia dos Santos. A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever. 3. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa	OBR	2	2	0	60	-
Ementa: Estudo de questões investigativas em Educação como subsídios para a elaboração do projeto de pesquisa. O papel do professor como pesquisador e interventor na proposição de conhecimentos científicos. A escrita acadêmica como processo de autoria e reflexão na construção do objeto de estudo. Definição do objeto de estudo e elaboração do problema de pesquisa. Definição de objetivos (geral e específicos) e justificativa da pesquisa. Construção do referencial teórico: diálogo com a literatura e conceituação. Delineamento metodológico: escolha de abordagens e métodos. Técnicas de coleta de dados: estudo e definições iniciais no contexto do projeto de pesquisa. Aspectos éticos na elaboração do projeto de pesquisa em educação. Elaboração do projeto de pesquisa conforme a NBR 15287:2025 e demais normas da ABNT pertinentes. Atendimento à Res. 030/2012-CONEP e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.						
Bibliografia Básica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2025. GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/ . Acesso em: 16 jun. 2025. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em:						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em:

https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pesquisa em Educação: Prática Investigativa	OBR	2	2	0	60	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa
Ementa: Abordagem de aspectos teóricos e metodológicos referentes à construção de entrevistas, questionários, formulários, observações, diários de campo, grupos focais, análises bibliográficas e documentais, entre outras. Elaboração de instrumentos de coleta de dados no campo da pesquisa em educação, em atendimento ao projeto de pesquisa. Práticas de aplicação e registro em contextos escolares e outros espaços educativos, visando à produção/coleta de dados. Análise preliminar, organização e sistematização dos dados da pesquisa. Reflexões sobre o lugar do pesquisador na produção dos dados e na escuta dos sujeitos. Cuidados éticos na prática investigativa. Elaboração inicial da monografia conforme a NBR 14724:2024 e demais normas da ABNT pertinentes. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPE e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.						
Bibliografia Básica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024. BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994. GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/ . Acesso em: 16 jun. 2025. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Qualitativas, 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em: https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pesquisa em Educação: Produção Investigativa	OBR	2	2	0	60	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa
Ementa: Orientação e acompanhamento da escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como prática formativa e investigativa. Abordagem de aspectos teóricos e metodológicos referentes à análise e discussão dos resultados: construção de categorias e interpretação. Realização da análise e discussão dos resultados da pesquisa: coerência entre objetivos, fundamentação teórica, metodologia e dados apresentados. Elaboração de conclusões e considerações finais: síntese e implicações da pesquisa. Reflexões sobre as contribuições da pesquisa para o campo da Educação e da prática pedagógica. Clareza, coerência e argumentação na escrita acadêmica. Elaboração da monografia conforme a NBR 14724:2024 e demais normas da ABNT pertinentes. Revisão textual e formatação dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Realização de bancas de defesa. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPE e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.						
Bibliografia Básica: GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/ . Acesso em: 16 jun. 2025. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Qualitativas, 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em: https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação						-
Ementa: A antropologia: campo, abordagem e áreas. O humano como ser biologicamente cultural: natureza e hominização. As características constituintes dos humanos, a dispersão planetária e as questões socioambientais. A constituição dinâmica dos povos, culturas, sociedades e civilizações. A questão da diversidade morfológica e cultural na visão antropológica. Identidade cultural e hibridismo A antropologia e a educação. O trabalho do antropólogo e a contribuição para a pedagogia. A educação como fenômeno cultural. Métodos e procedimentos da pesquisa antropológica e as aproximações com a pedagogia. A formação sociocultural do Brasil e a diversidade: a configuração do sistema-mundo moderno colonial e a confluência cultural. Os povos indígenas brasileiros A influência portuguesa. A influência africana. As migrações europeias e asiáticas ao Brasil. As migrações recentes e populações em movimento na contemporaneidade. As culturas camponesas, das florestas e das águas. As culturas urbanas e a homogeneização cultural. A antropologia da criança. A condição da mulher na atualidade. A pessoa com deficiência como parte da diversidade humana Interseccionalidade: raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência e religiosidade.						
Bibliografia básica: ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. CANDAUI, Vera Maria (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: EdUNESP, 1998.						



LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Tradução de Ligia M. M. de Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 27. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

PEIRANO, Mariza Corrêa. O dilema do pesquisador: ética e antropologia. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 1995.

Bibliografia complementar:

INGOLD, Tim. Os humanos e outros animais. Petrópolis: Vozes, 2012.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, [S. l.], v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/6777>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MENANDRO, Maria Cristina; SPINK, Mary Jane. Hominização e Cultura. Psicologia, ciência e profissão, v. 20, n. 2, 2000.

MALINOWSKI, Bronisław. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEIRANO, Mariza Corrêa. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HUCITEC, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MENDONÇA, Maria das Dores de Oliveira. Povos indígenas e a construção do Estado: do tutelamento à cidadania. Brasília: MEC, 2005.

SERRA, Oracy Nogueira. A sociedade dual brasileira: estudo da influência portuguesa. São Paulo: Edusp, 1997.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: pensar a escola a partir da lei 10.639/03. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

TRUZZI, Oswaldo. Imigrantes italianos no Brasil. São Paulo: Edusp, 2000.

LESSA, Antônio. As migrações no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

SAYAD, Abdelmalek. A dupla ausência: das ilusões do emigrado às misérias do imigrante. São Paulo: EdUSP, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionais: do Litoral ao Sertão. Manaus: UEA, 2008.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (Orgs.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997.

QVORTRUP, Jens. Childhood matters: social theory, practice and politics. Aldershot: Avebury, 1994.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Comitê da ONU sobre a eliminação da discriminação racial. ONU, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. 2 v.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Brasília: ONU Mulheres, 2004.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução: Karina Biondi. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 939–952, maio/ago. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEREIRA, Sueli. Educação, gênero e diferença: perspectivas feministas. Campinas: Papirus, 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2020.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

REIS, T.; EGGERT, E.. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. Educação & Sociedade, v. 38, n. 138, p. 09–26, jan. 2017.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Un mundo ch'ixi es posible: ensayos para vivir (y pensar) la descolonización. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. Tradução: Helena Schmid, Camila Jourdan e Maria Aparecida Varela. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

WILDERSON III, Frank B. Afropessimismo. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O negro na história do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Osorio. Infância e sociedade: perspectivas sociológicas e antropológicas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 71, p. 35–52, 2000.

KRAMER, Sonia. A escuta das crianças como questão para a pesquisa e para a formação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 519–535, 2009.

RIZZINI, Irene. A criança e a questão social no Brasil: a construção de uma realidade marginal. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização I	OBR	4	0	2	90	-
Ementa: Concepções de alfabetização. Abordagem histórica dos materiais e métodos de alfabetização (Método sintético, Método analítico, Método fônico, Método misto ou eclético). A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. Construtivismo e Sociointeracionismo. Psicogênese da língua escrita. Diagnóstico de escrita. Alfabetização e letramento. O Sistema de Escrita Alfabética (SEA). O Sistema de Escrita Alfabética e suas relações com a consciência fonológica. A literatura como atividade permanente no processo de alfabetização. Estratégias de Leitura. A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. O planejamento de situações didáticas para a alfabetização. Desenvolvimento do planejamento, avaliação e organização do trabalho docente.						
Bibliografia Básica: AZENHA, M. G. Construtivismo de Piaget a Emília Ferreiro. Ática, São Paulo, 2004 FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed. 1999. Mortatti, Maria do Rosário. Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa /Maria do Rosário Mortatti. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. MORAIS, Arthur Gomes de. Consciência Fonológica na Educação Infantil e no ciclo de Alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica. 2019 SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2004. SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto. 2016. SOARES, Magda. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto. 2020.						
Bibliografia complementar BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2018. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC. SEALF, 2019. LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias Psicogenéticas em Discussão. 18.ed. São Paulo: Summus, 1992. 117 p. MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018. MENDONÇA, Onaide Schwartz Correa de; MENDONÇA, Olympio Correa de. Alfabetização - método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007. MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. Coleção Como eu ensino. Melhoramentos, 2012.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização II	OBR	4	0	2	90	-
Ementa: Concepções teóricas e metodológicas com destaque à compreensão de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e a proposta de letramento e alfabetização de Paulo Freire. Análise dos aspectos linguísticos presentes na alfabetização e as condições socioculturais do aprendizado da leitura e da escrita com diferentes gêneros e suportes textuais. A política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de alfabetização e letramento. Os quatro eixos do ensino da alfabetização: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, produção de textos. Concepções que norteiam o processo avaliativo. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. A sala de aula como ambiente alfabetizador para o atendimento às diferentes necessidades das crianças no processo de alfabetização. Desenvolvimento do planejamento e organização do trabalho docente. A avaliação como estratégia para a recomposição da aprendizagem no processo de alfabetização. Estudo de referências da formação do educador (alfabetizador).						
Bibliografia Básica: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC. FREIRE, Paulo; Fagundes, Antônio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 esse trabalho o conceito de pedagogia e de cultura FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura). CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2002 SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 8 ed. Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto. 2020.						
Bibliografia Complementar: CEALE (2003) Alfabetizando – Caderno 2: Orientações para a organização do ciclo inicial de alfabetização. Belo Horizonte, MG: CEALE/FAE/UFMG; SEE-MG. DALLA ZEN, Maria Isabel H e XAVIER, Maria Luisa M. (org); TRAVERSINI, Clarice Salete et al. Alfabetizar: fundamentos e práticas. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2010. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: Leitura do mundo leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. FERREIRO, Emília. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999. FERREIRO, Emília (org.). Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina. Trad. Maria Luiza Marques Abourre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. PIAGET, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. Inês de La Taille, Marta Koll de Oliveira, Heleysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. **Uma perspectiva histórica cultural da educação**. 4ª ed. Petrópolis. Vozes, 1997.

SOARES, Magda. **Alfabetização: acesso a um código ou acesso à leitura?** ONG Leia Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.leiabrasil.org.br/leiaecomente/biblioteca_derrubada.htm. Acesso em 13 set. 2005.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto. 2020.

SMOLKA, A. L. & GÓES, C. **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. São Paulo. Ed. 1991.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	OBR				60	
Ementa: Aspectos políticos, históricos e pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A educação de adultos e o Movimento da educação popular como possibilidade de inclusão social. Pressupostos teóricos e metodológicos da EJA. Práticas pedagógicas dos docentes no processo de alfabetização e a especificidade destas no trabalho com jovens e adultos.						
Bibliografia Básica						
DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 p.58-77.						
FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.						
MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.						
ORGANIZAÇÃO do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos: módulo integrado IV/Jane Paiva (coord.) – Brasília: SESI, 2001.						
SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. SP: Ática, 2002.						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 21 dez. 1996. URL: www.mec.gov.br/home/legislacao						
BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.						
BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.						
CHADWICK, Clinton B. Tecnologia educacional e desenvolvimento curricular. ABT, 1980.						
ENCCEJA- Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos INEP- Ministério da Educação - Brasília, 2002.						
ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. Resolução 180/2000CEE/MT – Fixa Normas para a oferta de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Educação. D.O.E 01/02/2001						
FRANCHI, E. P. (org.). A causa dos professores. São Paulo: Papirus, 1995.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: paz e terra, 2000.
FREIRE, Paulo. À Sombra desta mangueira. São Paulo: Olho d'água. 2000.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.
PROJETO Beija-flor. SEDUC. Cuiabá : 2006.
ROMÃO, J. E. Didática da Diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagogia neoliberal. Cortez, 2002.
GADOTTI, Moacir. Saber e Aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. Congresso Internacional Évora, 20 a 23 de setembro de 2000. Método Paulo Freire: in Caderno ABC. Educativa nº 14. Criart Ltda. SP: 2002.
FERREIRO Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1996.
_____. Cultura, escrita e educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001
PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. 2. ed. Rio de Janeiro, Loyola, 1983.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	OBR				60	-
Ementa: Estudo e análise das principais matrizes psicológicas que explicam a constituição do sujeito no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Fundamentos teóricos da Ciência Psicologia e sua aplicação à prática pedagógica.						
Bibliografia básica: DAVIDOFF, I. I. Introdução à Psicologia. 3a.ed. São Paulo: Person Education do Brasil, 2011. FREIRE, Izabel R. Raízes da Psicologia. 7a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. – 16. ed. – [3. Reimp.] – São Paulo: Saraiva Uni, 2025.						
Bibliografia complementar: CLARO, Genoveva Ribas. História da psicologia. Curitiba, PR: Contentus, 2022. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e a aplicações à prática Pedagógica. Petrópolis - RJ Editora Vozes, 1987. MYERS, D.G. Introdução a Psicologia Geral. 5a. ed. Rio de Janeiro: ITC Editora, 1999. Psicologia do desenvolvimento / Nelson Piletti, Solange Marques Rossato, Geovanio Rossato. – 1. ed., 3a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021. Psicologia educacional [recurso eletrônico] / John W. Santrock; tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Tais Silva Monteiro Ganeo ; revisão técnica: Paula Suzana Gioia, Sandro Almeida. – 3. ed. –Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2010. TELES, Maria L. S. Aprender Psicologia. São Paulo: Brasiliense, 1999.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	OBR				60	-
Ementa: Estudo e análise dos fatores e aspectos que influenciam o desenvolvimento cognitivo e da personalidade, incluindo questões afetivas como papéis de gênero e orientações relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade. As experiências e interações da criança com o mundo ao seu redor, que contribuem para sua aprendizagem e compreensão da realidade, a partir das principais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem e suas implicações para o processo educativo.						
Bibliografia básica: BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. ESCORSIN, Ana Paula. Psicologia e desenvolvimento humano. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . KRAMER, Sonia (org.) NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina. Educação Infantil: formação e responsabilidade. 1ª ed. Campinas: Papirus, 2022. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano. Diane E. Papalia e Gabriela Martorell. 14ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2022. PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da Criança. 6. ed. São Paulo: Martins e Fontes, 1993. PILLETI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo SP: Contexto, 2012. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . WOOD, G. W. A psicologia do gênero. São Paulo, SP: Blucher, 2021. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .						
Bibliografia complementar: BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Escolar. 5 ed. São Paulo: Ática, 1996. BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Artes Médicas, 1996. COOL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. I e 2 - Porto Alegre: Artes Médicas, 2. ed. 2008. LIMA, Elvira Souza. Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 1997. MAIA, Christiane Martinatti. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2019. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .						

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	OBR				60	-
Ementa: As abordagens psicológicas que fundamentam o interacionismo e socio construtivismo no processo do conhecimento e da aprendizagem e oferecem os princípios básicos para as intervenções e práticas pedagógicas.						
Bibliografia básica: FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. São Paulo: Vozes, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
HENRI, Wallon. Do ato ao pensamento: Ensaio de psicologia comparada. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. 1. ed. São Paulo: Summus, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
PIAGET, Jean. A psicologia da inteligência. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia complementar:

CAMARA, Suzana Aparecida dos Santos (org.). Psicologia da aprendizagem. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
GUSI, Elisângela Gonçalves Branco. Psicologia da educação. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
KESSELRING, Thomas. Jean Piaget. 1. ed. Porto Alegre: Educus, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
MARTINS, Lígia Márcia; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
MARTINS, Lígia Márcia. A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 28. ed. São Paulo, SP: Summus, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação	OBR	1	3	0	60	Matrícula em Pesquisa em Educação: Produção Investigativa
Ementa: A importância da produção de artigos científicos como publicação e disseminação de conhecimento científico no campo da educação. Impacto da pesquisa e sua contribuição para a sociedade e para a educação. Artigo científico: estrutura, elementos e tipos (ABNT NBR 6022:2018). Normas de publicação em periódicos científicos das áreas de educação e ensino. Normas para publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165). Direitos autorais e ética na publicação científica. Elaboração de artigo científico a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelo(a) discente. Socialização do artigo científico em evento do curso de Pedagogia.						
Bibliografia Básica:						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022:2018. Artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028:2021. Resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Guia de normalização: artigo científico. Natal: IFRN, 2019. Disponível em:
<https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/ensino/biblioteca-jose-de-arimateia-pereira/guias-de-normalizacao/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MEDEIROS, João B.; TOMASI, Carolina. Redação de Artigos Científicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026641. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026641/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, Ítalo de S. Como escrever artigos científicos - 9ED. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019. E-book. ISBN 9788571440289. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440289/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PEREIRA, Maurício G. Artigos Científicos - Como Redigir, Publicar e Avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. E-book. ISBN 978-85-277-2121-9. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2121-9/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Sociologia da Educação I	OBR				60	
Ementa: O surgimento da Sociologia da Educação. Sociologia Geral e Sociologia da Educação: fatores determinantes. Nascimento da escolarização moderna. A Educação como objeto de estudo da Sociologia. Sociologia da Educação na perspectiva dos clássicos. Funcionalismo de Durkheim. Sociologia compreensiva de Weber. Materialismo histórico dialético de Marx. Tendências atuais da Sociologia da Educação. A educação como fato social, processo social e reprodução de estruturas sociais. Mercantilização da educação. Sociologia da educação no Brasil: Contrapontos. Educação emancipadora. Formas de seleção e organização dos conhecimentos escolares. A educação como possibilidade de superação das desigualdades.						
Bibliografia Básica: RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. BOTTOMORE, T. B. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1987. DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. Petr6polis, RJ: Vozes, 2011. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/durkheim_2011_educacao-e-sociologia_book.pdf SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à Sociologia da Educação. Biblioteca Universitária. 3a.Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.						



Bibliografia complementar:

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: Entre o Passado e o Futuro. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 221-247. Disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf
- DEINA, Wanderley José. A crise na educação, 60 anos depois: apontamentos sobre a crise educacional moderna no quadro teórico de a condição humana, de Hannah Arendt. Educação em Revista| Belo Horizonte|v.34|e195846|2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/sdzfHqmkN4SnC3zwfMfp6Xf/?format=pdf&lang=pt>
- DALLABRIDA, Norberto. Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras. Perspectiva, v.22, nº 1, Florianópolis, jan./jun. de 2004, p.93-110. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/jbalster,+06_artigo_dallabrida.pdf
- DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- ENGUITA, M. F. Educação e teorias da resistência. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 3-16, jan./jun. 1989. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3062/328>.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. v. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- KRUPSKAYA, N. K. A construção da pedagogia socialista. Organização Luiz Carlos de Freitas, Roseli Salete Caldart. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MANNHEIM, Karl. Introdução à Sociologia da Educação. 4ª ed. São Paulo, Cultrix 1972.
- MANNHEIM, Karl. Diagnóstico de nosso tempo. 3.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino, São Paulo, Edit. Moraes, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Organização e introdução Osvaldo Coggiola. Tradução do Manifesto Álvaro Pina, Ivana Jinkings. 1. ed. Revista São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livrose-colecoes/marx-e-engels/critica-do-programa-de-gotha.pdf>.
- MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões. Agosto de 1866. Traduzido por José Barata Moura. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- MORAES, C.S.V. Marx, Engels e a educação. In: BOTO, C., ed. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-06.pdf>.
- WEBER M. Confucionismo e Taoísmo [tradução de Colliot-Thélène & Grossein]. Paris: Gallimard, 2000.
- WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. LTC Editora, s/d. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/weber-m-ensaios-de-sociologia.pdf>.
- RAITZ, Tânia Regina; CHIARELOTTO, Arivane Augusta. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: uma leitura dos novos objetos de pesquisa. Contrapontos - volume 5 - n. 1 - p. 95-107 - Itajaí, jan./abr. 2005. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/marianass,+5_1_7.pdf.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Sociologia da Educação II	OBR				60	
Ementa: Questões de Sociologia da Educação: Educação e Sociedade. Reprodução, transformação social e emancipação. A produção das desigualdades sociais e a desigualdade de oportunidades educacionais. Escola Técnica e Escola Para Todos. Escola Pública e Escola Privada. Escola e Seletividade Social. Educação Movimentos Sociais. Educação e o mundo do trabalho. Educação e o Mundo Globalizado. Contribuições da Sociologia para a compreensão do espaço escolar e dos processos educacionais. Especificidades na educação brasileira: Educação Popular; Educação do Campo; Saberes tradicionais. Movimentos sociais e as minorias. Políticas de Educação e relações étnico-raciais.						
Bibliografia Básica: MANACORDA, Mario A. Marx e a pedagogia moderna. Tradução Newton Ramos de Oliveira. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010. CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Niterói: Cortez, ed. Eduff, 1991.						
Bibliografia Complementar: ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 25-58. jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/YQbr5ZSkZNdFkkDMCrp948t/?format=pdf&lang=pt. BARTLETT, Lesley. Bajaj, Monisha. Educação Humanizadora para Jovens Imigrantes e Refugiados. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, e136077, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZBQP5pfDzDH9CG5HxCksFnK/?format=pdf&lang=pt. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008. BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Escritos de Educação, Petrópolis: Vozes, 1999. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Educação. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Col. Primeiros Passos). BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987. BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: A economia das trocas simbólicas. 2 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987. p.295-336. BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/?format=pdf&lang=pt. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, e dá outras providências. CASTRO, Dannyel Teles de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Descolonização do Saber: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e116268, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/rLBpZJxyRLbvY3wZc5KTbbs/?format=pdf&lang=pt. ENGUITA, Mariano F. Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1992.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf>

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/86h8JWDt5jVh7rRvZKBZxgv/?format=pdf&lang=pt>.

FERREIRA, A. L.; GOMES, G. K.; HENNING, L. M. P. Educação emancipadora: Contribuições da teoria freiriana e das teorias histórico-cultural e histórico-crítica. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0703-0715, mar. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16316/12694>

FERNANDES, Florestan. A conspiração contra a escola pública. Julio Okumura, Henrique Tahan Novaes, Fabiana de Cássia Rodrigues, Marcelo Totti (Org.) 1ª edição, Lutas anticapital: Marília - 2020

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano no professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo_ousadia.pdf.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação Omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil.

ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação e crise no capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYtnwWvnGfdkztG/?format=pdf&lang=pt>.

LAHIRE, Bernard. A Infância das Desigualdades e a Lei da Reprodução. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e129012, 2022. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/129012/87415>.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXy5y7mFRqRjX7m/?format=pdf&lang=pt>.

PELEGRINI, Diana de Paula; GHANEM, Elie; NETO, Antônio Fernandes Góes. O Brasil Respeita o Direito dos Povos Indígenas à Educação Superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e118188, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/zK83mnYZK8ZTRFdhQBpHRMx/?format=pdf&lang=pt>.

SCHWENDLER, Sônia Fátima; SANTOS, Aline Nunes dos. A Formação de Educadoras/es no Contexto da Diversidade Socioterritorial do Campo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e117553, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/djN4PVzvWdKHqgPKZKxB8td/?format=pdf&lang=pt>.

RIBEIRO, Darci. Nossa escola é uma calamidade. Salamandra: Rio de Janeiro, 1984.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



RIBEIRO, Darcy. Negros e os ninguéns: política e educação no pensamento social de Darcy Ribeiro. Rev. HISTEDBR On-line Campinas, SP, v.19, 2019. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/kathleenalana,+23_GT_8654059_Santos.Neto%20(1).pdf.
SILVA, T. R.; SANTOS, E. M. A educação étnico-racial na educação infantil: Reflexões sobre a prática de professores. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0870-0884, mar. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15859/12705>.



Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) / UC II

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Nome da disciplina						-
Ementa:						
Bibliografia Básica:						
Bibliografia Complementar:						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Núcleo III: Atividades Curriculares de Extensão (AAE) / UC III

Atividades Curriculares de Extensão (AAE): 330 horas



Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) / UC III

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Estágio: Observação e Vivência Escolar	EST					
Ementa: O estágio de observação e vivência escolar tem por finalidade inserir diretamente o futuro profissional docente na realidade das unidades educativas, de modo a permitir a compreensão, o funcionamento e o papel do(a) professor(a) no processo formativo institucionalizado. Neste estágio o acadêmico terá oportunidade de observar e compreender a dinâmica de toda a estrutura escolar e de todos os elementos que a compõem.						
Bibliografia básica: ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2018. Um guia sobre como observar o cotidiano escolar sob o olhar etnográfico — o ambiente, os sujeitos, os rituais e as interações. CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2020. Apresenta uma reflexão inspiradora sobre o olhar atento ao cotidiano da sala de aula e à relação professor–aluno. IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Ressalta a importância de observar contextos educativos reais, as formas de ensino e a lidar com a complexidade da prática educativa. PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019. Analisa os saberes que emergem da observação e da prática pedagógica cotidiana. ZABALZA, Miguel Ángel. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014. Aborda o papel formativo da tríade necessária ao estagiário: a observação sistemática, a construção do olhar pedagógico e a produção da escrita reflexiva através do diário de campo.						
Bibliografia Complementar: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2021. É uma obra clássica que expõe o estágio como uma mediação entre teoria e prática. O capítulo inicial aborda detalhadamente o estágio de observação e a participação, defendendo uma postura investigativa e reflexiva do estagiário. SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. Introduz a ideia de reflexão na ação e sobre a ação, que é central para compreender a observação como exercício de autoconhecimento profissional. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2022. Ajuda o observador a compreender os saberes em ação e o modo como os professores os constroem na prática. VIÑAO FRAGO, António. A cultura escolar como objeto histórico. Campinas: Autores Associados, 2000.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Fornece base teórica para observar a escola como espaço de produção cultural e histórica, não apenas institucional.

TRILLO ALONSO, Felipe. **El profesorado y el desarrollo curricular: tres estilos de hacer escuela.**

[S.l.: s.n.], [s.d.]. Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2000. Disponível em:

https://www.ugr.es/~fjjrios/pce/media/6-FelipeTrillo.pdf?utm_source=chatgpt.com

O artigo trata dos três estilos de desenvolvimento profissional docente: técnico, prático e crítico e traz as possíveis implicações na ação e inovação educativa.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Estágio Supervisionado I: Educação Infantil I (creche)	EST					
Ementa: Educação Infantil I, com observação e intervenção na creche para crianças de 0 a 3 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Nesse primeiro momento do Estágio Supervisionado em instituições de Educação Infantil os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.						
Bibliografia Básica BASSEDAS, Eulália et al. Aprender e ensinar na educação infantil.; trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1999. BRASIL/MEC. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, 2024 CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs.). Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2005. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.						
Bibliografia Complementar BRASIL. Indicadores da qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009. HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996. FAZENDA, Ivani. Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola. São Paulo: Ática, 1998. KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). Infância: fios e desafios da Pesquisa. Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica. KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica. KRAMER, Sônia (coord.) Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 1992. OSTETTO, Luciana (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, Papirus, 2008						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Estágio Supervisionado II: Educação Infantil II (pré-escola)	EST	2	1	3	90	
Ementa: Educação Infantil II, Pré-escola, com observação e docência - 4 a 5 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação, planejamento e docência no desenvolvimento pedagógico das diferentes tarefas inerentes ao educar crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.						
Bibliografia Básica BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base . Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC BASSEDAS, Eulália et al. Aprender e ensinar na educação infantil . Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1999. BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil . Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo. FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). Os fazeres na educação infantil . São Paulo: Cortez, 2005. KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). Infância: fios e desafios da Pesquisa . Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica. OSTETTO, Luciana (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores . Campinas, Papirus, 2008.						
Bibliografia Complementar ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens . Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. BICUDO, M ^a Ap. Viggiani (Org.). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade . São Paulo: Unesp, 1996. BRASIL. Indicadores da qualidade na Educação Infantil . Brasília: MEC/SEB, 2009. CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs.). Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. FAZENDA, Ivani. Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola . São Paulo: Ática, 1998. KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural . Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica. _____, Sônia (coord.) Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil . São Paulo: Ática, 1992. LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas . (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. LYOTARO, Zilma de M. Ramos de (org.). Educação infantil: muitos olhares . São Paulo-SP: Cortez, 1996. PERRENOUD, P. Novas Competências para ensinar . Porto Alegre: Artmed, 2000. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Estágio Supervisionado III - Ensino Fundamental I (alfabetização)	EST	2	1	3	90	
Ementa: Ensino Fundamental, com observação e docência na alfabetização - 1º e 2º e 3º anos. Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, aprendizagem, execução de atividade docente diretamente numa escola-campo de ensino fundamental com ênfase na alfabetização, bem como do desenvolvimento das etapas de observação, participação e planejamento pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Nesse momento do Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a escola: alunos, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.						
Bibliografia Básica: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base . Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC CUNHA, Célio da Cunha; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs). Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado . Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. 147 p. MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais . Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004. SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo . 8 ed. Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola . 11 ed. São Paulo/SP :Libertad, 2000.						
Bibliografia Complementar: ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens . Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. BICUDO, Mª Ap. Viggiani (Org). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade . São Paulo: Unesp, 1996. GADOTTI, Macir. Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito . 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora . 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996. KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural . Campinas/SP: Papyrus, 1998. Série Prática Pedagógica. KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). Infância: fios e desafios da Pesquisa . Campinas/SP: Papyrus, 1996. Série, Prática Pedagógica. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições . São Paulo: Cortez, 2000.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto/Portugal: Dom Quixote, 1992.

WEIL, Pierre. **Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summs, 1993.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Estágio Supervisionado IV: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)	EST				90	
Ementa: Ensino Fundamental, com observação e intervenção 4º e 5º anos. Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docente diretamente numa escola-campo de ensino fundamental – anos iniciais (com ênfase nos últimos anos). Desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização do projeto pedagógica por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Projetos e sequências didáticas integrando os diferentes componentes curriculares. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.						
Bibliografia Básica: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base . Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC CUNHA, Célio da Cunha; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs). Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado . Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. 147 p. MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais . Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola . 11 ed. São Paulo/SP :Libertad, 2000.						
Bibliografia Complementar: ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens . Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. BICUDO, Mª Ap. Viggiani (Org). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade . São Paulo: Unesp, 1996. GADOTTI, Macir. Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito . 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. Série Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papyrus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2000.

MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto/Portugal: Dom Quixote, 1992.

WEIL, Pierre. **Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summs, 1993.

Disciplina	Tipo	T	P	D	CH	Pré-requisito
Estágio Supervisionado V: EJA	EST	2	2	0	60	
Ementa: Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes na escola-campo de ensino fundamental e/ou espaços não escolares de EJA, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico.						
Bibliografia Básica: ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT: Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes). FERREIRO, Emilia (org.). Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina. Trad. Maria Luiza Marques Abourre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. LEITE, Sergio A. S. (org.) Alfabetização e letramento: contribuições para as praticas pedagógicas. Campinas- SP, Kamidi, 2003. MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas/SP: Papyrus, 2000. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. SP – Contexto, 2004.						
Bibliografia Complementar BICUDO, Mª Ap. Viggiani (Org). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996. GADOTTI, Macir. Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996. LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. LEMLE, Miriam. A tarefa da alfabetização: etapas e problemas do português, letras de hoje. Porto Alegre, 1982.						



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2000.

MILANESI, Irton. Avaliação da Aprendizagem Escolar. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

PERRENOUD, P. Novas Competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. Uma perspectiva histórica cultural da educação. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. 11 ed. São Paulo/SP: Libertad, 2000.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA





Emitido em 29/10/2025

MATRIZ CURRICULAR N° Matriz Curricular/2025 - SNP-DPPF (11.01.20.01)
(N° do Documento: 4)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/10/2025 09:30)

REGINALDO LOPES ALENCAR

ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO REGIONALIZADA - SNP

SNP-ASS (11.01.20.01.07)

Matrícula: 85982006

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo:
MATRIZ CURRICULAR, data de emissão: **29/10/2025** e o código de verificação: **30293c9b24**



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARECER n.º 45/2025 - PEDAGOGIA

Partes Interessadas: Campus Universitário de Sinop – UNEMAT
Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
Curso de Pedagogia

ASSUNTO: PPC do Curso Pedagogia

HISTÓRICO: O presidente apresentou aos conselheiros o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, elaborado em atendimento à legislação educacional vigente. As principais alterações visam a adequação integral do PPC à **Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de maio de 2024**, do Conselho Nacional de Educação.

Em destaque, as mudanças estruturais e curriculares compreendem:

1. **Curricularização da Extensão:** A inclusão dos 10% de Atividades de Extensão Universitária na carga horária total do curso, com o devido detalhamento no texto do PPC sobre a forma de creditação, em consonância com as diretrizes federais.
2. **Estágio Supervisionado:** A alteração na estrutura que torna o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório desde o início do curso, atendendo ao novo marco regulatório do Ministério da Educação.
3. **Atualização Legal e Temática:** A incorporação de conteúdos e quadro de disciplinas referentes às atualizações na legislação educacional, especialmente em temas como políticas públicas, diferenças, diversidade e questões étnico-raciais, visando à formação alinhada às demandas contemporâneas.

O colegiado analisou a nova proposta de PPC do curso de Pedagogia e a considerou adequada a legislação vigente, a proposta foi **aprovada** e deverá ser implementada a partir do semestre 2026/01.

Link da reunião:

https://drive.google.com/file/d/1y015_OLVUFPUWhJwm2SE_Z1NX-pVMIImK

PARECER:

O Colegiado do Curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Sinop, no uso de suas atribuições legais, conforme consta em Ata n.º 08/2025, **APROVA** os referidos. É o parecer.

Sinop, 16 de outubro de 2025.

José Luiz Muller
Presidente do Colegiado de Curso de Pedagogia



Emitido em 16/10/2025

**PARECER COLEGIADO DE CURSO Nº PARECER 45-2025 - COLEGIADO DE PEDAGOGIA/2025 -
SNP-DURA (11.01.20.02)
(Nº do Documento: 231)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/10/2025 14:51)

JOSE LUIZ MULLER

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - SNP

SNP-FACHLIN (11.01.26.02)

Matrícula: 82413001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: 231, ano: 2025, tipo: **PARECER COLEGIADO DE CURSO**, data de emissão: 24/10/2025 e o código de verificação: 4f1378d2b7



Emitido em 29/10/2025

PARECER N° Parecer/2025 - SNP-DPPF (11.01.20.01)
(N° do Documento: 3)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/10/2025 09:28)

REGINALDO LOPES ALENCAR

ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO REGIONALIZADA - SNP

SNP-ASS (11.01.20.01.07)

Matrícula: 85982006

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2025**, tipo:
PARECER, data de emissão: **29/10/2025** e o código de verificação: **7ca4ccc3d0**



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARECER N.º 30/2025-FACHLIN

Partes Interessadas: Campus Universitário de Sinop – UNEMAT
Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
Curso de Pedagogia

ASSUNTO: PPC do Curso Pedagogia

HISTÓRICO: O presidente apresentou aos conselheiros o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, elaborado em atendimento à legislação educacional vigente. As principais alterações visam a adequação integral do PPC à **Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de maio de 2024**, do Conselho Nacional de Educação.

Em destaque, as mudanças estruturais e curriculares compreendem:

1. **Curricularização da Extensão:** A inclusão dos 10% de Atividades de Extensão Universitária na carga horária total do curso, com o devido detalhamento no texto do PPC sobre a forma de creditação, em consonância com as diretrizes federais.
2. **Estágio Supervisionado:** A alteração na estrutura que torna o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório desde o início do curso, atendendo ao novo marco regulatório do Ministério da Educação.
3. **Atualização Legal e Temática:** A incorporação de conteúdos e quadro de disciplinas referentes às atualizações na legislação educacional, especialmente em temas como políticas públicas, diferenças, diversidade e questões étnico-raciais, visando à formação alinhada às demandas contemporâneas.

O colegiado analisou a nova proposta de PPC do curso de Pedagogia e a considerou adequada a legislação vigente, a proposta foi **aprovada** e deverá ser implementada a partir do semestre 2026/01.

Link da reunião:

<https://drive.google.com/file/d/1oAx-FC1XFOW7TDmEJnCOQtbnV5qUbaFR>

PARECER:

O Colegiado da Faculdade de Ciências Humanas e Linguagens do Campus Universitário de Sinop, no uso de suas atribuições legais, conforme consta em Ata **n.º 08/2025**, deliberou por **APROVAR** o referido. É o parecer.

Sinop–MT, 22 de outubro de 2025

Henrique Roriz Aarestrup Alves
Presidente do Colegiado
Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem



Emitido em 22/10/2025

**PARECER COLEGIADO DE FACULDADE Nº PARECER 30-2025 - COLEGIADO DA FACHLIN/2025 -
SNP-DURA (11.01.20.02)
(Nº do Documento: 90)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/10/2025 15:18)

HENRIQUE RORIZ AARESTRUP ALVES

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM -SNP

SNP-LETRAS (11.01.26.02.06)

Matrícula: 132031001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **90**, ano: **2025**, tipo:
PARECER COLEGIADO DE FACULDADE, data de emissão: **24/10/2025** e o código de verificação: **190b95fd58**



Emitido em 29/10/2025

PARECER N° Parecer/2025 - SNP-DPPF (11.01.20.01)
(N° do Documento: 4)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/10/2025 09:28)

REGINALDO LOPES ALENCAR

ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO REGIONALIZADA - SNP

SNP-ASS (11.01.20.01.07)

Matrícula: 85982006

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo:
PARECER, data de emissão: **29/10/2025** e o código de verificação: **693f9b55e1**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO
REYES MALDONADO



PARECER COLEGIADO REGIONAL Nº 49/2025 - SNP-DPPF (11.01.20.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Sinop-MT, 29 de outubro de 2025.

A Presidente do Colegiado Regional, no uso de
suas atribuições legais, emite o seguinte parecer
a d *referendum*:

PARTES INTERESSADAS:

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Unidade Regionalizada de Sinop
DPPF- Diretoria Política Pedagógica e Financeira
Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
Curso de Pedagogia

ASSUNTO: Alteração do PPC do Curso de Pedagogia

Processo: 23065.009278/2025-50

HISTÓRICO:

Foi apresentado o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, elaborado em atendimento à legislação educacional vigente. As principais alterações visam a adequação integral do PPC à Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Educação. Em destaque, as mudanças estruturais e curriculares compreendem:

1. Curricularização da Extensão: A inclusão dos 10% de Atividades de Extensão Universitária na carga horária mínima do curso, com o devido detalhamento no texto do PPC sobre a forma de creditação, em consonância com as diretrizes federais.
2. Estágio Supervisionado: A alteração na estrutura que torna o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório desde o início do curso, atendendo ao novo marco regulatório do Ministério da Educação.
3. Atualização Legal e Temática: A incorporação de conteúdos e quadro de disciplinas referentes às atualizações na legislação educacional, especialmente em temas como políticas públicas, diferenças, diversidade e questões étnico-raciais, visando à formação alinhada às demandas contemporâneas.

P A R E C E R :

A Presidente do Colegiado Regional no uso de suas atribuições legais, conforme histórico deste documento, emite **PARECER *ad referendum* FAVORÁVEL ao referido.**

Juliana Freitag Schweikart
Presidente o Colegiado Regional em exercício
Unemat / Campus de Sinop

(Assinado digitalmente em 29/10/2025 16:17)

JULIANA FREITAG SCHWEIKART

Professor da Educação Superior

SNP-FACHLIN (11.01.26.02)

Matrícula: 52936012

Processo Associado: 23065.009278/2025-50

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **49**, ano: **2025**, tipo: **PARECER COLEGIADO REGIONAL**, data de emissão: **29/10/2025** e o código de verificação: **fdde36c02e**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Pedagogia
Campus Universitário de Sinop**

Ano de implantação: 2026

Sinop/MT



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"

REITORA: Vera Lúcia da Rocha Maquêa

VICE-REITOR: Alexandre Gonçalves Porto

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Nilce Maria da Silva

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP

Endereço: Av. dos Ingás, 3001, Jardim Imperial – Sinop/MT. CEP

DIRETOR POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

DIRETOR: Dr. Júlio César Beltrame Benatti

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM

DIRETORA: Dr. Henrique Roriz Aarestrup Alves

E-mail: fachlin.sinop@unemat.br

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

COORDENADOR: Dr. José Luiz Muller

E-mail: pedagogia.sinop@unemat.br

COLEGIADO DO CURSO:

José Luiz Muller (Presidente)

Alceu Zoia

Elizangela Gomes dos Santos Siebiger

João Batista Lopes da Silva

Ralf Hermes Siebiger

Ivone Jesus Alexandre

Jean Carlos Crizostomo de Souza

Maria do Carmo Lopes Branco

Cristiano Dos Santos Torres

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Edneuzza Alves Trugillo - (Coordenador do NDE)

José Luiz Muller (Coordenador do Curso)

Aumeri Carlos Bampi

Sandra Pereira de Carvalho

Ivone Jesus Alexandre



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Pedagogia
Ano de Criação	1990
Ano de implantação do currículo anterior	2015
Data de adequação do PPC	Novembro de 2025
Grau conferido	Licenciado
Título acadêmico conferido	Licenciado em Pedagogia
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo mínimo de integralização	8 semestres
Tempo máximo de integralização	10 semestres
Carga horária total	3.500 horas
Carga horária presencial	2915 horas
Carga horária à distância	585 horas
Carga horária de extensão	320 horas
Carga horária eletiva	120 horas
Número de vagas oferecidas	40 por semestre
Turno de funcionamento	Noturno (Com atividades de estágio e extensão diurnas)
Forma de ingresso	Vestibular da UNEMAT, SISU e Edital de Ocupação de Vagas Remanescentes.
Atos legais de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso	Curso avaliado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso no ano de 2012 – Portaria nº. 015/2012-CEE/MT D.O.E 02/07/2012, pelo período de cinco anos. A Renovação de Reconhecimento do Curso por mais cinco anos, a partir de 24 de abril de 2017, pela Portaria nº. 44/2017-GAB/CEE-MT, Processo 245906/2017.
Regime de matrícula	Semestral, por componente curricular
Unidade Acadêmica de vínculo do curso	Câmpus Universitário de Sinop Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
Local de funcionamento	Av. dos Ingás, 3001, Jardim Imperial – Sinop/MT



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



SUMÁRIO

1 CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	7
1.1 Histórico da Universidade do Estado de Mato Grosso	7
1.1.1 Inserção estadual	9
1.2 Histórico do curso	11
1.3 Atos jurídico-administrativos do curso de Licenciatura em Pedagogia	11
1.4 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico de Curso	11
1.5 Fundamentação teórico-metodológica	14
1.5.1 Docência	14
1.5.2 Pesquisa educacional	14
1.5.3 Gestão Educacional	14
1.6 Objetivos do curso	15
1.7 Perfil do egresso	15
1.8 Áreas de Atuação do Egresso	16
1.9 Habilidades e Competências	17
3. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	19
3.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	19
3.2 Integração com a Pós-graduação	19
3.3 Mobilidade estudantil e internacionalização	19
3.4 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem	20
3.5 Educação Inclusiva	21
3.5.1 Educação Especial	23
3.6 Educação para os direitos humanos	25
3.7 Educação para as relações étnico-raciais	26
3.8 Educação ambiental	27
3.9 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	28
4. ESTRUTURA CURRICULAR	31
4.2 Formação teórica articulada com a prática	31
4.2.1 Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares	32
4.2.2 Sistema de créditos	32
4.2.3 Oferta de créditos na modalidade a distância	33
4.3 Núcleos de Formação	34



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



4.3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia - Resolução CNE/CP nº 01/2006	34
4.3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica - Resolução CNE/CP nº 04/2024	36
4.3.3 Unidades curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT	37
4.4 Distribuição dos componentes curriculares e da carga horária conforme os núcleos previstos na Resolução CNE/CP 4/2024	38
4.4.1 Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)	38
4.4.2 Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)	40
4.4.3 Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	41
4.4.4 Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	42
4.4.5 Eletivas livres	42
4.4.6 Resumo da estrutura curricular	43
4.4.7 Matriz curricular por semestre letivo	43
4.4.8 Pré-requisitos entre componentes curriculares	46
5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	47
5.1 Estudos Teóricos	49
5.2 Estágio Supervisionado	49
5.2.1 Objetivos	49
5.2.2 Justificativa	49
5.2.3 Orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estágio Curricular Supervisionado	50
5.2.4 O Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de licenciatura na UNEMAT	50
5.2.5 Metodologia	50
5.2.6 O campo de atividades do Estágio Curricular Supervisionado	50
5.2.7 Atividades de Estágio Curricular Supervisionado e carga horária	51
5.2.8 Das atribuições do coordenador e dos professores de Estágio Curricular Supervisionado	52
5.3 Pesquisa Educacional	52
5.3.1 Linhas de Pesquisa	52
5.4 Trabalho de Conclusão de Curso	53
5.4.1 Aspectos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso	59
5.4.2 Das Atribuições	59
5.4.3 Atribuições dos professores das disciplinas de TCC	59



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



5.4.4 Das atribuições dos professores orientadores	60
5.5 Atividades Curriculares de Extensão	60
5.5.1 Bases e diretrizes da extensão na UNEMAT	60
5.5.2 Curricularização da extensão na UNEMAT	60
5.6 Jornadas Pedagógicas	60
5.7 Avaliação	61
7 QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO	63
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	65



1 CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Nas seções seguintes serão abordados os itens sobre o histórico da UNEMAT, a justificativa da necessidade social do curso e seu processo de elaboração. Também serão abordadas a fundamentação legal deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como a fundamentação teórico-metodológica. E, na sequência, será apresentado o perfil do egresso, as principais áreas de atuação e as habilidades e competências requeridas para este/a profissional licenciado/a em Pedagogia.

1.1 Histórico da Universidade do Estado de Mato Grosso

No dia 20 de julho de 1978, foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que traz em sua história a marca de ter nascido no interior. Com base na Lei nº 703, foi publicado o Decreto Municipal nº 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social, com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa. Passou a funcionar como Entidade Autárquica Municipal em 15 de agosto do mesmo ano.

Por meio do Decreto Federal nº 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos ministrados pelo Instituto. Em 1985, com a Lei Estadual nº 4.960, de 19 de dezembro, o Poder Executivo institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visa promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

Em 1989, pela Lei Estadual nº 5.495 de 17 de julho, alterou-se a Lei nº 4.960 e, atendendo às normas da legislação de Educação, passa a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres – FCESC. Em 1992, por intermédio da Lei Complementar nº 14 de 16 de janeiro de 1992, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passou a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso – FESMAT, cuja estrutura organizacional, alterada pelo Decreto nº 1.236 de 17 de fevereiro de 1992, foi implantada a partir de maio de 1993.

A expansão da instituição para outras regiões de Mato Grosso ocorreu na década de 1990, com a abertura de núcleos. O primeiro a ser criado é o de Sinop em 1990, os de Alta Floresta, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda e Luciara em 1991, Barra do Bugres e Colíder em 1994, Tangará da Serra em 1995, e Juara em 1999 (entrando em efetivo exercício em 2001).

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar nº 30, instituiu-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT) com sede administrativa e foro no município de Cáceres, transformando em câmpus os antigos núcleos pedagógicos. Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso homologou e aprovou os Estatutos da



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



FUNEMAT e da UNEMAT por meio da Resolução nº 001/95-CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14 de março de 1996.

Em 10 de agosto de 1999, a Universidade foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação por 05 (cinco) anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica. Recredenciada pelas Portarias: Nº 064/2005 – CEE/MT de março de 2005 por um período de 05 (cinco) anos; Nº 002/2012-GAB/CEE/MT de março de 2012 por 06 (seis) anos; e Nº 037/2018-GAB/CEE-MT de março de 2018, que foi retificada pela Portaria Nº 090/2021-GAB/CEE-MT de setembro de 2021 para correção do período de credenciamento, contemplando o ciclo avaliativo de 2019-2026.

Em setembro de 2013, a UNEMAT recebeu em transferência os cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Educação Física e Administração que eram oferecidos pela Uned (Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino) e, em dezembro do mesmo ano, a UNEMAT assumiu os cursos da União do Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova). Em ambos os casos, a instituição recebeu também a transferência dos bens móveis e imóveis. Com as novas aquisições, a UNEMAT passa a abranger 13 câmpus universitários em sua estrutura.

Porém, apenas em 2022, por meio da aprovação do Projeto de Lei Complementar 19/2022, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, estabeleceram-se as funções gratificadas para Profissionais Técnicos e Docentes em cargos de gestão em ambas as unidades.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, criada pela Lei Complementar nº 30 de 15 de dezembro de 1993, modificada pelas Leis Complementares nº 319 de 30 de junho de 2008 e nº 689 de 20 de maio de 2021, passou então a denominar-se Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado" – UNEMAT.

Como mencionado na Seção 1.1, atualmente a UNEMAT Hoje, a Unemat possui 13 câmpus, 17 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de Educação a Distância. Cerca de 22 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos presenciais e em outros 129 cursos ofertados em modalidades diferenciadas. A instituição conta com quatro doutorados institucionais, quatro doutorados interinstitucionais (Dinter), três doutorados em rede, 11 mestrados institucionais, um mestrado interinstitucional (Minter) e cinco mestrados profissionais.

A UNEMAT, desde sua criação, desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e às demandas específicas do Estado, tanto para formação de professores como para formação de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

O Programa Parceladas da UNEMAT foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com objetivo de atender às demandas de formação de professores em diferentes regiões de Mato Grosso. O modelo de formação presencial oferecido em regime parcelado ou em regime contínuo serviu de exemplo para outras universidades brasileiras.

O ensino a distância passou a ser ofertado pela UNEMAT em 1999, com o objetivo inicial de formar professores da rede pública nos cursos de Pedagogia e Educação Infantil. A partir de 2008, a instituição integrou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2010, a UNEMAT passou a oferecer, por meio da UAB, cursos de bacharelados e atualmente também oferta cursos de especialização lato sensu em diferentes áreas.



Por meio da Diretoria de Educação Indígena, atual Faculdade Indígena Intercultural, a UNEMAT passou a ofertar, a partir de 2001, cursos de licenciaturas específicos e diferenciados para mais de 30 etnias, para formar professores indígenas. Os cursos são oferecidos no Câmpus Universitário de Barra do Bugres.

1.1.1 Inserção estadual

Sediada em Cáceres, a 220 km a oeste da capital Cuiabá, a Universidade do Estado de Mato Grosso atua em grande parte do interior do estado, graças ao seu programa de expansão iniciado no ano de 1990, quando foram instalados no município de Sinop-MT, a 500 km ao norte da capital, os cursos de Pedagogia, Letras e Matemática. O objetivo do referido programa de expansão foi o de sanar um entre tantos problemas crônicos do Estado, a falta de professores formados para atender à educação básica.

Institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITECI e, por meio do Conselho Estadual de Educação – CEE/MT, tem seus atos de legalidade reconhecidos para o ensino de graduação, tanto para os cursos de entrada contínua como para os cursos de oferta de modalidades diferenciadas. Ao longo do seu funcionamento, a UNEMAT apresenta uma somatória de experiências didático-científico-pedagógicas e administrativas que a projeta como uma instituição indispensável ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, desempenhando um papel essencialmente social no Estado, capaz de alicerçar a base humana regional na afirmação de melhores condições de vida da população e na garantia de padrões éticos de justiça e equidade.

Nesse processo, uma preocupação constante da UNEMAT tem sido ampliar sua atuação no cenário mato-grossense, por meio do desenvolvimento de pesquisas e da qualificação de seu quadro docente, bem como da oferta de programas lato sensu e stricto sensu a toda a comunidade, contribuindo com a formação do espírito crítico, para responder, sobretudo, aos problemas de Mato Grosso, visto que os seus 13 Câmpus Universitários, 31 Núcleos Pedagógicos e 28 Polos Educacionais de Ensino a Distância estão distribuídos em três biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia; e nas bacias hidrográficas do Prata, Amazônica e Araguaia, caracterizando uma diversidade biológica e social ímpar no Brasil.

Assim, resultante da política de investimento na qualificação dos docentes, para atender à demanda de um estado-continente, a UNEMAT apresenta um quadro de 755 docentes efetivos, sendo 479 doutores, 243 mestres e 33 graduados. A UNEMAT conta atualmente com 178 projetos de pesquisas institucionalizados, distribuídos em 127 grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ, além de 19 núcleos de pesquisas e 15 Centros de Pesquisas. Todos esses projetos envolvem professores-pesquisadores e alunos bolsistas, cuja investigação se assenta sobre questões de relevância para a construção do conhecimento científico, visando contribuir com o desenvolvimento regional e nacional, com apresentação de alternativas que possam interferir positivamente na sociedade mato-grossense.

Os esforços envidados para garantir a qualidade do ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de tais



atividades, que contemplam desde o provimento de infraestrutura para os laboratórios de ensino de graduação e pós-graduação, até grupos de pesquisa e a pós-graduação, são contínuos. Nesta perspectiva, a UNEMAT atende aproximadamente 19 mil alunos nas diferentes modalidades de ensino de graduação e 1.189 alunos na pós-graduação lato sensu e stricto sensu. São ofertados à comunidade cursos de graduação de oferta contínua e cursos de modalidades diferenciadas (faculdade indígena; modalidade parceladas e cursos fora de sede), PARFOR (1ª e 2ª licenciaturas); cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo 8 doutorados acadêmico, 3 doutorados acadêmico em rede, 1 doutorado profissional em rede, 11 mestrados acadêmico, 12 mestrados profissional em rede, 1 mestrado profissional.

Ressalta-se que os programas e cursos de pós-graduação institucionais contam com o apoio da CAPES, além do custeio via recursos internos da própria UNEMAT. Por outro lado, recursos extraordinários são frequentemente pleiteados pelos programas de pós-graduação, por meio de editais pró-equipamentos da Capes e também por meio de editais de financiamento para projetos de pesquisa que, além da possibilidade de aquisição de material permanente, possibilitam a oferta de bolsas aos discentes. Nesse sentido, atualmente são ofertadas 171 bolsas aos discentes da pós-graduação da UNEMAT, sendo 110 bolsas de mestrado, 61 bolsas de doutorado e uma bolsa de pós-doutorado. Além disso, oferta 40 Auxílios: 07 Auxílios Internet, 02 Auxílios Eventos e 31 Auxílios Inclusão Digital foram disponibilizados aos discentes da pós-graduação.

Por fim, as atividades de extensão compõem o tripé ensino-pesquisa-extensão que, juntas, são responsáveis pelo grande impacto social e econômico que a UNEMAT exerce sobre o Estado de Mato Grosso. Atualmente, encontram-se institucionalizados 448 projetos de extensão, que contam com cerca de 132 bolsistas extensionistas, além de 167 cursos de extensão realizados no ano de 2021, que atenderam um total de 13.325 cidadãos mato-grossenses. Ainda na perspectiva da extensão, a UNEMAT conta com nove empresas juniores e 340 eventos realizados, totalizando 91.655 pessoas atendidas apenas no ano de 2021.

A importância da colaboração mútua e das contribuições feita para a sociedade pelas Instituições de Ensino Superior incentiva a UNEMAT a realizar ações para a promoção da difusão do conhecimento, da cultura e auxiliar no fortalecimento da graduação e da pós-graduação stricto sensu em nível nacional e internacional. Para alcançar este objetivo, foram firmados acordos de cooperação com entidades nacionais e internacionais, como mecanismos que contribuíram para a produção e difusão do conhecimento ao integrar docentes e discentes com outras instituições, possibilitando a ampliação da pesquisa.

Considera-se como resultados dessas parcerias: o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação nos estudos e elaboração de projetos de interesse para o desenvolvimento regional, através da ciência, tecnologia e inovação; a flexibilidade e mobilidade docente e estudantil em programas acadêmicos; e a cooperação científica e pedagógica com a troca de experiências, tendo em vista o desenvolvimento e fortalecimento de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.



1.2 Histórico do curso

O Curso Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Sinop da Universidade do Estado de Mato Grosso foi criado em setembro de 1990 para atender demandas educacionais da região centro norte do estado. Desde sua criação este curso vivenciou processos de reformas curriculares. O primeiro desencadeado oficialmente no ano de 1994 e implantado em 1997. O segundo teve início em 2004 que resultou na implantação de um novo projeto curricular pedagógico no ano de 2007. O terceiro, implementado em 2015, por meio da Resolução 058/2015-CONEP. Todos os processos foram gestados no interior do próprio curso pelo coletivo de professores e alunos que dele participavam.

Neste atual projeto pedagógico, com proposta de implementação no primeiro semestre de 2026, houve um processo de discussão iniciado pelo Núcleo Docente Estruturante, o qual foi posteriormente ampliado para todos os docentes do curso.

1.3 Atos jurídico-administrativos do curso de Licenciatura em Pedagogia

RESOLUÇÃO Nº 058/2015 – CONEP. Reconhecimento: Curso avaliado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso no ano de 2012 – Portaria nº. 015/2012-CEE/MT D.O.E 02/07/2012, pelo período de cinco anos.

A Renovação de Reconhecimento do Curso por mais cinco anos, a partir de 24 de abril de 2017, pela Portaria nº. 44/2017- GAB/CEE-MT, Processo 245906/2017.

PORTARIA Nº 041/2023/GAB/CEE-MT - Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado-UNEMAT, nos termos do disposto no Art. 46 da Resolução Normativa 007/2021--CEE/MT e dos Art. 7º e 8º da Resolução Normativa 01/2017-CEE/MT, válida até a publicação do CPC do Ciclo avaliativo referente ao ano de 2024.

1.4 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico de Curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia se fundamenta nos seguintes dispositivos legais:

a) Legislação Federal

- Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Ela define as diretrizes para os cursos de licenciatura.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Decreto nº 7.724, de 16 de março de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância Reconhecimento Renovação de Reconhecimento – INEP (2017).
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: CNE, 2006.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática.
- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).



b) Legislação Estadual

- Resolução Normativa n.º 007/2021/CEE-MT. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso.

c) Normativas institucionais

- Instrução Normativa n.º 003/2019 - UNEMAT. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2028: relatório final.
- Resolução n.º 001/2010 – CONSUNI. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Resolução n.º 001/2024 – CONEPE. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT.
- Resolução n.º 015/2024 – CONEPE. Dispõe sobre a criação e as atribuições do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado.
- Resolução n.º 029/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT.
- Resolução n.º 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
- Resolução n.º 048/2026 – CONSUNI. Aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Resolução n.º 100/2015 – CONEPE. Aprova alteração na Resolução n.º 028/2012- CONEPE e 029/2012- CONEPE, que dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT.

1.5 Fundamentação teórico-metodológica

O curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop estabelece seus princípios com base no parágrafo único do art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2006:

- I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.



1.5.1 Docência

A docência é o eixo formativo primordial para a Pedagogia. Este princípio busca assegurar que a formação docente se congregue para as práticas, que promova reflexões das e sobre as ações docentes resultando em estudos e análises do ato de ensinar, desde as rotinas escolares até as questões teóricas e metodológicas. E conforme estabelece o documento das DCNs a docência é compreendida de forma ampla como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares construídos em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2006).

1.5.2 Pesquisa educacional

A pesquisa não somente recebe distinção em disciplinas da área da Metodologia de Pesquisa, mas perpassa toda discussão e produção de conhecimento no decorrer do curso, convergindo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC.

Este princípio configura-se como mecanismo do currículo para que o aluno de Pedagogia construa um repertório de saberes para mediar relações teoria e prática; reflita na e sobre a educação; teorize práticas pedagógicas, conflitos presentes na educação formal e não formal, e situações escolares; e, produza leituras acerca de contradições inerentes a processos educacionais.

1.5.3 Gestão Educacional

A gestão educacional além de ser contemplada em disciplinas específicas também perpassa todas as fases formativas e busca construir saberes e práticas acerca do planejar, coordenar e avaliar processos de formação educacional convergindo para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para escolas da educação infantil e do ensino fundamental.

Este princípio é base na construção de sentidos para os estudos teóricos acerca da educação, promovidos no decorrer do curso envolvendo a política educacional macro, meso e micro, os conceitos de gestão democrática até as rotinas escolares em suas diversidades e complexidades; compreendendo que gestão educacional se faz com a participação de sujeitos sociais nas mais diversas instituições, instâncias que promovem formação humana.



1.6 Objetivos do curso

1.6.1 Objetivo Geral

Formar pedagogo para a docência na Educação Infantil; nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; e na gestão de processos educativos que envolvem: planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação, comprometido com a educação local, regional e nacional e com a realidade social nas suas multidimensões.

1.6.2 Objetivos específicos

- Capacitar sujeitos (históricos) do processo ensino aprendizagem a pensar e refletir questões universais, tendo como ponto de partida saberes que os constituem, as suas realidades, os seus lugares, as suas identidades e as suas culturas.
- Formar pessoas como sujeitos de direito, com capacidade de articulação, de organização e de decisão sobre suas vidas.
- Possibilitar por meio de processos de aprendizagem, de ensino, pesquisa e extensão, a produção de novos conhecimentos que sustentem as lutas pela conquista da qualidade de vida.
- Fornecer bases teóricas para a compreensão do processo educativo, seus fundamentos e intervenções relativas à diversidade e pluralidade conceituais e metodológicas.
- Propiciar domínio, com perspectiva interdisciplinar, dos conceitos fundamentais das áreas de atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Ciências Naturais, Ciências Sociais, Matemática e Linguagem.
- Constituir uma práxis da ação educativa a fim de estar reconstruindo, constantemente, o fazer pedagógico.
- Problematizar as diversas concepções e práticas de ensino, inerentes às diversas áreas do conhecimento, construindo olhares reflexivos/investigativos, que sustentem e permitam a criação de práticas interventivas, nas interações da escola com a comunidade.
- Possibilitar a constituição de relações entre professores/alunos/conhecimentos que considerem professores e alunos no espaço escolar e comunitário como sujeitos no processo de conhecimento e na organização da vida comunitária.

1.7 Perfil do egresso

Amparado nas DCNs para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017) e para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), o projeto para o Curso de Pedagogia da UNEMAT Campus Sinop, indica que o



Licenciado em Pedagogia é um profissional da área da Educação preparado para desempenhar funções de docência para a Educação Básica: Base Comum Curricular Nacional na Educação Infantil; nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; e de gestão de processos educativos que envolvem: planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação.

O perfil proposto para o egresso do Curso de Pedagogia se consolida com base em um repertório de saberes teóricos e práticos que possibilitam:

- assumir postura ético-profissional na educação para a construção e efetivação de uma sociedade justa, solidária e inclusiva;
- compreender de forma ampla e consistente o fenômeno educativo em diferentes âmbitos e especificidades;
- compreender o processo de construção do conhecimento que se dá a partir de vivências em contextos específicos e diversos;
- compreender a instituição escola como organização complexa que promove educação formal e sistematizada;
- valorizar, respeitar e compreender diferentes linguagens manifestas na sociedade contemporânea;
- desenvolver postura problematizadora, investigativa, reflexiva e propositiva em relação a dinâmica da realidade educacional construindo saberes, conhecimentos e práticas deste campo compreendendo suas contradições;
- acompanhar e atender as diretrizes curriculares e os demais elementos legislativos constitutivos do sistema educacional;
- propor e gerir de forma democrática projetos pedagógicos nas mais diversas configurações de instituições educacionais articulados com a sociedade;
- compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas instituições escolares e não escolares;
- atuar profissionalmente na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades de ensino.

Ao atender o perfil do Pedagogo, o curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop, atende as demandas da profissionalização em acordo com as necessidades da comunidade local, regional e nacional em que se insere.

1.8 Áreas de Atuação do Egresso

O licenciado em pedagogia atua preferencialmente como professor em escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental em suas diversas modalidades e de formação de professores; com o gestor educacional na articulação, organização e desenvolvimento de processos pedagógicos escolares; e, na área da pesquisa educacional. Entretanto, o campo de atuação do pedagogo extrapola espaços escolares institucionalizados e abrange demandas socioeducativas de várias instâncias, instituições e empresas que organizam e promovem práticas educativas.



1.9 Habilidades e Competências

Com base nas Resoluções CNE/CP Nº 4/2024 e CNE/CP Nº 1/2006, neste projeto de curso, as habilidades e competências essenciais do licenciado em Pedagogia a serem desenvolvidas são sintetizadas nos seguintes tópicos:

1. Dominar os fundamentos epistemológicos, teóricos e práticos da educação, compreendendo as diretrizes curriculares nacionais e a organização do ensino em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, I, II; Res. CNE/CP Nº 1/2006, Art. 5º, XV, XVI);

2. Atuar com ética, compromisso social e postura investigativa para a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária, contribuindo para a superação de exclusões sociais e promovendo relações democráticas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, III, V; rcp01_06.pdf - Art. 5º, I, IX);

3. Compreender e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos em suas diversas fases de desenvolvimento, adaptando as práticas pedagógicas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XVI, XVII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, II, III, IV, V);

4. Planejar, organizar e executar atividades didáticas e pedagógicas efetivas, otimizando tempo, espaço e recursos, e selecionando estratégias de ensino adequadas para diversos perfis de estudantes (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, VIII, IX, XII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VI);

5. Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento de aprendizagens significativas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VII);

6. Participar ativamente da gestão de sistemas e instituições de ensino, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIX; rcp01_06.pdf - Art. 5º, XII, XIII);

7. Realizar pesquisas no campo educacional, refletir sobre a própria prática docente e correlacionar conhecimentos científicos no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para o avanço no campo da Educação (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XV, XX; rcp01_06.pdf - Art. 5º, XIV);

8. Demonstrar consciência e respeito pela diversidade (étnico-racial, de gênero, social, cultural, necessidades especiais etc.), desenvolvendo ações pedagógicas que promovam a inclusão e combatam o racismo e outras formas de discriminação (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, IX, X; rcp01_06.pdf - Art. 5º, X);

9. Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, e promovendo relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XI, XVIII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VIII, XI);

10. Conhecer e utilizar diferentes tipos de avaliação educacional, compreendendo seus limites e potencialidades para dar devolutivas que apoiem a autonomia do estudante e replanejar as práticas de ensino (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIV);



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



11. Construir ambientes de aprendizagem que incentivem os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, desenvolver o pensamento crítico e colaborar para uma sociedade em constante mudança (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XI).



3. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece novas diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior, incluindo cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados não licenciados e segunda licenciatura. A partir desta resolução definem as metodologias e políticas educacionais que traremos a seguir.

3.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop estabelece seus princípios com base no parágrafo único do art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2006:

- I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Docência

A docência é o eixo formativo primordial para a Pedagogia. Este princípio busca assegurar que a formação docente se congregue para as práticas, que promova reflexões das e sobre as ações docentes resultando em estudos e análises do ato de ensinar, desde as rotinas escolares até as questões teóricas e metodológicas. E conforme estabelece o documento das DCNs, a docência é compreendida de forma ampla como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares construídos em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2006).

Pesquisa educacional

A pesquisa não somente recebe distinção em disciplinas da área da Metodologia de Pesquisa, mas perpassa toda discussão e produção de conhecimento no decorrer do curso, convergindo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC. Este princípio configura-se como mecanismo do currículo para que o aluno de Pedagogia construa um repertório de saberes para mediar relações teoria e prática; reflita na e sobre a educação; teorize práticas pedagógicas, conflitos presentes na educação formal e não formal, e



situações escolares; e, produza leituras acerca de contradições inerentes a processos educacionais.

Gestão Educacional

A gestão educacional além de ser contemplada em disciplinas específicas também perpassa todas as fases formativas e busca construir saberes e práticas acerca do planejar, coordenar e avaliar processos de formação educacional convergindo para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para escolas da educação infantil e do ensino fundamental. Este princípio é base na construção de sentidos para os estudos teóricos acerca da educação, promovidos no decorrer do curso envolvendo a política educacional macro, meso e micro, os conceitos de gestão democrática até as rotinas escolares em suas diversidades e complexidades; compreendendo que gestão educacional se faz com a participação de sujeitos sociais nas mais diversas instituições, instâncias que promovem formação humana.

A extensão universitária

Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de extensão universitária e garantir as relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade, esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da Unemat de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso (corresponde a 10% da carga horária total do curso).

A Creditação de Extensão é definida como o registro de atividades de Extensão no Histórico Escolar, nas diversas modalidades extensionistas, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão (ACE), a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Unemat, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACE's fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular.

Este curso garante ao discente a participação em quaisquer atividades de extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACEs), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na execução e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na execução e/ou como palestrante.

Ao discente é permitida a participação em quaisquer ACEs, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais critérios especificados nas normas pertinentes.

As discussões em torno da extensão universitária vêm ganhando corpo ao longo das últimas décadas e ela vem sendo apontada como indissociável do ensino e da pesquisa



quando falamos da universidade. "Ela representa uma ligação direta com a comunidade, tanto na questão do campo empírico do conhecimento quanto da aplicabilidade do que a universidade produz. Não se faz, sobretudo, educação sem extensão universitária. A relação mais direta entre universidade e comunidade é proporcionada pela extensão universitária, entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade" (Fernandes; Silva; Machado; Moreira, 2012, p.170).

Desta forma, a extensão universitária se "(...) apresenta como uma das práticas acadêmicas com o maior potencial para interpretar as demandas apresentadas pela sociedade, já que permite socializar o conhecimento e promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular." (Veras; Souza, 2016, p 02). Compreendida desta forma, a extensão universitária não pode ocupar um papel em segundo plano, pois ela não pode ser dissociada do ensino e da pesquisa, sendo que ela é a grande via de comunicação entre tudo o que a universidade oferece assim como é fonte de tudo o que a sociedade produz e fornece para a universidade.

No caso do curso de Pedagogia, ao passo que a universidade contribui com a melhoria das relações dos processos de ensino/aprendizagem, os espaços escolares servem de oportunidade de desenvolvimento dos acadêmicos em extensão em formação e ainda trazerem conhecimentos das comunidades de aprendizagem para a universidade. A extensão universitária está prevista nos cursos de licenciatura em Pedagogia sendo fundamental para integralizar a formação nesta área de conhecimento. Dessa forma, a universidade precisa viabilizar espaços para que os acadêmicos tenham a oportunidade de interagir com a comunidade, principalmente a escolar, atuando em sua área de formação.

A nova legislação sobre a extensão universitária também contempla a necessidade de se desenvolver a extensão universitária, estabelecendo carga horária obrigatória de 320 (trezentas e vinte horas) para serem desenvolvidas ao longo da formação ou da integralização do curso de forma presencial, em parceria com instituições oficiais de ensino. Ou seja, não pode ser de forma remota ou à distância. Vejamos o que diz a resolução do CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Educação: Art . 05 IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente; (p.03).

Vemos claramente na forma da manifestação do governo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ratificando a obrigação da universidade no exercício de bons e permanentes programas de extensão. O que vem reforçado no artigo 07 da mesma resolução, fazendo também referência à prática educativa. Art 07 II - a construção do conhecimento sobre o ensino, a aprendizagem, a avaliação e o conteúdo específico de sua formação, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento dos profissionais do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa; (p. 04).



Entretanto, assim como as atividades de ensino e pesquisa, as atividades de extensão universitária também estão sujeitas a um conjunto de orientações e normativas para a sua validação, ou seja, sua creditação, cabendo o registro destas atividades em documentos adequadas que possam ser verificados para confirmar sua validação. Vejamos: Art. 07 XVIII - o registro do desenvolvimento do licenciando nas atividades acadêmicas de extensão em documentação adequada, que permita o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do licenciando; (p 06).

Nas duas referências seguintes, na mesma resolução, podemos verificar que a extensão universitária não pode apenas resultar de bons projetos de seus profissionais e estudantes. Ela precisa estar arraigada na própria proposição do curso de origem dos estudantes. Art 13 h) estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; (p.10) Art 13 III - Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. (p 11).

A resolução em questão também estabelece a carga horária mínima de 320 com atividades de extensão universitária para os acadêmicos cursistas de Pedagogia, o que dá uma média de 40 horas para um curso de quatro anos distribuídos por oito fases formativas semestrais. Art 14 III - 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III, de que trata o art. 13, inciso III desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora; (p.13)

Um outro aspecto muito importante que a resolução 04 estabelece é a vinculação das atividades de extensão para efeitos de creditação e de seu registro é a necessidade da parceria com instituições oficiais de ensino da Educação Básica. Desta forma, só poderão ser creditadas atividades de extensão aquelas realizadas com base nesta vinculação.

Ainda, para fechar este texto, convém referenciar o que tratado no 53º fórum nacional de pró-reitores de extensão universitária, quando foi destacada a compreensão da extensão em sua dimensão formativa com saberes da realidade social, com permanente diálogo com as instituições de ensino. Além disso, foi reafirmado papel na universidade no compromisso com as práticas plurais, diversas, inclusivas e equitativas. "Esse compromisso implica em desenvolver práticas extensionistas que dialoguem com as demandas sociais, promovam a equidade e a justiça social, e contribuam para a formação de cidadãos críticos e engajados." (FORPROEX, 2024). No mesmo manifesto houve a seguinte manifestação: "Na conjuntura atual, a extensão deve assumir cada vez mais as demandas formativas estabelecidas pelo contexto social. Isso requer ações que possibilitem aos/às estudantes compreender a realidade em que estão inseridos, sua complexidade social para a construção colaborativa de ações emanadas a partir da (e sobre esta) realidade objetiva, visando à produção de conhecimento comprometida com a transformação social."



3.2 Integração com a Pós-graduação

A base da pós-graduação está na graduação. Neste sentido, a integração com a pós-graduação se dará desde a orientação aos trabalhos de conclusão de curso, promovida pelas disciplinas relacionadas às áreas da pesquisa em educação, a exemplo da metodologia da pesquisa científica, da disciplina de produção de artigos científicos pelos cursistas da graduação da disciplina de defesa dos TCCs. Dessa forma, os cursistas saem da graduação já com o preparo necessário para os processos de pesquisa e de produção acadêmica científica nos primeiros níveis de pós-graduação, como as especializações e os mestrados.

O curso de Pedagogia procurará sempre manter eventos possibilitando a integração entre os programas de pós-graduação da própria instituição de tal forma que as produções em todos os níveis circulem em toda a comunidade acadêmica.

3.3 Mobilidade estudantil e internacionalização

De acordo com o Programa de Mobilidade Acadêmica, instituído e regulamentado pela Resolução Nº 087/2015 – CONEPE, o aluno vinculado a cursos de graduação da UNEMAT pode cursar disciplinas em outros cursos de graduação da UNEMAT e de outras Instituições (nacionais ou estrangeiras), desde que não ultrapasse 20 % do total dos créditos do curso em que está matriculado (art. 15). Também pode participar de atividades vinculadas à pesquisa e/ou extensão. Neste sentido, o Curso de Pedagogia aqui proposto, tanto pode receber estudantes de outras Instituições de Educação Superior conveniadas com a UNEMAT, quanto viabilizar para que os alunos regularmente matriculados possam cursar disciplinas pertinentes a sua formação.

As ações de mobilidade estudantil e internacionalização na UNEMAT, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2022-2028, são estratégias para promover a formação integral dos estudantes, a troca de experiências culturais e acadêmicas, e o reconhecimento da UNEMAT no cenário internacional. Nesse sentido, as iniciativas incluem:

1. Mobilidade Acadêmica em si, que compreende a possibilidade de que seus acadêmicos realizem mobilidade acadêmica em diferentes cursos de seus câmpus ou em outras instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, por um período máximo de um ano. Além dos aspectos curriculares, a mobilidade estudantil proporciona uma rica experiência de intercâmbio cultural, que contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, enriquecendo sua formação com perspectivas globais. Essa mobilidade pode ser realizada desde que haja equivalência mínima entre o conteúdo e a carga horária das disciplinas cursadas em mobilidade e aquelas do curso de origem do estudante;

2. Convênios e Parcerias Internacionais com universidades e institutos de pesquisa de outros países, proporcionando oportunidades para que os estudantes possam cursar disciplinas, realizar estágios ou desenvolver projetos de pesquisa no exterior;

3. Incentivo à Internacionalização, por meio de incentivo (afastamentos e ajudas de custo) para a participação de seus docentes e discentes em eventos acadêmicos



internacionais, a publicação de artigos em periódicos de alcance global e a realização de pesquisas em colaboração com instituições estrangeiras;

4. Bolsas e auxílios financeiros para apoiar os estudantes durante o período de mobilidade, reduzindo os obstáculos econômicos associados a estudos internacionais;

5. Idiomas e exames de proficiência, por meio da oferta de cursos de línguas estrangeiras e preparação para exames de proficiência, bem como a realização desses exames;

6. Reconhecimento e validação de estudos, por meio de normas que possibilitam o reconhecimento e validação de estudos realizados no exterior.

A mobilidade acadêmica tem como objetivo oportunizar a ampliação de conhecimentos e de realidades sociais, culturais e econômicas. Ressalta-se que todas as ações do acadêmico realizadas a partir deste programa precisam atender a Resolução acima citada e devem ser validadas pelo Colegiado do Curso, com o posterior registro no histórico escolar do aluno, propiciando-lhe a legitimidade da formação desenvolvida.

3.4 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs) integram recursos tecnológicos que aprimoram a comunicação, a troca de informações e as interações sociais, servindo também como um recurso para os processos de ensino-aprendizagem. Presentes no dia a dia, essas tecnologias são essenciais na construção e disseminação do conhecimento, promovendo novas formas de interação e eliminando barreiras geográficas através de ambientes virtuais. Em resposta a essas inovações, o presente Projeto Pedagógico busca incorporar uma abordagem crítica que contemple o uso qualificado e ético das TDICs, atendendo às exigências sociais contemporâneas e preparando os alunos para a vida cotidiana, o exercício da cidadania e o mercado de trabalho.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, e o Parecer CNE/CEB nº 4, de 20 de fevereiro de 2025, instituem as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática. E, no que tange à formação de professores, essas diretrizes apresentam orientações, dentre as quais se destacam dois pontos:

- a) *Educação digital e midiática como eixo curricular*: A formação deve preparar o futuro professor para integrar a educação digital e midiática de forma transversal ou como componente específico e disciplinar, abordando cultura digital, mundo digital, pensamento computacional, compreensão de algoritmos, Inteligência Artificial (IA), cidadania digital e proteção de direitos. (Resolução CNE/CEB nº 2/2025, Art. 28 e 29; Parecer CNE/CEB nº 4/2025, p. 5-6).
- b) *Uso pedagógico de dispositivos digitais*: Os cursos devem capacitar os licenciandos a planejar e mediar o uso intencional de dispositivos digitais para fins pedagógicos, priorizando os equipamentos fornecidos pela escola e compreendendo as especificidades de cada etapa da Educação Básica. (Resolução CNE/CEB nº 2/2025, Art. 9º, 10 e 11; Parecer CNE/CEB nº 4/2025, p. 5, 10-11).



Para tanto, na UNEMAT, incentiva-se o desenvolvimento de projetos pedagógicos que utilizem as TDICs para promover a aprendizagem ativa, como projetos baseados em problemas, aprendizagem colaborativa e *flipped classroom* (sala de aula invertida). Neste Projeto Pedagógico, esses temas, bem como a gamificação, serão abordados na seguinte disciplina:

Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs) (60 h/a): neste componente, são abordadas metodologias inovadoras, tais como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, gamificação, *design thinking*, entre outras, dando-se ênfase na abordagem dessas tendências de forma mediada por tecnologias. Também é abordado o uso da Inteligência Artificial na educação.

Além do conteúdo específico de cada disciplina, busca-se realizar a análise, revisão e reflexão consciente e crítica sobre recursos didáticos mediados pelas TDICs, de modo a promover: (i) acessibilidade digital e comunicacional; (ii) interatividade entre docentes e discentes; (iii) acesso a materiais ou recursos didáticos de aprendizagem baseados na necessidade, interesse e realidade social do aluno; (iv) aprendizagem das novas tecnologias em rede e dos recursos midiáticos mobilizados nas práticas pedagógicas contemporâneas e inovadoras.

As tecnologias digitais são utilizadas na UNEMAT para a realização de avaliações formativas e somativas, proporcionando uma avaliação ágil e efetiva aos estudantes e facilitando a análise de dados para a melhoria contínua do ensino-aprendizagem. O Sigaa e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são recursos utilizados tanto para a educação a distância quanto como complemento aos cursos presenciais. Este ambiente virtual possibilita a oferta de cursos e disciplinas *online*, acesso a materiais didáticos, interação entre alunos e professores através de ferramentas como fóruns e chats, além de permitir a avaliação e o monitoramento do desempenho estudantil.

Além do uso dos referidos sistemas, a UNEMAT se dedica à inclusão digital, oferecendo suportes diversos como acesso a laboratórios de informática, internet e, em alguns casos, auxílio financeiro para a compra de dispositivos. A universidade também investe na capacitação contínua dos professores, promovendo programas de formação periódicos. Essas iniciativas asseguram que tanto alunos quanto docentes potencializem as oportunidades educacionais e a integração das tecnologias digitais no processo acadêmico.

3.5 Educação Inclusiva

A educação inclusiva, conforme a primeira tradução da Declaração de Salamanca, de 1994, é um conceito abrangente, abrange todas as crianças e jovens que possuem necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de dificuldades de aprendizagem, de suas capacidades, ou de condições sociais, culturais e econômicas desfavoráveis. Isso inclui minorias linguísticas, étnicas ou culturais, crianças que vivem nas ruas, trabalham ou pertencem a populações nômades, entre outros grupos historicamente marginalizados. A ideia central é que todas as crianças devem ter acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas particularidades, celebrando a diversidade como uma riqueza para o ambiente escolar (Breitenbach, Honnef, Costas, 2016).



A inclusão deve ser vista sempre sob dois vieses: dos sujeitos, e do *locus* no qual o processo de inclusão deve acontecer. Nesse sentido, para uma instituição educacional ser verdadeiramente inclusiva, ela deve criar condições pedagógicas, didáticas, ambientais e curriculares que atendam a todos os estudantes, promovendo uma equidade educacional. A educação inclusiva busca garantir não apenas o acesso, mas também a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino para todos os alunos, independentemente de suas condições.

Partindo desses pressupostos, a UNEMAT desenvolve diversas iniciativas que promovem a inclusão e a democratização do acesso à educação superior (UNEMAT, 2023), como:

- **Turmas Fora de Sede e Modalidades Diferenciadas:** cursos em diferentes formatos de oferta, incluindo turmas fora de sede, que visam atender às demandas específicas de formação de professores e outros profissionais em diversas regiões de Mato Grosso, incluindo áreas rurais e indígenas.
- **Educação Indígena:** A Faculdade Indígena Intercultural da UNEMAT tem como objetivo formar professores indígenas, oferecendo cursos específicos e diferenciados para mais de 30 etnias, com atenção às particularidades culturais e linguísticas desses grupos.
- **Política de Acessibilidade:** A universidade tem investido na aquisição de kits de material para pessoas com deficiência e na readequação dos ambientes nos câmpus universitários para garantir a acessibilidade.
- **Bolsas de Iniciação Científica com Foco em Inclusão:** oferta de bolsas de iniciação científica que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias assistivas e metodologias inclusivas, bem como bolsas relacionadas a editais voltados à ações afirmativas;
- **Programas e Projetos de Extensão:** A UNEMAT desenvolve programas e projetos de extensão que visam à inclusão social e ao atendimento de grupos vulneráveis, promovendo a interação entre a universidade e a comunidade.

Além dessas iniciativas, a UNEMAT possui uma política de cotas que visa promover a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior. As cotas são destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com ênfase em:

- **Cotas para Estudantes de Escolas Públicas:** 60% das vagas de cada curso são reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- **Cotas Étnicas e Sociais:** Dentro das vagas reservadas para escolas públicas, há subdivisões para atender a grupos específicos. Conforme a Res. 046/2023 – CONEPE, para cursos com 40 (quarenta) vagas, 16 (dezesesseis) vagas são destinadas à ampla concorrência e 24 (vinte e quatro) aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas;
 - a) 10 (dez) vagas para estudantes negros;
 - b) 02 (duas) vagas para estudantes indígenas;
 - c) 01 (uma) vaga para estudante com deficiência;
 - d) 11 (onze) vagas para os demais estudantes de escola pública;

Caso as vagas destinadas a negros, indígenas e estudantes com deficiência não forem preenchidas, elas serão destinadas aos demais estudantes da escola pública.



- **Auxílio à Pessoa com Deficiência (PcD):** destina-se àquele estudante com vulnerabilidade socioeconômica e condição comprovada por laudo médico, de acordo com o disposto em legislação vigente específica.
- **Bolsa Integradora Pessoa com Deficiência (PBIPCD):** destinada ao estudante que atuará como facilitador de aprendizagem de estudante com deficiência (PcD), seja um estudante que possua deficiência ou que possua formação e/ou expertise capaz de facilitar a aprendizagem considerando uma determinada deficiência.

Neste Projeto Pedagógico, os alunos terão acesso a essas oportunidades e iniciativas já no processo seletivo para ingresso no curso, o qual contemplará a oferta de vagas abrangendo as cotas acima mencionadas. E, durante a trajetória no curso, as demais oportunidades de bolsas bem como de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão serão oferecidas mediante a publicação de editais específicos pela UNEMAT.

3.5.1 Educação Especial

A Educação Especial compreende um campo de conhecimento e de prática profissional no qual o licenciando precisa estar preparado para compreender e atuar, notadamente, no que tange ao acolhimento e atendimento, nas salas comuns das escolas de educação básica, do público da Educação Especial, tais como alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, bem como, reconhecer os espaços que se constituem no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tais como as salas de recursos multifuncionais.

Nesse sentido, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva compreende o atendimento do público da Educação Especial em instituições educacionais em todos os níveis de ensino, de modo que usufruam da escolarização como direito efetivo (materializado), tendo suas necessidades educacionais especiais plenamente atendidas (Breitenbach, Honnef, Costas, 2016). Esse conceito e princípio é atendido pelo curso, tanto no acolhimento de alunos com necessidades educacionais especiais como na formação dos/as licenciandos/as em Pedagogia.

Essa discussão busca atender também ao que dispõe a legislação sobre o tema.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação e expressão no Brasil, destacando sua natureza visual-motora e estrutura gramatical própria, utilizada pelas comunidades surdas. A lei determina que o poder público e empresas concessionárias de serviços públicos devam apoiar e promover o uso e a difusão da Libras. Além disso, instituições de saúde devem garantir atendimento adequado aos surdos, e o ensino de Libras deve ser incluído nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, sem substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Essa legislação é um marco importante para a inclusão e o reconhecimento dos direitos das pessoas surdas no país.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436/2002, e o art. 18 da Lei no 10.098/2000, referentes à Língua Brasileira de Sinais (Libras), estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e define critérios para a formação de professores e instrutores de



Libras, priorizando a participação de pessoas surdas nesses cursos. Além disso, determina que as instituições de ensino garantam acesso à comunicação e educação para alunos surdos, incluindo a presença de tradutores e intérpretes de Libras, bem como promovam a capacitação de profissionais da saúde e de serviços públicos para o uso e difusão da Libras. O decreto também prevê a criação de cursos superiores para formação de tradutores e intérpretes de Libras e estabelece prazos para a implementação dessas medidas, visando a inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, visa assegurar um processo educacional inclusivo para alunos com necessidades educacionais especiais. A resolução determina que o atendimento desses alunos deve começar na educação infantil e ser realizado preferencialmente em classes comuns do ensino regular, com adaptações curriculares e apoio pedagógico especializado. E também orienta sobre a criação de classes especiais em caráter transitório e a possibilidade de atendimento em escolas especiais quando necessário. Para tanto, enfatiza a formação de professores capacitados e especializados, assim como a necessidade de parcerias entre escolas, sistemas de ensino e outras instituições para promover a inclusão e acessibilidade.

Por sua vez, em 2008, a partir de um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação, foi apresentada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, enquanto referencial que reflete o movimento mundial pela inclusão, fundamentado nos direitos humanos e na igualdade de condições no acesso à educação. O foco desta política é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo acesso ao ensino regular e atendimento educacional especializado, reconhecendo, para tanto, a necessidade de mudanças estruturais e culturais nos sistemas de ensino para atender às especificidades dos alunos, enfatizando a formação de professores, a acessibilidade e a articulação intersetorial. Essa política também enfatiza a evolução histórica e normativa da educação especial no Brasil, destacando marcos legais e programas implementados para promover a inclusão, como a inserção da Libras como disciplina curricular e a criação de salas de recursos. Em suma, esta política visa garantir que a educação especial seja transversal a todos os níveis de ensino, promovendo a plena participação dos alunos e a valorização das diferenças no contexto educacional.

Um ano após a apresentação da política, publicou-se a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica - modalidade Educação Especial. Essa resolução determina que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sejam matriculados em classes comuns do ensino regular, complementadas pelo AEE em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados. Nesse sentido, o AEE visa eliminar barreiras para a participação plena dos alunos na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem, utilizando recursos de acessibilidade. A resolução também aborda o financiamento das matrículas no âmbito do FUNDEB, a competência dos professores e outros profissionais envolvidos, e a necessidade de integração do AEE no projeto pedagógico das escolas, além de definir as atribuições específicas dos professores do AEE.



E, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que estabelece diretrizes para a educação especial e o atendimento educacional especializado no Brasil, visa garantir a materialização de um sistema educacional efetivamente inclusivo em todos os níveis de ensino. O texto define que o público-alvo da educação especial inclui pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse sentido, o decreto assegura o direito à educação sem discriminação, promovendo a inclusão plena e oferecendo apoio necessário para a escolarização desses estudantes, seja de forma complementar ou suplementar. Além disso, prevê o suporte técnico e financeiro do Poder Público para instituições que atuam na educação especial, incluindo a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação de professores e gestores para promover a educação inclusiva. O decreto também menciona a dupla matrícula para estudantes que recebem atendimento educacional especializado, permitindo que sejam contabilizados tanto na educação regular quanto no atendimento especializado, e estabelece a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Além desses fundamentos normativos referentes à Educação Especial, há que se considerar, também, o aporte legislativo referente a Pessoas com Deficiência, a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, à acessibilidade e à tecnologia assistiva, tais como: a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA); o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania; e o Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, que regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o qual estabelecendo diretrizes, objetivos e eixos para o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.

Assim, e em cumprimento da legislação, essas discussões estão presentes na formação do Licenciado em Pedagogia. Para tanto, este PPC traz a oferta dos seguintes componentes curriculares:

- **Fundamentos da Educação Inclusiva e Especial (60 h/a):** neste componente, são abordadas a história da Educação Especial, com ênfase na Educação Especial brasileira enquanto campo do conhecimento, modalidade de educação escolar e área de atuação. Abordam-se os modelos de deficiência (médico, social e biopsicossocial) e suas implicações para a Educação Especial, além da discussão sobre os paradigmas da Educação Especial: institucionalização, integração e inclusão. Promove-se a discussão sobre o público da Educação Especial no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar (conceito e caracterização), bem como, dos conceitos de diversidade, inclusão e deficiência.
- **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60h/a):** neste componente, são abordados aspectos sócio históricos, linguísticos e culturais da Surdez, modelos educacionais na educação de surdos, o histórico da Língua Brasileira de Sinais, aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais, discussões sobre educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de



Libras, bem como, sobre o processo de aquisição da Língua de Sinais, além da LIBRAS instrumental e do aprendizado da LIBRAS.

No desenvolvimento da atividade docente de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso é garantido o auxílio do intérprete de Libras quando estão presentes estudantes surdos. Os estudantes com transtornos do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, principalmente) têm direito a um auxiliar pedagógico. E, os estudantes com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) têm direito a acompanhante leitor.

Por sua vez, os espaços para as aulas e as práticas têm acessibilidade a estudantes cadeirantes e com mobilidade reduzida. A escolha dos materiais didáticos prioriza o a otimização dos custos, o amplo acesso e a maior percepção visual.

Assim, as metodologias de ensino do curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes, priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

Os conceitos e as práticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que orientam o presente PPC resultam dos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em constante diálogo. Deste modo, os pressupostos e as práticas de educação inclusiva estão presentes neste processo de ensino universitário, de modo que os estudantes vivenciem, internalizem e possam desenvolvê-las quando atuarem na sociedade como profissionais formados e como cidadãos.

3.6 Educação para os direitos humanos

É pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que se objetiva alcançar uma sociedade melhor e mais justa. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, estabelece o objetivo de se fortalecer a cultura de direitos humanos no país, a partir de cinco eixos principais: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, e Educação e Mídia. A partir do PNEDH, busca-se promover a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, incentivando a transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas e nos currículos educacionais.

Por sua vez, a Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que "a Educação em Direitos Humanos (EDH) emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades". Reafirma ainda que tal educação "poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos". Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.



A Resolução CNE/CP nº 1/2012, portanto, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, subsidiada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2003).

As exigências presentes nestas legislações serão contempladas nas transversalidades das temáticas de algumas das disciplinas. O que poderá ser verificado nos ementários das disciplinas: Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação e Legislação e Políticas da Educação Brasileira.

Sendo assim, no âmbito deste projeto político pedagógico, a Educação em Direitos Humanos será pautada pelas noções de interdisciplinaridade e de transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar. Nesse sentido, a interdisciplinaridade refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade a qual a universidade se constitui, mas trabalha ainda, considerando a disciplinarização do currículo. A transversalidade se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos discentes.

3.7 Educação para as relações étnico-raciais

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. O objetivo é incluir, na educação básica, o estudo da História da África, dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição do povo negro na formação social, econômica e política do país. Esses conteúdos devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase em Educação Artística e nas disciplinas de Literatura e História Brasileiras.

Por sua vez, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. Essa legislação visa incluir no processo educacional aspectos relevantes da formação da população brasileira, destacando a história da África e dos africanos, a luta dos negros e povos indígenas no Brasil, bem como suas contribuições culturais, sociais, econômicas e políticas para a sociedade nacional. Os conteúdos devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase especial nas disciplinas de educação artística e literatura e história brasileiras, promovendo um reconhecimento e valorização mais amplos desses grupos étnicos na educação do país.

Atendendo aos dois dispositivos legais, a educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo "a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos



comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira". Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo "o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas" (Resolução CNE/CP nº 1/2004, art. 2º, §2º).

Em cumprimento à Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que dispõem sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de seus aportes legais, o curso de Licenciatura em Pedagogia definiu um componente curricular específico para abordar e conteúdo:

Ementa: Conceitos de raça, racismo, diferença, alteridade, estereótipos e preconceito. Processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil. Diversidade étnica na sociedade brasileira e no Estado de Mato Grosso. Luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. A representação do negro e indígena no Livro didático. Práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos para trabalhar com a temática da diversidade racial em sala de aula

Enquanto componente curricular específico, o estudo e a discussão sobre relações étnico-raciais está comprometido com uma formação que busca dar subsídios para se identificar e combater desigualdades e injustiças sociais; valorizar a diversidade cultural e étnico-racial, reconhecendo a contribuição de diferentes grupos para a sociedade; fortalecimento de identidades étnicas, bem como da empatia e do respeito pelas diferenças; reconhecer e contestar práticas e discursos racistas e discriminatórios; e desenvolver o pensamento crítico ante a essas questões, o que é fundamental para o educador.

3.8 Educação ambiental

Em virtude da exploração indiscriminada aos recursos naturais, embora alguns recursos sejam renováveis, outros podem ser levados à extinção e, dessa forma, o esgotamento de recursos leva ao desequilíbrio ambiental ao longo dos anos. Torna-se urgente a necessidade de transformações que resgatem o respeito a todos os seres vivos do planeta levando-se em conta a equidade, diversidade e sustentabilidade.

Assim, faz-se necessário uma sensibilização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que são também responsáveis na formação cidadã de seus discentes. A educação ambiental é fundamental para uma maior sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter melhoria na qualidade de vida respeitando o meio ambiente. Somente por meio da educação ambiental o ser humano será capaz de transformar valores e atitudes para promover uma sociedade mais sustentável pautada em valores como cooperação, solidariedade e respeito à diversidade.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, estabelece a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em



todos os níveis e modalidades de ensino, tanto formal quanto não-formal. A lei define a educação ambiental como processos que constroem valores sociais e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à qualidade de vida e sustentabilidade, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, atribuindo ao Poder Público, instituições educativas, órgãos do Sisnama, meios de comunicação e outras entidades a responsabilidade de promover e integrar a educação ambiental em suas atividades. Princípios como o enfoque holístico, a interdisciplinaridade e a participação ativa na solução de problemas ambientais são fundamentais, e a lei incentiva a capacitação de recursos humanos, estudos e pesquisas, produção de material educativo e avaliação contínua das ações. De acordo com a lei, a educação ambiental não deve ser uma disciplina específica, mas sim incorporada em todas as disciplinas e níveis de ensino.

Por sua vez, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, estabelece diretrizes para o estabelecimento de programas de educação ambiental integrados em todos os níveis e modalidades de ensino, além de envolver diversos segmentos da sociedade. Para tanto, incentiva a integração da educação ambiental nas disciplinas de forma transversal e contínua, promove parcerias para práticas educativas ambientais, e estabelece que os ministérios devem alocar recursos em seus orçamentos para cumprir os objetivos da política.

E, na sequência, a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, dispõe que a Educação Ambiental "visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído" e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º), devendo ser integrada e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Básica até a Superior. As diretrizes enfatizam a importância da Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, visando à formação de cidadãos conscientes e atuantes na defesa e preservação do meio ambiente. Além disso, destacam a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação e a criação de políticas que incentivem a pesquisa e a produção de materiais didáticos alinhados à dimensão socioambiental, com o objetivo de construir sociedades justas e sustentáveis.

Nesse contexto, em atendimento à legislação sobre o tema, neste Projeto Pedagógico a Educação Ambiental será abordada de modo transversal nas disciplinas Alfabetização em Ciências Naturais e de Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização.

O curso de Licenciatura em Pedagogia dá destaque à questão ambiental como uma prática fundamental, optando pela formação e qualificação de seus egressos, futuros formadores, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais.

3.9 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Básica, abrangendo a



Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O documento estabelece um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho.

A BNCC é referência obrigatória para a construção e revisão de currículos, buscando privilegiar a integração de políticas educacionais e a valorização da diversidade cultural e social. A resolução também define competências gerais e específicas para cada área do conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, no âmbito da Educação Básica.

Especificamente, para a Educação Infantil, a BNCC enfatiza os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, destacando a importância de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos visam promover a interação social, a expressão criativa, a participação ativa no planejamento das atividades escolares e o reconhecimento da diversidade cultural e social, garantindo que as crianças sejam vistas como sujeitos históricos e de direitos, conforme a Resolução CNE/CEB 5/2009.

Já para o Ensino Fundamental, a BNCC busca uma articulação com as experiências da Educação Infantil, propondo uma progressiva sistematização do conhecimento. Nos anos iniciais, a alfabetização é o foco central, assegurando que os estudantes dominem o sistema de escrita alfabética e as operações matemáticas básicas. A BNCC organiza o currículo em Áreas do Conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, cada uma com competências específicas que visam desenvolver habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais.

Para tanto, em atendimento à BNCC, este Projeto Pedagógico inclui componentes curriculares voltados ao estudo do currículo, bem como, de metodologias, recursos, atividades e avaliação voltadas ao ensino das diversas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Literatura, Matemática, História, Geografia, Ciências e Saúde, Educação Física e Artes, a saber:

- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Artes (60 h/a):*** enfocar a pluralidade das manifestações artísticas e sua importância na humanização, abordando criação, crítica e expressão artística na educação infantil e anos iniciais, com foco em metodologias e avaliação;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Ciências e Saúde (60 h/a):*** analisa a ciência como prática social e o papel da observação e experimentação no ensino de ciências e saúde, destacando a transposição do saber científico para o escolar e metodologias para os anos iniciais;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Educação Física (60 h/a):*** abordar diferentes teorias pedagógicas da Educação Física, inclusão e interculturalidade, valências físicas e habilidades motoras, e o planejamento de aulas com foco na prática pedagógica;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Geografia (60h/a):*** abordar os fundamentos teóricos do ensino de Geografia, a formação do conceito de espaço e a representação espacial na criança, além de metodologias e planejamento de aulas para educação infantil e anos iniciais;



- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de História (60h/a):*** discute os fundamentos do ensino de História, a importância da identidade e do cotidiano, o uso de fontes históricas e o planejamento de aulas que integrem a história local e a formação histórica das crianças;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Língua Portuguesa (60h/a):*** focar nos fundamentos teóricos do ensino de Língua Portuguesa, propostas pedagógicas, análise linguística e planejamento interdisciplinar, com ênfase nos multiletramentos e alfabetização;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Literatura (60 h/a):*** enfatiza a relação entre leitura e literatura infantil, sua importância na formação do sujeito, gêneros literários, e o planejamento de atividades literárias para a educação infantil e anos iniciais;
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Matemática (60 h/a):*** abordar a natureza do conhecimento matemático, tendências e pressupostos teórico-metodológicos para o ensino de matemática, incluindo resolução de problemas e uso de tecnologias da informação;

Além destes, considerando a necessidade de apropriação de conceitos próprios das áreas de Matemática e Ciências Naturais (Física, Química e Biologia) voltados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, definiram-se dois componentes curriculares com essa finalidade:

- ***Alfabetização em Matemática (60 h/a):*** compreende o compromisso social, político e pedagógico do pedagogo no ensino da matemática. Fundamentos e tendências do ensino da matemática e a natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da matemática na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também compreende as competências didático pedagógicas do(a) professor(a) pedagogo(a) para as aprendizagens significativas da matemática fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular.
- ***Alfabetização em Ciências Naturais (60 h/a):*** Compreende o estudo dos fundamentos filosófico-científicos das Ciências Naturais para a formação docente e as abordagens históricas, epistemológicas e pedagógicas sobre a constituição do pensamento científico. Também aborda os princípios estruturantes das Ciências Naturais (matéria, energia, vida, tempo, espaço e transformação) na perspectiva da alfabetização científica. As relações entre ciência, sociedade, ética, meio ambiente e educação ambiental. As crianças como sujeitos de práticas investigativas.

Estes componentes têm por objetivo contribuir para mitigar a defasagem de conhecimentos nessas áreas, bem como fornecer uma base mais sólida para seu aprofundamento nas etapas posteriores da Educação Básica.

Por fim, considerando as particularidades e os desafios relacionados à alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como, das especificidades do trabalho com crianças em Creches e Pré-escolas no âmbito da Educação Infantil, são previstos, além dos estágios, componentes curriculares voltados à discussão do currículo, metodologias, recursos, atividades e avaliação nesses contextos, quais sejam:

- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Alfabetização I (90 h/a):*** Que compreende as concepções de alfabetização. Abordagem histórica dos materiais e



métodos de alfabetização (Método sintético, Método analítico, Método fônico, Método misto ou eclético). A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. Construtivismo e Sociointeracionismo. Psicogênese da língua escrita. Diagnóstico de escrita. Alfabetização e letramento. O Sistema de Escrita Alfabética (SEA). O Sistema de Escrita Alfabética e suas relações com a consciência fonológica. A literatura como atividade permanente no processo de alfabetização. Estratégias de Leitura. A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. O planejamento de situações didáticas para a alfabetização. Desenvolvimento do planejamento, avaliação e organização do trabalho docente.

- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Alfabetização II (90 h/a):*** que aborda as concepções teóricas e metodológicas com destaque à compreensão de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e a proposta de letramento e alfabetização de Paulo Freire. Análise dos aspectos linguísticos presentes na alfabetização e as condições socioculturais do aprendizado da leitura e da escrita com diferentes gêneros e suportes textuais. A política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de alfabetização e letramento. Os quatro eixos do ensino da alfabetização: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, produção de textos. Concepções que norteiam o processo avaliativo. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. A sala de aula como ambiente alfabetizador para o atendimento às diferentes necessidades das crianças no processo de alfabetização. Desenvolvimento do planejamento e organização do trabalho docente. A avaliação como estratégia para a recomposição da aprendizagem no processo de alfabetização. Estudo de referências da formação do educador (alfabetizador).
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil I (90 h/a):*** Compreende a Educação Infantil I, com observação e intervenção na creche para crianças de 0 a 3 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Nesse primeiro momento do Estágio Supervisionado em instituições de Educação Infantil os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.
- ***Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil II (60 h/a):*** Ementa: Educação Infantil II, Pré-escola, com observação e docência - 4 a 5 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação, planejamento e docência no desenvolvimento pedagógico das diferentes tarefas inerentes ao educar crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



de trabalho docente. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.



4. ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo do curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop, está estruturado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e na legislação interna da UNEMAT, com destaque para os seguintes documentos: Instrução Normativa 002/2008/PROEG, Instrução Normativa 003/2008/PROEG, Instrução Normativa 003/2019/PROEG, Resolução nº 001/2024-CONEP, Resolução nº 071/2011/CONEP, Resolução 029/2012/CONEP, Resolução nº 030/2012/CONEP, Resolução nº 031/2012/CONEP.

Para orientar o percurso da formação, as disciplinas que constituem o currículo do curso de Pedagogia aqui delineado estão organizadas com base nos seguintes elementos: Unidades de Créditos, Núcleos de Estudos e Fases Formativas.

Os Núcleos de Estudos – formação geral, de aprofundamento de conteúdo específico, de atividades de extensão, e de estágio supervisionado, atendem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01/2006_ e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 04/2024). Portanto, constituem-se por um conjunto de disciplinas que favorecem uma formação ampla que propiciem, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado. Ou seja, “Os núcleos de estudos deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação.” (Parecer CNE/CP N.º 05/2005).

As Fases Formativas constituem repertórios de saberes inerentes à formação do pedagogo e são propostas para orientar o aluno na definição de um percurso formativo e de uma dinâmica para sua formação. Para tanto, são propostas oito fases, composta por disciplinas que integram os três núcleos de estudos (além do núcleo de atividades de extensão), que possibilitam a formação teórico-prática ancorada em estudos da literatura pertinente à formação de professores e de realidades educacionais diversas.

4.2 Formação teórica articulada com a prática

A formação teórica articulada com a prática se materializa a partir do modo como os componentes curriculares são pensados e executados no curso, incluindo disciplinas, atividades práticas, atividades de extensão, estágio curricular supervisionado, atividade de pesquisa, as quais são organizadas por créditos. Também há, dentre os componentes curriculares, a oferta de créditos na modalidade à distância, de modo que o aluno realize estudos teóricos, atividades práticas e avaliações neste formato, conforme prevê a legislação vigente.



4.2.1 Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares

Conforme o art. 12 da Resolução 001/2024-CONPE, os componentes curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT são organizados em dois grupos:

- **Disciplinas:** são componentes curriculares compostos por um conjunto sistematizado de conteúdos concernentes a uma área de conhecimento resultante de um programa de formação, coordenadas por um ou mais docentes.
- **Atividades:** são componentes curriculares que integram a formação do estudante em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, ciência, tecnologia e inovação, conforme previsto no PPC e demais instrumentos normativos específicos relacionados a cada atividade, coordenadas e/ou ministradas por um ou mais docentes.

Para tanto, a UNEMAT adota os seguintes componentes curriculares, conforme o art. 13 da referida resolução:

- Disciplinas obrigatórias;
- Disciplinas de livre escolha;
- Atividades curriculares de extensão;
- Atividades complementares, em conformidade com a DCN do curso;
- Atividades de estágio curricular supervisionado;
- Atividade de conclusão de curso.

A estrutura curricular do curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia é integrada por componentes curriculares que são as disciplinas obrigatórias (OBR), as disciplinas de livre escolha/eletivas (ELE), atividades curriculares de extensão (ACE), as atividades de estágio curricular supervisionado (EST) e as atividades de conclusão de curso (TCC). Uma vez estando inseridos na matriz curricular do curso, todos esses componentes curriculares são obrigatórios, que são aqueles que o estudante deverá cursar necessariamente (ou ser dispensado mediante aproveitamento) conforme especificado na estrutura curricular, sendo imprescindível a aprovação no componente para a integralização curricular e conclusão do curso.

4.2.2 Sistema de créditos

A UNEMAT adota o sistema de créditos para a integralização dos cursos. O crédito é a unidade de medida do trabalho acadêmico e corresponde a 15 (quinze) horas de atividades acadêmicas (Res. 001/2024-CONPE, Art. 15).

Por sua vez, créditos classificam-se em:

- **Créditos teóricos (T):** unidade de medida correspondente às aulas/atividades teóricas realizadas sob a responsabilidade exclusiva do docente da disciplina, e;
- **Créditos práticos (P):** unidade de medida correspondente às aulas práticas e/ou atividades realizadas sob supervisão e orientação do docente da disciplina, com a participação efetiva do estudante, conforme estabelecido no PPC (Res. 001/2024-CONPE, Art. 16).



- Conforme a Normatização Acadêmica da UNEMAT, os créditos teóricos e práticos podem ter carga horária a distância, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (Res. 001/2024-CONEPE, Art. 16).

Neste Projeto Pedagógico, os **créditos teóricos (T)** serão realizados presencialmente ou a distância, contemplando a leitura e discussão de referências das áreas de formação geral e específica, bem como a discussão de possíveis resultados e dados conseguidos em atividades práticas.

Por sua vez, os **créditos práticos (P)** serão realizados de acordo com as seguintes peculiaridades:

I. Em componentes curriculares voltados à prática de ensino presentes nas disciplinas dos estágios, metodologias do ensino e didáticas

II. Em disciplinas que compreendam a formação para a pesquisa e para o trabalho de conclusão de curso: Metodologia Científica, Pesquisa em Educação, Projeto de Pesquisa e Monografia;

III. Em disciplinas que contemplem o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), obedecendo às resoluções vigentes;

IV Nas atividades referentes às Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

4.2.3 Oferta de créditos na modalidade a distância

Em conformidade com o Decreto 12.456-CNE, de 19 de maio de 2025, algumas disciplinas constantes da Estrutura Curricular dispõem de créditos na modalidade a distância.

No que diz respeito à operacionalização e à oferta de créditos teóricos (T) e/ou práticos (P), na modalidade a distância, o professor responsável pela disciplina fará uso, obrigatoriamente, da plataforma SIGAA, definida pela UNEMAT/PROEG, e deverá cumprir o seguinte protocolo administrativo e pedagógico:

I. descrever, no plano de ensino da disciplina, o conteúdo e as atividades que serão trabalhados a distância e quais as estratégias pedagógicas baseadas em tecnologias digitais de informação e comunicação serão utilizadas;

II. organizar, sistematizar e acompanhar o conteúdo e as atividades de ensino em ambientes virtuais de aprendizagem institucionais, considerando seus objetivos pedagógicos;

III. utilizar os recursos didáticos disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem, como fóruns (propor casos, situações-problemas ou questões que fomentem a discussão para promover a interação da turma nesse espaço), entre outros;

IV. criar vídeo aulas diversificando o formato de apresentação do conteúdo e/ou disponibilizar vídeos, videoaulas, materiais com licenças livres nos ambientes virtuais de aprendizagem, observando-se as questões de direitos autorais;

V. propor aulas e/ou orientações síncronas por webconferência;

VI. gravar vídeos, arquivos de áudio ou outros recursos para fornecer orientações e explicações para os alunos;

VII. oferecer espaços síncronos ou assíncronos privados entre docente e alunos para que estes registrem suas aprendizagens, reflexões e percepções;



VIII. estar presente nos ambientes virtuais de aprendizagem, acompanhar os alunos junto à realização das atividades, acolher suas dúvidas, fomentar as discussões e as trocas entre o grupo, fornecer avaliações construtivas, respeitosas, fazer intervenções pedagógicas, desafiá-los.

Para fins de melhor visualização e cômputo da carga horária a ser realizada à distância, a mesma está identificada, nos respectivos quadros da matriz curricular, como **Crédito à Distância (D)**.

O presente projeto pedagógico possui carga horária de 525 (quinhentos e vinte e cinco) horas à distância, o que equivale à 16,50% do total da carga horária do curso. Esse percentual atende ao que dispõe o Decreto 12.456/2025, que estabelece o limite de 30% da carga horária total do curso para atividades à distância síncronas e/ou assíncronas no que tange aos cursos de graduação presenciais.

4.3 Núcleos de Formação

Conjugando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais os cursos de licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 4/2024), as Unidades Curriculares bem como a tipologia de componentes curriculares e créditos adotados pela Universidade do Estado de Mato Grosso, apresentam-se, nos quadros 1, 2, 3 e 4, respectivamente, a distribuição dos componentes curriculares conforme os Núcleos I, II, III e IV.

- **Núcleo I – Estudos de Formação Geral - EFG:** composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, e formam a base comum para todas as licenciaturas. Este núcleo deve compreender o mínimo de 880 (oitocentas e oitenta) horas dedicadas às atividades de formação geral.
- **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE:** composto pelo conteúdo específico das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desse conteúdo. Neste núcleo, deve-se compreender o mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação.
- **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE,** realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. Neste núcleo, somam-se 320 (trezentas e vinte) horas de Atividades Acadêmicas de Extensão, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura. Essa



carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora.

- **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado - ECS:** componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Neste núcleo, devem ser desenvolvidas 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica, segundo o PPC da instituição formadora (Brasil, 2024, p. 9).

Ainda a resolução, em seu art. 14, parágrafos 5º e 6º, orienta que “O estágio curricular supervisionado deve ser realizado, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância” e “As 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão devem ser realizadas, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância” (Brasil, 2024, p. 11).

4.3.1 Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)

O Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) enfoca temas centrais para a prática educativa.

Este núcleo articula suas contribuições para a compreensão da diversidade humana em seus múltiplos aspectos bioculturais, históricos e socioculturais. Fundamenta-se na premissa de que o ser humano é simultaneamente natureza e cultura, e que essa condição híbrida — como explicitado por autores como Roque de Barros Laraia (2009) e Tim Ingold (2012) — constitui a base da hominização e da construção das sociedades.

A primeira dimensão deste núcleo aborda o campo da Antropologia, suas áreas e métodos de pesquisa. A partir de autores como Geertz (1989), Peirano (1995; 1998) e Malinowski (1978), são introduzidas as noções de cultura, relativismo cultural, etnografia e o papel do antropólogo, destacando a escuta sensível e o “olhar de dentro” como fundamentos epistemológicos e éticos da investigação antropológica.

Na segunda parte, explora-se a constituição morfológica e cultural dos povos, considerando os processos de dispersão planetária, migração e formação de sociedades complexas. São analisadas as influências de diversas matrizes formadoras da sociedade brasileira — povos indígenas, africanos, portugueses, migrantes europeus e asiáticos — e as consequências da colonialidade do poder (Quijano, 2007) e das lógicas eurocêntricas na construção do sistema-mundo moderno (Canclini, 2013; Hall, 2006).

Outro eixo fundamental é quando educação é compreendida como fenômeno cultural, e a pedagogia é pensada a partir de uma abordagem intercultural e descolonizadora



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



(Candau, 2016; Gomes, 2012), que reconhece e valoriza os diferentes sujeitos e formas de conhecimento. Nesse contexto, autores como Silvia Rivera Cusicanqui (2020), Bell Hooks (2018) e Djamila Ribeiro (2018, 2019) contribuem com perspectivas críticas que tensionam as noções tradicionais de currículo e identidade.

Este núcleo também aprofunda o debate sobre interseccionalidade (Crenshaw, 2004), diversidade de corpos e subjetividades, problematizando as condições da mulher, da criança, da pessoa com deficiência e das populações LGBTQIA+. Com base em autoras como Silvia Federici (2017, 2019), Joan Scott (1991), Angela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (2019), são analisadas as interações entre gênero, classe, raça, deficiência e religiosidade como fatores estruturantes das desigualdades sociais e educacionais.

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares que compõem o núcleo.

Quadro 1 - Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)

UC I: FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Ciências humanas	Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação	60	60	0	3	1	Não há
Ciências humanas	Educação para relações étnico-raciais	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Epistemologia em Educação	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Filosofia	60	60	0	4	0	Não há
Ciências humanas	Filosofia da Educação I	60	60	0	4	0	Não há
Educação	Fundamentos da Educação Inclusiva e Especial	60	60	0	3	1	Não há
Ciências humanas	História da Educação	60	60	0	4	0	Não há
Ciências humanas	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60	30	30	4	0	Não há
Linguística e Literatura	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	60	0	4	0	Não há
Linguística e Literatura	Práticas de Leitura e Produção de Textos	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	60	60	0	4	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	60	60	0	3	1	Não há
Ciências humanas	Sociologia da Educação I	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Sociologia da Educação II	60	60	0	4	0	Não há
Qualquer área	Disciplina livre 1 (eletiva)	60					
Qualquer área	Disciplina livre 2 (eletiva)	60					



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TOTAL UC I	1020	720	180	57	3	

Neste Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) é composto por 17 (dezesete) disciplinas, 68 (sessenta e oito) créditos e carga horária de 1020 horas.

4.3.2 Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares que compõem o núcleo II.

Quadro 2 - Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

UC II: FORMAÇÃO ESPECÍFICA							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Educação	Alfabetização e Letramento em Matemática	60	60	0	4	0	Não há
Educação	Alfabetização em Ciências Naturais	60	60	0	3	1	Não há
Ciências saúde	Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana	60	60	0	3	1	Não há
Ciências saúde	Brincadeiras, Jogos e Recreação para o início da escolarização	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Didática I	60	45	15	4	0	Não há
Educação	Didática II	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	60	60	0	2	2	Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV e V; Didática I; Didática II
Educação	Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil	60	60	0	2	2	Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV e V; Didática I; Didática II
Educação	Arte e Literatura infantil para o início da escolarização	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Metodologia de Educação Física para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Educação	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de História para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)	60	30	30	4	0	Não há
Pesquisa educacional	Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação	60	60	0	4	0	Não há
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos	60	30	30	4	0	Não há
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Produção Investigativa	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização I	90	60	30	4	2	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização II	90	60	30	4	2	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de Jovens e Adultos	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil I	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil II	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos; Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa; Pesquisa em Educação: Prática Investigativa; Pesquisa em Educação: Produção Investigativa



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TOTAL UC II	1680	1275	405	95	17	

Neste Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) é composto por 27 componentes curriculares, 112 créditos e carga horária de 1680 horas.

4.3.3 Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

O Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) compreende as atividades curriculares de extensão, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. Essas atividades de extensão compreenderão as atividades descritas na seção 4.3.3 deste PPC.

Quadro 3 - Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

UC III: ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO	
Carga Horária	320

4.3.4 Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) concentra-se nos estágios curriculares supervisionados em diferentes contextos educacionais. Os estágios abordam:

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares e a carga horária do núcleo.

Quadro 4 – Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

UC IV: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Educação	Estágio Supervisionado I: Observação e Vivência Escolar	60	60	0	1	3	Não há
Educação	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)	90	90	0	2	4	Não há
Educação	Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)	90	90	0	2	4	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)
Educação	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)	90	90	0	2	4	Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)
Educação	Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II	90	90	0	2	4	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)
Educação	Estágio Supervisionado VI - EJA	60	60	0	1	3	Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TOTAL UC IV	480	480	0	10	22	

Conforme o quadro acima, o Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é composto por 6 (seis) disciplinas com a carga horária de 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

4.4.5 Eletivas livres

Os estudantes devem cursar 120 horas em disciplinas chamadas eletivas livres, como uma formação complementar, as quais podem ser cumpridas dentro do próprio curso ou podem ser cumpridas em disciplinas de outros cursos de graduação oferecidos pela UNEMAT, presenciais ou a distância. Além disso, é possível realizar essa carga horária por meio de mobilidade acadêmica, de acordo com a legislação específica.

As disciplinas eletivas se integram à carga horária referente ao Núcleo I.

4.4.6 Resumo da estrutura curricular

O quadro a seguir apresenta o resumo da estrutura curricular.

Quadro 5 – Síntese da estrutura curricular

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	
Unidades Curriculares	Carga horária
UC I – Formação Geral	1020
UC II – Formação Específica	1680
UC III – Atividades acadêmicas de extensão	320
UC IV – Estágio Curricular Supervisionado	480
Carga horária total:	3500

4.4.7 Equivalência de Matriz

MATRIZ ANTIGA		MATRIZ ATUAL	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
História Geral da Educação	60	História da Educação	60
História da Educação Brasileira	60		
História da Educação de Mato Grosso	60		
Epistemologia da Educação	60	Epistemologia em Educação	60
Filosofia da Educação I	60	Filosofia	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Filosofia da Educação II	60	Filosofia da Educação I	60
Sociologia da Educação I	60	Sociologia da Educação I	60
Sociologia da Educação II	60	Sociologia da Educação II	60
Pressupostos Antropológicos da Educação	60	Antropologia e Educação	60
Introdução a Psicologia	60	Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	60
Psicologia da Educação I	60	Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	60
Psicologia da Educação II	60	Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	60
Didática I	60	Didática I	60
Didática II	60	Didática II	60
Didática III: Seminário PPP da Educação Infantil	90	Didática III: A Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	60
Didática IV	90	Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação infantil	60
Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização I	90	Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização I	90
Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização II	90	Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização II	90
Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil I	60	Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil I	60
Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil II	60	Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil II	60
Educação e as Tecnologias da Informação e da Comunicação	60	Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e (TDICS)	60
Metodologia de Artes para o início da escolarização	60		
Brincadeiras, jogos e recreação para o início da escolarização	60	Brincadeiras, jogos e recreação para o início da escolarização	60
Metodologia de Matemática para o início da escolarização	60	Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	60
Metodologias de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60
Metodologias de Ciências Naturais para o início da escolarização	60	Metodologias de Ciências Naturais para o início da escolarização	60
Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60	Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60
Metodologia de História para o início da escolarização	60	Metodologia de História para o início da escolarização	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Estágio Curricular Supervisionado I (Ed. Inf. 0 a 3)	90	Estágio Supervisionado I: Observação e Vivência Escolar	60
		Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)	90
Estágio Curricular Supervisionado II (Ed. Inf. 4 e 5)	90	Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)	90
Estágio Curricular Supervisionado III (1º ao 3º ens. fund.)	90	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)	90
Estágio Curricular Supervisionado IV (4º e 5º ens. fund.)	90	Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II	90
Estágio Curricular Supervisionado V (EJA)	60	Estágio Supervisionado VI- EJA	60
Estágio Curricular Supervisionado VI (ambientes não escolares)	60		
Fundamentos da Educação Especial	60	Fundamentos da Educação Especial	60
Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de jovens e adultos	60	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de jovens e adultos	60
Pedagogia em Ambientes Não escolares	60		
Políticas Públicas Educacionais	60	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60
Legislação e Organização da Educação Brasileira	60	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60
Estudos de Currículo	60	Didática I	60
Educação Física: cultura corporal e motricidade humana	60	Educação Física: cultura corporal e motricidade humana	60
Língua Brasileira de Sinais	60	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
Práticas de leituras e Produção de textos	60	Práticas de leituras e Produção de textos	60
Literatura para o início da escolarização	60	Arte e literatura infantil para o início da escolarização	60
Matemática básica	60	Alfabetização e letramento em matemática	60
Metodologia científica	60	Fundamentos da pesquisa científica em educação	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Metodologia da pesquisa em educação I	60	Pesquisa em educação – fundamentos metodológicos	60
Metodologia de pesquisa em educação II (projeto de pesquisa)	60	Pesquisa em educação: projeto de pesquisa	60
Metodologia de pesquisa em educação III	60	Pesquisa em educação: prática investigativa	60
Metodologia de pesquisa em educação IV (TCC)	60	Pesquisa em educação: produção investigativa	60
Eventos científicos e Metodologia de pesquisa educacional	60	Publicação e disseminação do conhecimento científico em educação	60
		Alfabetização em Ciências Naturais	60



5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A sociedade contemporânea em que vivemos recebe vários adjetivos: sociedade complexa, sociedade planetária, sociedade plural, sociedade do conhecimento, entre outros adjetivos. Estes adjetivos delineiam a sociedade contemporânea como a sociedade da incerteza, sociedade na qual "[...] os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado" (Morin, 2000, p. 84), e neste sentido, a incerteza do real é uma constante, o que significa que a realidade de cada um é simplesmente a ideia que ele possui de realidade (Morin, 2000). Estamos, pois, na contemporaneidade, vivendo uma "[...] permanente condição de incerteza, que é a condição permanente dos atores num sistema complexo" (Melucci, 1996, p. 22). É neste emaranhado que configura a sociedade atual que a universidade está inserida, e necessita, portanto, estar adequada às exigências desta sociedade complexa. A universidade enquanto espaço formal e privilegiado de produção de conhecimento precisa estar atenta e dar respostas ao problema universal desta sociedade do conhecimento.

Na sociedade do conhecimento, a pedagogia assume um papel muito mais amplo do que simplesmente ensinar, visto que todos, neste modelo de sociedade, tornaram-se aprendizes e ensinantes, ou seja, a relação ensino-aprendizagem se modificou. A pedagogia, na sociedade do conhecimento, precisa ensinar que não existe mais aquele que ensina e aquele que aprende, e sim, que vivemos em uma "sociedade aprendente". (Gadotti, 2000, p. 45). Inovar o pensamento, provocar uma mudança no pensamento (mudar os paradigmas), é o sentido da formação de professores na sociedade do conhecimento, se quisermos ampliar nossa visão de mundo. Nesse sentido, o professor, o aluno, a escola e o currículo passam a adquirir um novo significado. O professor torna-se parceiro do aluno, "mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente [...], um construtor de sentido" (Gadotti, 2000, p. 45). O aluno tornar-se construtor de sua formação, capaz de ser solidário, participativo e problematizador. A escola ultrapassa a função de lecionar e torna-se gestora do conhecimento "[...], inovadora, construtora de sentido e plugada no mundo". (Gadotti, 2000, p. 47). O currículo adquire estreita ligação com a vida do aluno, pois pauta-se no cotidiano do mesmo, partindo do ponto onde se encontra o aluno, portanto, passa a ter sentido para ele. Vista por este prisma, a pedagogia na sociedade do conhecimento, não é só "promoção da aprendizagem" e sim, "promoção da aprendizagem a partir da vida cotidiana". (Gutierrez; Prado, 2000, p. 60).

Dentre as diversas dificuldades encontradas no processo de qualificação de professores com habilitação em Pedagogia, uma das mais significativas é a dificuldade de orientar o acadêmico a um processo de integração das teorias e conceitos estudados nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento na sua formação de professor pedagogo, de modo a compreendê-la nas suas diversas dimensões e implicações éticas, estéticas, epistemológicas e político-pedagógicas. O que ocorre comumente com os alunos de pedagogia, e poderíamos dizer com a maioria dos alunos do curso de Pedagogia oferecido pela UNEMAT no Campus Sinop, em particular, é de os mesmos concluírem sua formação inicial compreendendo as condições do ser professor de forma fragmentada.

Essa fragmentação se estabelece uma vez que os alunos não conseguem articular na sua formação de professor pedagogo os conceitos e teorias estudadas nas disciplinas



oferecidas em cada semestre. Um problema construído no centro da cultura acadêmica e científica moderna, e que tem suas bases fundamentalmente focadas nas teorias racionalista e empirista, que, por sua vez, estabelecem os fundamentos da educação escolar a partir da modernidade. Daí a razão e importância de constituir espaços curriculares articuladores como um recurso e, ao mesmo tempo, um esforço para superar a fragmentação da formação do professor.

Diante desse cenário, o Curso de Pedagogia adota como orientação que a formação do licenciado em Pedagogia deve se dar através de um processo ativo de construção do conhecimento. Para tanto, a organização, implementação e efetivação do trabalho pedagógico considera que: o conhecimento é produto da construção humana e das suas relações sociais, constrói e reconstrói conforme seu contexto e seu momento histórico; a qualidade de vida passa necessariamente pela promoção de uma sociedade com maior justiça social; a compreensão das diferenças étnicas, raciais, culturais, sociais e de gênero é inerente à formação de professores; a pesquisa é espaço articulador da teoria/prática e provocadora da reflexão – ação – reflexão; a pesquisa é instrumento para o ensino; a inovação supõe possibilidades de minimizar os problemas na área educacional e conduzir a uma concepção de conhecimento-emancipação. Veiga (2004) argumenta que “o ensinar, o aprender e o pesquisar precisam de novos modos de relações” (p. 150).

Nesta linha de reflexão o Curso de Pedagogia, construiu espaços curriculares que permitem articular o núcleo de estudos básicos, o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e de estudos integradores.

Os espaços curriculares articuladores são compreendidos como:

- Estudos teóricos;
- Estágios supervisionados;
- Pesquisa educacional;
- Trabalho de conclusão de curso;
- Atividades curriculares de extensão;
- Jornadas pedagógicas;

Para efetivar estes espaços curriculares como articuladores faz-se necessário gestar ambiências no currículo em ação, com professores e alunos, para problematizar, provocar práticas educativas e reflexões acerca dos saberes docentes, da escola de educação básica, da participação e gestão de processos educativos, dos conhecimentos escolares, da educação para e na cidadania; do valor da pesquisa no ensino e das problemáticas educacionais atuais. É preciso, entender que a sociedade atual é caracterizada pela diversidade, pela pluralidade, pela incerteza. Já foi o tempo da certeza absoluta de um tempo cíclico, crença das civilizações tradicionais, já passou também a certeza do progresso histórico, certeza essa abraçada pela civilização moderna (Morin, 2000).

A organização do trabalho pedagógico deste curso compreende também, espaços curriculares oficialmente definidos – trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, mobilidade acadêmica, avaliação da aprendizagem - que participam da formação do licenciado em pedagogia para efetivar estudos de aprofundamentos e diversificação, oportunizar a ampliação de conhecimentos e de realidades sociais, culturais e econômicas e para orientar o processo de avaliação.



A intenção de entrelaçar diferentes componentes curriculares aos espaços-tempos da formação do pedagogo é de superar as dicotomias e fragmentações¹ historicamente vivenciadas pelo curso de Pedagogia, que se torna a principal referência das práticas pedagógicas escolares, configurando uma perspectiva permanente na vida dos sujeitos e na história da educação. Na tentativa de romper com o pensamento linear, de causa e efeito em educação, as discussões que permearam o grupo de educadores e alunos do Curso de Pedagogia, foram sendo consensuadas no sentido da superação desta visão e na ousadia de alçar alguns voos em práticas interdisciplinares.

5.1 Estudos Teóricos

Os conhecimentos pedagógicos, a compreensão e domínio de conteúdos específicos da formação, participação social e postura política, e investigação do e no cotidiano educativo a partir da articulação teoria-prática, são estudadas, refletidas e aprofundadas nas diversas disciplinas que constituem as Fases Formativas do Curso. Este eixo articulador constrói a partir do ensino que se desenvolve em aula conceitos científicos, em diálogos constantes com outros saberes relativos às dimensões do trabalho do ser educador na busca de construção de um repertório de saberes da profissão docente.

5.2 Estágio Supervisionado

Nesta seção, serão apresentados os objetivos, a justificativa, a metodologia, as orientações oriundas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) nos cursos de formação de professores, as disposições normativas para o ECS nos cursos de licenciatura da UNEMAT, as atividades de ECS a serem desenvolvidas no curso de Licenciatura em Pedagogia, e as atribuições da coordenação e dos professores de estágio.

5.2.1 Objetivos

O Estágio Curricular Supervisionado, entendido como tempo de aprendizagem da profissão docente, constitui-se como componente curricular obrigatório na formação do licenciado em Pedagogia. Propicia conhecimentos do real contexto de trabalho (a escola) numa articulação e produção de novos sentidos e diferentes saberes para uma relação educativa de ensino e aprendizagem que se materializa no ser professor, em consonância com as Resoluções CNE/CP Nº 4/2024 e CNE/CP Nº 1/2006.

¹ VEIGA, I. P. A. O cotidiano da aula universitária e as dimensões do Projeto Político-Pedagógico. In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papirus, 2001.



5.2.2 Justificativa

É preciso que os professores de estágios procedam no coletivo, junto a seus pares e alunos, estudos de realidades educacionais, para analisá-la criticamente, permitindo "[...] questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade" (Gonçalves; Pimenta, 2005, p. 45). Nesse sentido, o estágio aqui proposto caracteriza-se como atividade teórica e prática e para seu planejamento, execução e avaliação os professores devem observar as orientações estabelecidas na Resolução n.º 029/2012/CONEPE.

5.2.3 Metodologia

A pedagogia tem como proposta a (re)leitura da realidade educacional, na formulação de propostas pedagógicas e na inserção do curso no contexto educativo é a linha metodológica que sustentará esse processo, como parte do exercício da função social da universidade, na medida em que promove o diálogo com a sociedade e a socialização dos saberes produzidos via formação de professores. Daí conceber e entender o trabalho desenvolvido no estágio como a leitura das realidades apresentadas, campos de estágio e problematizações que dialogam entre teoria e prática na docência e na gestão educacional. Esse processo é socializado na forma de estudos, pesquisas, aulas e produções coletivas e individuais em seminários desenvolvidas pelos acadêmicos ao longo do processo formativo e ao final da graduação.

Compreende-se o estagiário, professor em formação, como proponente de uma formação profissional baseada numa epistemologia da prática (Schön, 1992)², na perspectiva do estágio como produção teórica que substancie a prática docente.

A concepção de prática e de estágio é interpretada como movimento, como componente curricular e dimensão do conhecimento que transcendem a sala de aula na busca de concretizar a relação entre o saber e o fazer e com o objetivo de compreender as inter-relações constituídas na problemática do cotidiano educacional. Apresenta-se como o momento em que se produz algo conceituado e significado pela teoria estudada, sendo assim resgatado e administrado o sentido da atuação nesse momento; o estágio, compreendido como atividade teórica e prática; um tempo de aprendizagem, de conhecimento e leitura crítica do real constituído pelo cotidiano escolar; uma relação pedagógica e um processo de ensino-aprendizagem orientado por atividades recíprocas e mediado por profissionais mais experientes.

² SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992



5.2.4 O campo de atividades do Estágio Curricular Supervisionado

Em conformidade com as normativas de estágio da UNEMAT, aprovadas pelo CONEPE - UNEMAT, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado por meio de atividades de ensino inerentes à Educação Básica, Pública ou Privada e fundamentado em instrumentos jurídicos celebrados entre a UNEMAT, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e as instituições de ensino em parceria com as Faculdades nos quais deverão estar registradas todas as condições de sua operacionalização.

5.2.5 Atividades de Estágio Curricular Supervisionado e carga horária

O estágio curricular supervisionado abrange as seguintes áreas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental; e
- Educação de Jovens e Adultos.

Para contemplar estas áreas, as horas de estágio são distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso, por meio de atividades de observação e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes, em conformidade com a Resolução do CNE. O estágio está organizado com base em seis disciplinas conforme quadro abaixo:

Disciplinas	Carga Horária	Modalidade
Estágio Curricular Supervisionado I	60	Observação e Vivência Escolar
Estágio Curricular Supervisionado II	90	Educação Infantil – 0 a 3 anos
Estágio Curricular Supervisionado III	90	Educação Infantil – 4 e 5 anos
Estágio Curricular Supervisionado IV	90	Ensino Fundamental – 1º ao 2º ano
Estágio Curricular Supervisionado V	90	Ensino Fundamental – 3º, 4º e 5º anos
Estágio Curricular Supervisionado VI	60	Educação de Jovens e Adultos
Total	480	

a) Estágio na Observação e Vivência Escolar

O estágio de observação e vivência escolar tem por finalidade inserir diretamente o futuro profissional docente na realidade das unidades educativas, de modo a permitir a compreensão, o funcionamento e o papel do(a) professor(a) no processo formativo institucionalizado. Neste estágio, o acadêmico terá oportunidade de observar e compreender a dinâmica de toda a estrutura escolar e de todos os elementos que a compõem.

b) Estágio na Educação Infantil



O estágio curricular supervisionado na educação infantil contempla o trabalho nas creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de Educação Infantil para as de 4 a 5 anos de idade, com objetivo de educar e cuidar. Este estágio orienta-se pelos seguintes princípios: - Princípios Éticos: da autonomia, de responsabilidade, de solidariedade e do respeito ao bem comum; - Princípios Políticos: dos direitos e deveres de cidadania, do exercício de criatividade e do respeito a ordem democrática; - Princípios Estéticos: da sensibilidade, criatividade, ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

As propostas pedagógicas ou planejamento do estágio de Educação Infantil devem promover em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que a mesma é um ser total, completo e indivisível. Desta forma, ser, sentir, brincar, expressar se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo, que desde bebês vão gradual e articuladamente aperfeiçoando estes processos nos contatos consigo mesma, com pessoas, coisas e ambiente em geral. As propostas pedagógicas do estágio devem buscar a interação entre as diversas áreas, de conhecimentos e aspectos da vida cidadã, com conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

c) Estágio no Ensino Fundamental

O estágio curricular supervisionado no Ensino Fundamental propicia atuações específicas nos anos iniciais, com atuação específica do 1º ao 2º ano (ciclo de alfabetização) e do 3º, 4º e 5º anos, como também, na Educação de Jovens e Adultos.

O Estágio deverá ser planejado e desenvolvido de forma que aconteça um maior número possível de leituras de diferentes realidades no sentido de problematizá-las em múltiplos momentos, buscando melhorar a qualidade das ações ancoradas nos pressupostos do currículo do curso, a saber: pressupostos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e didático metodológico.

O Estágio Curricular Supervisionado assume o compromisso com a docência (aspectos indispensáveis à construção do profissional docente: identidade, saberes e posturas); com o conhecimento do sistema educacional (macro e micro); com o conhecimento do/no mundo de trabalho; com o conhecimento social político amplo; com a capacidade de entender e intervir na sociedade contemporânea.

Os estágios no Ensino Fundamental buscam propiciar aos sujeitos envolvidos, principalmente aos alunos do curso de Pedagogia, reflexões sobre a sua própria prática docente, sua cultura e os contextos sociais a que pertencem a fim de contribuir na construção de um repertório de saberes pedagógicos específicos da área de atuação docente. Bem como, oferecer ao acadêmico a capacidade de propor, coordenar e desenvolver projetos educacionais nos diferentes espaços escolares, contemplando a integração das diferentes áreas de conhecimento; capacidade de lidar com as demandas da comunidade e compromisso com a gestão democrática dos espaços de atuação profissional.

d) Estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA)



O estágio na EJA - Educação de Jovens e adultos trata da abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes na escola-campo de ensino fundamental e/ou espaços não escolares de EJA, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico.

5.2.6 Das atribuições do coordenador e dos professores de Estágio Curricular Supervisionado

Em conformidade com a Resolução de estágio da UNEMAT:

Ao coordenador/a compete:

I – Manter contatos periódicos com a administração e os professores das instituições conveniadas, zelando pelo bom desenvolvimento do estágio e intervindo sempre que necessário;

II – Planejar e realizar, com a equipe de professores responsáveis pelo Estágio Curricular Supervisionado, fóruns de discussão de políticas de estágio para o curso.

Aos professores compete:

I – Proporcionar condições para que os estagiários vivenciem o cotidiano das práticas na Educação Básica;

II – Orientar os estagiários no planejamento e na execução das atividades docentes;

III – acompanhar efetivamente cada estagiário em suas atividades de regência;

IV – Indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias ao preparo das atividades do Estágio; V – avaliar o desempenho do estagiário, conforme os critérios estabelecidos na Normatização Acadêmica;

VI – Apresentar o Relatório Final do Estágio sob sua responsabilidade (formulário na página da PROEG) ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado; VII - cumprir integralmente as normas estabelecidas nesta Resolução.

Ao estagiário compete:

I – Planejar e preparar as atividades didático-pedagógicas a serem desenvolvidas em todas as etapas do estágio;

II – Cumprir os créditos de observação/monitoria e regência na instituição conveniada;

III – desenvolver as atividades previstas para cada segmento de Estágio Curricular Supervisionado;

IV – Registrar todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio nos formulários específicos e disponíveis na página da PROEG;

V – Elaborar o Relatório Final e apresentá-lo no prazo estipulado no cronograma de atividades de Estágio;



VI – Discutir com o professor de Estágio o planejamento e a execução das atividades propostas;

VII – manter um comportamento compatível com a função docente, pautando-se pelos princípios da ética profissional;

VIII – autoavaliar-se de modo constante e crítico quanto ao seu desempenho na função de docente;

IX – Colaborar sempre que possível para a solução de problemas na escola em que desenvolve suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

X – Primar pela assiduidade e pontualidade em todas as atividades que envolvam o Estágio;

XI – comunicar ao professor e/ou Coordenador de Estágio, com antecedência, sua ausência nas atividades previstas;

XII – cumprir integralmente as normas estabelecidas nesta Resolução e na Normatização Acadêmica;

XIII - zelar pela correção formal da língua oficial.

Art. 18. O estagiário que exercer a atividade docente regular na Educação Básica, na sua área de formação, poderá obter a redução da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado em até, no máximo, 50 % (cinquenta por cento) .

§ 1º. Para usufruir do previsto no caput deste artigo, o estagiário precisa exercer a docência há, no mínimo, 1 (um) ano, e em disciplina(s) relacionada(s) ao curso-objeto de sua formação, com comprovação mediante apresentação de documentos oficiais.

§ 2º. O estagiário que se enquadrar na situação prevista no caput deste artigo deve protocolar requerimento na Coordenação do Curso ou na Coordenadoria Pedagógica dos Programas de Modalidades Diferenciadas, devidamente instruído com os documentos oficiais.

§3º. A Coordenação do Curso ou a Coordenadoria Pedagógica dos Programas de Modalidades Diferenciadas submeterá o requerimento do estagiário ao Colegiado de Curso, que emitirá parecer.

§ 4º. O resultado final será encaminhado ao Coordenador de Estágio, que procederá ao registro e à dispensa das horas

Art. 19. A avaliação das disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado fica condicionada à observância da Normatização Acadêmica.

Art. 20. As especificidades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado devem constar no projeto pedagógico de cada curso.

Art. 21. Para matricular-se no Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve ter cumprido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos créditos e respeitar os pré-requisitos estabelecidos na matriz curricular a qual está vinculado, respeitando as especificidades de cada curso

5.3 Pesquisa Educacional

Este eixo articulador da formação tem como finalidade estudos críticos e reflexivos acerca do espaço vivido como pessoa, como estudante e como profissional comprometido



com a educação. As atitudes investigativas devem articular ações-reflexões-ações, na coexistência de uma ética-estética-política de valorização da vida, em suas múltiplas manifestações. Ela transversaliza momentos teóricos e atividades práticas (ensino, aprendizagens, estágios, atividades complementares).

5.3.1 Linhas de Pesquisa

O Curso de Pedagogia orienta sua produção acadêmico-científica com base nas seguintes linhas que podem ser revisadas e reformuladas no movimento produzido pelo corpo docente:

- **Fundamentos da Educação e da Diversidade**

Estudos sobre os fundamentos da educação e da diversidade: cultura, movimentos sociais, ambiente, saúde, linguagem e sociedade.

- **Docência, Ensino e Formação de professores**

Estudos sobre a docência, o ensino e a formação de professores, abrangendo aspectos que envolvem diferentes níveis, modalidades e saberes.

- **Gestão e Desenvolvimento da Educação**

Estudos sobre políticas públicas, gestão, organização da educação e desenvolvimento social.

- **Educação Inclusiva**

Estudos sobre os princípios e fundamentos da educação inclusiva, que garante o direito de educação para todos; busca conhecer e analisar a legislação na perspectiva da educação inclusiva e as ações colaborativas na unidade escolar tendo como foco um Projeto Pedagógico inclusivo.

5.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O objetivo é construir um percurso formativo que habilite o futuro pedagogo a compreender a pesquisa não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um processo contínuo de questionamento, criação, autoria e transformação da realidade educacional. Conjugando-se o desenvolvimento de uma visão crítica, formativa e interventiva com a utilização de elementos técnicos e normativos da pesquisa, propõe-se um conjunto de seis disciplinas para a área de pesquisa em educação no curso de Pedagogia.

As disciplinas são organizadas de forma progressiva, partindo dos fundamentos epistemológicos e históricos, passando pela construção do projeto, pela prática investigativa e análise de dados, culminando na produção e socialização do conhecimento, com um foco especial na formação do professor como pesquisador.

Cabe ressaltar que as nomenclaturas adotadas não se resumem a nomear as disciplinas. Elas se situam no campo da linguagem, que não é meramente um instrumento de comunicação ou nomeação (identificação); elas constituem visões de mundo, estabelecem hierarquias e orientam práticas: de um lugar simbólico que atua na potência dos sujeitos. A pesquisa, sobretudo no campo da Educação, deve ser encarada como um processo contínuo, aberto e transformador.



Nesse sentido, defende-se a centralidade da categoria Pesquisa em Educação como eixo estruturante dos componentes curriculares, historicamente sustentada na concepção do professor como sujeito pesquisador. Tal escolha não é meramente terminológica, mas política e epistêmica: ao priorizar a categoria Pesquisa em Educação, reafirma-se o compromisso com uma formação que não separa o saber do fazer, o conhecimento da prática, e que entende o ato de pesquisar como constitutivo do processo formativo docente.

Investir os estudantes nesse percurso de criação e formação teórico-metodológica, partindo de um objeto de estudo gerado pelas inquietações e curiosidades surgidas nas experiências vividas durante a formação inicial (ou anterior a ela, considerando que a dimensão da vida se funda nas experiências), é afirmar a potência da pesquisa como experiência de autoria. Trata-se de reconhecer a posição do futuro professor como sujeito ativo, produtor e interventor crítico nos campos da realidade educacional, e não apenas como aplicador de modelos prontos ou executor de tarefas burocráticas.

Portanto, no que se refere à relação entre a pesquisa e a posição do sujeito-professor-pesquisador, essa perspectiva busca romper com os empacotamentos formais que, muitas vezes, esvaziam as potencialidades inventivas, analíticas e criativas dos professores em processos permanentes de formação (inicial e continuada). Ao contrário, propõe uma formação que valoriza a implicação subjetiva, a leitura crítica da realidade e a construção de conhecimentos situados, que emergem da vivência concreta e da escuta sensível dos contextos educativos, do prático-sensível ao pensamento abstrato metódico e conceitual. Essa escolha implica mais do que aparenta. Ela não apenas organiza os conteúdos, mas também reflete e constrói nossa concepção sobre o papel da pesquisa no desenvolvimento acadêmico e nos espaços formativos da humanidade (educação formal e informal).

Em suma, a pesquisa, longe de ser uma mera etapa protocolar, é um ato de formação contínua e integrada, sendo ao mesmo tempo espaço de criação, reflexão crítica e transformação. Nesse contexto, o pesquisador ou a pesquisadora não é apenas executante de etapas, mas um sujeito ativo que se forma e se transforma ao longo do processo.

Este espaço curricular possibilita a sistematização e teorização de estudos, investigações e reflexões, convergindo para duas produções: o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e um artigo publicado na Revista Eventos Pedagógicos – REP's, com publicação semestral.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é construído com base no eixo curricular articulador denominado de Pesquisa Educacional, já discutido neste documento, e objetiva proporcionar aos alunos do Curso de Pedagogia o aprimoramento da capacidade de articulação, interpretação, análise, reflexão e produção científica. Ou seja, provoca situações de estudos, pesquisas, reflexões e leituras na e sobre a educação, ações e interferências em processos educativos, teorizações de realidades da educação formal e não formal. Esta produção se dá orientada pela Resolução do CONEPE que dispõe sobre o TCC dos cursos de graduação da UNEMAT.

Para os alunos deste Curso de Pedagogia, o TCC consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de monografia, em qualquer área de conhecimento da Educação, no âmbito da formação do pedagogo. As temáticas dos trabalhos devem estar



preferencialmente alinhadas às linhas de pesquisas do Curso de Pedagogia do Campus Sinop e aos grupos de pesquisas dos docentes que atuam na Faculdade de Educação e Linguagem.

O processo de construção do TCC compreende duas etapas:

A primeira etapa é destinada à elaboração do Projeto de Pesquisa, que se dá no decorrer das disciplinas de **Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos** e **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa**, ambas com 60 horas. A disciplina de **Projeto de Pesquisa** é destinada também para a organização e execução das bancas de apresentação e avaliação dos projetos de pesquisa, que acontecem como parte integrante da mesma.

A segunda etapa compreende a disciplina de **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa** e **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, que são propostas para o desenvolvimento da pesquisa e para a finalização da monografia. Especificamente na disciplina de **Produção Investigativa** ocorrem a apresentação e defesa pública da monografia perante banca avaliadora.

A produção da monografia subsidia a elaboração de artigo científico que se dá na disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação**. O artigo produzido é publicado na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165), vinculada ao Curso de Pedagogia do Campus de Sinop. Neste sentido, o processo de construção do TCC constitui-se como espaço teórico prático com a função de integrar conhecimentos, teorizar práticas e realidades educacionais, conceber o trabalho docente conforme o espaço histórico, social e econômico presente num determinado tempo, percebendo as contradições nele existentes, conforme explanado a seguir.

Disciplina - Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação

A disciplina de **Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação** estabelece as bases para uma compreensão do papel da ciência na sociedade e, especificamente, no contexto educacional. Aborda a pesquisa como um processo dinâmico de questionamento e descoberta, incentivando-se o desenvolvimento de uma postura investigativa, essencial para a identificação, elaboração e compreensão de questões problematizadoras na prática pedagógica. A abordagem histórica da evolução da ciência e da pesquisa na educação contribui para contextualizar o conhecimento atual, permitindo a compreensão das raízes e das transformações nas práticas investigativas.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento do letramento científico, no qual mais do que apenas apreender conhecimentos científicos, busca-se refletir sobre a produção desses conhecimentos de forma crítica e ética. Isso envolve a habilidade de identificar questões relevantes, explicar fenômenos educacionais e de formular conclusões embasadas em evidências.

A disciplina também aborda a intrínseca relação entre teoria, metodologia e prática, demonstrando como o conhecimento científico se traduz em intervenções educacionais. A ética e a responsabilidade social são enfatizadas como princípios norteadores de toda produção científica, garantindo que a pesquisa contribua significativamente para a sociedade.

Além dos aspectos conceituais, a ementa oferece ferramentas práticas para a pesquisa acadêmica. Abordam-se metodologias de estudo, como a leitura crítica e a revisão de literatura, bem como uma introdução aos diferentes tipos de trabalhos acadêmicos,



desde resumos até monografias. Nessa perspectiva, um foco significativo é dado às normas da ABNT, indispensáveis para estruturação dos trabalhos científicos. A discussão sobre direitos autorais e plágio reforça a importância da integridade acadêmica, preparando os pedagogos para uma atuação profissional pautada pela integridade intelectual e pelo rigor científico.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos

A disciplina **Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos**, parte da direção de reafirmar o papel da pesquisa como prática formativa, crítica e interventiva, inseparável da constituição do professor como sujeito epistêmico e ético da sua própria formação. Apresenta uma proposta epistemologicamente fundamentada e articulada ao campo das ciências humanas e sociais, reconhecendo a educação como um campo de produção de conhecimento interdisciplinar, mantendo-se em unidade de estágio formativo pela pesquisa em educação. Seu diferencial está na ênfase na pesquisa como prática de intervenção e transformação, em consonância com o papel do professor também como pesquisador, compreendendo sua autoria e sua subjetividade na produção do conhecimento.

Partindo da trajetória histórica da ciência e da pesquisa, a ementa explora as bases epistemológicas e metodológicas que sustentam a produção do conhecimento em educação. Nesse sentido, é fundamental a compreensão sobre a relação intrínseca que deve existir entre teoria, metodologia e prática, reconhecendo que a escolha de uma abordagem metodológica não é neutra, mas sim uma decisão teórico-política que molda a construção do objeto de estudo e do próprio conhecimento.

Por meio da abordagem de diferentes paradigmas e metodologias de pesquisa, enfatiza-se as possibilidades de uso desse arcabouço metodológico em diversos contextos investigativos, subsidiando o momento da escolha da metodologia mais adequada aos interesses de pesquisa. Abordam-se também as técnicas de pesquisa mais utilizadas em educação, como observação, entrevista, questionário e diário de campo, fornecendo as ferramentas necessárias para a coleta de dados. A ética na pesquisa é um tema transversal e de suma importância, discutindo princípios, a atuação dos comitês de ética, as práticas situadas e a postura responsável do pesquisador.

Nessa perspectiva, a formação docente é base epistemológica problematizadora e situada na produção de conhecimento e na leitura crítica da realidade educacional, concebendo a pesquisa não como mera etapa ou protocolo acadêmico, mas como princípio educativo, ético e político. Nesse sentido, a disciplina busca tensionar o lugar da metodologia como escolha teórico-política e não como aplicação técnica de instrumentos pré-definidos. Os fundamentos metodológicos da pesquisa em educação devem dialogar com a historicidade dos sujeitos, com os conflitos do campo escolar e os diversos espaços educativos e com a invenção de estratégias formativas coerentes com os desafios da prática pedagógica em seu sentido pleno e estrito.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa

A organização do currículo de um curso de Pedagogia precisa expressar com clareza as concepções de formação que sustentam seus princípios estruturantes, inclusive observando criticamente a dimensão orgânica entre os sujeitos e realidade (seja a formativa,



seja a inquirida: de um processo de diálogos e reflexões entre os(as) professores, os(as) estudantes, a realidade historicizada, pesquisa em educação, realidade educativa problematizada) Nesse sentido, a escolha pela posição de sentido intitulada **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa** não é meramente terminológica, mas traduz uma posição político-pedagógica que afirma o caráter ético, processual e crítico da investigação no campo educacional, distinta de uma visão tecnicista e produtivista.

Nessa perspectiva de se transformar inquietações e observações em propostas de investigação estruturadas e relevantes, o foco inicial da disciplina reside no estudo de questões investigativas que emergem da prática educacional, como ponto de partida para a formulação de um projeto de pesquisa consistente. Nesse sentido, desloca-se o centro da ação para a formação do pesquisador-professor, compreendido como sujeito que produz conhecimento a partir da escuta, da observação e da intervenção nos territórios educativos. Essa perspectiva se ancora na relação entre a construção do objeto de pesquisa e os processos de escuta, observação e intervenção no cotidiano educativo, considerando a escola e seus sujeitos como territórios vivos de produção de sentidos. O pesquisador-professor, nesse cenário, é convocado a articular saberes e fazeres, situando-se criticamente no campo de tensões que marca a educação brasileira.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento da escrita acadêmica como um processo de autoria e reflexão, fundamental para a construção do objeto de estudo. Os estudantes serão guiados na definição clara do problema de pesquisa, na formulação de objetivos (gerais e específicos) e na elaboração de uma justificativa que demonstre a relevância do estudo. A construção do referencial teórico é abordada como um diálogo crítico com a literatura existente, permitindo a conceituação adequada dos termos e conceitos que fundamentam a pesquisa. E, na sequência, o delineamento metodológico, com a escolha de abordagens e métodos, e a definição das técnicas de coleta de dados, buscam garantir o rigor científico do projeto.

Além dos aspectos metodológicos, a disciplina dedica atenção especial aos aspectos éticos envolvidos na elaboração de projetos de pesquisa em educação, assegurando que as investigações sejam conduzidas com responsabilidade e respeito aos participantes. A ementa também aborda as normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 15287:2025, que trata especificamente de projetos de pesquisa, e outras normas pertinentes para a formatação e apresentação. Por fim, a disciplina garante que os projetos estejam em conformidade com as diretrizes institucionais, como a Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Prática Investigativa

A disciplina **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa** articula os fundamentos já construídos nas fases anteriores com o aprofundamento das práticas de coleta, sistematização e início da análise de dados, indispensáveis para a construção de um projeto de pesquisa enraizado nas realidades escolares e sociais.

Nesse sentido, esta disciplina possui a função estratégica de mobilizar os sujeitos em formação para os momentos mais decisivos da pesquisa empírica: o delineamento dos instrumentos, o planejamento ético das investigações em campo, a construção de categorias empíricas, a sistematização e análise de dados. Dedicar-se a aprofundar os aspectos teóricos



e metodológicos relacionados à construção e aplicação de diversos instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, questionários, formulários, observações, diários de campo, grupos focais, e análises bibliográficas e documentais, bem como, a prática de aplicação e registro em contextos reais, como escolas e outros espaços educativos. Isso permite que os estudantes vivenciem o processo de produção e coleta de dados, desenvolvendo habilidades essenciais para a pesquisa de campo.

A disciplina também aborda a análise preliminar, organização e sistematização dos dados coletados, preparando os discentes para as etapas subsequentes de interpretação e discussão dos resultados. Para tanto, são realizadas reflexões sobre o lugar do pesquisador na produção dos dados e na escuta dos sujeitos, promovendo uma postura crítica e reflexiva, além de especial atenção aos cuidados éticos na prática investigativa, reforçando a importância do respeito aos participantes e da integridade da pesquisa.

Além disso, a ementa introduz a elaboração inicial da monografia, com base na NBR 14724:2024 e outras normas da ABNT, garantindo que os estudantes estruturem seu trabalho desde as etapas iniciais da coleta de dados. A disciplina também assegura o atendimento às diretrizes institucionais, como a Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, para que os trabalhos estejam em conformidade com as exigências acadêmicas.

A disciplina supera, assim, a lógica de disciplinas dissociadas e fragmentadas, oferecendo um espaço que reconheça o pesquisador como alguém em formação, e que permita vivenciar com profundidade os dilemas, contradições e criações do campo investigativo.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Produção Investigativa

A disciplina de conclusão do percurso investigativo, intitulada **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, carrega a especificidade de marcar o retorno dessa atividade à última fase do curso de Pedagogia, reforçando sua centralidade como momento de síntese formativa. Mais do que uma decisão técnica, essa escolha expressa uma compreensão da linguagem como espaço simbólico, que posiciona o sujeito no processo educativo e investigativo.

A ementa foca na orientação e acompanhamento individualizado da escrita do TCC, guiando os alunos na transição da coleta de dados para a análise e discussão dos resultados, enfatizando-se a retomada de aspectos teóricos e metodológicos para a construção de categorias de análise com vistas à interpretação dos dados. Busca-se, nesse processo, assegurar a coerência entre os objetivos da pesquisa, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada e os dados apresentados.

Ainda nesse percurso, os discentes são desafiados a elaborar conclusões e considerações finais que sintetizem os achados da pesquisa e explorem suas implicações para o campo da Educação e da prática pedagógica, estimulando-se a reflexão crítica sobre as contribuições da pesquisa para o avanço do conhecimento e para a transformação das realidades educacionais. Com isso, fortalece-se o vínculo entre formação inicial e as futuras práticas docentes, afirmando o compromisso com uma concepção de professor como pesquisador de sua própria realidade educacional, capaz de produzir conhecimento e transformar contextos.



A ementa também enfatiza a importância da clareza, coerência e argumentação na escrita acadêmica, habilidades cruciais para a comunicação eficaz dos resultados da pesquisa. A elaboração da monografia segue rigorosamente a NBR 14724:2024 e outras normas da ABNT, abrangendo a revisão textual e a formatação de todos os elementos do trabalho – pré-textuais, textuais e pós-textuais. A preparação para as bancas de defesa é um elemento relevante, no qual os discentes aprimoram suas habilidades de apresentação e argumentação. Por fim, a disciplina garante que o TCC esteja em total conformidade com Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, assegurando a qualidade e a validade do trabalho final.

Disciplina - Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação

A disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação** encerra o ciclo de pesquisa, enfatizando-se a importância de publicar e socializar os resultados das investigações realizadas. O foco principal é a produção de artigos científicos como meio de publicação e disseminação do conhecimento gerado no campo da educação. Esse componente curricular oportuniza aos discentes compreender o universo das publicações científicas, apreender a estrutura e desenvolver a experiência de elaborar um texto científico que atenda a normas específicas para esse tipo de publicação, com a subsequente publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165), vinculada ao curso de Pedagogia. Ou seja, o(a) discente conclui sua formação com a publicação de um artigo em um periódico da área de Educação reconhecidamente qualificado. Acrescenta-se que essa experiência formativa também contribui substancialmente para aqueles(as) discentes que têm a intenção de prosseguir com sua formação em nível de pós-graduação, o que atende às disposições da Unemat nesse sentido.

Para tanto, a ementa aborda o impacto da pesquisa e sua contribuição para a sociedade e para a própria área educacional, incentivando os futuros pedagogos a conceberem a pesquisa como uma ferramenta de transformação social. Para tanto, discute-se a estrutura, os elementos e os diferentes tipos de artigos científicos, com base na ABNT NBR 6022:2018, bem como, abordam-se as normas de publicação em periódicos científicos relevantes nas áreas de educação e ensino, além das normas específicas para publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165). Este conhecimento é fundamental para que os alunos submetam seus trabalhos a veículos de comunicação científica com a consistência e o rigor requeridos.

Outro aspecto importante é a discussão sobre direitos autorais e ética na publicação científica, reforçando-se a necessidade de integridade e originalidade na divulgação do conhecimento. O desenvolvimento da disciplina culmina na elaboração de um artigo científico a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelo discente, proporcionando uma experiência prática de transformar um trabalho extenso em um formato conciso e publicável. Por fim, a disciplina promove a socialização do artigo científico em eventos específicos do curso de Pedagogia (Jornada Pedagógica), promovendo-se a troca de experiências e o debate acadêmico, e consolidando a pesquisa como um processo contínuo de aprendizado e contribuição para o campo da Educação.



5.4.1 Aspectos gerais

O Projeto de Pesquisa (PP) deve ser elaborado na 6ª fase do curso de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 15287.

Na disciplina de **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa**, na qual é elaborado o projeto de pesquisa, deverá ser realizada banca de avaliação/qualificação do projeto, ao final da disciplina, sendo a banca composta pelo professor orientador e 2 (dois) professores convidados. Ao professor da disciplina caberá a avaliação à parte, referente aos critérios de avaliação da disciplina.

A coleta/produção de dados de pesquisa, bem como seu tratamento, apresentação de resultados e início da elaboração da monografia é realizada na 7ª fase do curso, dentre a disciplina de **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa**. Os critérios de avaliação dessa etapa da pesquisa são os definidos pela respectiva disciplina.

A monografia deverá ser elaborada na 8ª fase do curso, de acordo com modelo a ser fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 14274 (monografia).

Na disciplina de **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, na qual é elaborada a monografia, deverá ser realizada banca examinadora, ao final da disciplina, em sessão de defesa pública. A banca será composta pelo professor orientador e 2 (dois) professores convidados. Ao professor da disciplina caberá a avaliação à parte, referente aos critérios de avaliação da disciplina.

O artigo científico deverá ser elaborado e socializado na 8ª fase do curso, dentre a disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação**, de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 6028 (artigo científico). A avaliação do artigo e de sua respectiva socialização atenderá aos critérios de avaliação da disciplina.

O discente deve elaborar seu Projeto de Pesquisa (PP) e sua Monografia de acordo com: (a) a normativa acadêmica vigente na UNEMAT que dispõe sobre o TCC; (b) as disposições deste PPC; (c) as orientações do docente do componente curricular de TCC I; (d) as orientações do professor orientador, e; (e) os modelos fornecidos pela Coordenação do Curso. A estrutura formal do PP e da Monografia devem seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, devidamente atualizadas.

5.4.2 Das Atribuições

O processo de elaboração, apresentação e defesa do TCC envolve diretamente: 1) os docentes dos componentes curriculares de Projeto de Pesquisa, Prática Investigativa, Produção Investigativa e Publicação e Disseminação; 2) o orientador, e; 3) o discente em fase de desenvolvimento do TCC. As atribuições de cada um destes sujeitos estão descritas de forma detalhada neste PPC, observando-se as orientações contidas na Resolução de **TCC** aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.



5.4.3 Atribuições dos professores das disciplinas de TCC

Ao professor das disciplinas de TCC, compete:

- I. Responsabilizar-se pela gestão, supervisão e acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso, articulando as relações entre discentes/orientandos e professores orientadores;
- II. Informar aos discentes, no início do período letivo, a relação de docentes disponíveis para orientação, os temas de interesse para orientação e as respectivas linhas de pesquisa do curso;
- III. Receber e apreciar as indicações de orientadores feitas pelos discentes e pelos professores orientadores do curso, primando pela distribuição dos encargos de orientação de forma equitativa e correspondente às linhas de pesquisa do curso, e submetendo-as à apreciação do Colegiado de Curso;
- IV. Sugerir orientadores para os discentes que ainda não tiverem firmado acordo de orientação;
- V. Oferecer, dentre a carga horária das disciplinas de TCC, as informações e orientações comuns necessárias para elaboração do TCC, em todas as suas fases, de acordo com as normas desta resolução.
- VI. Convocar reuniões com orientadores e discentes matriculados nas disciplinas de TCC sempre que se fizer necessário;
- VII. Avaliar os discentes de TCC, mediante atribuição de nota parcial conforme Plano de Trabalho e critérios avaliativos apresentados para as referidas disciplinas;
- VIII. Convocar os orientadores e demais avaliadores convidados para compor as respectivas bancas de avaliação/qualificação de projeto de pesquisa e de defesa do trabalho final;
- IX. Definir e organizar os ambientes para a realização das sessões de avaliação/qualificação dos projetos de pesquisa e de defesa dos trabalhos finais;
- X. Emitir as atas de avaliação/qualificação dos projetos de pesquisa e de defesa dos trabalhos finais, após a realização das bancas examinadoras, para assinatura do discente, do orientador e dos demais integrantes das respectivas bancas;
- XI. Produzir, semestralmente, relação geral e registro de bancas de avaliação/qualificação de projetos de pesquisa e de defesa de trabalhos finais, encaminhando, após a realização das bancas examinadoras, as respectivas informações para a Secretaria da Faculdade a qual o curso está vinculado para emissão das declarações de avaliador e de professor orientador.
- XII. Registrar, no sistema de gestão acadêmica, os resultados finais da avaliação do TCC dentre os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico para o lançamento de notas semestrais;
- XIII. Em caso de trabalho final em formato de documento de texto, encaminhar, para a Biblioteca do Campus, em arquivo digital (PDF) e em sua versão final revisada e definitiva, os trabalhos finais defendidos no respectivo semestre letivo;
- XIV. Receber, apreciar e submeter, ao Colegiado de Curso, os requerimentos de alteração ou substituição de orientador;



XV. Receber, apreciar e submeter, ao Colegiado de Curso, os requerimentos de desistência orientação;

XVI. Produzir ofícios e outros documentos que os discentes solicitarem em relação à pesquisa em andamento;

XVII. Informar, ao orientador, a ocorrência de plágio no TCC de seus orientandos, quando houver, e deliberar, juntamente do Colegiado de Curso, sobre os encaminhamentos para apuração e demais medidas cabíveis nesses casos;

XVIII. Realizar, quando possível, atividades abertas à comunidade acadêmica como encontros, palestras, seminários, organização de obras coletivas, entre outras, envolvendo os orientadores e seus orientandos em um processo de socialização e divulgação dos temas ainda em etapa de elaboração de projeto de pesquisa e/ou de trabalho final já defendido.

XIX. Definir em concordância com a coordenação do curso os avaliadores dos TCCs, observando as áreas de atuação e pesquisa dos professores do curso;

Contribuir, juntamente com a coordenação do curso, para que haja equilíbrio na escolha dos avaliadores, evitando-se repetição do mesmo professor avaliar mais de três trabalhos em um mesmo semestre letivo, sendo que os avaliadores só poderão avaliar mais de um trabalho se não houver outro avaliador da mesma área ou mediante a inexistência de professores da área.

A coordenação de curso, bem como, os professores das disciplinas de TCC, somente poderão permitir orientadores e avaliadores de mesma faculdade na ausência de pesquisadores nos quadros do curso.

No início de cada período letivo, compete ao professor das disciplinas de TCC:

I. Elaborar e submeter, ao Colegiado do Curso, no prazo de 15 (quinze) dias após o início do período letivo, Plano de Trabalho da disciplina de TCC contendo cronograma das atividades, avaliações, prazos para entrega de documentos, entre outros, de modo que ocorram dentro o semestre letivo;

II. Elaborar e submeter, ao Colegiado de Curso, assim que forem firmados os termos de aceite de orientação, relação de discentes, temas de pesquisa e respectivos orientadores e coorientadores (estes últimos, quando houver).

Devem ser observadas, também, as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT Para exercer as atividades de Professor de TCC, o docente deve ser qualificado, preferencialmente, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, conforme disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.4.4 Atribuições dos discentes em fase de realização do TCC

É considerado discente em fase de realização de TCC, todo aquele regularmente matriculado nos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

O discente possui as seguintes atribuições a serem cumpridas nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão I e II:

I. Ser responsável pela elaboração do TCC em todas suas etapas;

II. Frequentar as aulas da disciplina de TCC na qual estiver matriculado;

III. Cumprir os prazos, as atividades e cronogramas previstos no Plano de Trabalho do professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado;



- IV. Desenvolver as atividades de pesquisa conforme orientações recebidas;
- V. Comparecer às reuniões de orientação e acompanhamento e cumprir os prazos definidos pelo orientador para o desenvolvimento das atividades de TCC;
- VI. Comparecer às reuniões convocadas pelo professor de TCC;
- VII. Zelar pela não ocorrência de plágio no TCC, em todas suas etapas.

a) Responsabilidades específicas em relação à etapa de elaboração do projeto de pesquisa

- I. Definir o tema de pesquisa de acordo com as linhas de pesquisa do curso;
- II. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, Termo de Aceite de Orientação firmado entre discente e orientador, devidamente preenchido e assinado por ambas as partes;
- III. Entregar Termo de Aceite de Coorientação, quando for o caso;
- IV. Elaborar o projeto de pesquisa de acordo com a temática definida com o orientador e, conforme modelo fornecido pela Coordenação do Curso;
- V. Submeter, ao orientador e ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, o projeto de pesquisa para avaliação e verificação dos critérios mínimos a serem atendidos para fins de autorização para agendamento de banca examinadora;
- VI. Comparecer em data, horário e local definidos pelo professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, para apresentação oral do projeto de pesquisa de acordo com o calendário estipulado no Plano de Trabalho do professor de TCC;
- VII. Realizar revisões e ajustes no projeto de pesquisa de acordo com as recomendações da banca examinadora;
- VIII. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, versão revisada projeto de pesquisa, após conferência do professor orientador.

b) Responsabilidades específicas em relação à etapa de elaboração da monografia

- I. Desenvolver a pesquisa conforme estabelecido no respectivo projeto de pesquisa;
- II. Elaborar o trabalho final de acordo com o estabelecido no respectivo projeto de pesquisa;
- III. Submeter, ao orientador e ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, o trabalho final para avaliação e verificação dos critérios mínimos a serem atendidos para fins de autorização para agendamento de banca examinadora;
- IV. Comparecer em data, horário e local definidos pelo professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, para defesa oral do trabalho final de acordo com o calendário estipulado no Plano de Trabalho do professor de TCC;
- V. Realizar revisões e ajustes no trabalho final de acordo com as recomendações da banca examinadora;
- VI. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, versão revisada e definitiva do trabalho final, após conferência do professor orientador.

Devem ser observadas, também, as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.



5.4.5 Das atribuições dos professores orientadores

O TCC será desenvolvido sob a orientação de um docente que já tenha ministrado componente curricular no curso. Sua orientação será oficializada por meio do Termo de Aceite, o qual deverá ser assinado e entregue ao coordenador de TCC.

A mudança de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante concordância expressa do docente substituído e mediante documento de Transferência de Orientação - Solicitação do discente/Docente, assinado por ambas as partes e encaminhado ao coordenador de TCC.

Compete ao orientador de TCC:

I. Definir, junto com o orientando, o tema a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso;

II. Orientar seu respectivo orientando em todas as etapas de realização de seu TCC;

III. Realizar o acompanhamento das atividades de TCC por parte do orientando, quer sejam desenvolvidas interna ou externamente à Unemat;

IV. Atender, com periodicidade máxima quinzenal, aos discentes sob sua orientação, realizando os devidos registros por escrito dos atendimentos;

V. Estabelecer, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do início das aulas, o cronograma planejado de acompanhamento e orientação, a ser divulgado pela Coordenação do Curso;

VI. Realizar reuniões periódicas de orientação com os orientandos;

VII. Informar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, o andamento das etapas de desenvolvimento do TCC por parte de seus orientandos;

VIII. Participar de eventuais reuniões convocadas pelo professor da disciplina e/ou pelo Coordenador do TCC para análise do desenvolvimento do TCC, em todas suas etapas;

IX. Prestar, quando solicitado, esclarecimentos ao professor da disciplina e/ou ao Coordenador de TCC sobre as atividades de orientação e acompanhamento desenvolvidas;

X. Informar, ao professor da disciplina de TCC, o descumprimento dos prazos estabelecidos por seus orientandos durante o semestre letivo;

XI. Orientar o orientando no atendimento a normas técnicas da ABNT aplicáveis à elaboração do TCC em todas suas etapas;

XII. Zelar pela correção formal de língua portuguesa nos TCCs de seus orientandos.

XIII. Realizar a revisão da documentação referente ao TCC a ser entregue pelos respectivos orientandos;

XIV. Avaliar o processo-aprendizagem dos orientandos sob sua responsabilidade de orientação, atribuindo nota parcial conforme critérios de avaliação constantes das ementas das disciplinas de TCC e critérios de avaliação definidos pelo curso de acordo com o tipo de trabalho final;

XV. Participar, de forma presencial ou virtual, da banca de avaliação/qualificação de projeto de pesquisa e de defesa do trabalho final de seus orientandos, presidindo as respectivas bancas;

XVI. Anotar as recomendações da banca examinadora durante a avaliação/qualificação do projeto de pesquisa e durante a defesa do trabalho final,



acompanhando a inclusão das mesmas na elaboração de versão revisada do TCC a ser entregue pelo respectivo orientando;

a) Atribuições específicas referentes à elaboração e avaliação/qualificação do projeto de pesquisa

- I. Autorizar seus orientandos a apresentarem seus respectivos projetos de pesquisa, entregando, ao professor da disciplina de TCC, o termo de autorização de qualificação, devidamente preenchido e assinado;
- II. Preencher e assinar 5 (cinco) vias da ata de avaliação/qualificação de projeto;
- III. Verificar se o orientando entregou, ao professor da disciplina de TCC, dentre os prazos estabelecidos pela disciplina, o projeto de pesquisa devidamente revisado, conforme as recomendações da banca examinadora.
- IV. Assinar o quadro de acompanhamento e orientação;

b) Atribuições específicas referentes ao desenvolvimento da pesquisa e à elaboração e defesa do trabalho final

- I. Autorizar seus orientandos a apresentarem seus respectivos trabalhos finais, entregando, ao professor da disciplina de TCC, o termo de autorização para defesa, devidamente preenchido e assinado;
- II. Preencher e entregar 5 (cinco) vias da ata de defesa do trabalho final;
- III. Verificar se o orientando entregou, à Secretaria da Faculdade, o trabalho final em sua versão revisada e definitiva, conforme as recomendações da banca examinadora, juntamente de cópia digitalizada da ata de defesa.
- V. Assinar o quadro de acompanhamento e orientação.

As orientações e o acompanhamento das atividades de desenvolvimento do TCC por parte do orientando serão realizados por meio de reuniões com periodicidade máxima quinzenal.

§ 1º. As respectivas reuniões deverão ser agendadas de acordo com a disponibilidade de atendimento de cada professor, conforme cronograma inicialmente planejado de acompanhamento e orientação e devidamente informado ao discente e à Coordenação do Curso.

§ 2º. O registro das reuniões deverá ser realizado em quadro específico, devidamente preenchido e assinado pelo orientando e pelo orientador.

§ 3º. Tal quadro de acompanhamento e orientações deverá ser entregue ao final de cada semestre letivo ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual o discente está matriculado, para fins de arquivamento na pasta do discente. As reuniões de orientação deverão ser agendadas de acordo com o quadro de atendimento de cada professor, conforme cronograma previamente estabelecido.

Caso o discente não tenha disponibilidade de horário fora do seu período normal de aulas, o orientador deverá agendar reuniões de orientação, conforme o horário geral estabelecido pela coordenação do curso onde está vinculado. A responsabilidade pela elaboração do TCC é do discente, o que não exime o orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste PPC, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.



Devem ser observadas, também, as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.4.6 Da documentação

A documentação obrigatória a constar na pasta do discente que está na etapa de elaboração do projeto de pesquisa consiste em:

a) Documentação inicial:

- I. Termo de Aceite de Orientação, devidamente assinado pelo discente e pelo professor orientador;
- II. Termo de aceite de Co-orientação, quando for o caso, devidamente assinado pelo discente, pelo orientador e pelo coorientador;
- III. Quadro de acompanhamento e orientações, devidamente preenchido e assinado pelo discente e pelo professor orientador;

b) Documentação referente à etapa de avaliação/qualificação do projeto de pesquisa:

- I. Autorização para avaliação/qualificação do projeto de pesquisa, assinada pelo professor orientador;
- II. Ata de avaliação/qualificação do projeto de pesquisa, devidamente assinada pelo professor orientador e pelos integrantes da banca examinadora;

c) Documentação referente à etapa de desenvolvimento da pesquisa:

- I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pelos sujeitos de pesquisa, quando se tratar com pesquisa social que compreenda a coleta de dados com pessoas;
- II. Quadro de acompanhamento e orientações, devidamente assinado pelo discente e pelo professor orientador;
- III. Autorização para defesa do trabalho final, devidamente assinada pelo professor orientador;
- IV. Ata de defesa do trabalho final, devidamente assinada pelos integrantes da banca examinadora;

5.4.7 Disposições finais

Deverão ser criadas pastas para arquivamento de toda documentação dos discentes devidamente matriculados em disciplinas de TCC. Essas pastas deverão ser armazenadas em arquivo próprio nas dependências da Coordenação do Curso ou em dependências designadas pela Coordenação do Curso para esse fim.

Ao NDE, compete a proposição de linhas de pesquisa no âmbito do curso, contribuir na proposição e caracterização dos componentes curriculares referentes à pesquisa e ao trabalho de conclusão do curso, bem como, do formato e dos critérios de avaliação do trabalho de conclusão do curso.



Por sua vez, à Coordenação do curso compete apreciar os temas de investigação e respectivas abordagens propostos no projeto de pesquisa pelos discentes, bem como, verificar a relação equitativa entre os docentes orientadores e respectivos orientandos dentre as linhas de pesquisa do curso, bem como o quantitativo mínimo e máximo de orientandos por orientador, atendendo as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

Toda a documentação adotada pelo Curso de Pedagogia referente ao Trabalho de Conclusão de Curso será fornecida pela Coordenação do Curso aos docentes das disciplinas de Projeto de Pesquisa, Prática Investigativa, Produção Investigativa e Publicação e Disseminação, incluindo os modelos de projeto de pesquisa, monografia e de artigo científico.

Será fornecido também, pela Coordenação de Curso, um orientativo referente à todas as etapas, documentação, responsabilidades e trâmites referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso no presente curso de Licenciatura em Pedagogia.

Em relação aos demais aspectos do Trabalho de Conclusão de Curso, observar as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.5 Jornadas Pedagógicas

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006; e a concomitante Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), estabelece para a formação do pedagogo os princípios da “interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética”. Neste sentido, as Jornadas Pedagógicas são propostas a partir de oito temáticas objetivando alicerçar tais princípios, com potencialidade para provocar construções e reflexões acerca da educação num sentido amplo, como produção humana, histórico-cultural, transversalizada pela diversidade e pluralidade. Busca proporcionar, também, a compreensão da escola como espaço social, construído pela humanidade, locus privilegiado de ação e de estudo da pedagogia e das demais ciências, cujos sujeitos da/na ação pedagógica em processo, orientam-se por diferentes abordagens teóricas e experiências distintas, promovendo diálogo com as diversas ciências, com os espaços não escolares, para perceber e entender suas implicações educacionais.

As Jornadas Pedagógicas são ações pedagógicas orientadas por temáticas articuladoras desenvolvidas no decorrer do curso. Os discentes devem participar obrigatoriamente de, no mínimo, oito ao longo de sua formação. Aos docentes lotados no curso a participação é obrigatória em todos os semestres letivos, pois elas acontecem semestralmente de forma planejada e articulada pelo conjunto dos professores que atuam no curso, criando momentos coletivos, sob a responsabilidade da coordenação do curso.

As temáticas definidas para integrar cada fase formativa são as seguintes: Leituras de Realidade e Educação; A Educação como Prática Humana Intencional; Problematizações da Educação; Produção e Significação do Conhecimento Escolar e Investigação Educacional; Saberes e Fazeres na/da docência; Entrelaçamentos teórico-práticos do Currículo Escolar; As



dimensões da investigação e práxis pedagógica do Contexto Escolar; Articulações do Projeto Político Pedagógico Escolar.

As sistematizações das discussões promovidas e provocadas no acontecimento das aulas, nos estudos teóricos, nas leituras de realidades educacionais, nas problematizações e possíveis construções de intervenções pedagógicas, entrelaçados aos espaços de observações e práticas pedagógicas, nos diversos níveis da educação básica, são socializadas nas Jornadas Pedagógicas que ocorrem no Seminário promovido pelas Disciplinas de Didática III e IV. Este Seminário deve ser entendido como o encontro de experiências, reflexões, descobertas e desafios dos alunos e dos educadores do curso, transpassando muros das salas de aula e de fases formativas.

A organização do Seminário será de responsabilidade dos alunos que estiverem cursando as Disciplinas de Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil, Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão do Ensino Fundamental, e Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação, na 8ª Fase Formativa, e devem envolver na organização alunos voluntários das fases iniciais do Curso.

5.6 Avaliação

A avaliação da aprendizagem no Curso de Pedagogia, assegurada na autonomia didático-pedagógica dos professores, deve observar e atender a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso, aprovada através da Resolução n.º. 001/2024 - CONEPE que estabelece que a avaliação do desempenho acadêmico é o "processo pelo qual se identifica, afere, investiga e analisa as modificações e avanços no desempenho do estudante, por meio de um processo contínuo, diversificado e cumulativo" (Art. 53) e demais orientações contidas no Título VIII, que devem ser observadas no processo de avaliação do desempenho acadêmico.

Observada a Normatização Acadêmica em vigor, os professores devem pautar o processo de avaliação na lógica da aprendizagem, e não na lógica da seleção. Para isto, a avaliação deve ser compreendida como parte do processo de ensino e aprendizagem e deve se orientar pelas questões: por quê? Para que se avalia? Nesta perspectiva, a avaliação deve ser criteriosa e estar a serviço da aprendizagem do acadêmico, deve ser uma oportunidade de diálogo, de leituras das realidades vivenciadas pelo conjunto de componentes curriculares do curso, de proposições e ações sociais com vistas a promoção da educação para e na cidadania.

Para assegurar uma avaliação como promoção de aprendizagem, os professores devem diversificar os instrumentos e procedimentos e desenvolver atividades de caráter integrado, com diferentes disciplinas. O trabalho integrado dar-se-á oficialmente nas Jornadas Pedagógicas, nos Projetos de Pesquisa Educacional, nas Monografias de Conclusão de Curso, nos Estágios Curriculares Supervisionados e nos Eventos Científicos e Pedagógicos. Entretanto, os professores devem criar numa perspectiva interdisciplinar, espaços e situações de aprendizagem, planejados e articulados coletivamente, que possibilitem



reflexões e ações acerca dos processos educacionais, que fortaleçam a formação e a profissionalização do pedagogo.

A interdisciplinaridade além de provocar o trabalho coletivo, supõe o entrelaçamento de temas, o debate e reflexões epistemológicas que conduzem a processos avaliativos mais amplos e não a uma avaliação fragmentada, superficial e localizada.

Nos trabalhos coletivos que integram diversas disciplinas, os professores poderão, a partir de uma mesma produção do acadêmico, avaliar áreas afins e cada um avaliará os aspectos pertinentes a sua área. Como a avaliação não apresenta uma finalidade em si mesma, e sim, como prática educativa, o Curso de Pedagogia propõe alguns critérios para orientar o processo de avaliação da aprendizagem que propiciem tanto para o aluno quanto para o professor focar na lógica da aprendizagem:

1. Provas e/ou pesquisas com textos dissertativos. O professor fará a avaliação e os acadêmicos receberão, de acordo com a proposta da Disciplina, as produções com apontamentos feitos pelo professor.
2. Oportunizar-se-á ao acadêmico que não atingir o objetivo da Disciplina, três (3) momentos para refazer suas produções (avaliações, pesquisas bibliográficas, produções, etc.).
3. Após a terceira avaliação e orientação realizada pelo professor, caso o acadêmico ainda não tenha atingido o resultado considerado satisfatório para a disciplina, submeter-se-á a exame final se necessário.
5. Os acadêmicos que não atingirem a média vigente na Instituição serão submetidos aos critérios estabelecidos na Normatização Acadêmica em vigor. Entretanto, estes critérios não devem ser entendidos como uma "camisa de força", e sim, como orientação para o processo avaliativo que contemple as seguintes funções: diagnóstica, formativa e somativa. E que possibilitem a tomada de decisões e a melhoria da qualidade do ensino e da formação do Licenciado em Pedagogia.

O corpo docente do Curso de Pedagogia deve observar também, as orientações estabelecidas neste Projeto Pedagógico, em relação aos estágios curriculares supervisionados, os trabalhos de conclusão de curso (pesquisa e monografia), as jornadas pedagógicas e as atividades práticas. A avaliação no Curso de Pedagogia deve ser promovida enquanto processo dialógico, emancipador e cumulativo e não apenas objeto de certificação.



6. EMENTÁRIO

Disciplina

Alfabetização e Letramento em Matemática

Ementa: O compromisso social, político e pedagógico do pedagogo no ensino da matemática. Fundamentos e tendências do ensino da matemática A natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da matemática na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Competências didático pedagógicas do(a) professor(a) pedagogo(a) para as aprendizagens significativas da matemática fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
LORENZATO, S. Educação Infantil e Percepção Matemática. SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Formação de Professores).
NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.) Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca v.2)
SMOLE, K.S; DINIZ, M.I. e CANDIDO, P. Jogos de matemática de 1º a 5º ano. Coleção Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar:

BOALER, Jo. Mentalidades matemáticas na sala de aula: ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2018.
FONSECA, M. da C. F. R. Alfabetização Matemática. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: 2014.
LOPES, A. J. Saberes matemáticos e outros campos do saber. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 08. Brasília: MEC, SEB, 2014.
PARUTA, A. M.; CARDOSO, V. C. O Letramento Matemático na BNCC. Zetetiké, Campinas, SP, v. 30, p. 1-20, 2022.
TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e prática de matemática: como dois e dois, volume único: livro do professor / Marília Barros de Almeida Toledo, Mauro de Almeida Toledo. – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2009.

Disciplina

Brincadeiras, jogos e recreação para o Início da Escolarização

Ementa:

Concepções e origem dos jogos e brincadeiras. Significado de lúdico como prática cultural. A importância e o papel do jogo, do brinquedo e das brincadeiras para desenvolvimento integral da criança. O lúdico como fonte de compreensão do mundo e o papel na educação. Relação do lúdico com a Educação e suas implicações no ensino e na aprendizagem da criança, do jovem e do adulto. A relação entre as brincadeiras e as interações e a organização didático-pedagógica de atividades na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Teoria e prática em psicomotricidade. 2010.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



CAVALLARI, Vania Maria. Recreação em ação. 2006.
Hermínia Regina Bugeste. Pedagogia do movimento universo lúdico e psicomotricidade. 2008.
JESUS, Ana Cristina Alves de. Como aplicar jogos e brincadeiras na educação infantil. 2010.
KISHIMOTO, TizukoMorchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação. 2010.
MATOS JR. Moacir Ávila de; SALLES FILHO, Nei Alberto; FINCK, Silvia Christina Madrid; MARINHO, ROMÃO, Mariluce F.; BRITO, Bonine J G. Dimensões do jogo. Porto Alegre: SAGAH, 2019

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, vol. 2, 2002.
BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
CÓRIA-SABINI, Maria aparecida; LUCENA, Regina Ferreira de. Jogos e brincadeiras na educação Infantil. Campinas: Papirus, 2004.
EMERIQUE, Paulo Sérgio. Dicas lúdicas para pais e professores. Campinas-SP: Papirus, 2003.
KISHIMOTO, TizukoMorchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
KISHIMOTO, TizukoMorchida. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.
REDIN, Euclides. O Espaço e o Tempo da Criança: Se der tempo a gente brinca. 2. ed. Porto Alegre-RS:Mediação, 1998.
STRAUB, José Luiz. Infância e Brincadeiras: Reciprocidade Produzida no Contexto Escolar e fora dele. CEACD/Sinop/UNEMAT, 2003.
WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina

Didática I

Ementa: Os conceitos de Educação, Pedagogia e didática. A Didática, a escola e o processo educativo na perspectiva das principais teorias da educação. Didática, práticas educativas e a dinâmica da sala de aula no projeto educativo para a atualidade. Didática e escola frente aos dilemas e desafios da contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

BELTHER, Josilda Maria. Didática I. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.
DÁVILA, Cristina Maria; VEIGA, Vilma Passos Alencastro (org.). Didática e docência na educação superior: implicações para a formação de professores. 1. ed. Campinas: Papirus, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.
FONSECA, João S. e FONSECA, Sonia. Didática Geral. 1Ed. 2016. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/didatica1/pdf/Did%C3%A1tica%20Geral.pdf>
WINTER, Edna Magali; FURTADO, Waléria. Didática e os caminhos da docência. Curitiba, PR: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Disciplina

Didática II

Ementa: A função social da escola e as diferentes concepções e tendências pedagógicas que permeiam o processo educativo. Constituição da identidade pessoal/profissional, profissionalidade, trabalho docente e construção dos saberes docentes e conhecimento pedagógico necessários ao ato pedagógico. A dinâmica do processo de ensino e as condições necessárias para a aprendizagem: planejamento de ensino e avaliação. Trabalho docente, profissão e profissionalidade. A prática docente e suas relações: professor, aluno, disciplina, indisciplina, sujeito, conhecimento, saberes, teoria, prática, conteúdo, forma, ensino, aprendizagem. Prática Pedagógica Escolar e não-escolar enquanto práticas sociais específicas.

Bibliografia Básica:

ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesús Cabrerizo. Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e avaliação educacional. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CORDEIRO, Luciana Peixoto; MAIA, Christiane Martinatti. Didática: organização do trabalho pedagógico. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2011.

LIPPE, Eliza Márcia Oliveira (org.). Didática II. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

HAYDT, Regina Célia Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008. 159 p.

MULLER, José Luiz; OLIVEIRA, Adil Antônio Alves de; VIEIRA JÚNIOR, Hélio. Pedagogia em ambientes não escolares: Um olhar a partir de experiências docentes e discentes na formação em Pedagogia. Revista da Faculdade de Educação, [S. l.], v. 39, n. 1, p. e392325, 2024. DOI: 10.30681/21787476.2023.E392325. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/12449>. Acesso em: 2 jul. 2025.

Disciplina

Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil

Ementa: Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão da Educação Infantil. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do projeto político pedagógico escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas na Educação Infantil. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para a Educação Infantil (creche e pré-escola). Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas instituições escolares de Educação Infantil.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. Básica Nacional Curricular Comum. MEC. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Lei 9394/96 – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. ProBNCC. Dia de discussão de projeto pedagógico. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf

BRASIL. ProBNCC. Orientações para a revisão dos projetos pedagógicos (PPS) à luz dos novos currículos. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/orientacoes_projeto_pedagogico.pdf

Bibliografia Complementar:

MEC/SEB. Indicadores de qualidade na Educação Infantil. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

Reestruturação dos Projetos Político Pedagógicos – BNCC/rede Municipal de Sinop-MT. 2019. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/4621/documento-referencia-curricular-da-rede-municipal-de-ensino-de-sinop-pauta-audiencia-publica-dia-10>

Disciplina**Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental**

Ementa: Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão do Ensino Fundamental. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do projeto político pedagógico escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas do Ensino Fundamental. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para o Ensino Fundamental. Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, de Planejamento de Ensino do Docente, e, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Básica Nacional Curricular Comum. MEC. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Lei 9394/96 – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. ProBNCC. Dia de discussão de projeto pedagógico. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf

BRASIL. ProBNCC. Orientações para a revisão dos projetos pedagógicos (PPS) à luz dos novos currículos. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/orientacoes_projeto_pedagogico.pdf

Bibliografia Complementar:

CEDAC. Projeto político-pedagógico: Orientações para o gestor escolar. 2016. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/projeto-politico->



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



[pedagogico-orientacoes-para-o-gestor-escolar-entender-criar-e-revisar-o-ppp-ce-cedac.pdf](#)

Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. Produções didático-pedagógicas. Volume I 2014.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_4_unicentro_ped_artigo_natalia_ossoski_milani.pdf

Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. Produções didático-pedagógicas. Volume II 2014.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_4_unicentro_ped_pdp_natalia_ossoski_milani.pdf

SEDUC. PPP Projeto Político Pedagógico. Informativo. 2019. Disponível me:

<https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/22989778/DOCUMENTO%20ORIENTATIVO%20PPP%20-%202023%20.pdf/e897919b-36a7-1d42-c84c-180adfe9bd81>

Reestruturação dos Projetos Político Pedagógicos – BNCC/rede Municipal de Sinop-MT. 2019.

Disponível em:

<https://www.sinop.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/4621/documento-referencia-curricular-da-rede-municipal-de-ensino-de-sinop-pauta-audiencia-publica-dia-10>

Disciplina

Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana

Ementa: Valorização da corporeidade no processo de ensino-aprendizagem. Construção e desconstrução do corpo no transcorrer da Modernidade e na contemporaneidade. Questões teóricas e práticas da expressividade corporal em suas diversas manifestações: dança, ginástica, esporte, lutas. A Educação Física ao longo da História e sua inserção no contexto escolar. Ensino da EF Escolar: estudo em diferentes espaços educativos. Atividades acadêmicas de aproximação com o campo das práticas educativas em educação física. O ensino de Educação Física como objeto de conhecimento. Educação Física: cultura escolar, interdisciplinaridade e a dimensão inclusiva da prática de atividades físicas.

Bibliografia Básica:

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Cad. CEDES. [online]. Vol.19, n.48, 1999.

CANO, Márcio Rogério de O.; NEIRA, Marcos G. Educação física cultural. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. p.1. ISBN 9788521210443. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521210443/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CAPARROZ, Francisco E. Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: a educação

DARIDO, S.C. e RANGEL, I.C.A. Educação Física na escola; implicações para a prática pedagógica. Rio

de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

física como componente curricular. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desporto, 1997.

GOMES, Nilma L. Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994

SILVA, João Batista Lopes da; BELTRAME, André Luís Normanton. (orgs). Vol.3. Educação Física, Esportes e Lazer em Perspectiva Sociocultural e Inclusiva. Brasília: Editora ArtLetras, 2021.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Bibliografia Complementar:

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997.
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física 1. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
GO TANI, et alli. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.
HILDEBRANT, H. e LANING, R. Concepções abertas no ensino da Educação Física Infantil. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1986.
GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICOS UFPE UFSM. Visão didática da Educação Física: análises críticas e exemplos práticos de aulas. RJ: Ao livro Técnico, 1991.
KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí: Unijuí, 2002.

Disciplina

Educação para relações étnico-raciais

Ementa: Conceitos de raça, racialismo, diferença, alteridade, estereótipos e preconceito. Processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil. Diversidade étnica na sociedade brasileira e no Estado de Mato Grosso. Luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. A representação do negro e indígena no Livro didático. Práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos para trabalhar com a temática da diversidade racial em sala de aula

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.
MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) HALL, Stuart. WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2014.

Bibliografia Complementar:

BARROS M Leonardo. Racismo no brasil: teorias raciais e as heranças da escravidão no brasil. Leonardo Barbosa Barros. EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL, Rio Branco – Acre, v. 5, n.3, p. 49-60, set-dez. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/download/6155/3896/21525>
CAMPOS, Luiz Augusto. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES Uma abordagem realista-crítica. RBCS Vol. 32 n° 95/2017: e329507. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&lang=p>
CARDOSO, Cintia. Pedagogia da branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em um núcleo de educação infantil do município de Florianópolis/SC. https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_11_2018_17.25.15.f225a8d838b0f218a008da3e93b1397f.pdf.
CARVALHO, Isabela Bastos de. Caminhos a serem entrosados: a lei 10639/03, o livro didático de literatura e a prática pedagógica. ANAIS. Leitura e discussão. Análise de imagens de livros



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



didáticos e paradidáticos. <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/9530>.
GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. [Açãoeducativa.org.br](http://acaoeducativa.org.br), 2012.
GRANDO, Beleni S. Grando. Educação da criança indígena e educação infantil em Mato Grosso: uma questão para o debate. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 16, n. 31, p. 81-95, jul./dez. 2016. Disponível em <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/417>.
MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do laço de fita. Rio de Janeiro: Ática, 2000. MANINI, Miriam. SANTOS, Bruno Freitas, Aguiar; Fabiano Sales de, SILVA, Alex Sander. Educação antirracista: concepções teóricas e práticas na contemporaneidade. *Revista Culturas & Fronteiras - Volume 7*. Nº 1 - Janeiro/2023. Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user>
SANTOS, Elisabete Figueroa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018.
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 de jun de 2025.

Disciplina

Epistemologia em Educação

Ementa: As duas dimensões da Educação: formação humana e capacitação. Tipos de conhecimento humano: Senso Comum, Mítico, filosófico, religioso, científico, popular. Ciência Moderna. Pesquisa como instrumento de produção do conhecimento científico. Relação da Epistemologia com as Ciências e com a Educação. Introdução às teorias epistemológicas que sustentam perspectivas pedagógicas e abordagens de pesquisa: Positivismo, Fenomenologia, Materialismo Dialético, Epistemologia Construtivista e Pós-estruturalismo.

Bibliografia Básica

BECKER, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. In: BECKER, Fernando. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
CARVALHO, Maria C. M. de (org.). Paradigmas filosóficos da atualidade. Campinas: Papirus, 1989.
MATURANA, H. Cognição, Ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
MATURANA, H. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
MATURANA, H. e REZEPKA, Sima Nisis de. Formação Humana e Capacitação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
MORIN, E., CIURANA, E., MOTTA, R. D. Educar na era planetária. O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
PINTO, A.V. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
SANTOS, B. Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. NOVOS ESTUDOS CEBRAP 79 pp. 71-94. Novembro 2007.

Bibliografia complementar:

FEYERABEND, Paul: Tratado contra el método (1975), Madrid: Tecnos, 1986.
FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra: 1970.
HEMPEL, Carl: ¿Qué es esa cosa llamada ciencia? Buenos Aires: Siglo XXI, 1988.
LATOUR, Bruno. Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. Trad. de Carlos Aurélio



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2008.
MORIN, E. O método 5: a humanidade da humanidade. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.
_____. A Religação dos Saberes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. POPPER, Carlos R.: El objeto de la ciencia, en Conocimiento objetivo, Madrid, Tecnos, 1992.
KLIMOVSKY, Gregorio: Las desventuras del conocimiento científico. Una introducción a la epistemología. 2a ed., Buenos Aires: A-Z, 1995.
KUHN, Thomas: La estructura de las revoluciones científicas (1962), México, F. C. E., 1990.
MORAIS, R. Filosofia da ciência e da tecnologia. Campinas: Papirus, 1988.
SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez editora, 2000.
_____. (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina: 2009.

Disciplina

Filosofia

Ementa: O Real e suas diferentes abordagens. Do Mito à Filosofia. Educação e seu processo. Educação e Filosofia. Filosofia da Educação e prática educativa escolar. A Educação Sofista e a Educação Socrática. As concepções de educação em Platão e Aristóteles. Educar para a felicidade: o epicurismo. Santo Agostinho e a Educação (Patrística). São Tomás de Aquino e a Educação (Escolástica) O processo educativo em Nicolau Maquiavel. Filosofia da Educação na Contemporaneidade.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 2.ed. ver. E ampl. São Paulo: Moderna, 1996.
GHIRALDELLI, Paulo. O que é Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
IGLÉSIAS, Maura. Pré-Socráticos: Físicos e Sofistas. In: REZENDE, Antonio (org.). Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos do ensino médio e de graduação. 17 reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1991.
PEROTTO, Ramiro José. Peripécias Socráticas: a arte de viver com sentido. Alta Floresta: Gráfica e Editora Corrêa LTDA, 2018.

Bibliografia Complementar

ASSMANN, Selvino José. Filosofia e Ética. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.
ATTA, Mídia e Educação. Os Filósofos da Educação II: Santo Agostinho – Santo Tomás de Aquino. Belo Horizonte – MG: CEDIC- Centro Difusor de Cultura LTDA, 2009.
BRAGA, Medeiros. A Filosofia: as virtudes, a ética, a moral, a justiça para um mundo melhor em agradáveis versos de cordel. João Pessoa – PB: Edição do Autor, 2017.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
CAMPOS, Lindoaldo. Filosofia: o que é isso? Origem, fundamentos, períodos, temas, pensadores. 2.ed. Caicó – RN: Israel Maria dos Santos Segundo Editor, 2018 (Coleção Filosofia em Cordel nº 1)
MONTEIRO, Silas Borges, ALMEIDA, Célia Schmidt. Filosofia – Lições de Filosofia da Educação: questões de filosofia no processo reflexivo da prática pedagógica. Fascículo 3. Cuiabá, EdUFMT, 2006.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



PALMER, Joy A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. trad. Mirna Pinsk. São Paulo: Contexto, 2005.

Disciplina

Filosofia da Educação I

Ementa: As diversas formas de conhecimentos e os seus valores para a educação. As vertentes filosóficas modernas e as suas influências na educação. As propostas educacionais com ênfase na educação da criança. As tendências e as teorias pedagógicas e seus principais representantes. Os desafios éticos e morais na educação diante das inovações tecnológicas do mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Celso. Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e Maria Montessori em Minha Sala de Aula. São Paulo : Ciranda Cultural. 2008. (Um Olhar Para Educação)
GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. (Guia da Escola Cidadã; v. 3)
MORIN. Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Prática Educativa. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
PALMER. Joy A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.
SANTOS, Josivaldo Constantino dos. O Complexo Espaço da Sala de Aula. In: STRAUB, Ilário, PICOLI, Fiorelo, SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs.) EAD: Tecnologia Pedagógica e Formação Continuada. Sinop: CEACD/UNEMAT Ed, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. Ao Professor com o meu carinho. Campinas, SP. Verus Editora, 2004.
BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, (coleção leitura), 1996.
_____. Pedagogia do Oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1994.
_____. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 6. ed. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1995. (Série Fundamentos)
_____. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000. – (Série Brasil Cidadão).
GHIRALDELLI Junior, Paulo. Filosofia da Educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
SANTOS, Josivaldo Constantino dos. Processos Participativos na Construção do Conhecimento em Sala de Aula. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003

Disciplina

Fundamentos da Educação Inclusiva e Especial

Ementa: História da Educação Especial. Educação Especial brasileira: campo do conhecimento, modalidade de educação escolar e área de atuação. Modelos de deficiência (médico, social e biopsicossocial) e implicações para a Educação Especial. Paradigmas da Educação Especial: institucionalização, integração e inclusão. Público da Educação Especial no Brasil. Inclusão escolar: conceito e caracterização. Diversidade, inclusão e deficiência.

Bibliografia Básica:



AMARAL, Lígia A. Conhecendo a deficiência. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. ISBN 9786555064674. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555064674/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BELTHER, Josilda Maria (org.). Educação especial. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial: um campo do conhecimento em formação. Revista Eventos Pedagógicos, v. 15, n. 3, p. 966-972, ago./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rebs/article/view/13146>

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>

NOZU, Washington Cesar Shoiti; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (org.). Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Curitiba: Íthala, 2021. Disponível em: <https://www.ithala.com.br/wp-content/uploads/2021/07/e-book-politicas-e-praticas-em-educacao-especial-e-inclusao-escolar.pdf>

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Bibliografia Complementar:

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de Educação Especial inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 41-58, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (org.). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 58-81. Disponível em: <https://brasilmulticultural.org/books/educacao-especial-inclusiva-conceituacoes-medicalizacao-e-politicas/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

NOZU, Washington Cesar Shoiti. Educação Especial na educação do Campo, Indígena e Quilombola: quais são as diretrizes políticas brasileiras?. Momento - Diálogos em Educação, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 56-80, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16842>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022. E-book. ISBN 9786555414486. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414486/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira?. Momento: Diálogos em Educação, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 02 jun. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. É capacitismo e você deveria saber: um miniguia para atitudes que incluam pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/2374827/Diagrama%C3%A7%C3%A3o+-+Miniguia+Capacitismo++02122022+-+WEB.pdf/0a4fc3c4-bd4b-22b4-b8d0->



[644d3ecb7589?t=1670243725831](https://doi.org/10.24090/644d3ecb7589?t=1670243725831). Acesso em: 02 jun. 2025.

Disciplina

Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação

Ementa: O papel da ciência na sociedade e na formação humana. A pesquisa como processo de questionamento e descoberta. Aspectos históricos da evolução da ciência e da pesquisa no campo da educação. Relação entre teoria, metodologia, conhecimento científico e prática educacional. Ética e responsabilidade social na produção do conhecimento científico. Letramento científico: desenvolvimento da capacidade de identificar questões científicas, explicar fenômenos, adquirir conhecimentos e chegar a conclusões baseadas em evidências científicas. Metodologia de estudo: leitura e revisão de literatura no campo organização teórica- metodológica: esquema, fichamento, resumo, apontamentos, revisões de conteúdo. Tipos de trabalhos acadêmicos: Resumo, Resenha, Artigo, Projeto de Pesquisa, Monografia, Relatório Técnico-científico. Normas da ABNT aplicadas à trabalhos acadêmicos: NBR 14724 (apresentação), NBR 10520 (citações); NBR 6023 (referências), NBR 6024 (numeração de seções), NBR 6027 (sumário), NBR 6028 (resumo). Direitos autorais. Plágio.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação – Resumo, resenha e resenha – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502636552/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo de. Campos das ciências sociais. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186810>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PAVIANI, Jayme. Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico. Porto Alegre, RS: Educ, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2935>. Acesso em: 18 jun. 2025.

**Bibliografia Complementar:**

DEMO, Pedro. Educação e alfabetização científica. Campinas, SP: Papirus, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Disciplina**Fundamentos da Alfabetização em Ciências Naturais**

Ementa: Estudo dos fundamentos filosófico-científicos das Ciências Naturais para a formação docente. Abordagens históricas, epistemológicas e pedagógicas sobre a constituição do pensamento científico. Os princípios estruturantes das Ciências Naturais (matéria, energia, vida, tempo, espaço e transformação) na perspectiva da alfabetização científica. Relações entre ciência, sociedade, ética, meio ambiente e educação ambiental. As crianças como sujeitos de práticas investigativas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

LORENZETTI, L. & DELIZOICOV, D. Fundamentos para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais. São Paulo: Autêntica, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.

PIETROCOLA, Maurício. Epistemologia e ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

SASSERON, Lúcia H. & CARVALHO, A. M. P. Alfabetização científica: uma revisão de propostas e experiências. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2010.

KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 1994.

SPINOZA, Ana. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. Tradução Camila Bogéa. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Disciplina**História da Educação**

Ementa: História e historiografia da educação no mundo, no Brasil e em Mato Grosso. A disciplina história da educação. As relações entre história, tempo, espaços, memória, cultura e educação. A educação desde os povos primitivos, a oriental, o antigo Egito. As práticas educativas na Grécia clássica e na Roma antiga. Educação medieval (alta e baixa), os princípios e influências cristãs, a escolarização renascentista e greco-romana. Instrução e educação, europeia e as expansões com descobertas de novos mundos. A escolarização e as distintas perspectivas de políticas educativas e



processos de escolarização na idade moderna. Da educação burguesa, ao Brasil colonial (Jesuítica e reformas), Imperial e República e as relações com a educação de mulheres, indígenas e negros escravizados. As proposições da educação contemporânea e as questões do espaço e tempo escolar. Formação de professores e formulações da escolarização no mundo no Brasil e em Mato Grosso. A educação no século XIX: políticas educativas, métodos de ensino e processos de escolarização. A construção educacional do Brasil a partir da constituição da República (estrutura física e pedagógica, Escola Nova, manifestos, educação infantil, inclusão, diversidade, avanços e retrocessos). Implementação, manutenção, organização e estrutura da educação no estado de Mato Grosso: implicações e progressos.

Bibliografia Básica

- ALVES, Gilberto Luiz. Educação e História em Mato Grosso (1719 - 1864). 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1996.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2006. 384. ISBN: 9788516050207.
- BROTHERHOOP, Karina. (Org.) História da Educação Brasileira – Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024.
- CASTANHA, André Paulo. Pedagogia da moralidade: o estado e a organização da instrução pública na província de Mato Grosso (1834 - 1873). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá. 1999.
- LEITE, Gervásio. Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito. 1970.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto. 2021
- PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 13 ed. São Paulo: Cortez. 2006.
- QUEZADA, Julio Alejandro. História da Educação. Curitiba: InterSaberes, 2012 – (Série Formação Pedagógica).
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870 - 1889). Cuiabá: INEP/ EdUFMT. 2002.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Guaicurus. 1990.
- XAVIER, Ana Paula. A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso: 1837 - 1889. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT. 2007.

Bibliografia Complementar

- BARBOSA, A. M. (Org.). Arte-educação: leitura no subsolo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. John Dewey e o ensino da arte no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:(1ª a 4ª série). 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 10v.
- DUARTE JÚNIOR, J. F. Por que arte—educação?14. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- SPINDOLA, A. M. A.; OLIVEIRA. A. A de. Linguagens na Educação Infantil IV: Linguagens artísticas. Cuiabá: Edufmt, 2008.
- BARROSO, José Liberato. A instrução pública no Brasil. Organizado por Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva; 2005.
- CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP. 1999.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) Pensadores sociais e a história da educação. Belo horizonte: Autêntica, 2005.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática. 2005.
LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: CIA Editora Nacional. 1985.
MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 11ed. São Paulo: Cortez, 2004.
NEVES, Dimas Santana Souza. As reformas educativas em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851 - 1859). Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2009.
SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. REIS, Rosinete Maria & PALHARES SÁ, Nicanor. (Org.). Instantes e Memória na História da Educação. Brasília/DF: INEP.Cuiabá/MT: EdUFMT. 2006.

Disciplina

Legislação e Políticas da Educação Brasileira

Ementa: Estudo das políticas públicas educacionais no Brasil. A legislação educacional. A organização dos sistemas de ensino. O financiamento da educação. As legislações antigas e atuais e as reformas do ensino no Brasil. As políticas de Estado e de governo nas relações com a sociedade. A gestão dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e privados. Os desafios da contemporaneidade, a influência de organismos multilaterais, a inclusão e equidade. Os sistemas de avaliação do Ensino.

Bibliografia Básica:

BIASOLI, Luis Fernando; MATOS, Sônia Regina da Luz; CARDOSO, Eliane Machado Correa (org.). Docência compartilhada: caminhos do Pibid entre políticas e formação docente. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.
FREITAS, Jessica Serra. Políticas públicas educacionais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.
FREITAS BASTOS EDITORA; BROTHERHOOD, Karina (org.). Elaboração e Gestão de Projetos Educacionais: Fundamentos e Práticas para a Formação de Educadores. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.
SAVIANI, Dermeval. A lei da educação - LDB: trajetória, limites e perspectivas. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.
FERREIRA, Bruno Cassio Lopes; SILVA, Diego Wander da; GOMES, Luciana Buksztejn. Comunicação em organizações educacionais: práticas em prol da cultura do encontro e do diálogo. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.
FONTANA, Vanessa; KRAINER, Jefferson Augusto. As organizações internacionais e as políticas públicas brasileiras de educação e trânsito. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.
LIBLIK, Ana Maria Petraitis; PETRAITIS, Rosa Artini; REGINA, Laima Irene Liblik. Contextos educacionais por uma educação integral e integradora de saberes. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



FREI, Altieres Edemar. Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

Disciplina

Práticas de Leitura e Produção de Textos

Ementa: Tipologia e gêneros textuais. Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Análise, crítica, revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.

Bibliografia Básica:

CANO, Marcio Rogerio de O. Leitura e produção de texto. São Paulo: Editora Blucher, 2012. E-book. ISBN 9788521217923. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521217923/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

COSCARELLI, Luana Lopes Amaral, Daniervelin Pereira, Raquel Abreu-Aoki, Carla V. Letramento acadêmico: prática de pesquisa e produção textual na universidade. São Paulo: Editora Contexto, 2025. E-book. ISBN 9786555416176. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555416176/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DIAS, Juliana de Freitas. Leitura e produção de textos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ELIAS, Ingedore Villaza Koch, Vanda M. Ler e escrever: Estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. E-book. ISBN 9786555414127. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414127/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaza. As tramas do texto. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 52. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. ISBN 978655552713. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655552713/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SANTOS, Anne Caroline de Moraes; DIAS, Silvana Moreli Vicente. Leitura e produção de textos acadêmicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Disciplina

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Ementa: Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Modelos educacionais na educação de surdos. Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais. Educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras. Processo de aquisição da Língua de Sinais. Libras instrumental. Aprendizado da Libras.

Bibliografia Básica

COSTA, Juliana P. Barbosa. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Campinas, SP: Mercado de letras, 2010.

COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças.

João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tânia A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007.

GESUELI, Zilda Maria. A criança não ouvinte e a aquisição da escrita. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, 1988.

QUADROS, Ronice Muller de e SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MEC Lei 10436 de 24 de abril de 2002.

BRASIL. MEC Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo, Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GÓES, Maria Cecília Rafael de (orgs). Surdez, processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

LEITE, Cláudia Aline Zucchi. As marcas de autoria na escrita do sujeito surdo. Monografia. Curso de Letras. MT, UNEMAT, 2008/01.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis. As diferentes identidades surdas. Revista da Feneis. Rio de Janeiro, ano 4, nº 14, p.15-16, abr.2002.

STROBEL, Karin Lilian e FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS. R. M. e PERLIN, Gladis. (Orgs.) Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis, PR: Edit. da UFSC, 2008.

FERNANDES, Eulália. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, Ronice Müller de e KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

Disciplina

Arte e Literatura infantil para o início da escolarização

Ementa: Educação, arte e linguagem. A história educativa em arte. Linguagens: corporal, visual, sonora e cênica. Desenvolvimento gráfico infantil. A arte na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Arte no processo de humanização do ser humano. Indissociabilidade entre Leitura e Literatura. A intervenção da literatura para crianças na constituição do sujeito; os pressupostos educativos contidos na literatura infantil; a fantasia como princípio educativo; A



literatura em diálogo com outras artes: músicas, peças de teatro, filmes e artes visuais como possibilidades metodológicas que norteiam as práticas pedagógicas: a função pedagógica. Realidade e fantasia no texto para crianças. Gêneros Literários: acalantos, músicas infantis, poesia, fábulas, contos, lendas, parlendas, mitos, parábolas, paródia. O humor, a poesia. Histórias sem texto. A ilustração do livro para crianças. O professor como contador de histórias.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 4ª Ed. 1995.
BARROS, Manoel. Memórias Inventadas: Infância. Ed. Planeta.
CORSO, Diana L. CORSO, Mário. Fadas no Divã – Psicanálise nas Histórias Infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.
FARIA, Maria Alice. Como usar a Literatura Infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.
ZILBERMAN, Regina. A literatura Infantil na Escola. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALBERGARIA, Lino de. Do folhetim à Literatura Infantil. Leitor, memória e identidade. Belo Horizonte: Ed. Lã, 1996.
BARROS, Manoel. O Livro das Ignorâncias. Ed. Planeta.
BARROS, Manoel. Memórias Inventadas: A Segunda Infância. Ed. Planeta.
LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. Literatura Infantil brasileira – histórias e histórias. São Paulo: Ática, 1994.
MEIRELES, Cecília. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
MEIRELES, Cecília. Problemas da Literatura Infantil. Rio de Janeiro: Nova freteira, 1986.
ZILBERMAN, Regina. LAJOLO, Marisa. Literatura Infantil Brasileira. São Paulo: Ática, 2003.

Disciplina

Metodologias da Educação Física para o Início da Escolarização

Ementa:

Análise das diferentes concepções e teorias pedagógicas do ensino da Educação Física Brasileira. O ensino da Educação Física numa perspectiva inclusiva e intercultural. Abordagens metodológicas e conteúdo da educação física: aspectos teóricos, históricos e instrumentais do ensino-aprendizagem e da avaliação. O planejamento das aulas de educação física, em suas diversas dimensões, privilegiando o fazer pedagógico da intervenção em sala de aula. Análise crítica das habilidades e competências da BNCC de Educação Física dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; SILVEIRA, Erik M.; ROMÃO, Mariluce F.; et al. Temas Transversais na Educação Física Escolar. Porto Alegre: SAGAH, 2021.
BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Cad. CEDES. [online]. vol.19, no.48; 1999.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física 1. Rio de Janeiro: HILDEBRANT, H.e LANING, R. Concepções abertas no ensino da Educação Física Infantil. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
KUNZ, Elenor (org.). Didática da Educação Física 1. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.
MUNSTER, Mey de Abreu V. Educação física e esportes adaptados: programas de ensino e subsídios para a inclusão. Barueri: Manole, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786555769203. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769203/>. Acesso em: 24 jun.



2025.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de (org.) & FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física. 2. RJ: Ao Livro Técnico, 1987.

PRIESS, Fernando G.; SANTOS, Suziane U C.; PICK, Rosiane K.; et al. Educação Física na Educação Infantil. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901459. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901459/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SOARES, Carmen L.; TAFFAREL, Celi Nelza Z.; VARJAL, Elizabeth; et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez Editora, 2013

Bibliografia Complementar:

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.

CAPARROZ, Francisco E. Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: a educação.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992. críticas e exemplos práticos de aulas. RJ: Ao livro Técnico, 1991.

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções física como componente curricular. Vitória: UFES/CEFD, 1997.

GRUNENVALDT, José Tarcísio; GRUNENVALDT, Ana Carrillo Romero; SILVA, João Batista Lopes da; BEBER, Irene Carrillo Romero Berber (orgs). O esporte e o lazer na sociabilidade de fronteira. Cuiabá: EdUFMT, 2015.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICOS UFPE UFSM. Visão didática da Educação Física: análises Ijuí : Unijuí, 2002.

KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1994 para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).

PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória.

SILVA, João Batista Lopes da; GRUNENVALDT, José Tarcísio; BELTRAME, André Luís Normanton. (orgs). Futebol e Sociedade. Brasília: Editora ArtLetras, 2022.

Disciplina

Metodologia de História para o Início da Escolarização

Ementa: A História como disciplina escolar no ensino e na aprendizagem para o Início da Escolarização. Livro didático. Atuação docente no ensino de História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Identidade e estudo do cotidiano. Memória e identidades. O tratamento das fontes de informações no uso de documentos que apresentem o tempo e o espaço da história de vida do aluno. A história de Mato Grosso e a história do município. Memória de diferentes linguagens no ensino da História no município. Metodologias de ensino e materiais didáticos.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. Estudos Avançados, São Paulo, Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127-149, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562>.

RALEJO, Adriana Soares. MELLO, Rafaela Albergaria. AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



de História: horizontes possíveis Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e77056, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/abstract/?lang=pt>.

REIS, Ailton Marcos dos Reis; OLIVEIRA, Ueber José de. As influências das diferentes correntes historiográficas e do Livro didático nas práticas de ensino de história – uma Amostragem da história ensinada no cotidiano escolar. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 11, n. 21, jan./jun. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducplings/article/download/5210/4860/19469>

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Andreia Rodrigues de Andrade. A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. Vozes, Pretérito & Devir Ano VII, Vol. XI, Nº I (2020). Disponível em <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/266>

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente. São Cristóvão SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006/11329>

SANTIS, Cristina Lopes Setemy De Santis. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos, Revista História Hoje, vol. 10, nº 19.2021. Disponível em <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/752/383>

SOUZA, José Edmar. GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. Cadernos CERU, Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021. Disponível em <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/189278>

RIBEIRO, Jakson dos Santos. (Org)O ensino de história local na sala de aula: fontes, objetos e metodologias / Organizador Jakson dos Santos Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585560/1/O%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20Local%20na%20Sala%20de%20Aula%20Fontes%2C%20Objetos%20e%20Metodologias.pdf>

TOMÉ, Cristinne Leus, ROHDEN, Josiane Brolo. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop - Mato Grosso: "como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!". Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 21 n. 52 Maio/ago., 2017 p. 312-334. Disponível em <https://www.scielo.br/j/heduc/a/CgHw8yxDNJLKJN7xNr6K6zp/?format=pdf&lang=pt>

Disciplina

Metodologia de ensino de Ciências Naturais para o início da escolarização

Ementa: A construção do conhecimento no ensino de Ciências naturais. O Ensino de Ciências naturais na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental. O papel da observação e experimentação na formação de capacidades voltadas para o desenvolvimento, do pensamento lógico da criança. Espaços pedagógicos para o ensino de Ciências Naturais e a utilização do laboratório de ensino de Pedagogia. Práticas interdisciplinares e as vertentes da Educação Ambiental. Planejamento de experiências e atividades pedagógicas com base em situações reais e problematizadoras. Conteúdos e metodologias para o ensino e aprendizagem de Ciências Naturais na perspectiva da BNCC.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
CARVALHO, A.M.P(org). Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1998.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



DELIZOICOV, D. & ANGOTTI, J.A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).
KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
NARDI, R. (org.). Educação em Ciências: da pesquisa à prática docente. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Lisa (tradução Cistina Cupertino). No Jardim: experiências divertidas para crianças curiosas. PubliFolha, Coleção pequenos cientistas, 2011.
_____. Na Cozinha: experiências divertidas para crianças curiosas. PubliFolha, Coleção pequenos cientistas, 2011.
CHALMES, A.F. A fabricação da Ciência. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1994.
DELIZOICOV, Demétrio. et al. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
FISHER, Len. A ciência no cotidiano: como aproveitar a ciência nas atividades do dia-a-dia. Tradução Helena Londres. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
FRACALANZA, Hilário, et al. O Ensino de Ciências. São Paulo: Atual, 1986.
MENEZES, L.C. (org.). Formação continuada de professores de ciências: no âmbito ibero-americano. Coleção formação de professores. 2. ed. Campinas, São Paulo : Editora autores associados, 2001.
SPINOZA, Ana. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. Tradução Camila Bogéa. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

Disciplina

Metodologia de ensino de Geografia para o início da escolarização

Ementa: História da Geografia Escolar Brasileira. Ensino e representação espacial da criança; A formação do conceito de espaço; Conhecimento cotidiano ao científico. Conceitos de lugar, paisagem, natureza, região, território e sociedade. Proposta de procedimentos, atividades e recursos didáticos para o ensino da Geografia na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos e metodologias do ensino e aprendizagem de Geografia para a Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da BNCC.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
CARLOS, Ana Fani A. (org.). A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2000.
CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano. 2a edição. Porto Alegre: Mediação, 2002. 173p.
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.
COLL, César e TEBEROSKY, Ana. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008.
ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT : Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, A. U. de. (org.). Para onde vai o ensino da Geografia? São Paulo: Contexto, 1989.
PONTUSCHKA, NídiaNacib& OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. 383p.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia. Curitiba: IBPEX, 2008.
VESENTINI, J.W. (org.). Geografia e Ensino: Textos Críticos. Campinas: Papirus, 2001.
VESENTINI, José William (org.). O Ensino de Geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004. 284p.
TEBEROSKY, Ana e COLL, César. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008.

Disciplina

Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização.

Ementa: Concepções teórico-metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa em anos iniciais da Educação Básica na perspectiva da BNCC. Práticas interdisciplinares de Língua Portuguesa e a utilização do laboratório de ensino de Pedagogia. Propostas pedagógicas e curriculares, seleção de conteúdos/temas/gêneros textuais/discursivos, análise linguística, recursos e materiais didáticos, avaliação, planejamento interdisciplinar na perspectiva dos (multi)letramentos.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
MATO GROSSO. Documento de referência curricular para Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2018. (Volumes: Concepções para a Educação Básica; Ensino Fundamental – Anos Iniciais).
KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. Signo, Santa Cruz do Sul, RS, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007.
ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Bibliografia Complementar

FERRAREZI JR, C.; CARVALHO, R. S. Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola, 2015.
KOCH, Ingedore. Coesão Textual. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.
PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
SANTOS, L. I. S.; SOBRINHO, G. R. Multiletramentos: articulações para/no ensino da leitura e da escrita. Cáceres, MT: Editora UNEMAT, 2015. Coleção Sala das Letras, v. 1.
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. Roxane Rojo e Gláís S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.
SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Disciplina

Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização

Ementa: Pressupostos teórico epistemológicos fundamentais à prática de ensino da Matemática; Conteúdos específicos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental; A relação teórica prática no processo de ensino e aprendizagem da matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Caracterização e utilização do laboratório de ensino de Pedagogia na elaboração do plano de ensino, uso de materiais didáticos como práticas pedagógicas, efetivando as habilidades e competências de Matemática contidas na BNCC, desde a Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



NETO, Ernesto. Didática da matemática. Série educação. São Paulo: Ed. Ática. 1997.
PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas / Mabel Panizza; tradução Antonio Feltrin. – Porto Alegre: Artmed, 2006.
PARRA, Cecilia. Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas / Cecilia Parra, Irma Saiz [ET. AL.]; tradução Juan Acuña Llorens. – Porto Alegre: Artmed, 1996.
PINTO, Neuza Bertoni. O erro como estratégia didática: estudo do erro no ensino da matemática. São Paulo: Papirus, 2000.
TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e prática de matemática: como dois e dois, volume único: livro do professor / Marília Barros de Almeida Toledo, Mauro de Almeida Toledo. – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2009.
RANGEL, Ana Cristina. A matemática na construção do conhecimento na escola infantil. In. Educação e Realidade, Porto Alegre, 19(1):149-152, jan/jun.1994.
SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na Educação Infantil - A Teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática. Campinas, SP: Papirus, 2001.
KAMII, Constance. Aritmética: novas perspectivas – implicações da teoria de Piaget. Campinas, SP: Papirus, 1992.
_____, Constance. A criança e o número. Campinas, SP: Papirus, 1990.
D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática. Campinas, SP: Papirus, 2003.
_____, UBIRATAM. Da realidade à ação: reflexões sobre Educação e Matemática. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.
IMENES, L. M. Os números na história da civilização. São Paulo: Scipione, 1994.
NUNES, Terezinha. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Disciplina

Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)

Ementa: Metodologias inovadoras na educação e tendências mediadas por tecnologias. Sala de aula invertida. Aprendizagem baseada em problemas (PBL). Gamificação. *Design Thinking*. Inteligência artificial: limites e possibilidades no campo educacional. Avaliação da aprendizagem mediante o uso de tecnologias.

Bibliografia Básica:

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. (Desafios da educação). Porto Alegre: Penso, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788584291168. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291168/>. Acesso em: 14 abr. 2025.
CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. p.i. ISBN 9786559760022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559760022/>. Acesso em: 14 abr. 2025.
DEBALD, Blasius. Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno. (Desafios da educação). Porto Alegre: Penso, 2020. E-book. p.i. ISBN 9786581334024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334024/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

**Bibliografia Complementar:**

BARRETO, Flávio C. Informática Descomplicada para Educação: Aplicações Práticas para Sala de Aula. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. ISBN 9788536522258. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536522258/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias Educacionais. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123490. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522123490/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CERIGATTO, Pícaro M.; MACHADO, Guidotti V. Tecnologias digitais na prática pedagógica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595028128. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028128/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Disciplina**Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos**

Ementa: Trajetória histórica da ciência e da pesquisa na área de Ciências Humanas. Epistemologia e metodologia na educação e no campo científico da Pedagogia. Relação entre teoria, metodologia e prática na construção dos objetos de estudo e do conhecimento em Educação. A abordagem metodológica como escolha teórico-política. O professor-pesquisador: reflexões sobre a subjetividade e autoria. Paradigmas de pesquisa: qualitativo, quantitativo e misto. Principais abordagens metodológicas de pesquisa: bibliográfica, documental, estudo de caso, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, entre outras, e aplicações em contextos de pesquisa em educação. Técnicas de pesquisa em educação: observação, entrevista, questionário, diário de campo, formulário, grupo focal, análises bibliográficas e documentais, entre outras. Ética na pesquisa em educação: princípios, comitês de ética, práticas situadas, consentimento Informado e postura do pesquisador.

Bibliografia Básica:

FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo de. Campos das ciências sociais. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186810>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas, 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Clara Maria Cavalcante Brum de; TOMAINO, Bianca; MELLO, Cleyson de Moraes; MARTINS, Vanderlei (coord.). Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PAVIANI, Jayme. Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico. Porto Alegre, RS: Educus, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2935>. Acesso em: 18 jun.



2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun.

2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. p.i. ISBN 9786581334192. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334192/>. Acesso em: 16 jun.

2025.

LORENZI, Gisele Maria Amim Caldas. Pesquisa-ação. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens

Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN

9786586618518. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618518/>. Acesso em: 16 jun.

2025.

MEIRA, Ana Cláudia dos Santos. A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever. 3. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2023. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed.

Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa

Ementa: Estudo de questões investigativas em Educação como subsídios para a elaboração do projeto de pesquisa. O papel do professor como pesquisador e interventor na proposição de conhecimentos científicos. A escrita acadêmica como processo de autoria e reflexão na construção do objeto de estudo. Definição do objeto de estudo e elaboração do problema de pesquisa. Definição de objetivos (geral e específicos) e justificativa da pesquisa. Construção do referencial teórico: diálogo com a literatura e conceituação. Delineamento metodológico: escolha de abordagens e métodos. Técnicas de coleta de dados: estudo e definições iniciais no contexto do projeto de pesquisa. Aspectos éticos na elaboração do projeto de pesquisa em educação. Elaboração do projeto de pesquisa conforme a NBR 15287:2025 e demais normas da ABNT pertinentes. Atendimento à Res. 030/2012-CONEP e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book.

ISBN 9786559771653. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em: https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Prática Investigativa

Ementa: Abordagem de aspectos teóricos e metodológicos referentes à construção de entrevistas, questionários, formulários, observações, diários de campo, grupos focais, análises bibliográficas e documentais, entre outras. Elaboração de instrumentos de coleta de dados no campo da pesquisa em educação, em atendimento ao projeto de pesquisa. Práticas de aplicação e registro em contextos escolares e outros espaços educativos, visando à produção/coleta de dados. Análise preliminar, organização e sistematização dos dados da pesquisa. Reflexões sobre o lugar do pesquisador na produção dos dados e na escuta dos sujeitos. Cuidados éticos na prática investigativa. Elaboração inicial da monografia conforme a NBR 14724:2024 e demais normas da ABNT pertinentes. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPE e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em:



<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em:

https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Produção Investigativa

Ementa: Orientação e acompanhamento da escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como prática formativa e investigativa. Abordagem de aspectos teóricos e metodológicos referentes à análise e discussão dos resultados: construção de categorias e interpretação. Realização da análise e discussão dos resultados da pesquisa: coerência entre objetivos, fundamentação teórica, metodologia e dados apresentados. Elaboração de conclusões e considerações finais: síntese e implicações da pesquisa. Reflexões sobre as contribuições da pesquisa para o campo da Educação e da prática pedagógica. Clareza, coerência e argumentação na escrita acadêmica. Elaboração da monografia conforme a NBR 14724:2024 e demais normas da ABNT pertinentes. Revisão textual e formatação dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Realização de bancas de defesa. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPE e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em:



<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em:

https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Disciplina

Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação

Ementa: A antropologia: campo, abordagem e áreas. O humano como ser biologicamente cultural: natureza e hominização. As características constituintes dos humanos, a dispersão planetária e as questões socioambientais. A constituição dinâmica dos povos, culturas, sociedades e civilizações. A questão da diversidade morfológica e cultural na visão antropológica. Identidade cultural e hibridismo A antropologia e a educação. O trabalho do antropólogo e a contribuição para a pedagogia. A educação como fenômeno cultural. Métodos e procedimentos da pesquisa antropológica e as aproximações com a pedagogia. A formação sociocultural do Brasil e a diversidade: a configuração do sistema-mundo moderno colonial e a confluência cultural. Os povos indígenas brasileiros A influência portuguesa. A influência africana. As migrações europeias e asiáticas ao Brasil. As migrações recentes e populações em movimento na contemporaneidade. As culturas camponesas, das florestas e das águas. As culturas urbanas e a homogeneização cultural. A antropologia da criança. A condição da mulher na atualidade. A pessoa com deficiência como parte da diversidade humana Interseccionalidade: raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência e religiosidade.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: EdUNESP, 1998.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Tradução de Ligia M. M. de Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 27. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

PEIRANO, Mariza Corrêa. O dilema do pesquisador: ética e antropologia. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das



Letras, 1ª ed., 1995.

Bibliografia complementar:

- INGOLD, Tim. Os humanos e outros animais. Petrópolis: Vozes, 2012.
- INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, [S. l.], v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/6777>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- MENANDRO, Maria Cristina; SPINK, Mary Jane. Hominização e Cultura. Psicologia, ciência e profissão, v. 20, n. 2, 2000.
- MALINOWSKI, Bronisław. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- PEIRANO, Mariza Corrêa. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MENDONÇA, Maria das Dores de Oliveira. Povos indígenas e a construção do Estado: do tutelamento à cidadania. Brasília: MEC, 2005.
- SERRA, Oracy Nogueira. A sociedade dual brasileira: estudo da influência portuguesa. São Paulo: Edusp, 1997.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: pensar a escola a partir da lei 10.639/03. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TRUZZI, Oswaldo. Imigrantes italianos no Brasil. São Paulo: Edusp, 2000.
- LESSA, Antônio. As migrações no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- SAYAD, Abdelmalek. A dupla ausência: das ilusões do emigrado às misérias do imigrante. São Paulo: EdUSP, 1998.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionais: do Litoral ao Sertão. Manaus: UEA, 2008.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (Orgs.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997.
- QVORTRUP, Jens. Childhood matters: social theory, practice and politics. Aldershot: Avebury, 1994.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.
- DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Comitê da ONU sobre a eliminação da discriminação



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



racial. ONU, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. 2 v.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Brasília: ONU Mulheres, 2004.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução: Karina Biondi. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 939–952, maio/ago. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEREIRA, Sueli. Educação, gênero e diferença: perspectivas feministas. Campinas: Papirus, 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2020.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

REIS, T.; EGGERT, E.. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. Educação & Sociedade, v. 38, n. 138, p. 09–26, jan. 2017.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Un mundo ch'ixi es posible: ensayos para vivir (y pensar) la descolonización. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. Tradução: Helena Schmid, Camila Jourdan e Maria Aparecida Varella. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

WILDERSON III, Frank B. Afropessimismo. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O negro na história do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Osorio. Infância e sociedade: perspectivas sociológicas e antropológicas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 71, p. 35–52, 2000.

KRAMER, Sonia. A escuta das crianças como questão para a pesquisa e para a formação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 519–535, 2009.

RIZZINI, Irene. A criança e a questão social no Brasil: a construção de uma realidade marginal. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.

Disciplina

Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização I



Ementa: Concepções de alfabetização. Abordagem histórica dos materiais e métodos de alfabetização (Método sintético, Método analítico, Método fônico, Método misto ou eclético). A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. Construtivismo e Sociointeracionismo. Psicogênese da língua escrita. Diagnóstico de escrita. Alfabetização e letramento. O Sistema de Escrita Alfabética (SEA). O Sistema de Escrita Alfabética e suas relações com a consciência fonológica. A literatura como atividade permanente no processo de alfabetização. Estratégias de Leitura. A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. O planejamento de situações didáticas para a alfabetização. Desenvolvimento do planejamento, avaliação e organização do trabalho docente.

Bibliografia Básica:

AZENHA, M. G. Construtivismo de Piaget a Emília Ferreiro. Ática, São Paulo, 2004
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed. 1999.
Mortatti, Maria do Rosário. Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa / Maria do Rosário Mortatti. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.
MORAIS, Arthur Gomes de. Consciência Fonológica na Educação Infantil e no ciclo de Alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica. 2019
SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2004.
SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto. 2016.
SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto. 2020.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC. SEALF, 2019.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias Psicogenéticas em Discussão. 18.ed. São Paulo: Summus, 1992. 117 p.
MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018.
MENDONÇA, Onaide Schwartz Correa de; MENDONÇA, Olympio Correa de. Alfabetização - método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.
MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. Coleção Como eu ensino. Melhoramentos, 2012.

Disciplina

Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização II

Ementa: Concepções teóricas e metodológicas com destaque à compreensão de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e a proposta de letramento e alfabetização de Paulo Freire. Análise dos aspectos linguísticos presentes na alfabetização e as condições socioculturais do aprendizado da leitura e da escrita com diferentes gêneros e suportes textuais. A política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de alfabetização e letramento. Os quatro eixos do ensino da alfabetização: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, produção de textos. Concepções que norteiam o processo avaliativo. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. A sala de aula



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



como ambiente alfabetizador para o atendimento às diferentes necessidades das crianças no processo de alfabetização. Desenvolvimento do planejamento e organização do trabalho docente. A avaliação como estratégia para a recomposição da aprendizagem no processo de alfabetização. Estudo de referências da formação do educador (alfabetizador).

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>.

FREIRE, Paulo; Fagundes, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 esse trabalho o conceito de pedagogia e de cultura

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura).

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2002

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** 8 ed. Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto. 2020.

Bibliografia Complementar:

CEALE (2003) Alfabetizando – Caderno 2: **Orientações para a organização do ciclo inicial de alfabetização.** Belo Horizonte, MG: CEALE/FAE/UFMG; SEE-MG.

DALLA ZEN, Maria Isabel H e XAVIER, Maria Luisa M. (org); TRAVERSINI, Clarice Salete et al.

Alfabetizar: fundamentos e práticas. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do mundo leitura da palavra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emilia (org.). **Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina.** Trad. Maria Luiza Marques Abouree. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PIAGET, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão.** Inês de La Taille, Marta Koll de Oliveira, Heleisa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. **Uma perspectiva histórica cultural da educação.** 4ª ed. Petrópolis. Vozes, 1997.

SOARES, Magda. **Alfabetização: acesso a um código ou acesso à leitura?** ONG Leia Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.leiabrasil.org.br/leiaecomente/biblioteca_derrubada.htm. Acesso em 13 set. 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto. 2020.

SMOLKA, A. L.& GÓES, C. **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes. São Paulo. Ed. 1991.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil I

Ementa: História e concepções de infância. Infâncias no Brasil: afro-descendente, indígena e europeia. A criança como sujeito de direito. Fundamentos legais que referenciam a organização, gestão e prática pedagógica das instituições de educação infantil. Processo histórico da educação infantil no Brasil. Concepção de educação infantil. O desenvolvimento integral da criança como finalidade da educação infantil. Funções da educação infantil: educar e cuidar de crianças e bebês, atendendo suas necessidades e promovendo a sua autoestima. Trajetória histórica da formação do professor de educação infantil, sua relação com os modos contemporâneos de viver a infância nos diferentes espaços sociais e questões de gênero. Objetivos e avaliação na Educação Infantil. Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Afiliada, 1978.
BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.
FONSECA, C. & CARDRELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. Porto Alegre: PPGAS, Revista Horizontes Antropológicos/ ano1/n.01/1995.
KUHLMANN, Moysés Jr. Infância e Educação Infantil – uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
SARMENTO, Manuel J. & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. Lisboa: Instituto Inovação cultural, 2000.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação Infantil– volume II. Brasília: Mec/SEF. 1998.
FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. BH, n. 10 (jan/abr), p.59-78, 1999.

Disciplina

Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil II

Ementa:

Organização do trabalho pedagógico contemplando: organização do espaço-tempo nas creches e pré-escolas, os processos de construção da autonomia infantil, as atividades lúdico-pedagógicas, os desejos e necessidades infantis, os eixos do currículo e os projetos educativos. Atividades inerentes à comunicação e à expressão infantil. Conhecimento do mundo: natureza e sociedade. Noções matemáticas. Orientações espaço-temporais. O planejamento do trabalho pedagógico e construção de materiais pedagógicos para a educação infantil.

Bibliografia Básica

BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força - rotinas na Educação Infantil. Campinas: UNICAMP, 2000. Tese de Doutorado. (inédito).
BONASSI, Fernando. Declaração universal do moleque invocado. 2. ed. São Paulo: Cosac NAIFY, 2003.
EDWARDS, C. & GANDINI, L. & FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artmed, 1999.
FARIA, A L. G. & DEMARTINI, Z & PRADO, P. D. Por uma cultura da infância - metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
RICHTER, Sandra. Criança e pintura: ação e paixão do conhecer. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Bibliografia complementar

BERNARDIN, Jacques. As crianças e a cultura escrita. Porto Alegre: Artmed, 2003.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



BONASSI, Fernando. Declaração universal do moleque invocado. 2. ed. São Paulo: Cosac NAIFY, 2003.
CORSARO, William. Pesquisa etnográfica realizada com as crianças de Jardins de Infância nos EUA e em Itália. Indiana, USA, 2000.
KUHLMANN, Moisés, Jr. "Educando a infância brasileira". In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Disciplina

Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

Ementa: Aspectos políticos, históricos e pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A educação de adultos e o Movimento da educação popular como possibilidade de inclusão social. Pressupostos teóricos e metodológicos da EJA. Práticas pedagógicas dos docentes no processo de alfabetização e a especificidade destas no trabalho com jovens e adultos.

Bibliografia Básica

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 p.58-77.
FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.
ORGANIZAÇÃO do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos: módulo integrado IV/Jane Paiva (coord.) – Brasília: Sesi, 2001.
SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. SP: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 21 dez. 1996. URL: www.mec.gov.br/home/legislacao
BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.
BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.
CHADWICK, Clinton B. Tecnologia educacional e desenvolvimento curricular. ABT, 1980.
ENCCEJA- Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos INEP- Ministério da Educação - Brasília, 2002.
ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. Resolução 180/2000CEE/MT – Fixa Normas para a oferta de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Educação. D.O.E 01/02/2001
FRANCHI, E. P. (org.). A causa dos professores. São Paulo: Papyrus, 1995.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: paz e terra, 2000.
FREIRE, Paulo. À Sombra desta mangueira. São Paulo: Olho d'água. 2000.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.
PROJETO Beija-flor. SEDUC. Cuiabá : 2006.
ROMÃO, J. E. Didática da Diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagogia neoliberal. Cortez, 2002.
GADOTTI, Moacir. Saber e Aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. Congresso Internacional Évora, 20 a 23 de setembro de 2000. Método Paulo Freire: in



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Caderno ABC. Educativa nº 14. Criart Ltda. SP: 2002.
FERREIRO Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1996.
_____. Cultura, escrita e educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001
PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. 2. ed. Rio de Janeiro, Loyola, 1983.

Disciplina

Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito

Ementa: Estudo e análise das principais matrizes psicológicas que explicam a constituição do sujeito no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Fundamentos teóricos da Ciência Psicologia e sua aplicação à prática pedagógica.

Bibliografia básica:

DAVIDOFF, I. I. Introdução à Psicologia. 3a.ed. São Paulo: Person Education do Brasil, 2011.
FREIRE, Izabel R. Raízes da Psicologia. 7a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. – 16. ed. – [3. Reimp.] – São Paulo: Saraiva Uni, 2025.

Bibliografia complementar:

CLARO, Genoveva Ribas. História da psicologia. Curitiba, PR: Contentus, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e a aplicações à prática Pedagógica. Petrópolis - RJ Editora Vozes, 1987.
MYERS, D.G. Introdução a Psicologia Geral. 5a. ed. Rio de Janeiro: ITC Editora, 1999.
Psicologia do desenvolvimento / Nelson Piletti, Solange Marques Rossato, Geovanio Rossato. – 1. ed., 3a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.
Psicologia educacional [recurso eletrônico] / John W.
Santrock; tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Tais Silva Monteiro Ganeo ; revisão técnica: Paula Suzana Gioia, Sandro Almeida. – 3. ed. –Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2010.
TELES, Maria L. S. Aprender Psicologia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Disciplina

Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano

Ementa: Estudo e análise dos fatores e aspectos que influenciam o desenvolvimento cognitivo e da personalidade, incluindo questões afetivas como papéis de gênero e orientações relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade. As experiências e interações da criança com o mundo ao seu redor, que contribuem para sua aprendizagem e compreensão da realidade, a partir das principais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem e suas implicações para o processo educativo.

Bibliografia básica:

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
ESCORSIN, Ana Paula. Psicologia e desenvolvimento humano. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
KRAMER, Sonia (org.) NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina. Educação Infantil:



formação e responsabilidade. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano. Diane E. Papalia e Gabriela Martorell. 14ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.
PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da Criança. 6. ed. São Paulo: Martins e Fontes, 1993.
PILLETI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo SP: Contexto, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
WOOD, G. W. A psicologia do gênero. São Paulo, SP: Blucher, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia complementar:

BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Escolar. 5 ed. São Paulo: Ática, 1996.
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Artes Médicas, 1996.
COOL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. I e 2 - Porto Alegre: Artes Médicas, 2. ed. 2008.
LIMA, Elvira Souza. Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 1997.
MAIA, Christiane Martinatti. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina

Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem

Ementa: As abordagens psicológicas que fundamentam o interacionismo e socio construtivismo no processo do conhecimento e da aprendizagem e oferecem os princípios básicos para as intervenções e práticas pedagógicas.

Bibliografia básica:

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. São Paulo: Vozes, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
HENRI, Wallon. Do ato ao pensamento: Ensaio de psicologia comparada. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. 1. ed. São Paulo: Summus, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
PIAGET, Jean. A psicologia da inteligência. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia complementar:

CAMARA, Suzana Aparecida dos Santos (org.). Psicologia da aprendizagem. 1. ed. São Paulo, SP:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
GUSI, Elisângela Gonçalves Branco. Psicologia da educação. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
KESSELRING, Thomas. Jean Piaget. 1. ed. Porto Alegre: Educus, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
MARTINS, Lígia Márcia; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
MARTINS, Lígia Márcia. A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 28. ed. São Paulo, SP: Summus, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina

Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação

Ementa: A importância da produção de artigos científicos como publicação e disseminação de conhecimento científico no campo da educação. Impacto da pesquisa e sua contribuição para a sociedade e para a educação. Artigo científico: estrutura, elementos e tipos (ABNT NBR 6022:2018).

Normas de publicação em periódicos científicos das áreas de educação e ensino. Normas para publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165). Direitos autorais e ética na publicação científica. Elaboração de artigo científico a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelo(a) discente. Socialização do artigo científico em evento do curso de Pedagogia.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022:2018. Artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028:2021. Resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Guia de normalização: artigo científico. Natal: IFRN, 2019. Disponível em:

<https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/ensino/biblioteca-jose-de-arimateia-pereira/guias-de-normalizacao/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MEDEIROS, João B.; TOMASI, Carolina. Redação de Artigos Científicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026641. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026641/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, Ítalo de S. Como escrever artigos científicos - 9ED. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019. *E-book*. ISBN 9788571440289. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440289/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PEREIRA, Maurício G. Artigos Científicos - Como Redigir, Publicar e Avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. *E-book*. ISBN 978-85-277-2121-9. Disponível em:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2121-9/>. Acesso em: 02 jun. 2025.
SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Disciplina

Sociologia da Educação I

Ementa: O surgimento da Sociologia da Educação. Sociologia Geral e Sociologia da Educação: fatores determinantes. Nascimento da escolarização moderna. A Educação como objeto de estudo da Sociologia. Sociologia da Educação na perspectiva dos clássicos. Funcionalismo de Durkheim. Sociologia compreensiva de Weber. Materialismo histórico dialético de Marx. Tendências atuais da Sociologia da Educação. A educação como fato social, processo social e reprodução de estruturas sociais. Mercantilização da educação. Sociologia da educação no Brasil: Contrapontos. Educação emancipadora. Formas de seleção e organização dos conhecimentos escolares. A educação como possibilidade de superação das desigualdades.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
BOTTOMORE, T. B. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1987.
DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Disponível em:
https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/durkheim_2011_educacao-e-sociologia_book.pdf
SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à Sociologia da Educação. Biblioteca Universitária. 3a.Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Bibliografia complementar:

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: Entre o Passado e o Futuro. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 221-247. Disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf
DEINA, Wanderley José. A crise na educação, 60 anos depois: apontamentos sobre a crise educacional moderna no quadro teórico de a condição humana, de Hannah Arendt. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.34 | e195846 | 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/sdzfHqmkN4SnC3zwmfp6Xf/?format=pdf&lang=pt>
DALLABRIDA, Norberto. Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras. Perspectiva, v.22, nº 1, Florianópolis, jan./jun. de 2004, p.93-110. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/jbalster,+06_artigo_dallabrida.pdf
DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
ENGUITA, M. F. Educação e teorias da resistência. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 3-16, jan./jun. 1989. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3062/328>.
GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. v. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
KRUPSKAYA, N. K. A construção da pedagogia socialista. Organização Luiz Carlos de Freitas, Roseli Salete Caldart. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
MANNHEIM, Karl. Introdução à Sociologia da Educação. 4ª ed. São Paulo, Cultrix 1972.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



MANNHEIM, Karl. Diagnóstico de nosso tempo. 3.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.
MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino, São Paulo, Edit. Moraes, 1983.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Organização e introdução Osvaldo Coggiola. Tradução do Manifesto Álvaro Pina, Ivana Jinkings. 1. ed. Revista São Paulo: Boitempo, 2010.
MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livrose-colecoes/marx-e-engels/critica-do-programa-de-gotha.pdf>.
MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões. Agosto de 1866. Traduzido por José Barata Moura. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 5 mar. 2023.
MORAES, C.S.V. Marx, Engels e a educação. In: BOTO, C., ed. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-06.pdf>.
WEBER M. Confucionismo e Taoísmo [tradução de Colliot-Thélène & Grossein]. Paris: Gallimard, 2000.
WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. LTC Editora, s/d. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/weber-m-ensaios-de-sociologia.pdf>.
RAITZ, Tânia Regina; CHIARELOTTO, Arivane Augusta. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: uma leitura dos novos objetos de pesquisa. Contrapontos - volume 5 - n. 1 - p. 95-107 - Itajaí, jan./abr. 2005. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/marianass,+5_1_7.pdf.

Disciplina

Sociologia da Educação II

Ementa: Questões de Sociologia da Educação: Educação e Sociedade. Reprodução, transformação social e emancipação. A produção das desigualdades sociais e a desigualdade de oportunidades educacionais. Escola Técnica e Escola Para Todos. Escola Pública e Escola Privada. Escola e Seletividade Social. Educação Movimentos Sociais. Educação e o mundo do trabalho. Educação e o Mundo Globalizado. Contribuições da Sociologia para a compreensão do espaço escolar e dos processos educacionais. Especificidades na educação brasileira: Educação Popular; Educação do Campo; Saberes tradicionais. Movimentos sociais e as minorias. Políticas de Educação e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

MANACORDA, Mario A. Marx e a pedagogia moderna. Tradução Newton Ramos de Oliveira. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.
CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Niterói: Cortez, ed. Eduff, 1991.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 25-58. jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YQbr5ZSkZNdFkkDMCrp948t/?format=pdf&lang=pt>.
BARTLETT, Lesley. Bajaj, Monisha. Educação Humanizadora para Jovens Imigrantes e Refugiados. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, e136077, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZBQP5pfDzDH9CG5HxCksFnK/?format=pdf&lang=pt>.
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Escritos de Educação, Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Educação. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Col. Primeiros Passos).

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: A economia das trocas simbólicas. 2 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987. p.295-336.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/?format=pdf&lang=pt>.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, e dá outras providências.

CASTRO, Dannyel Teles de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Descolonização do Saber: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e116268, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/rLBpZJxyRLbvY3wZc5KTbbs/?format=pdf&lang=pt>.

ENGUITA, Mariano F. Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf>

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/86h8JWDt5jVh7rRvZKBZxgv/?format=pdf&lang=pt>.

FERREIRA, A. L.; GOMES, G. K.; HENNING, L. M. P. Educação emancipadora: Contribuições da teoria freiriana e das teorias histórico-cultural e histórico-crítica. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0703-0715, mar. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16316/12694>

FERNANDES, Florestan. A conspiração contra a escola pública. Julio Okumura, Henrique Tahan Novaes, Fabiana de Cássia Rodrigues, Marcelo Totti (Org.) 1ª edição, Lutas anticapital: Marília - 2020

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano no professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo_ousadia.pdf.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação Omnilateral. In: Cالدart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil.

ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação e crise no capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720,



jul./set. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYtnWvWnGfdkztG/?format=pdf&lang=pt>.
LAHIRE, Bernard. A Infância das Desigualdades e a Lei da Reprodução. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e129012, 2022. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/129012/87415>.
LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.
NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXy5y7mFRqRjX7m/?format=pdf&lang=pt>.
PELEGRINI, Diana de Paula; GHANEM, Elie; NETO, Antônio Fernandes Góes. O Brasil Respeita o Direito dos Povos Indígenas à Educação Superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e118188, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/zK83mnYZK8ZTRFdhQBpHRMx/?format=pdf&lang=pt>.
SCHWENDLER, Sônia Fátima; SANTOS, Aline Nunes dos. A Formação de Educadoras/es no Contexto da Diversidade Socioterritorial do Campo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e117553, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/djN4PVzvWDKHqgPKZKxB8td/?format=pdf&lang=pt>.
RIBEIRO, Darci. Nossa escola é uma calamidade. Salamandra: Rio de Janeiro, 1984.
SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
RIBEIRO, Darci. Negros e os ninguéns: política e educação no pensamento social de Darcy Ribeiro. Rev. HISTEDBR On-line Campinas, SP, v.19, 2019. Disponível em:
[file:///C:/Users/User/Downloads/kathleenalana,+23_GT_8654059_Santos.Netto%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/kathleenalana,+23_GT_8654059_Santos.Netto%20(1).pdf).
SILVA, T. R.; SANTOS, E. M. A educação étnico-racial na educação infantil: Reflexões sobre a prática de professores. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0870-0884, mar. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15859/12705>.

Disciplina

Estágio Supervisionado I: Observação e Vivência Escolar

Ementa: O estágio de observação e vivência escolar tem por finalidade inserir diretamente o futuro profissional docente na realidade das unidades educativas, de modo a permitir a compreensão, o funcionamento e o papel do(a) professor(a) no processo formativo institucionalizado. Neste estágio o acadêmico terá oportunidade de observar e compreender a dinâmica de toda a estrutura escolar e de todos os elementos que a compõem.

Bibliografia básica:

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2018.
CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 20. ed. Campinas: Papirus, 2020.
IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.
ZABALZA, Miguel Ángel. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

VIÑAO FRAGO, António. **A cultura escolar como objeto histórico**. Campinas: Autores Associados, 2000.

TRILLO ALONSO, Felipe. **El profesorado y el desarrollo curricular: tres estilos de hacer escuela**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2000. Disponível em: https://www.ugr.es/~fjjrios/pce/media/6-FelipeTrillo.pdf?utm_source=chatgpt.com

Disciplina**Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)**

Ementa: Educação Infantil I, com observação e intervenção na creche para crianças de 0 a 3 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Nesse primeiro momento do Estágio Supervisionado em instituições de Educação Infantil os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica

BASSEDAS, Eulália et al. **Aprender e ensinar na educação infantil**; trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL/MEC. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**, 2024

CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs.). **Educação Infantil. Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

FAZENDA, Ivani. **Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola**. São Paulo: Ática, 1998.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia (coord.) **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1992.

OSTETTO, Luciana (org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, Papirus, 2008.



Disciplina

Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)

Ementa: Educação Infantil II, Pré-escola, com observação e docência - 4 a 5 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação, planejamento e docência no desenvolvimento pedagógico das diferentes tarefas inerentes ao educar crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>

BASSEDAS, Eulália et al. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2005.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

OSTETTO, Luciana (org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, Papirus, 2008.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org.). **Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

BRASIL. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs.). **Educação Infantil. Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FAZENDA, Ivani. **Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola**. São Paulo: Ática, 1998.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica.

_____, Sônia (coord.) **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1992.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LYOTARO, Zilma de M. Ramos de (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo-SP: Cortez, 1996.

PERRENOUD, P. Novas **Competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

Disciplina

Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Ementa:

Ensino Fundamental, com observação e docência na alfabetização - 1º e 2º e 3º anos. Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, aprendizagem, execução de atividade docente diretamente numa escola-campo de ensino fundamental com ênfase na alfabetização, bem como do desenvolvimento das etapas de observação, participação e planejamento pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Nesse momento do Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a escola: alunos, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>

CUNHA, Célio da Cunha; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs). **Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. 147 p.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais**. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 8 ed. Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 11 ed. São Paulo/SP :Libertad, 2000.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BICUDO, Mª Ap. Viggiani (Org). **Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

GADOTTI, Macir. **Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito**. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. Série Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papyrus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições**. São Paulo: Cortez, 2000.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.
NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto/Portugal: Dom Quixote, 1992.
WEIL, Pierre. **Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summs, 1993.

Disciplina

Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)

Ementa: Ensino Fundamental, com observação e intervenção 4º e 5º anos. Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docente diretamente numa escola-campo de ensino fundamental – anos iniciais (com ênfase nos últimos anos). Desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização do projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Projetos e sequências didáticas integrando os diferentes componentes curriculares. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>

CUNHA, Célio da Cunha; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs). **Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. 147 p.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais**. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 11 ed. São Paulo/SP: Liberdade, 2000.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org). **Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

GADOTTI, Macir. **Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito**. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. Série Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papyrus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e preposições. São Paulo: Cortez, 2000.
MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.
NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto/Portugal: Dom Quixote, 1992.
WEIL, Pierre. **Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summs, 1993.

Disciplina

Estágio Supervisionado VI: EJA

Ementa: Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes na escola-campo de ensino fundamental e/ou espaços não escolares de EJA, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico.

Bibliografia Básica:

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT: Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).
FERREIRO, Emilia (org.). Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina. Trad. Maria Luiza Marques Abourre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
LEITE, Sergio A. S. (org.) Alfabetização e letramento: contribuições para as praticas pedagógicas. Campinas- SP, Kamidi, 2003.
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas/SP: Papirus, 2000.
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. SP – Contexto, 2004.

Bibliografia Complementar

BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.
GADOTTI, Macir. Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.
LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
LEMLE, Miriam. A tarefa da alfabetização: etapas e problemas do português, letras de hoje. Porto Alegre, 1982.
LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições. São Paulo: Cortez, 2000.
MILANESI, Irton. Avaliação da Aprendizagem Escolar. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.
PERRENOUD, P. Novas Competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. Uma perspectiva histórica cultural da educação. 4 ed. Petrópolis.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Vozes, 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. 11 ed. São Paulo/SP: Libertad, 2000.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma proposta educacional que deverá estar em permanente processo de construção e reflexão contínua, buscando incorporar os avanços teórico-práticos e as demandas sociais, no sentido de atualizar e ampliar a atuação do docente, futuro(a) Pedagogo(a) em seus espaços laborais.

A estrutura teórica e metodológica tem seu arcabouço nas legislações vigentes, de acordo com às Normativas internas da UNEMAT quanto das diretrizes e leis estaduais e federais que regem a Educação Brasileira, especialmente no que se refere à formação de professores e educadores.

O Intuito é que a implementação e vivência proporcionada por este PPP do Curso de Pedagogia contribua substancialmente para uma formação sólida dos egressos circunscrita ao que preconiza as premissas que regem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Formação Inicial de Professores, e, posteriormente para sua auto- formação que se consolidará como um processo contínuo ao longo de sua trajetória profissional. Essa Base se consolida e se entrelaça nas seguintes dimensões da formação: os conhecimentos, as práticas e o engajamento que ficam assim descritas e estabelecidas:

A) A Dimensão do Conhecimento: Relacionada ao domínio dos conteúdos específicos da área (teorias da educação, desenvolvimento humano, didática, políticas educacionais, diversidade, etc.).

B) A Dimensão da Prática: Refere-se ao saber-fazer pedagógico, ou seja, saber planejar, criar, implementar e gerir ambientes de aprendizagem inclusivos e eficazes nos diferentes contextos de atuação.

C) A Dimensão do Engajamento: Diz respeito ao comprometimento ético e político-social do(a) Pedagogo(a) com a aprendizagem e o bem-estar de todos os sujeitos, com a interação colaborativa com os colegas de trabalho, as famílias e a comunidade acadêmica e institucional.

É uma proposta que entende o processo formativo do(a) Pedagogo(a) baseado em princípios e experiências vivenciadas ao longo do curso e que relaciona aos componentes curriculares de ensino, a pesquisa e a extensão como basilares da formação acadêmica e humana e que objetiva contribuir integralmente com a formação de qualidade da educação e no fortalecimento da universidade junto à comunidade por meio de egressos dedicados e qualificados.



9 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.724, de 16 de março de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021**. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a



obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR (CES). **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o



Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução Normativa n.º 007/2021/CEE-MT**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho Estadual de Educação, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância Reconhecimento Renovação de Reconhecimento**. Brasília, DF: INEP, 2017.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



GUTIÉRREZ, Francisco Javier; Prado, J. F. **Fundamentos Teóricos e Prática da Educação Ambiental**. [S. l.]: PROED, 2000, p. 60.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Prática Educativa**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PIMENTA, S. G. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, set./dez. 2005.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 001/2024 – CONEPE**. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 015/2024 – CONEPE**. Dispõe sobre a criação e as atribuições do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado. Cáceres: UNEMAT, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 029/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 030/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 100/2015 – CONEPE**. Aprova alteração na Resolução nº 028/2012-CONEPE e 029/2012-CONEPE, que dispõe sobre Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. **Resolução nº 001/2010 – CONSUNI**. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. **Resolução nº 048/2026 – CONSUNI**. Aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Pró-reitoria de Ensino de Graduação. **Instrução Normativa nº 003/2019 - UNEMAT**. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cáceres: UNEMAT, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2028**: relatório final. Cáceres: UNEMAT, 2023.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



VEIGA, I. P. A. O cotidiano da aula universitária e as dimensões do Projeto Político-Pedagógico. In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papirus, 2001.



Emitido em 26/11/2025

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO Nº 66/2025 - PROEG-ATA (11.01.04.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/11/2025 09:28)

VALCI APARECIDA BARBOSA

Técnico Universitário

PROEG-ATA (11.01.04.01)

Matrícula: 80432001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **66**, ano: **2025**, tipo:
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, data de emissão: **26/11/2025** e o código de verificação: **6af5387010**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO
REYES MALDONADO



PARECER Nº 4/2025 - PROEG-ATA (11.01.04.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Cáceres-MT, 26 de novembro de 2025.

Partes Interessadas: Universidade do Estado de Mato Grosso

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Campus Universitário de Sinop

Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem

Curso de Pedagogia

ASSUNTO: Reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia, campus de Sinop

HISTÓRICO:

Trata-se de processo Nº: 23065.009278/2025-50 SIPAC, que versa sobre a reestruturação no Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia, campus de Sinop, aprovado pela Resolução nº 058-2015 - CONEPE. Constam, neste Processo, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia, o Parecer Nº 45/2025 do Colegiado do Curso de Pedagogia, o Parecer Nº 30/2025-FACHLIN e o Parecer Nº 9/2025 do Colegiado Regional. Todos os pareceres são favoráveis ao processo de atualização do projeto de curso. Os professores, componentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os professores do curso, fizeram uma intensa discussão sobre as resoluções que regulam as mudanças do projeto, como a Resolução 04/2024, do Conselho Nacional de Educação, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura) e a Resolução 07/2018, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Da UNEMAT, os professores pautaram o debate a partir da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que dispõe e regulamenta sobre a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Após o trabalho desenvolvido, o NDE encaminhou o Projeto de Curso para discussão e deliberação do Colegiado de Curso, o qual emitiu o Parecer Nº 45/2025, aprovando o projeto e encaminhando para as devidas instâncias deliberativas.

ANÁLISE:

A alteração no Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia, campus de Sinop, faz-se necessária em atendimento à Resolução nº 04, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Educação (CNE), à Resolução 07/2018, do Conselho Nacional de Educação e à Resolução nº 024/2020 - CONEPE que fundamentam as devidas atualizações/alterações no Projeto de Curso - PPC.

As principais alterações, nesse sentido, estão relacionadas à:

(a) Curricularização da Extensão - inclusão de 10% de Atividades de Extensão Universitária na carga horária total do curso ;

(b) Estágio Supervisionado - distribuição das horas de estágio ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso ;

(c) Atualização legal e temática - incorporação de conteúdos e quadro de disciplinas referentes às atualizações na legislação educacional, especialmente quanto a temas envolvendo: políticas públicas, diferenças, diversidade e

questões étnico-raciais, direitos humanos, educação ambiental, Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, visando à uma formação alinhada às demandas contemporâneas e as Diretrizes Nacionais do curso de Pedagogia.

A proposta final do curso se apresenta, em resumo, com a seguinte configuração:

Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia

Grau oferecido: Licenciado

Formato de oferta: Presencial

Carga horária total: 3500 horas.

Período de Integralização: 8 (oito) semestres, no mínimo, e 10 (dez) semestres, no máximo

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas Oferecidas: 40 vagas por semestre

Turno de Funcionamento: Noturno

Forma de Ingresso: Semestral, por: Vestibular da UNEMAT, SISU, Processos de Seleção Especial e Edital de Ocupação de Vagas Remanescentes.

P A R E C E R :

Após análise do processo, considerando os documentos acostados aos autos e as alterações e atualizações devidamente realizadas, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação exara **PARECER FAVORÁVEL** à proposta de Reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia, Câmpus Universitário de Sinop.
É o parecer.

Encaminha-se à ASSOC para Apreciação do CONEPE.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 26/11/2025 19:59)

NILCE MARIA DA SILVA

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

CAC-LETRAS (11.01.03.01.02.01)

Matrícula: 83191001

Processo Associado: 23065.009278/2025-50

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **26/11/2025** e o código de verificação: **b9b5dbfc10**



RESOLUÇÃO Nº 020/2025 – AD REFERENDUM DO CONEPE

Aprova a adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Câmpus Universitário de Sinop.

A Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado" – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Processo nº 23065.009278/2025-50, Parecer nº 045/2025-Colegiado de Curso, Parecer nº 030/2025-Colegiado de Faculdade, Parecer nº 049/2025-Colegiado Regional e Parecer nº 004/2025-PROEG;

RESOLVE AD REFERENDUM DO CONEPE:

Art. 1º Aprova a adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Câmpus Universitário de Sinop.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visa atender a legislação nacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

- I. Carga horária total do curso: 3.500 hs;
- II. Integralização em, no mínimo, 08 (oito) semestres;
- III. Período de realização do curso: noturno;
- IV. Forma de Ingresso: Vestibular da UNEMAT, SISU e Edital de Ocupação de Vagas Remanescentes, com oferta de 40 (quarenta) vagas.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, em 27 de novembro de 2025.


Profa. Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Reitora



ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 020/2025–AD REFERENDUM DO CONEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – CÂMPUS
UNIVERSITÁRIO DE SINOP**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO"**

REITORA: Vera Lúcia da Rocha Maquêa

VICE-REITOR: Alexandre Gonçalves Porto

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Nilce Maria da Silva

CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP

Endereço: Av. dos Ingás, 3001, Jardim Imperial – Sinop/MT. CEP

DIRETOR POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

DIRETOR: Dr. Júlio César Beltrame Benatti

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM

DIRETORA: Dr. Henrique Roriz Aarestrup Alves

E-mail: fachlin.sinop@unemat.br

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

COORDENADOR: Dr. José Luiz Muller

E-mail: pedagogia.sinop@unemat.br

COLEGIADO DO CURSO:

José Luiz Muller (Presidente)

Alceu Zoia

Elizangela Gomes dos Santos Siebiger

João Batista Lopes da Silva

Ralf Hermes Siebiger

Ivone Jesus Alexandre

Jean Carlos Crizostomo de Souza

Maria do Carmo Lopes Branco

Cristiano Dos Santos Torres

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Edneuzza Alves Trugillo - (Coordenador do NDE)

José Luiz Muller (Coordenador do Curso)

Aumeri Carlos Bampi

Sandra Pereira de Carvalho

Ivone Jesus Alexandre



DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Pedagogia
Ano de Criação	1990
Ano de implantação do currículo anterior	2015
Data de adequação do PPC	Novembro de 2025
Grau conferido	Licenciado
Título acadêmico conferido	Licenciado em Pedagogia
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo mínimo de integralização	8 semestres
Tempo máximo de integralização	10 semestres
Carga horária total	3.500 horas
Carga horária presencial	2915 horas
Carga horária à distância	585 horas
Carga horária de extensão	320 horas
Carga horária eletiva	120 horas
Número de vagas oferecidas	40 por semestre
Turno de funcionamento	Noturno (Com atividades de estágio e extensão diurnas)
Forma de ingresso	Vestibular da UNEMAT, SISU e Edital de Ocupação de Vagas Remanescentes.
Atos legais de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso	Curso avaliado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso no ano de 2012 – Portaria nº. 015/2012-CEE/MT D.O.E 02/07/2012, pelo período de cinco anos. A Renovação de Reconhecimento do Curso por mais cinco anos, a partir de 24 de abril de 2017, pela Portaria nº. 44/2017-GAB/CEE-MT, Processo 245906/2017.
Regime de matrícula	Semestral, por componente curricular
Unidade Acadêmica de vínculo do curso	Câmpus Universitário de Sinop Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
Local de funcionamento	Av. dos Ingás, 3001, Jardim Imperial – Sinop/MT



1. CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Nas seções seguintes serão abordados os itens sobre o histórico da UNEMAT, a justificativa da necessidade social do curso e seu processo de elaboração. Também serão abordadas a fundamentação legal deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como a fundamentação teórico-metodológica. E, na sequência, será apresentado o perfil do egresso, as principais áreas de atuação e as habilidades e competências requeridas para este/a profissional licenciado/a em Pedagogia.

1.1 Histórico da Universidade do Estado de Mato Grosso

No dia 20 de julho de 1978, foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que traz em sua história a marca de ter nascido no interior. Com base na Lei nº 703, foi publicado o Decreto Municipal nº 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social, com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa. Passou a funcionar como Entidade Autárquica Municipal em 15 de agosto do mesmo ano.

Por meio do Decreto Federal nº 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos ministrados pelo Instituto. Em 1985, com a Lei Estadual nº 4.960, de 19 de dezembro, o Poder Executivo institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visa promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

Em 1989, pela Lei Estadual nº 5.495 de 17 de julho, alterou-se a Lei nº 4.960 e, atendendo às normas da legislação de Educação, passa a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres – FCESC. Em 1992, por intermédio da Lei Complementar nº 14 de 16 de janeiro de 1992, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passou a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso – FESMAT, cuja estrutura organizacional, alterada pelo Decreto nº 1.236 de 17 de fevereiro de 1992, foi implantada a partir de maio de 1993.

A expansão da instituição para outras regiões de Mato Grosso ocorreu na década de 1990, com a abertura de núcleos. O primeiro a ser criado é o de Sinop em 1990, os de Alta Floresta, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda e Luciara em 1991, Barra do Bugres e Colíder em 1994, Tangará da Serra em 1995, e Juara em 1999 (entrando em efetivo exercício em 2001).

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar nº 30, instituiu-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT) com sede administrativa e foro no município de Cáceres, transformando em câmpus os antigos núcleos pedagógicos. Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso homologou e aprovou os Estatutos da FUNEMAT e da UNEMAT por meio da Resolução nº 001/95-CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14 de março de 1996.

Em 10 de agosto de 1999, a Universidade foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação por 05 (cinco) anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica. Recredenciada pelas Portarias: Nº 064/2005 – CEE/MT de março de 2005 por um período de 05 (cinco) anos; Nº 002/2012-GAB/CEE/MT de março de 2012 por 06 (seis) anos; e Nº 037/2018-GAB/CEE-MT de março de 2018, que foi retificada pela Portaria Nº 090/2021-GAB/CEE-MT de setembro de 2021 para correção do período de credenciamento, contemplando o ciclo avaliativo de 2019-2026.

Em setembro de 2013, a UNEMAT recebeu em transferência os cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Educação Física e Administração que eram oferecidos pela Uned (Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino) e, em dezembro do mesmo ano,



a UNEMAT assumiu os cursos da União do Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova). Em ambos os casos, a instituição recebeu também a transferência dos bens móveis e imóveis. Com as novas aquisições, a UNEMAT passa a abranger 13 câmpus universitários em sua estrutura.

Porém, apenas em 2022, por meio da aprovação do Projeto de Lei Complementar 19/2022, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, estabeleceram-se as funções gratificadas para Profissionais Técnicos e Docentes em cargos de gestão em ambas as unidades.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, criada pela Lei Complementar nº 30 de 15 de dezembro de 1993, modificada pelas Leis Complementares nº 319 de 30 de junho de 2008 e nº 689 de 20 de maio de 2021, passou então a denominar-se Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” – UNEMAT.

Como mencionado na Seção 1.1, atualmente a UNEMAT Hoje, a Unemat possui 13 câmpus, 17 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de Educação a Distância. Cerca de 22 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos presenciais e em outros 129 cursos ofertados em modalidades diferenciadas. A instituição conta com quatro doutorados institucionais, quatro doutorados interinstitucionais (Dinter), três doutorados em rede, 11 mestrados institucionais, um mestrado interinstitucional (Minter) e cinco mestrados profissionais.

A UNEMAT, desde sua criação, desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e às demandas específicas do Estado, tanto para formação de professores como para formação de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

O Programa Parceladas da UNEMAT foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com objetivo de atender às demandas de formação de professores em diferentes regiões de Mato Grosso. O modelo de formação presencial oferecido em regime parcelado ou em regime contínuo serviu de exemplo para outras universidades brasileiras.

O ensino a distância passou a ser ofertado pela UNEMAT em 1999, com o objetivo inicial de formar professores da rede pública nos cursos de Pedagogia e Educação Infantil. A partir de 2008, a instituição integrou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2010, a UNEMAT passou a oferecer, por meio da UAB, cursos de bacharelados e atualmente também oferta cursos de especialização lato sensu em diferentes áreas.

Por meio da Diretoria de Educação Indígena, atual Faculdade Indígena Intercultural, a UNEMAT passou a ofertar, a partir de 2001, cursos de licenciaturas específicos e diferenciados para mais de 30 etnias, para formar professores indígenas. Os cursos são oferecidos no Câmpus Universitário de Barra do Bugres.

1.1.1 Inserção estadual

Sediada em Cáceres, a 220 km a oeste da capital Cuiabá, a Universidade do Estado de Mato Grosso atua em grande parte do interior do estado, graças ao seu programa de expansão iniciado no ano de 1990, quando foram instalados no município de Sinop-MT, a 500 km ao norte da capital, os cursos de Pedagogia, Letras e Matemática. O objetivo do referido programa de expansão foi o de sanar um entre tantos problemas crônicos do Estado, a falta de professores formados para atender à educação básica.

Institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITECI e, por meio do Conselho Estadual de Educação – CEE/MT, tem seus atos de legalidade reconhecidos para o ensino de graduação, tanto para os cursos de entrada contínua como para os cursos de oferta de modalidades diferenciadas. Ao longo do seu funcionamento, a UNEMAT apresenta uma somatória de experiências didático-científico-pedagógicas e administrativas que a projeta como uma instituição indispensável ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, desempenhando um papel essencialmente social no Estado, capaz de alicerçar a base humana regional na afirmação de



melhores condições de vida da população e na garantia de padrões éticos de justiça e equidade.

Nesse processo, uma preocupação constante da UNEMAT tem sido ampliar sua atuação no cenário mato-grossense, por meio do desenvolvimento de pesquisas e da qualificação de seu quadro docente, bem como da oferta de programas lato sensu e stricto sensu a toda a comunidade, contribuindo com a formação do espírito crítico, para responder, sobretudo, aos problemas de Mato Grosso, visto que os seus 13 Câmpus Universitários, 31 Núcleos Pedagógicos e 28 Polos Educacionais de Ensino a Distância estão distribuídos em três biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia; e nas bacias hidrográficas do Prata, Amazônica e Araguaia, caracterizando uma diversidade biológica e social ímpar no Brasil.

Assim, resultante da política de investimento na qualificação dos docentes, para atender à demanda de um estado-continente, a UNEMAT apresenta um quadro de 755 docentes efetivos, sendo 479 doutores, 243 mestres e 33 graduados. A UNEMAT conta atualmente com 178 projetos de pesquisas institucionalizados, distribuídos em 127 grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ, além de 19 núcleos de pesquisas e 15 Centros de Pesquisas. Todos esses projetos envolvem professores-pesquisadores e alunos bolsistas, cuja investigação se assenta sobre questões de relevância para a construção do conhecimento científico, visando contribuir com o desenvolvimento regional e nacional, com apresentação de alternativas que possam interferir positivamente na sociedade mato-grossense.

Os esforços envidados para garantir a qualidade do ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de tais atividades, que contemplam desde o provimento de infraestrutura para os laboratórios de ensino de graduação e pós-graduação, até grupos de pesquisa e a pós-graduação, são contínuos. Nesta perspectiva, a UNEMAT atende aproximadamente 19 mil alunos nas diferentes modalidades de ensino de graduação e 1.189 alunos na pós-graduação lato sensu e stricto sensu. São ofertados à comunidade cursos de graduação de oferta contínua e cursos de modalidades diferenciadas (faculdade indígena; modalidade parceladas e cursos fora de sede), PARFOR (1ª e 2ª licenciaturas); cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo 8 doutorados acadêmico, 3 doutorados acadêmico em rede, 1 doutorado profissional em rede, 11 mestrados acadêmico, 12 mestrados profissional em rede, 1 mestrado profissional.

Ressalta-se que os programas e cursos de pós-graduação institucionais contam com o apoio da CAPES, além do custeio via recursos internos da própria UNEMAT. Por outro lado, recursos extraordinários são frequentemente pleiteados pelos programas de pós-graduação, por meio de editais pró-equipamentos da Capes e também por meio de editais de financiamento para projetos de pesquisa que, além da possibilidade de aquisição de material permanente, possibilitam a oferta de bolsas aos discentes. Nesse sentido, atualmente são ofertadas 171 bolsas aos discentes da pós-graduação da UNEMAT, sendo 110 bolsas de mestrado, 61 bolsas de doutorado e uma bolsa de pós-doutorado. Além disso, oferta 40 Auxílios: 07 Auxílios Internet, 02 Auxílios Eventos e 31 Auxílios Inclusão Digital foram disponibilizados aos discentes da pós-graduação.

Por fim, as atividades de extensão compõem o tripé ensino-pesquisa-extensão que, juntas, são responsáveis pelo grande impacto social e econômico que a UNEMAT exerce sobre o Estado de Mato Grosso. Atualmente, encontram-se institucionalizados 448 projetos de extensão, que contam com cerca de 132 bolsistas extensionistas, além de 167 cursos de extensão realizados no ano de 2021, que atenderam um total de 13.325 cidadãos mato-grossenses. Ainda na perspectiva da extensão, a UNEMAT conta com nove empresas juniores e 340 eventos realizados, totalizando 91.655 pessoas atendidas apenas no ano de 2021.

A importância da colaboração mútua e das contribuições feita para a sociedade pelas Instituições de Ensino Superior incentiva a UNEMAT a realizar ações para a promoção da



difusão do conhecimento, da cultura e auxiliar no fortalecimento da graduação e da pós-graduação stricto sensu em nível nacional e internacional. Para alcançar este objetivo, foram firmados acordos de cooperação com entidades nacionais e internacionais, como mecanismos que contribuíram para a produção e difusão do conhecimento ao integrar docentes e discentes com outras instituições, possibilitando a ampliação da pesquisa.

Considera-se como resultados dessas parcerias: o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação nos estudos e elaboração de projetos de interesse para o desenvolvimento regional, através da ciência, tecnologia e inovação; a flexibilidade e mobilidade docente e estudantil em programas acadêmicos; e a cooperação científica e pedagógica com a troca de experiências, tendo em vista o desenvolvimento e fortalecimento de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

1.2 Histórico do curso

O Curso Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Sinop da Universidade do Estado de Mato Grosso foi criado em setembro de 1990 para atender demandas educacionais da região centro norte do estado. Desde sua criação este curso vivenciou processos de reformas curriculares. O primeiro desencadeado oficialmente no ano de 1994 e implantado em 1997. O segundo teve início em 2004 que resultou na implantação de um novo projeto curricular pedagógico no ano de 2007. O terceiro, implementado em 2015, por meio da Resolução 058/2015-CONEP. Todos os processos foram gestados no interior do próprio curso pelo coletivo de professores e alunos que dele participavam.

Neste atual projeto pedagógico, com proposta de implementação no primeiro semestre de 2026, houve um processo de discussão iniciado pelo Núcleo Docente Estruturante, o qual foi posteriormente ampliado para todos os docentes do curso.

1.3 Ato jurídico-administrativo do curso de Licenciatura em Pedagogia

RESOLUÇÃO Nº 058/2015 – CONEP. Reconhecimento: Curso avaliado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso no ano de 2012 – Portaria nº. 015/2012-CEE/MT D.O.E 02/07/2012, pelo período de cinco anos.

A Renovação de Reconhecimento do Curso por mais cinco anos, a partir de 24 de abril de 2017, pela Portaria nº. 44/2017- GAB/CEE-MT, Processo 245906/2017.

PORTARIA Nº 041/2023/GAB/CEE-MT - Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado-UNEMAT, nos termos do disposto no Art. 46 da Resolução Normativa 007/2021--CEE/MT e dos Art. 7º e 8º da Resolução Normativa 01/2017-CEE/MT, válida até a publicação do CPC do Ciclo avaliativo referente ao ano de 2024.

1.4 Fundamentação legal do Projeto Pedagógico de Curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia se fundamenta nos seguintes dispositivos legais:

a) Legislação Federal

- Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Ela define as diretrizes para os cursos de licenciatura.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Decreto nº 7.724, de 16 de março de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância Reconhecimento Renovação de Reconhecimento – INEP (2017).
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.



- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: CNE, 2006.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática.
- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

b) Legislação Estadual

- Resolução Normativa n.º 007/2021/CEE-MT. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso.

c) Normativas institucionais

- Instrução Normativa nº 003/2019 - UNEMAT. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2028: relatório final.
- Resolução nº 001/2010-CONSUNI. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Resolução nº 001/2024-CONEPE. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT.



- Resolução nº 015/2024-CONEP. Dispõe sobre a criação e as atribuições do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado.
- Resolução nº 029/2012-CONEP. Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT.
- Resolução nº 030/2012-CONEP. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
- Resolução nº 048/2026-CONSUNI. Aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Resolução nº 100/2015 – CONEP. Aprova alteração na Resolução nº 028/2012-CONEP e 029/2012-CONEP, que dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT.

1.5 Fundamentação teórico-metodológica

O curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop estabelece seus princípios com base no parágrafo único do art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2006:

- I. o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II. a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III. a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

1.5.1 Docência

A docência é o eixo formativo primordial para a Pedagogia. Este princípio busca assegurar que a formação docente se congregue para as práticas, que promova reflexões das e sobre as ações docentes resultando em estudos e análises do ato de ensinar, desde as rotinas escolares até as questões teóricas e metodológicas. E conforme estabelece o documento das DCNs a docência é compreendida de forma ampla como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares construídos em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2006).

1.5.2 Pesquisa educacional

A pesquisa não somente recebe distinção em disciplinas da área da Metodologia de Pesquisa, mas perpassa toda discussão e produção de conhecimento no decorrer do curso, convergindo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC. Este princípio configura-se como mecanismo do currículo para que o aluno de Pedagogia construa um repertório de saberes para mediar relações teoria e prática; reflita na e sobre a educação; teorize práticas pedagógicas, conflitos presentes na educação formal e não formal, e situações escolares; e, produza leituras acerca de contradições inerentes a processos educacionais.

1.5.3 Gestão Educacional



A gestão educacional além de ser contemplada em disciplinas específicas também perpassa todas as fases formativas e busca construir saberes e práticas acerca do planejar, coordenar e avaliar processos de formação educacional convergindo para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para escolas da educação infantil e do ensino fundamental. Este princípio é base na construção de sentidos para os estudos teóricos acerca da educação, promovidos no decorrer do curso envolvendo a política educacional macro, meso e micro, os conceitos de gestão democrática até as rotinas escolares em suas diversidades e complexidades; compreendendo que gestão educacional se faz com a participação de sujeitos sociais nas mais diversas instituições, instâncias que promovem formação humana.

1.6 Objetivos do curso

1.6.1 Objetivo Geral

Formar pedagogo para a docência na Educação Infantil; nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; e na gestão de processos educativos que envolvem: planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação, comprometido com a educação local, regional e nacional e com a realidade social nas suas multidimensões.

1.6.2 Objetivos específicos

- Capacitar sujeitos (históricos) do processo ensino aprendizagem a pensar e refletir questões universais, tendo como ponto de partida saberes que os constituem, as suas realidades, os seus lugares, as suas identidades e as suas culturas.
- Formar pessoas como sujeitos de direito, com capacidade de articulação, de organização e de decisão sobre suas vidas.
- Possibilitar por meio de processos de aprendizagem, de ensino, pesquisa e extensão, a produção de novos conhecimentos que sustentem as lutas pela conquista da qualidade de vida.
- Fornecer bases teóricas para a compreensão do processo educativo, seus fundamentos e intervenções relativas à diversidade e pluralidade conceituais e metodológicas.
- Propiciar domínio, com perspectiva interdisciplinar, dos conceitos fundamentais das áreas de atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Ciências Naturais, Ciências Sociais, Matemática e Linguagem.
- Constituir uma práxis da ação educativa a fim de estar reconstruindo, constantemente, o fazer pedagógico.
- Problematicar as diversas concepções e práticas de ensino, inerentes às diversas áreas do conhecimento, construindo olhares reflexivos/investigativos, que sustentem e permitam a criação de práticas interventivas, nas interações da escola com a comunidade.
- Possibilitar a constituição de relações entre professores/alunos/conhecimentos que considerem professores e alunos no espaço escolar e comunitário como sujeitos no processo de conhecimento e na organização da vida comunitária.

1.7 Perfil do egresso

Amparado nas DCNs para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017) e para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), o projeto para o Curso de Pedagogia da UNEMAT Campus Sinop, indica que o Licenciado em Pedagogia é um profissional da área da Educação preparado para



desempenhar funções de docência para a Educação Básica: Base Comum Curricular Nacional na Educação Infantil; nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; e de gestão de processos educativos que envolvem: planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação.

O perfil proposto para o egresso do Curso de Pedagogia se consolida com base em um repertório de saberes teóricos e práticos que possibilitam:

- assumir postura ético-profissional na educação para a construção e efetivação de uma sociedade justa, solidária e inclusiva;
- compreender de forma ampla e consistente o fenômeno educativo em diferentes âmbitos e especificidades;
- compreender o processo de construção do conhecimento que se dá a partir de vivências em contextos específicos e diversos;
- compreender a instituição escola como organização complexa que promove educação formal e sistematizada;
- valorizar, respeitar e compreender diferentes linguagens manifestas na sociedade contemporânea;
- desenvolver postura problematizadora, investigativa, reflexiva e propositiva em relação a dinâmica da realidade educacional construindo saberes, conhecimentos e práticas deste campo compreendendo suas contradições;
- acompanhar e atender as diretrizes curriculares e os demais elementos legislativos constitutivos do sistema educacional;
- propor e gerir de forma democrática projetos pedagógicos nas mais diversas configurações de instituições educacionais articulados com a sociedade;
- compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas instituições escolares e não escolares;
- atuar profissionalmente na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades de ensino.

Ao atender o perfil do Pedagogo, o curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop, atende as demandas da profissionalização em acordo com as necessidades da comunidade local, regional e nacional em que se insere.

1.8 Áreas de Atuação do Egresso

O licenciado em pedagogia atua preferencialmente como professor em escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental em suas diversas modalidades e de formação de professores; com o gestor educacional na articulação, organização e desenvolvimento de processos pedagógicos escolares; e, na área da pesquisa educacional. Entretanto, o campo de atuação do pedagogo extrapola espaços escolares institucionalizados e abrange demandas socioeducativas de várias instâncias, instituições e empresas que organizam e promovem práticas educativas.

1.9 Habilidades e Competências

Com base nas Resoluções CNE/CP Nº 4/2024 e CNE/CP Nº 1/2006, neste projeto de curso, as habilidades e competências essenciais do licenciado em Pedagogia a serem desenvolvidas são sintetizadas nos seguintes tópicos:

1. Dominar os fundamentos epistemológicos, teóricos e práticos da educação, compreendendo as diretrizes curriculares nacionais e a organização do ensino em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, I, II; Res. CNE/CP Nº 1/2006, Art. 5º, XV, XVI);



2. Atuar com ética, compromisso social e postura investigativa para a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária, contribuindo para a superação de exclusões sociais e promovendo relações democráticas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, III, V; rcp01_06.pdf - Art. 5º, I, IX);

3. Compreender e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos em suas diversas fases de desenvolvimento, adaptando as práticas pedagógicas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XVI, XVII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, II, III, IV, V);

4. Planejar, organizar e executar atividades didáticas e pedagógicas efetivas, otimizando tempo, espaço e recursos, e selecionando estratégias de ensino adequadas para diversos perfis de estudantes (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, VIII, IX, XII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VI);

5. Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento de aprendizagens significativas (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VII);

6. Participar ativamente da gestão de sistemas e instituições de ensino, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIX; rcp01_06.pdf - Art. 5º, XII, XIII);

7. Realizar pesquisas no campo educacional, refletir sobre a própria prática docente e correlacionar conhecimentos científicos no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para o avanço no campo da Educação (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XV, XX; rcp01_06.pdf - Art. 5º, XIV);

8. Demonstrar consciência e respeito pela diversidade (étnico-racial, de gênero, social, cultural, necessidades especiais etc.), desenvolvendo ações pedagógicas que promovam a inclusão e combatam o racismo e outras formas de discriminação (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, IX, X; rcp01_06.pdf - Art. 5º, X);

9. Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, e promovendo relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XI, XVIII; rcp01_06.pdf - Art. 5º, VIII, XI);

10. Conhecer e utilizar diferentes tipos de avaliação educacional, compreendendo seus limites e potencialidades para dar devolutivas que apoiem a autonomia do estudante e replanejar as práticas de ensino (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XIV);

11. Construir ambientes de aprendizagem que incentivem os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, desenvolver o pensamento crítico e colaborar para uma sociedade em constante mudança (Res. CNE/CP Nº 4/2024, Art. 10, XI).



3. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece novas diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior, incluindo cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados não licenciados e segunda licenciatura. A partir desta resolução definem as metodologias e políticas educacionais que traremos a seguir.

3.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop estabelece seus princípios com base no parágrafo único do art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2006:

- I. o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II. a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III. a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Docência

A docência é o eixo formativo primordial para a Pedagogia. Este princípio busca assegurar que a formação docente se congregue para as práticas, que promova reflexões das e sobre as ações docentes resultando em estudos e análises do ato de ensinar, desde as rotinas escolares até as questões teóricas e metodológicas. E conforme estabelece o documento das DCNs, a docência é compreendida de forma ampla como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares construídos em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2006).

Pesquisa educacional

A pesquisa não somente recebe distinção em disciplinas da área da Metodologia de Pesquisa, mas perpassa toda discussão e produção de conhecimento no decorrer do curso, convergindo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC. Este princípio configura-se como mecanismo do currículo para que o aluno de Pedagogia construa um repertório de saberes para mediar relações teoria e prática; reflita na e sobre a educação; teorize práticas pedagógicas, conflitos presentes na educação formal e não formal, e situações escolares; e, produza leituras acerca de contradições inerentes a processos educacionais.

Gestão Educacional

A gestão educacional além de ser contemplada em disciplinas específicas também perpassa todas as fases formativas e busca construir saberes e práticas acerca do planejar, coordenar e avaliar processos de formação educacional convergindo para a elaboração de projetos políticos pedagógicos para escolas da educação infantil e do ensino fundamental. Este princípio é base na construção de sentidos para os estudos teóricos acerca da educação, promovidos no decorrer do curso envolvendo a política educacional macro, meso e micro, os



conceitos de gestão democrática até as rotinas escolares em suas diversidades e complexidades; compreendendo que gestão educacional se faz com a participação de sujeitos sociais nas mais diversas instituições, instâncias que promovem formação humana.

A extensão universitária

Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de extensão universitária e garantir as relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade, esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da Unemat de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso (corresponde a 10% da carga horária total do curso).

A Creditação de Extensão é definida como o registro de atividades de Extensão no Histórico Escolar, nas diversas modalidades extensionistas, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão (ACE), a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Unemat, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACE's fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular.

Este curso garante ao discente a participação em quaisquer atividades de extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACEs), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na execução e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na execução e/ou como palestrante.

Ao discente é permitida a participação em quaisquer ACEs, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais critérios especificados nas normas pertinentes.

As discussões em torno da extensão universitária vêm ganhando corpo ao longo das últimas décadas e ela vem sendo apontada como indissociável do ensino e da pesquisa quando falamos da universidade. “Ela representa uma ligação direta com a comunidade, tanto na questão do campo empírico do conhecimento quanto da aplicabilidade do que a universidade produz. Não se faz, sobretudo, educação sem extensão universitária. A relação mais direta entre universidade e comunidade é proporcionada pela extensão universitária, entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (Fernandes; Silva; Machado; Moreira, 2012, p.170).

Desta forma, a extensão universitária se “(...) apresenta como uma das práticas acadêmicas com o maior potencial para interpretar as demandas apresentadas pela sociedade, já que permite socializar o conhecimento e promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular.” (Veras; Souza, 2016, p 02). Compreendida desta forma, a extensão universitária não pode ocupar um papel em segundo plano, pois ela não pode ser dissociada do ensino e da pesquisa, sendo que ela é a grande via de comunicação entre tudo o que a universidade oferece assim como é fonte de tudo o que a sociedade produz e fornece para a universidade.

No caso do curso de Pedagogia, ao passo que a universidade contribui com a melhoria das relações dos processos de ensino/aprendizagem, os espaços escolares servem de oportunidade de desenvolvimento dos acadêmicos em extensão em formação e ainda



trazerem conhecimentos das comunidades de aprendizagem para a universidade. A extensão universitária está prevista nos cursos de licenciatura em Pedagogia sendo fundamental para integralizar a formação nesta área de conhecimento. Dessa forma, a universidade precisa viabilizar espaços para que os acadêmicos tenham a oportunidade de interagir com a comunidade, principalmente a escolar, atuando em sua área de formação.

A nova legislação sobre a extensão universitária também contempla a necessidade de se desenvolver a extensão universitária, estabelecendo carga horária obrigatória de 320 (trezentas e vinte horas) para serem desenvolvidas ao longo da formação ou da integralização do curso de forma presencial, em parceria com instituições oficiais de ensino. Ou seja, não pode ser de forma remota ou à distância. Vejamos o que diz a resolução do CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Educação:

Art. 5º IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente; (p.03).

Vemos claramente na forma da manifestação do governo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ratificando a obrigação da universidade no exercício de bons e permanentes programas de extensão. O que vem reforçado no artigo 07 da mesma resolução, fazendo também referência à prática educativa.

Art. 7º II - a construção do conhecimento sobre o ensino, a aprendizagem, a avaliação e o conteúdo específico de sua formação, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento dos profissionais do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa; (p. 04).

Entretanto, assim como as atividades de ensino e pesquisa, as atividades de extensão universitária também estão sujeitas a um conjunto de orientações e normativas para a sua validação, ou seja, sua creditação, cabendo o registro destas atividades em documentos adequados que possam ser verificados para confirmar sua validação. Vejamos:

Art. 7º XVIII - o registro do desenvolvimento do licenciando nas atividades acadêmicas de extensão em documentação adequada, que permita o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do licenciando; (p 06).

Nas duas referências seguintes, na mesma resolução, podemos verificar que a extensão universitária não pode apenas resultar de bons projetos de seus profissionais e estudantes. Ela precisa estar arraigada na própria proposição do curso de origem dos estudantes.

Art. 13 h) estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; (p.10)

Art. 13 III - Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com



orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.
(p 11).

A resolução em questão também estabelece a carga horária mínima de 320 com atividades de extensão universitária para os acadêmicos cursistas de Pedagogia, o que dá uma média de 40 horas para um curso de quatro anos distribuídos por oito fases formativas semestrais.

Art. 14 III - 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III, de que trata o art. 13, inciso III desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora; (p.13)

Um outro aspecto muito importante que a resolução 04 estabelece é a vinculação das atividades de extensão para efeitos de creditação e de seu registro é a necessidade da parceria com instituições oficiais de ensino da Educação Básica. Desta forma, só poderão ser creditadas atividades de extensão aquelas realizadas com base nesta vinculação.

Ainda, para fechar este texto, convém referenciar o que tratado no 53º fórum nacional de pró-reitores de extensão universitária, quando foi destacada a compreensão da extensão em sua dimensão formativa com saberes da realidade social, com permanente diálogo com as instituições de ensino. Além disso, foi reafirmado papel na universidade no compromisso com as práticas plurais, diversas, inclusivas e equitativas. “Esse compromisso implica em desenvolver práticas extensionistas que dialoguem com as demandas sociais, promovam a equidade e a justiça social, e contribuam para a formação de cidadãos críticos e engajados”. (FORPROEX, 2024). No mesmo manifesto houve a seguinte manifestação: “Na conjuntura atual, a extensão deve assumir cada vez mais as demandas formativas estabelecidas pelo contexto social. Isso requer ações que possibilitem aos/às estudantes compreender a realidade em que estão inseridos, sua complexidade social para a construção colaborativa de ações emanadas a partir da (e sobre esta) realidade objetiva, visando à produção de conhecimento comprometida com a transformação social”.

3.2 Integração com a Pós-graduação

A base da pós-graduação está na graduação. Neste sentido, a integração com a pós-graduação se dará desde a orientação aos trabalhos de conclusão de curso, promovida pelas disciplinas relacionadas às áreas da pesquisa em educação, a exemplo da metodologia da pesquisa científica, da disciplina de produção de artigos científicos pelos cursistas da graduação da disciplina de defesa dos TCCs. Dessa forma, os cursistas saem da graduação já com o preparo necessário para os processos de pesquisa e de produção acadêmica científica nos primeiros níveis de pós-graduação, como as especializações e os mestrados.

O curso de Pedagogia procurará sempre manter eventos possibilitando a integração entre os programas de pós-graduação da própria instituição de tal forma que as produções em todos os níveis circulem em toda a comunidade acadêmica.

3.3 Mobilidade estudantil e internacionalização

De acordo com o Programa de Mobilidade Acadêmica, instituído e regulamentado pela Resolução nº 087/2015-CONEPE, o aluno vinculado a cursos de graduação da UNEMAT pode cursar disciplinas em outros cursos de graduação da UNEMAT e de outras Instituições (nacionais ou estrangeiras), desde que não ultrapasse 20 % do total dos créditos do curso em que está matriculado (art. 15). Também pode participar de atividades vinculadas à pesquisa



e/ou extensão. Neste sentido, o Curso de Pedagogia aqui proposto, tanto pode receber estudantes de outras Instituições de Educação Superior conveniadas com a UNEMAT, quanto viabilizar para que os alunos regularmente matriculados possam cursar disciplinas pertinentes a sua formação.

As ações de mobilidade estudantil e internacionalização na UNEMAT, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2022-2028, são estratégicas para promover a formação integral dos estudantes, a troca de experiências culturais e acadêmicas, e o reconhecimento da UNEMAT no cenário internacional. Nesse sentido, as iniciativas incluem:

1. Mobilidade Acadêmica em si, que compreende a possibilidade de que seus acadêmicos realizem mobilidade acadêmica em diferentes cursos de seus câmpus ou em outras instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, por um período máximo de um ano. Além dos aspectos curriculares, a mobilidade estudantil proporciona uma rica experiência de intercâmbio cultural, que contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, enriquecendo sua formação com perspectivas globais. Essa mobilidade pode ser realizada desde que haja equivalência mínima entre o conteúdo e a carga horária das disciplinas cursadas em mobilidade e aquelas do curso de origem do estudante;
2. Convênios e Parcerias Internacionais com universidades e institutos de pesquisa de outros países, proporcionando oportunidades para que os estudantes possam cursar disciplinas, realizar estágios ou desenvolver projetos de pesquisa no exterior;
3. Incentivo à Internacionalização, por meio de incentivo (afastamentos e ajudas de custo) para a participação de seus docentes e discentes em eventos acadêmicos internacionais, a publicação de artigos em periódicos de alcance global e a realização de pesquisas em colaboração com instituições estrangeiras;
4. Bolsas e auxílios financeiros para apoiar os estudantes durante o período de mobilidade, reduzindo os obstáculos econômicos associados a estudos internacionais;
5. Idiomas e exames de proficiência, por meio da oferta de cursos de línguas estrangeiras e preparação para exames de proficiência, bem como a realização desses exames;
6. Reconhecimento e validação de estudos, por meio de normas que possibilitam o reconhecimento e validação de estudos realizados no exterior.

A mobilidade acadêmica tem como objetivo oportunizar a ampliação de conhecimentos e de realidades sociais, culturais e econômicas. Ressalta-se que todas as ações do acadêmico realizadas a partir deste programa precisam atender a Resolução acima citada e devem ser validadas pelo Colegiado do Curso, com o posterior registro no histórico escolar do aluno, propiciando-lhe a legitimidade da formação desenvolvida.

3.4 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs) integram recursos tecnológicos que aprimoram a comunicação, a troca de informações e as interações sociais, servindo também como um recurso para os processos de ensino-aprendizagem. Presentes no dia a dia, essas tecnologias são essenciais na construção e disseminação do conhecimento, promovendo novas formas de interação e eliminando barreiras geográficas através de ambientes virtuais. Em resposta a essas inovações, o presente Projeto Pedagógico busca incorporar uma abordagem crítica que contemple o uso qualificado e ético das TDICs, atendendo às exigências sociais contemporâneas e preparando os alunos para a vida cotidiana, o exercício da cidadania e o mercado de trabalho.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, e o Parecer CNE/CEB nº 4, de 20 de fevereiro de 2025, instituem as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e



mediática. E, no que tange à formação de professores, essas diretrizes apresentam orientações, dentre as quais se destacam dois pontos:

a) *Educação digital e midiática como eixo curricular*: A formação deve preparar o futuro professor para integrar a educação digital e midiática de forma transversal ou como componente específico e disciplinar, abordando cultura digital, mundo digital, pensamento computacional, compreensão de algoritmos, Inteligência Artificial (IA), cidadania digital e proteção de direitos. (Resolução CNE/CEB nº 2/2025, Art. 28 e 29; Parecer CNE/CEB nº 4/2025, p. 5-6).

b) *Uso pedagógico de dispositivos digitais*: Os cursos devem capacitar os licenciandos a planejar e mediar o uso intencional de dispositivos digitais para fins pedagógicos, priorizando os equipamentos fornecidos pela escola e compreendendo as especificidades de cada etapa da Educação Básica. (Resolução CNE/CEB nº 2/2025, Art. 9º, 10 e 11; Parecer CNE/CEB nº 4/2025, p. 5, 10-11).

Para tanto, na UNEMAT, incentiva-se o desenvolvimento de projetos pedagógicos que utilizem as TDICs para promover a aprendizagem ativa, como projetos baseados em problemas, aprendizagem colaborativa e *flipped classroom* (sala de aula invertida). Neste Projeto Pedagógico, esses temas, bem como a gamificação, serão abordados na seguinte disciplina:

Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs) (60 h/a): neste componente, são abordadas metodologias inovadoras, tais como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, gamificação, *design thinking*, entre outras, dando-se ênfase na abordagem dessas tendências de forma mediada por tecnologias. Também é abordado o uso da Inteligência Artificial na educação.

Além do conteúdo específico de cada disciplina, busca-se realizar a análise, revisão e reflexão consciente e crítica sobre recursos didáticos mediados pelas TDICs, de modo a promover: (i) acessibilidade digital e comunicacional; (ii) interatividade entre docentes e discentes; (iii) acesso a materiais ou recursos didáticos de aprendizagem baseados na necessidade, interesse e realidade social do aluno; (iv) aprendizagem das novas tecnologias em rede e dos recursos midiáticos mobilizados nas práticas pedagógicas contemporâneas e inovadoras.

As tecnologias digitais são utilizadas na UNEMAT para a realização de avaliações formativas e somativas, proporcionando uma avaliação ágil e efetiva aos estudantes e facilitando a análise de dados para a melhoria contínua do ensino-aprendizagem. O Sigaa e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são recursos utilizados tanto para a educação a distância quanto como complemento aos cursos presenciais. Este ambiente virtual possibilita a oferta de cursos e disciplinas *online*, acesso a materiais didáticos, interação entre alunos e professores através de ferramentas como fóruns e chats, além de permitir a avaliação e o monitoramento do desempenho estudantil.

Além do uso dos referidos sistemas, a UNEMAT se dedica à inclusão digital, oferecendo suportes diversos como acesso a laboratórios de informática, internet e, em alguns casos, auxílio financeiro para a compra de dispositivos. A universidade também investe na capacitação contínua dos professores, promovendo programas de formação periódicos. Essas iniciativas asseguram que tanto alunos quanto docentes potencializem as oportunidades educacionais e a integração das tecnologias digitais no processo acadêmico.

3.5 Educação Inclusiva

A educação inclusiva, conforme a primeira tradução da Declaração de Salamanca, de 1994, é um conceito abrangente, abrange todas as crianças e jovens que possuem necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de dificuldades de aprendizagem, de suas capacidades, ou de condições sociais, culturais e econômicas desfavoráveis. Isso inclui minorias linguísticas, étnicas ou culturais, crianças que vivem nas



ruas, trabalham ou pertencem a populações nômades, entre outros grupos historicamente marginalizados. A ideia central é que todas as crianças devem ter acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas particularidades, celebrando a diversidade como uma riqueza para o ambiente escolar (Breitenbach, Honnef, Costas, 2016).

A inclusão deve ser vista sempre sob dois vieses: dos sujeitos, e do *locus* no qual o processo de inclusão deve acontecer. Nesse sentido, para uma instituição educacional ser verdadeiramente inclusiva, ela deve criar condições pedagógicas, didáticas, ambientais e curriculares que atendam a todos os estudantes, promovendo uma equidade educacional. A educação inclusiva busca garantir não apenas o acesso, mas também a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino para todos os alunos, independentemente de suas condições.

Partindo desses pressupostos, a UNEMAT desenvolve diversas iniciativas que promovem a inclusão e a democratização do acesso à educação superior (UNEMAT, 2023), como:

- **Turmas Fora de Sede e Modalidades Diferenciadas:** cursos em diferentes formatos de oferta, incluindo turmas fora de sede, que visam atender às demandas específicas de formação de professores e outros profissionais em diversas regiões de Mato Grosso, incluindo áreas rurais e indígenas.

- **Educação Indígena:** A Faculdade Indígena Intercultural da UNEMAT tem como objetivo formar professores indígenas, oferecendo cursos específicos e diferenciados para mais de 30 etnias, com atenção às particularidades culturais e linguísticas desses grupos.

- **Política de Acessibilidade:** A universidade tem investido na aquisição de kits de material para pessoas com deficiência e na readequação dos ambientes nos câmpus universitários para garantir a acessibilidade.

- **Bolsas de Iniciação Científica com Foco em Inclusão:** oferta de bolsas de iniciação científica que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias assistivas e metodologias inclusivas, bem como bolsas relacionadas a editais voltados à ações afirmativas;

- **Programas e Projetos de Extensão:** A UNEMAT desenvolve programas e projetos de extensão que visam à inclusão social e ao atendimento de grupos vulneráveis, promovendo a interação entre a universidade e a comunidade.

Além dessas iniciativas, a UNEMAT possui uma política de cotas que visa promover a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior. As cotas são destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com ênfase em:

- **Cotas para Estudantes de Escolas Públicas:** 60% das vagas de cada curso são reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

- **Cotas Étnicas e Sociais:** Dentro das vagas reservadas para escolas públicas, há subdivisões para atender a grupos específicos. Conforme a Res. 046/2023 – CONEPE, para cursos com 40 (quarenta) vagas, 16 (dezesesseis) vagas são destinadas à ampla concorrência e 24 (vinte e quatro) aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas;

- a) 10 (dez) vagas para estudantes negros;
- b) 02 (duas) vagas para estudantes indígenas;
- c) 01 (uma) vaga para estudante com deficiência;
- d) 11 (onze) vagas para os demais estudantes de escola pública;

Caso as vagas destinadas a negros, indígenas e estudantes com deficiência não forem preenchidas, elas serão destinadas aos demais estudantes da escola pública.

- **Auxílio à Pessoa com Deficiência (PcD):** destina-se àquele estudante com vulnerabilidade socioeconômica e condição comprovada por laudo médico, de acordo com o disposto em legislação vigente específica.



• **Bolsa Integradora Pessoa com Deficiência (PBIPCD):** destinada ao estudante que atuará como facilitador de aprendizagem de estudante com deficiência (PcD), seja um estudante que possua deficiência ou que possua formação e/ou expertise capaz de facilitar a aprendizagem considerando uma determinada deficiência.

Neste Projeto Pedagógico, os alunos terão acesso a essas oportunidades e iniciativas já no processo seletivo para ingresso no curso, o qual contemplará a oferta de vagas abrangendo as cotas acima mencionadas. E, durante a trajetória no curso, as demais oportunidades de bolsas bem como de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão serão oferecidas mediante a publicação de editais específicos pela UNEMAT.

3.5.1 Educação Especial

A Educação Especial compreende um campo de conhecimento e de prática profissional no qual o licenciando precisa estar preparado para compreender e atuar, notadamente, no que tange ao acolhimento e atendimento, nas salas comuns das escolas de educação básica, do público da Educação Especial, tais como alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, bem como, reconhecer os espaços que se constituem no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tais como as salas de recursos multifuncionais.

Nesse sentido, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva compreende o atendimento do público da Educação Especial em instituições educacionais em todos os níveis de ensino, de modo que usufruam da escolarização como direito efetivo (materializado), tendo suas necessidades educacionais especiais plenamente atendidas (Breitenbach, Honnef, Costas, 2016). Esse conceito e princípio é atendido pelo curso, tanto no acolhimento de alunos com necessidades educacionais especiais como na formação dos/as licenciandos/as em Pedagogia.

Essa discussão busca atender também ao que dispõe a legislação sobre o tema.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação e expressão no Brasil, destacando sua natureza visual-motora e estrutura gramatical própria, utilizada pelas comunidades surdas. A lei determina que o poder público e empresas concessionárias de serviços públicos devam apoiar e promover o uso e a difusão da Libras. Além disso, instituições de saúde devem garantir atendimento adequado aos surdos, e o ensino de Libras deve ser incluído nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, sem substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Essa legislação é um marco importante para a inclusão e o reconhecimento dos direitos das pessoas surdas no país.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436/2002, e o art. 18 da Lei no 10.098/2000, referentes à Língua Brasileira de Sinais (Libras), estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e define critérios para a formação de professores e instrutores de Libras, priorizando a participação de pessoas surdas nesses cursos. Além disso, determina que as instituições de ensino garantam acesso à comunicação e educação para alunos surdos, incluindo a presença de tradutores e intérpretes de Libras, bem como promovam a capacitação de profissionais da saúde e de serviços públicos para o uso e difusão da Libras. O decreto também prevê a criação de cursos superiores para formação de tradutores e intérpretes de Libras e estabelece prazos para a implementação dessas medidas, visando a inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, visa assegurar um processo educacional inclusivo para alunos com necessidades educacionais especiais. A resolução determina que o atendimento desses alunos deve começar na educação infantil e ser realizado preferencialmente em classes comuns do ensino regular, com adaptações



curriculares e apoio pedagógico especializado. E também orienta sobre a criação de classes especiais em caráter transitório e a possibilidade de atendimento em escolas especiais quando necessário. Para tanto, enfatiza a formação de professores capacitados e especializados, assim como a necessidade de parcerias entre escolas, sistemas de ensino e outras instituições para promover a inclusão e acessibilidade.

Por sua vez, em 2008, a partir de um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação, foi apresentada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, enquanto referencial que reflete o movimento mundial pela inclusão, fundamentado nos direitos humanos e na igualdade de condições no acesso à educação. O foco desta política é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo acesso ao ensino regular e atendimento educacional especializado, reconhecendo, para tanto, a necessidade de mudanças estruturais e culturais nos sistemas de ensino para atender às especificidades dos alunos, enfatizando a formação de professores, a acessibilidade e a articulação intersetorial. Essa política também enfatiza a evolução histórica e normativa da educação especial no Brasil, destacando marcos legais e programas implementados para promover a inclusão, como a inserção da Libras como disciplina curricular e a criação de salas de recursos. Em suma, esta política visa garantir que a educação especial seja transversal a todos os níveis de ensino, promovendo a plena participação dos alunos e a valorização das diferenças no contexto educacional.

Um ano após a apresentação da política, publicou-se a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica - modalidade Educação Especial. Essa resolução determina que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sejam matriculados em classes comuns do ensino regular, complementadas pelo AEE em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados. Nesse sentido, o AEE visa eliminar barreiras para a participação plena dos alunos na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem, utilizando recursos de acessibilidade. A resolução também aborda o financiamento das matrículas no âmbito do FUNDEB, a competência dos professores e outros profissionais envolvidos, e a necessidade de integração do AEE no projeto pedagógico das escolas, além de definir as atribuições específicas dos professores do AEE.

E, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que estabelece diretrizes para a educação especial e o atendimento educacional especializado no Brasil, visa garantir a materialização de um sistema educacional efetivamente inclusivo em todos os níveis de ensino. O texto define que o público-alvo da educação especial inclui pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse sentido, o decreto assegura o direito à educação sem discriminação, promovendo a inclusão plena e oferecendo apoio necessário para a escolarização desses estudantes, seja de forma complementar ou suplementar. Além disso, prevê o suporte técnico e financeiro do Poder Público para instituições que atuam na educação especial, incluindo a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação de professores e gestores para promover a educação inclusiva. O decreto também menciona a dupla matrícula para estudantes que recebem atendimento educacional especializado, permitindo que sejam contabilizados tanto na educação regular quanto no atendimento especializado, e estabelece a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Além desses fundamentos normativos referentes à Educação Especial, há que se considerar, também, o aporte legislativo referente a Pessoas com Deficiência, a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, à acessibilidade e à tecnologia assistiva, tais como: a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa



com Transtorno do Espectro Autista (TEA); o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania; e o Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, que regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o qual estabelecendo diretrizes, objetivos e eixos para o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.

Assim, e em cumprimento da legislação, essas discussões estão presentes na formação do Licenciado em Pedagogia. Para tanto, este PPC traz a oferta dos seguintes componentes curriculares:

- **Fundamentos da Educação Inclusiva e Especial (60 h/a):** neste componente, são abordadas a história da Educação Especial, com ênfase na Educação Especial brasileira enquanto campo do conhecimento, modalidade de educação escolar e área de atuação. Abordam-se os modelos de deficiência (médico, social e biopsicossocial) e suas implicações para a Educação Especial, além da discussão sobre os paradigmas da Educação Especial: institucionalização, integração e inclusão. Promove-se a discussão sobre o público da Educação Especial no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar (conceito e caracterização), bem como, dos conceitos de diversidade, inclusão e deficiência.

- **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60h/a):** neste componente, são abordados aspectos sócio históricos, linguísticos e culturais da Surdez, modelos educacionais na educação de surdos, o histórico da Língua Brasileira de Sinais, aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais, discussões sobre educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras, bem como, sobre o processo de aquisição da Língua de Sinais, além da LIBRAS instrumental e do aprendizado da LIBRAS.

No desenvolvimento da atividade docente de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso é garantido o auxílio do intérprete de Libras quando estão presentes estudantes surdos. Os estudantes com transtornos do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, principalmente) têm direito a um auxiliar pedagógico. E, os estudantes com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) têm direito a acompanhante leitor.

Por sua vez, os espaços para as aulas e as práticas têm acessibilidade a estudantes cadeirantes e com mobilidade reduzida. A escolha dos materiais didáticos prioriza o a otimização dos custos, o amplo acesso e a maior percepção visual.

Assim, as metodologias de ensino do curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes, priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

Os conceitos e as práticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que orientam o presente PPC resultam dos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em constante diálogo. Deste modo, os pressupostos e as práticas de educação inclusiva estão presentes neste processo de ensino universitário, de modo que os estudantes vivenciem, internalizem e possam desenvolvê-las quando atuarem na sociedade como profissionais formados e como cidadãos.

3.6 Educação para os direitos humanos

É pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que se objetiva alcançar uma sociedade melhor e mais justa. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, estabelece o objetivo de se fortalecer a cultura de direitos humanos no país, a partir de cinco eixos principais: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e



Segurança Pública, e Educação e Mídia. A partir do PNEDH, busca-se promover a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, incentivando a transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas e nos currículos educacionais.

Por sua vez, a Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos (EDH) emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades”. Reafirma ainda que tal educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

A Resolução CNE/CP nº 1/2012, portanto, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, subsidiada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2003).

As exigências presentes nestas legislações serão contempladas nas transversalidades das temáticas de algumas das disciplinas. O que poderá ser verificado nos ementários das disciplinas: Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação e Legislação e Políticas da Educação Brasileira.

Sendo assim, no âmbito deste projeto político pedagógico, a Educação em Direitos Humanos será pautada pelas noções de interdisciplinaridade e de transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade a qual a universidade se constitui, mas trabalha ainda, considerando a disciplinarização do currículo. A transversalidade se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos discentes.

3.7 Educação para as relações étnico-raciais

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. O objetivo é incluir, na educação básica, o estudo da História da África, dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição do povo negro na formação social, econômica e política do país. Esses conteúdos devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase em Educação Artística e nas disciplinas de Literatura e História Brasileiras.

Por sua vez, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. Essa legislação visa incluir no processo educacional aspectos relevantes da formação da população brasileira, destacando a história da África e dos africanos, a luta dos negros e povos indígenas no Brasil, bem como suas contribuições culturais, sociais, econômicas e políticas para a sociedade nacional. Os conteúdos devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase especial nas disciplinas de educação artística e literatura e história brasileiras, promovendo um reconhecimento e valorização mais amplos desses grupos étnicos na educação do país.



Atendendo aos dois dispositivos legais, a educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/CP nº 1/2004, art. 2º, §2º).

Em cumprimento à Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que dispõem sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de seus aportes legais, o curso de Licenciatura em Pedagogia definiu um componente curricular específico para abordar e conteúdo:

Ementa: Conceitos de raça, racismo, diferença, alteridade, estereótipos e preconceito. Processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil. Diversidade étnica na sociedade brasileira e no Estado de Mato Grosso. Luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. A representação do negro e indígena no Livro didático. Práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos para trabalhar com a temática da diversidade racial em sala de aula

Enquanto componente curricular específico, o estudo e a discussão sobre relações étnico-raciais está comprometido com uma formação que busca dar subsídios para se identificar e combater desigualdades e injustiças sociais; valorizar a diversidade cultural e étnico-racial, reconhecendo a contribuição de diferentes grupos para a sociedade; fortalecimento de identidades étnicas, bem como da empatia e do respeito pelas diferenças; reconhecer e contestar práticas e discursos racistas e discriminatórios; e desenvolver o pensamento crítico ante a essas questões, o que é fundamental para o educador.

3.8 Educação ambiental

Em virtude da exploração indiscriminada aos recursos naturais, embora alguns recursos sejam renováveis, outros podem ser levados à extinção e, dessa forma, o esgotamento de recursos leva ao desequilíbrio ambiental ao longo dos anos. Torna-se urgente a necessidade de transformações que resgatem o respeito a todos os seres vivos do planeta levando-se em conta a equidade, diversidade e sustentabilidade.

Assim, faz-se necessário uma sensibilização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que são também responsáveis na formação cidadã de seus discentes. A educação ambiental é fundamental para uma maior sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter melhoria na qualidade de vida respeitando o meio ambiente. Somente por meio da educação ambiental o ser humano será capaz de transformar valores e atitudes para promover uma sociedade mais sustentável pautada em valores como cooperação, solidariedade e respeito à diversidade.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, estabelece a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto formal quanto não-formal. A lei define a educação ambiental como processos que constroem valores sociais e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à qualidade de vida e sustentabilidade, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, atribuindo ao Poder Público, instituições educacionais, órgãos do Sisnama, meios de comunicação e outras entidades a responsabilidade



de promover e integrar a educação ambiental em suas atividades. Princípios como o enfoque holístico, a interdisciplinaridade e a participação ativa na solução de problemas ambientais são fundamentais, e a lei incentiva a capacitação de recursos humanos, estudos e pesquisas, produção de material educativo e avaliação contínua das ações. De acordo com a lei, a educação ambiental não deve ser uma disciplina específica, mas sim incorporada em todas as disciplinas e níveis de ensino.

Por sua vez, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, estabelece diretrizes para o estabelecimento de programas de educação ambiental integrados em todos os níveis e modalidades de ensino, além de envolver diversos segmentos da sociedade. Para tanto, incentiva a integração da educação ambiental nas disciplinas de forma transversal e contínua, promove parcerias para práticas educativas ambientais, e estabelece que os ministérios devem alocar recursos em seus orçamentos para cumprir os objetivos da política.

E, na sequência, a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, dispõe que a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º), devendo ser integrada e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Básica até a Superior. As diretrizes enfatizam a importância da Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, visando à formação de cidadãos conscientes e atuantes na defesa e preservação do meio ambiente. Além disso, destacam a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação e a criação de políticas que incentivem a pesquisa e a produção de materiais didáticos alinhados à dimensão socioambiental, com o objetivo de construir sociedades justas e sustentáveis.

Nesse contexto, em atendimento à legislação sobre o tema, neste Projeto Pedagógico a Educação Ambiental será abordada de modo transversal nas disciplinas Alfabetização em Ciências Naturais e de Metodologia de Ciências Naturais para o início da escolarização.

O curso de Licenciatura em Pedagogia dá destaque à questão ambiental como uma prática fundamental, optando pela formação e qualificação de seus egressos, futuros formadores, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais.

3.9 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O documento estabelece um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho.

A BNCC é referência obrigatória para a construção e revisão de currículos, buscando privilegiar a integração de políticas educacionais e a valorização da diversidade cultural e social. A resolução também define competências gerais e específicas para cada área do conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, no âmbito da Educação Básica.

Especificamente, para a Educação Infantil, a BNCC enfatiza os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, destacando a importância de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos visam promover a interação social, a expressão criativa, a participação ativa no planejamento das atividades



escolares e o reconhecimento da diversidade cultural e social, garantindo que as crianças sejam vistas como sujeitos históricos e de direitos, conforme a Resolução CNE/CEB 5/2009.

Já para o Ensino Fundamental, a BNCC busca uma articulação com as experiências da Educação Infantil, propondo uma progressiva sistematização do conhecimento. Nos anos iniciais, a alfabetização é o foco central, assegurando que os estudantes dominem o sistema de escrita alfabética e as operações matemáticas básicas. A BNCC organiza o currículo em Áreas do Conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, cada uma com competências específicas que visam desenvolver habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais.

Para tanto, em atendimento à BNCC, este Projeto Pedagógico inclui componentes curriculares voltados ao estudo do currículo, bem como, de metodologias, recursos, atividades e avaliação voltadas ao ensino das diversas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Literatura, Matemática, História, Geografia, Ciências e Saúde, Educação Física e Artes, a saber:

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Artes (60 h/a):** focar a pluralidade das manifestações artísticas e sua importância na humanização, abordando criação, crítica e expressão artística na educação infantil e anos iniciais, com foco em metodologias e avaliação;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Ciências e Saúde (60 h/a):** analisa a ciência como prática social e o papel da observação e experimentação no ensino de ciências e saúde, destacando a transposição do saber científico para o escolar e metodologias para os anos iniciais;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Educação Física (60 h/a):** abordar diferentes teorias pedagógicas da Educação Física, inclusão e interculturalidade, valências físicas e habilidades motoras, e o planejamento de aulas com foco na prática pedagógica;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Geografia (60h/a):** abordar os fundamentos teóricos do ensino de Geografia, a formação do conceito de espaço e a representação espacial na criança, além de metodologias e planejamento de aulas para educação infantil e anos iniciais;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de História (60h/a):** discute os fundamentos do ensino de História, a importância da identidade e do cotidiano, o uso de fontes históricas e o planejamento de aulas que integrem a história local e a formação histórica das crianças;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Língua Portuguesa (60h/a):** focar nos fundamentos teóricos do ensino de Língua Portuguesa, propostas pedagógicas, análise linguística e planejamento interdisciplinar, com ênfase nos multiletramentos e alfabetização;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Literatura (60 h/a):** enfatiza a relação entre leitura e literatura infantil, sua importância na formação do sujeito, gêneros literários, e o planejamento de atividades literárias para a educação infantil e anos iniciais;

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares do ensino de Matemática (60 h/a):** abordar a natureza do conhecimento matemático, tendências e pressupostos teórico-metodológicos para o ensino de matemática, incluindo resolução de problemas e uso de tecnologias da informação;

Além destes, considerando a necessidade de apropriação de conceitos próprios das áreas de Matemática e Ciências Naturais (Física, Química e Biologia) voltados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, definiram-se dois componentes curriculares com essa finalidade:

- **Alfabetização em Matemática (60 h/a):** compreende o compromisso social, político e pedagógico do pedagogo no ensino da matemática. Fundamentos e tendências do ensino da matemática e a natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da



matemática na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também compreende as competências didático pedagógicas do(a) professor(a) pedagogo(a) para as aprendizagens significativas da matemática fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular.

- **Alfabetização em Ciências Naturais (60 h/a):** Compreende o estudo dos fundamentos filosófico-científicos das Ciências Naturais para a formação docente e as abordagens históricas, epistemológicas e pedagógicas sobre a constituição do pensamento científico. Também aborda os princípios estruturantes das Ciências Naturais (matéria, energia, vida, tempo, espaço e transformação) na perspectiva da alfabetização científica. As relações entre ciência, sociedade, ética, meio ambiente e educação ambiental. As crianças como sujeitos de práticas investigativas.

Estes componentes têm por objetivo contribuir para mitigar a defasagem de conhecimentos nessas áreas, bem como fornecer uma base mais sólida para seu aprofundamento nas etapas posteriores da Educação Básica.

Por fim, considerando as particularidades e os desafios relacionados à alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como, das especificidades do trabalho com crianças em Creches e Pré-escolas no âmbito da Educação Infantil, são previstos, além dos estágios, componentes curriculares voltados à discussão do currículo, metodologias, recursos, atividades e avaliação nesses contextos, quais sejam:

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Alfabetização I (90 h/a):** Que compreende as concepções de alfabetização. Abordagem histórica dos materiais e métodos de alfabetização (Método sintético, Método analítico, Método fônico, Método misto ou eclético). A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. Construtivismo e Sociointeracionismo. Psicogênese da língua escrita. Diagnóstico de escrita. Alfabetização e letramento. O Sistema de Escrita Alfabética (SEA). O Sistema de Escrita Alfabética e suas relações com a consciência fonológica. A literatura como atividade permanente no processo de alfabetização. Estratégias de Leitura. A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. O planejamento de situações didáticas para a alfabetização. Desenvolvimento do planejamento, avaliação e organização do trabalho docente.

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Alfabetização II (90 h/a):** que aborda as concepções teóricas e metodológicas com destaque à compreensão de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e a proposta de letramento e alfabetização de Paulo Freire. Análise dos aspectos linguísticos presentes na alfabetização e as condições socioculturais do aprendizado da leitura e da escrita com diferentes gêneros e suportes textuais. A política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de alfabetização e letramento. Os quatro eixos do ensino da alfabetização: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, produção de textos. Concepções que norteiam o processo avaliativo. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. A sala de aula como ambiente alfabetizador para o atendimento às diferentes necessidades das crianças no processo de alfabetização. Desenvolvimento do planejamento e organização do trabalho docente. A avaliação como estratégia para a recomposição da aprendizagem no processo de alfabetização. Estudo de referências da formação do educador (alfabetizador).

- **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil I (90 h/a):** Compreende a Educação Infantil I, com observação e intervenção na creche para crianças de 0 a 3 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real



de trabalho pedagógico. Nesse primeiro momento do Estágio Supervisionado em instituições de Educação Infantil os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

• **Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil II (60 h/a):** Ementa: Educação Infantil II, Pré-escola, com observação e docência - 4 a 5 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação, planejamento e docência no desenvolvimento pedagógico das diferentes tarefas inerentes ao educar crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo do curso de Pedagogia da UNEMAT – Campus Sinop, está estruturado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e na legislação interna da UNEMAT, com destaque para os seguintes documentos: Instrução Normativa 002/2008/PROEG, Instrução Normativa 003/2008/PROEG, Instrução Normativa 003/2019/PROEG, Resolução nº 001/2024-CONEPE, Resolução nº 071/2011/CONEPE, Resolução 029/2012/CONEPE, Resolução nº 030/2012/CONEPE, Resolução nº 031/2012/CONEPE.

Para orientar o percurso da formação, as disciplinas que constituem o currículo do curso de Pedagogia aqui delineado estão organizadas com base nos seguintes elementos: Unidades de Créditos, Núcleos de Estudos e Fases Formativas.

Os Núcleos de Estudos – formação geral, de aprofundamento de conteúdo específico, de atividades de extensão, e de estágio supervisionado, atendem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01/2006_ e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 04/2024). Portanto, constituem-se por um conjunto de disciplinas que favorecem uma formação ampla que propiciem, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado. Ou seja, “Os núcleos de estudos deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação”. (Parecer CNE/CP N.º 05/2005).

As Fases Formativas constituem repertórios de saberes inerentes à formação do pedagogo e são propostas para orientar o aluno na definição de um percurso formativo e de uma dinâmica para sua formação. Para tanto, são propostas oito fases, composta por disciplinas que integram os três núcleos de estudos (além do núcleo de atividades de extensão), que possibilitam a formação teórico-prática ancorada em estudos da literatura pertinente à formação de professores e de realidades educacionais diversas.

4.2 Formação teórica articulada com a prática

A formação teórica articulada com a prática se materializa a partir do modo como os componentes curriculares são pensados e executados no curso, incluindo disciplinas, atividades práticas, atividades de extensão, estágio curricular supervisionado, atividade de pesquisa, as quais são organizadas por créditos. Também há, dentre os componentes curriculares, a oferta de créditos na modalidade à distância, de modo que o aluno realize estudos teóricos, atividades práticas e avaliações neste formato, conforme prevê a legislação vigente.



4.2.1 Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares

Conforme o art. 12 da Resolução 001/2024-CONEPE, os componentes curriculares dos cursos de graduação da UNEMAT são organizados em dois grupos:

- **Disciplinas:** são componentes curriculares compostos por um conjunto sistematizado de conteúdos concernentes a uma área de conhecimento resultante de um programa de formação, coordenadas por um ou mais docentes.

- **Atividades:** são componentes curriculares que integram a formação do estudante em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, ciência, tecnologia e inovação, conforme previsto no PPC e demais instrumentos normativos específicos relacionados a cada atividade, coordenadas e/ou ministradas por um ou mais docentes.

Para tanto, a UNEMAT adota os seguintes componentes curriculares, conforme o art. 13 da referida resolução:

- Disciplinas obrigatórias;
- Disciplinas de livre escolha;
- Atividades curriculares de extensão;
- Atividades complementares, em conformidade com a DCN do curso;
- Atividades de estágio curricular supervisionado;
- Atividade de conclusão de curso.

A estrutura curricular do curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia é integrada por componentes curriculares que são as disciplinas obrigatórias (OBR), as disciplinas de livre escolha/eletivas (ELE), atividades curriculares de extensão (ACE), as atividades de estágio curricular supervisionado (EST) e as atividades de conclusão de curso (TCC). Uma vez estando inseridos na matriz curricular do curso, todos esses componentes curriculares são obrigatórios, que são aqueles que o estudante deverá cursar necessariamente (ou ser dispensado mediante aproveitamento) conforme especificado na estrutura curricular, sendo imprescindível a aprovação no componente para a integralização curricular e conclusão do curso.

4.2.2 Sistema de créditos

A UNEMAT adota o sistema de créditos para a integralização dos cursos. O crédito é a unidade de medida do trabalho acadêmico e corresponde a 15 (quinze) horas de atividades acadêmicas (Res. 001/2024-CONEPE, Art. 15).

Por sua vez, créditos classificam-se em:

- **Créditos teóricos (T):** unidade de medida correspondente às aulas/atividades teóricas realizadas sob a responsabilidade exclusiva do docente da disciplina, e;

- **Créditos práticos (P):** unidade de medida correspondente às aulas práticas e/ou atividades realizadas sob supervisão e orientação do docente da disciplina, com a participação efetiva do estudante, conforme estabelecido no PPC (Res. 001/2024-CONEPE, Art. 16).

- Conforme a Normatização Acadêmica da UNEMAT, os créditos teóricos e práticos podem ter carga horária a distância, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (Res. 001/2024-CONEPE, Art. 16).

Neste Projeto Pedagógico, os **créditos teóricos (T)** serão realizados presencialmente ou a distância, contemplando a leitura e discussão de referências das áreas de formação geral e específica, bem como a discussão de possíveis resultados e dados conseguidos em atividades práticas.

Por sua vez, os **créditos práticos (P)** serão realizados de acordo com as seguintes peculiaridades:

I. Em componentes curriculares voltados à prática de ensino presentes nas disciplinas dos estágios, metodologias do ensino e didáticas



II. Em disciplinas que compreendam a formação para a pesquisa e para o trabalho de conclusão de curso: Metodologia Científica, Pesquisa em Educação, Projeto de Pesquisa e Monografia;

III. Em disciplinas que contemplem o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), obedecendo às resoluções vigentes;

IV Nas atividades referentes às Atividades Curriculares de Extensão (ACE).

4.2.3 Oferta de créditos na modalidade a distância

Em conformidade com o Decreto 12.456-CNE, de 19 de maio de 2025, algumas disciplinas constantes da Estrutura Curricular dispõem de créditos na modalidade a distância.

No que diz respeito à operacionalização e à oferta de créditos teóricos (T) e/ou práticos (P), na modalidade a distância, o professor responsável pela disciplina fará uso, obrigatoriamente, da plataforma SIGAA, definida pela UNEMAT/PROEG, e deverá cumprir o seguinte protocolo administrativo e pedagógico:

I. descrever, no plano de ensino da disciplina, o conteúdo e as atividades que serão trabalhados a distância e quais as estratégias pedagógicas baseadas em tecnologias digitais de informação e comunicação serão utilizadas;

II. organizar, sistematizar e acompanhar o conteúdo e as atividades de ensino em ambientes virtuais de aprendizagem institucionais, considerando seus objetivos pedagógicos;

III. utilizar os recursos didáticos disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem, como fóruns (propor casos, situações-problemas ou questões que fomentem a discussão para promover a interação da turma nesse espaço), entre outros;

IV. criar vídeo aulas diversificando o formato de apresentação do conteúdo e/ou disponibilizar vídeos, videoaulas, materiais com licenças livres nos ambientes virtuais de aprendizagem, observando-se as questões de direitos autorais;

V. propor aulas e/ou orientações síncronas por webconferência;

VI. gravar vídeos, arquivos de áudio ou outros recursos para fornecer orientações e explicações para os alunos;

VII. oferecer espaços síncronos ou assíncronos privados entre docente e alunos para que estes registrem suas aprendizagens, reflexões e percepções;

VIII. estar presente nos ambientes virtuais de aprendizagem, acompanhar os alunos junto à realização das atividades, acolher suas dúvidas, fomentar as discussões e as trocas entre o grupo, fornecer avaliações construtivas, respeitadas, fazer intervenções pedagógicas, desafiá-los.

Para fins de melhor visualização e cômputo da carga horária a ser realizada à distância, a mesma está identificada, nos respectivos quadros da matriz curricular, como **Crédito à Distância (D)**.

O presente projeto pedagógico possui carga horária de 525 (quinhentos e vinte e cinco) horas à distância, o que equivale à 16,50% do total da carga horária do curso. Esse percentual atende ao que dispõe o Decreto 12.456/2025, que estabelece o limite de 30% da carga horária total do curso para atividades à distância síncronas e/ou assíncronas no que tange aos cursos de graduação presenciais.

4.3 Núcleos de Formação

Conjugando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais os cursos de licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 4/2024), as Unidades Curriculares bem como a tipologia de componentes curriculares e créditos adotados pela Universidade do Estado de Mato Grosso,



apresentam-se, nos quadros 1, 2, 3 e 4, respectivamente, a distribuição dos componentes curriculares conforme os Núcleos I, II, III e IV.

- **Núcleo I – Estudos de Formação Geral - EFG:** composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, e formam a base comum para todas as licenciaturas. Este núcleo deve compreender o mínimo de 880 (oitocentas e oitenta) horas dedicadas às atividades de formação geral.

- **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE:** composto pelo conteúdo específico das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desse conteúdo. Neste núcleo, deve-se compreender o mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação.

- **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE,** realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. Neste núcleo, somam-se 320 (trezentas e vinte) horas de Atividades Acadêmicas de Extensão, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura. Essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora.

- **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado - ECS:** componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Neste núcleo, devem ser desenvolvidas 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica, segundo o PPC da instituição formadora (Brasil, 2024, p. 9).

Ainda a resolução, em seu art. 14, parágrafos 5º e 6º, orienta que “O estágio curricular supervisionado deve ser realizado, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância” e “As 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão devem ser realizadas, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância” (Brasil, 2024, p. 11).

4.3.1 Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)

O Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) enfoca temas centrais para a prática educativa.

Este núcleo articula suas contribuições para a compreensão da diversidade humana em seus múltiplos aspectos bioculturais, históricos e socioculturais. Fundamenta-se na premissa de que o ser humano é simultaneamente natureza e cultura, e que essa condição híbrida — como explicitado por autores como Roque de Barros Laraia (2009) e Tim Ingold (2012) — constitui a base da hominização e da construção das sociedades.

A primeira dimensão deste núcleo aborda o campo da Antropologia, suas áreas e métodos de pesquisa. A partir de autores como Geertz (1989), Peirano (1995; 1998) e Malinowski (1978), são introduzidas as noções de cultura, relativismo cultural, etnografia e o



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



papel do antropólogo, destacando a escuta sensível e o “olhar de dentro” como fundamentos epistemológicos e éticos da investigação antropológica.

Na segunda parte, explora-se a constituição morfológica e cultural dos povos, considerando os processos de dispersão planetária, migração e formação de sociedades complexas. São analisadas as influências de diversas matrizes formadoras da sociedade brasileira — povos indígenas, africanos, portugueses, migrantes europeus e asiáticos — e as consequências da colonialidade do poder (Quijano, 2007) e das lógicas eurocêntricas na construção do sistema-mundo moderno (Canclini, 2013; Hall, 2006).

UC I: FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Ciências humanas	Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação	60	60	0	3	1	Não há
Ciências humanas	Educação para relações étnico-raciais	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Epistemologia em Educação	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Filosofia	60	60	0	4	0	Não há
Ciências humanas	Filosofia da Educação I	60	60	0	4	0	Não há
Educação	Fundamentos da Educação Inclusiva e Especial	60	60	0	3	1	Não há
Ciências humanas	História da Educação	60	60	0	4	0	Não há
Ciências humanas	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60	30	30	4	0	Não há
Linguística e Literatura	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	60	0	4	0	Não há
Linguística e Literatura	Práticas de Leitura e Produção de Textos	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	60	60	0	4	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	60	60	0	3	1	Não há
Ciências humanas	Sociologia da Educação I	60	30	30	4	0	Não há
Ciências humanas	Sociologia da Educação II	60	60	0	4	0	Não há
Qualquer área	Disciplina livre 1 (eletiva)	60					
Qualquer área	Disciplina livre 2 (eletiva)	60					
TOTAL UC I		1020	720	180	57	3	

Outro eixo fundamental é quando educação é compreendida como fenômeno cultural, e a pedagogia é pensada a partir de uma abordagem intercultural e descolonizadora (Candau, 2016; Gomes, 2012), que reconhece e valoriza os diferentes sujeitos e formas de conhecimento. Nesse contexto, autores como Silvia Rivera Cusicanqui (2020), Bell Hooks (2018) e Djamila Ribeiro (2018, 2019) contribuem com perspectivas críticas que tensionam as noções tradicionais de currículo e identidade.

Este núcleo também aprofunda o debate sobre interseccionalidade (Crenshaw, 2004), diversidade de corpos e subjetividades, problematizando as condições da mulher, da criança,



da pessoa com deficiência e das populações LGBTQIA+. Com base em autoras como Silvia Federici (2017, 2019), Joan Scott (1991), Angela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (2019), são analisadas as interações entre gênero, classe, raça, deficiência e religiosidade como fatores estruturantes das desigualdades sociais e educacionais.

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares que compõem o núcleo.

Quadro 1 - Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG)

Neste Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG) é composto por 17 (dezesete) disciplinas, 68 (sessenta e oito) créditos e carga horária de 1020 horas.

4.3.2 Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares que compõem o núcleo II.

Quadro 2 - Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

UC II: FORMAÇÃO ESPECÍFICA							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Educação	Alfabetização e Letramento em Matemática	60	60	0	4	0	Não há
Educação	Alfabetização em Ciências Naturais	60	60	0	3	1	Não há
Ciências saúde	Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana	60	60	0	3	1	Não há
Ciências saúde	Brincadeiras, Jogos e Recreação para o início da escolarização	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Didática I	60	45	15	4	0	Não há
Educação	Didática II	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	60	60	0	2	2	Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV e V; Didática I; Didática II
Educação	Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil	60	60	0	2	2	Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV e V; Didática I; Didática II
Educação	Arte e Literatura infantil para o início da escolarização	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Metodologia de Ciências Naturais	60	30	30	4	0	Não há



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



	para o início da escolarização						
Educação	Metodologia de Educação Física para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologia de História para o início da escolarização	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)	60	30	30	4	0	Não há
Pesquisa educacional	Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação	60	60	0	4	0	Não há
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos	60	30	30	4	0	Não há
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Produção Investigativa	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação: Prática Investigativa
Pesquisa educacional	Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização I	90	60	30	4	2	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Alfabetização II	90	60	30	4	2	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de Jovens e Adultos	60	30	30	4	0	Não há
Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil I	60	30	30	4	0	Não há



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Educação	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação Infantil II	60	60	0	3	1	Não há
Educação	Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação	60	30	30	4	0	Pesquisa em Educação – Fundamentos Metodológicos; Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa; Pesquisa em Educação: Prática Investigativa; Pesquisa em Educação: Produção Investigativa
TOTAL UC II		1680	1275	405	95	17	

Neste Projeto Pedagógico de Curso, o Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) é composto por 27 componentes curriculares, 112 créditos e carga horária de 1680 horas.

4.3.3 Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

O Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) compreende as atividades curriculares de extensão, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. Essas atividades de extensão compreenderão as atividades descritas na seção 4.3.3 deste PPC.

Quadro 3 - Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

UC III: ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO	
Carga Horária	320

4.3.4 Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) concentra-se nos estágios curriculares supervisionados em diferentes contextos educacionais. Os estágios abordam: O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares e a carga horária do núcleo.

Quadro 4 – Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

UC IV: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO							
Área	Componente Curricular	CH Total	Carga Horária		Créditos		Pré-requisito
			Presencial	Distância	T	P	
Educação	Estágio Supervisionado I: Observação e Vivência Escolar	60	60	0	1	3	Não há
Educação	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)	90	90	0	2	4	Não há
Educação	Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)	90	90	0	2	4	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Educação	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)	90	90	0	2	4	Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)
Educação	Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II	90	90	0	2	4	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)
Educação	Estágio Supervisionado VI - EJA	60	60	0	1	3	Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)
TOTAL UC IV		480	480	0	10	22	

Conforme o quadro acima, o Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é composto por 6 (seis) disciplinas com a carga horária de 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

4.4.5 Eletivas livres

Os estudantes devem cursar 120 horas em disciplinas chamadas eletivas livres, como uma formação complementar, as quais podem ser cumpridas dentro do próprio curso ou podem ser cumpridas em disciplinas de outros cursos de graduação oferecidos pela UNEMAT, presenciais ou a distância. Além disso, é possível realizar essa carga horária por meio de mobilidade acadêmica, de acordo com a legislação específica. As disciplinas eletivas se integram à carga horária referente ao Núcleo I.

4.4.6 Resumo da estrutura curricular

O quadro a seguir apresenta o resumo da estrutura curricular.

Quadro 5 – Síntese da estrutura curricular

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	
Unidades Curriculares	Carga horária
UC I – Formação Geral	1020
UC II – Formação Específica	1680
UC III – Atividades acadêmicas de extensão	320
UC IV – Estágio Curricular Supervisionado	480
Carga horária total:	3500

4.4.7 Equivalência de Matriz

MATRIZ ANTIGA		MATRIZ ATUAL	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
História Geral da Educação	60	História da Educação	60
História da Educação Brasileira	60		
História da Educação de Mato Grosso	60		
Epistemologia da Educação	60	Epistemologia em Educação	60
Filosofia da Educação I	60	Filosofia	60
Filosofia da Educação II	60	Filosofia da Educação I	60
Sociologia da Educação I	60	Sociologia da Educação I	60
Sociologia da Educação II	60	Sociologia da Educação II	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Pressupostos Antropológicos da Educação	60	Antropologia e Educação	60
Introdução a Psicologia	60	Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito	60
Psicologia da Educação I	60	Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano	60
Psicologia da Educação II	60	Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem	60
Didática I	60	Didática I	60
Didática II	60	Didática II	60
Didática III: Seminário PPP da Educação Infantil	90	Didática III: A Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental	60
Didática IV	90	Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação infantil	60
Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização I	90	Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização I	90
Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização II	90	Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização II	90
Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil I	60	Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil I	60
Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil II	60	Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil II	60
Educação e as Tecnologias da Informação e da Comunicação	60	Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e (TDICS)	60
Metodologia de Artes para o início da escolarização	60		
Brincadeiras, jogos e recreação para o início da escolarização	60	Brincadeiras, jogos e recreação para o início da escolarização	60
Metodologia de Matemática para o início da escolarização	60	Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização	60
Metodologias de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização	60
Metodologias de Ciências Naturais para o início da escolarização	60	Metodologias de Ciências Naturais para o início da escolarização	60
Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60	Metodologia de Geografia para o início da escolarização	60
Metodologia de História para o início da escolarização	60	Metodologia de História para o início da escolarização	60
Estágio Curricular Supervisionado I (Ed. Inf.0 a 3)	90	Estágio Supervisionado I: Observação e Vivência Escolar	60
		Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)	90
Estágio Curricular Supervisionado II (Ed. Inf. 4 e 5)	90	Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)	90



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Estágio Curricular Supervisionado III (1º ao 3º ens. fund.)	90	Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)	90
Estágio Curricular Supervisionado IV (4º e 5º ens. fund.)	90	Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II	90
Estágio Curricular Supervisionado V (EJA)	60	Estágio Supervisionado VI- EJA	60
Estágio Curricular Supervisionado VI (ambientes não escolares)	60		
Fundamentos da Educação Especial	60	Fundamentos da Educação Especial	60
Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de jovens e adultos	60	Pressupostos Teóricos e Metodológicos de Educação de jovens e adultos	60
Pedagogia em Ambientes Não escolares	60		
Políticas Públicas Educacionais	60	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60
Legislação e Organização da Educação Brasileira	60	Legislação e Políticas da Educação Brasileira	60
Estudos de Currículo	60	Didática I	60
Educação Física: cultura corporal e motricidade humana	60	Educação Física: cultura corporal e motricidade humana	60
Língua Brasileira de Sinais	60	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
Práticas de leituras e Produção de textos	60	Práticas de leituras e Produção de textos	60
Literatura para o início da escolarização	60	Arte e literatura infantil para o início da escolarização	60
Matemática básica	60	Alfabetização e letramento em matemática	60
Metodologia científica	60	Fundamentos da pesquisa científica em educação	60
Metodologia da pesquisa em educação I	60	Pesquisa em educação – fundamentos metodológicos	60
Metodologia de pesquisa em educação II (projeto de pesquisa)	60	Pesquisa em educação: projeto de pesquisa	60
Metodologia de pesquisa em educação III	60	Pesquisa em educação: prática investigativa	60
Metodologia de pesquisa em educação IV (TCC)	60	Pesquisa em educação: produção investigativa	60
Eventos científicos e Metodologia de pesquisa educacional	60	Publicação e disseminação do conhecimento científico em educação	60
		Alfabetização em Ciências Naturais	60

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A sociedade contemporânea em que vivemos recebe vários adjetivos: sociedade complexa, sociedade planetária, sociedade plural, sociedade do conhecimento, entre outros adjetivos. Estes adjetivos delineiam a sociedade contemporânea como a sociedade da incerteza, sociedade na qual “[...] os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado” (Morin, 2000, p. 84), e neste sentido, a incerteza do real é uma constante, o que significa que a



realidade de cada um é simplesmente a ideia que ele possui de realidade (Morin, 2000). Estamos, pois, na contemporaneidade, vivendo uma “[...] permanente condição de incerteza, que é a condição permanente dos atores num sistema complexo” (Melucci, 1996, p. 22). É neste emaranhado que configura a sociedade atual que a universidade está inserida, e necessita, portanto, estar adequada às exigências desta sociedade complexa. A universidade enquanto espaço formal e privilegiado de produção de conhecimento precisa estar atenta e dar respostas ao problema universal desta sociedade do conhecimento.

Na sociedade do conhecimento, a pedagogia assume um papel muito mais amplo do que simplesmente ensinar, visto que todos, neste modelo de sociedade, tornaram-se aprendizes e ensinantes, ou seja, a relação ensino-aprendizagem se modificou. A pedagogia, na sociedade do conhecimento, precisa ensinar que não existe mais aquele que ensina e aquele que aprende, e sim, que vivemos em uma “sociedade aprendente”. (Gadotti, 2000, p. 45). Inovar o pensamento, provocar uma mudança no pensamento (mudar os paradigmas), é o sentido da formação de professores na sociedade do conhecimento, se quisermos ampliar nossa visão de mundo. Nesse sentido, o professor, o aluno, a escola e o currículo passam a adquirir um novo significado. O professor torna-se parceiro do aluno, “mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente [...], um construtor de sentido” (Gadotti, 2000, p. 45). O aluno tornar-se construtor de sua formação, capaz de ser solidário, participativo e problematizador. A escola ultrapassa a função de lecionar e torna-se gestora do conhecimento “[...], inovadora, construtora de sentido e plugada no mundo”. (Gadotti, 2000, p. 47). O currículo adquire estreita ligação com a vida do aluno, pois pauta-se no cotidiano do mesmo, partindo do ponto onde se encontra o aluno, portanto, passa a ter sentido para ele. Vista por este prisma, a pedagogia na sociedade do conhecimento, não é só “promoção da aprendizagem” e sim, “promoção da aprendizagem a partir da vida cotidiana”. (Gutierrez; Prado, 2000, p. 60).

Dentre as diversas dificuldades encontradas no processo de qualificação de professores com habilitação em Pedagogia, uma das mais significativas é a dificuldade de orientar o acadêmico a um processo de integração das teorias e conceitos estudados nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento na sua formação de professor pedagogo, de modo a compreendê-la nas suas diversas dimensões e implicações éticas, estéticas, epistemológicas e político-pedagógicas. O que ocorre comumente com os alunos de pedagogia, e poderíamos dizer com a maioria dos alunos do curso de Pedagogia oferecido pela UNEMAT no Campus Sinop, em particular, é de os mesmos concluírem sua formação inicial compreendendo as condições do ser professor de forma fragmentada.

Essa fragmentação se estabelece uma vez que os alunos não conseguem articular na sua formação de professor pedagogo os conceitos e teorias estudadas nas disciplinas oferecidas em cada semestre. Um problema construído no centro da cultura acadêmica e científica moderna, e que tem suas bases fundamentalmente focadas nas teorias racionalista e empirista, que, por sua vez, estabelecem os fundamentos da educação escolar a partir da modernidade. Daí a razão e importância de constituir espaços curriculares articuladores como um recurso e, ao mesmo tempo, um esforço para superar a fragmentação da formação do professor.

Diante desse cenário, o Curso de Pedagogia adota como orientação que a formação do licenciado em Pedagogia deve se dar através de um processo ativo de construção do conhecimento. Para tanto, a organização, implementação e efetivação do trabalho pedagógico considera que: o conhecimento é produto da construção humana e das suas relações sociais, constrói e reconstrói conforme seu contexto e seu momento histórico; a qualidade de vida passa necessariamente pela promoção de uma sociedade com maior justiça social; a compreensão das diferenças étnicas, raciais, culturais, sociais e de gênero é inerente à formação de professores; a pesquisa é espaço articulador da teoria/prática e provocadora da reflexão – ação – reflexão; a pesquisa é instrumento para o ensino; a inovação supõe possibilidades de minimizar os problemas na área educacional e conduzir a uma



concepção de conhecimento-emancipação. Veiga (2004) argumenta que “o ensinar, o aprender e o pesquisar precisam de novos modos de relações” (p. 150).

Nesta linha de reflexão o Curso de Pedagogia, construiu espaços curriculares que permitem articular o núcleo de estudos básicos, o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e de estudos integradores.

Os espaços curriculares articuladores são compreendidos como:

- Estudos teóricos;
- Estágios supervisionados;
- Pesquisa educacional;
- Trabalho de conclusão de curso;
- Atividades curriculares de extensão;
- Jornadas pedagógicas;

Para efetivar estes espaços curriculares como articuladores faz-se necessário gestar ambiências no currículo em ação, com professores e alunos, para problematizar, provocar práticas educativas e reflexões acerca dos saberes docentes, da escola de educação básica, da participação e gestão de processos educativos, dos conhecimentos escolares, da educação para e na cidadania; do valor da pesquisa no ensino e das problemáticas educacionais atuais. É preciso, entender que a sociedade atual é caracterizada pela diversidade, pela pluralidade, pela incerteza. Já foi o tempo da certeza absoluta de um tempo cíclico, crença das civilizações tradicionais, já passou também a certeza do progresso histórico, certeza essa abraçada pela civilização moderna (Morin, 2000).

A organização do trabalho pedagógico deste curso compreende também, espaços curriculares oficialmente definidos – trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, mobilidade acadêmica, avaliação da aprendizagem - que participam da formação do licenciado em pedagogia para efetivar estudos de aprofundamentos e diversificação, oportunizar a ampliação de conhecimentos e de realidades sociais, culturais e econômicas e para orientar o processo de avaliação.

A intenção de entrelaçar diferentes componentes curriculares aos espaços-tempos da formação do pedagogo é de superar as dicotomias e fragmentações historicamente vivenciadas pelo curso de Pedagogia, que se torna a principal referência das práticas pedagógicas escolares, configurando uma perspectiva permanente na vida dos sujeitos e na história da educação. Na tentativa de romper com o pensamento linear, de causa e efeito em educação, as discussões que permearam o grupo de educadores e alunos do Curso de Pedagogia, foram sendo consensuadas no sentido da superação desta visão e na ousadia de alçar alguns voos em práticas interdisciplinares.

5.1 Estudos Teóricos

Os conhecimentos pedagógicos, a compreensão e domínio de conteúdos específicos da formação, participação social e postura política, e investigação do e no cotidiano educativo a partir da articulação teoria-prática, são estudadas, refletidas e aprofundadas nas diversas disciplinas que constituem as Fases Formativas do Curso. Este eixo articulador constrói a partir do ensino que se desenvolve em aula conceitos científicos, em diálogos constantes com outros saberes relativos às dimensões do trabalho do ser educador na busca de construção de um repertório de saberes da profissão docente.

5.2 Estágio Supervisionado

Nesta seção, serão apresentados os objetivos, a justificativa, a metodologia, as orientações oriundas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) nos cursos de formação de professores, as disposições normativas para o ECS nos cursos de licenciatura da UNEMAT, as atividades de ECS a serem



desenvolvidas no curso de Licenciatura em Pedagogia, e as atribuições da coordenação e dos professores de estágio.

5.2.1 Objetivos

O Estágio Curricular Supervisionado, entendido como tempo de aprendizagem da profissão docente, constitui-se como componente curricular obrigatório na formação do licenciado em Pedagogia. Propicia conhecimentos do real contexto de trabalho (a escola) numa articulação e produção de novos sentidos e diferentes saberes para uma relação educativa de ensino e aprendizagem que se materializa no ser professor, em consonância com as Resoluções CNE/CP Nº 4/2024 e CNE/CP Nº 1/2006.

5.2.2 Justificativa

É preciso que os professores de estágios procedam no coletivo, junto a seus pares e alunos, estudos de realidades educacionais, para analisá-la criticamente, permitindo “[...] questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade” (Gonçalves; Pimenta, 2005, p. 45). Nesse sentido, o estágio aqui proposto caracteriza-se como atividade teórica e prática e para seu planejamento, execução e avaliação os professores devem observar as orientações estabelecidas na Resolução n.º 029/2012/CONEPE.

5.2.3 Metodologia

A pedagogia tem como proposta a (re)leitura da realidade educacional, na formulação de propostas pedagógicas e na inserção do curso no contexto educativo é a linha metodológica que sustentará esse processo, como parte do exercício da função social da universidade, na medida em que promove o diálogo com a sociedade e a socialização dos saberes produzidos via formação de professores. Daí conceber e entender o trabalho desenvolvido no estágio como a leitura das realidades apresentadas, campos de estágio e problematizações que dialogam entre teoria e prática na docência e na gestão educacional.

Esse processo é socializado na forma de estudos, pesquisas, aulas e produções coletivas e individuais em seminários desenvolvidas pelos acadêmicos ao longo do processo formativo e ao final da graduação.

Compreende-se o estagiário, professor em formação, como proponente de uma formação profissional baseada numa epistemologia da prática (Schön, 1992), na perspectiva do estágio como produção teórica que substancie a prática docente.

A concepção de prática e de estágio é interpretada como movimento, como componente curricular e dimensão do conhecimento que transcendem a sala de aula na busca de concretizar a relação entre o saber e o fazer e com o objetivo de compreender as inter-relações constituídas na problemática do cotidiano educacional. Apresenta-se como o momento em que se produz algo conceituado e significado pela teoria estudada, sendo assim resgatado e administrado o sentido da atuação nesse momento; o estágio, compreendido como atividade teórica e prática; um tempo de aprendizagem, de conhecimento e leitura crítica do real constituído pelo cotidiano escolar; uma relação pedagógica e um processo de ensino-aprendizagem orientado por atividades recíprocas e mediado por profissionais mais experientes.

5.2.4 O campo de atividades do Estágio Curricular Supervisionado



Em conformidade com as normativas de estágio da UNEMAT, aprovadas pelo CONEPE - UNEMAT, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado por meio de atividades de ensino inerentes à Educação Básica, Pública ou Privada e fundamentado em instrumentos jurídicos celebrados entre a UNEMAT, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e as instituições de ensino em parceria com as Faculdades nos quais deverão estar registradas todas as condições de sua operacionalização.

5.2.5 Atividades de Estágio Curricular Supervisionado e carga horária

O estágio curricular supervisionado abrange as seguintes áreas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental; e
- Educação de Jovens e Adultos.

Para contemplar estas áreas, as horas de estágio são distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso, por meio de atividades de observação e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes, em conformidade com a Resolução do CNE. O estágio está organizado com base em seis disciplinas conforme quadro abaixo:

Disciplinas	Carga Horária	Modalidade
Estágio Curricular Supervisionado I	60	Observação e Vivência Escolar
Estágio Curricular Supervisionado II	90	Educação Infantil – 0 a 3 anos
Estágio Curricular Supervisionado III	90	Educação Infantil – 4 e 5 anos
Estágio Curricular Supervisionado IV	90	Ensino Fundamental – 1º ao 2º ano
Estágio Curricular Supervisionado V	90	Ensino Fundamental – 3º, 4º e 5º anos
Estágio Curricular Supervisionado VI	60	Educação de Jovens e Adultos
Total	480	

a) Estágio na Observação e Vivência Escolar

O estágio de observação e vivência escolar tem por finalidade inserir diretamente o futuro profissional docente na realidade das unidades educativas, de modo a permitir a compreensão, o funcionamento e o papel do(a) professor(a) no processo formativo institucionalizado. Neste estágio, o acadêmico terá oportunidade de observar e compreender a dinâmica de toda a estrutura escolar e de todos os elementos que a compõem.

b) Estágio na Educação Infantil

O estágio curricular supervisionado na educação infantil contempla o trabalho nas creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de Educação Infantil para as de 4 a 5 anos de idade, com objetivo de educar e cuidar. Este estágio orienta-se pelos seguintes princípios:

- Princípios Éticos: da autonomia, de responsabilidade, de solidariedade e do respeito ao bem comum;
- Princípios Políticos: dos direitos e deveres de cidadania, do exercício de criatividade e do respeito a ordem democrática;



- Princípios Estéticos: da sensibilidade, criatividade, ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

As propostas pedagógicas ou planejamento do estágio de Educação Infantil devem promover em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que a mesma é um ser total, completo e indivisível. Desta forma, ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo, que desde bebês vão gradual e articuladamente aperfeiçoando estes processos nos contatos consigo mesma, com pessoas, coisas e ambiente em geral. As propostas pedagógicas do estágio devem buscar a interação entre as diversas áreas, de conhecimentos e aspectos da vida cidadã, com conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

c) Estágio no Ensino Fundamental

O estágio curricular supervisionado no Ensino Fundamental propicia atuações específicas nos anos iniciais, com atuação específica do 1º ao 2º ano (ciclo de alfabetização) e do 3º, 4º e 5º anos, como também, na Educação de Jovens e Adultos.

O Estágio deverá ser planejado e desenvolvido de forma que aconteça um maior número possível de leituras de diferentes realidades no sentido de problematizá-las em múltiplos momentos, buscando melhorar a qualidade das ações ancoradas nos pressupostos do currículo do curso, a saber: pressupostos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e didático metodológico.

O Estágio Curricular Supervisionado assume o compromisso com a docência (aspectos indispensáveis à construção do profissional docente: identidade, saberes e posturas); com o conhecimento do sistema educacional (macro e micro); com o conhecimento do/no mundo de trabalho; com o conhecimento social político amplo; com a capacidade de entender e intervir na sociedade contemporânea.

Os estágios no Ensino Fundamental buscam propiciar aos sujeitos envolvidos, principalmente aos alunos do curso de Pedagogia, reflexões sobre a sua própria prática docente, sua cultura e os contextos sociais a que pertencem a fim de contribuir na construção de um repertório de saberes pedagógicos específicos da área de atuação docente. Bem como, oferecer ao acadêmico a capacidade de propor, coordenar e desenvolver projetos educacionais nos diferentes espaços escolares, contemplando a integração das diferentes áreas de conhecimento; capacidade de lidar com as demandas da comunidade e compromisso com a gestão democrática dos espaços de atuação profissional.

d) Estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O estágio na EJA - Educação de Jovens e adultos trata da abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes na escola-campo de ensino fundamental e/ou espaços não escolares de EJA, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico.

5.2.6 Das atribuições do coordenador e dos professores de Estágio Curricular Supervisionado

Em conformidade com a Resolução de estágio da UNEMAT:

Ao coordenador/a compete:



I – Manter contatos periódicos com a administração e os professores das instituições conveniadas, zelando pelo bom desenvolvimento do estágio e intervindo sempre que necessário;

II – Planejar e realizar, com a equipe de professores responsáveis pelo Estágio Curricular Supervisionado, fóruns de discussão de políticas de estágio para o curso.

Aos professores compete:

I – Proporcionar condições para que os estagiários vivenciem o cotidiano das práticas na Educação Básica;

II – Orientar os estagiários no planejamento e na execução das atividades docentes;

III – acompanhar efetivamente cada estagiário em suas atividades de regência;

IV – Indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias ao preparo das atividades do Estágio; V – avaliar o desempenho do estagiário, conforme os critérios estabelecidos na Normatização Acadêmica;

VI – Apresentar o Relatório Final do Estágio sob sua responsabilidade (formulário na página da PROEG) ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado; VII - cumprir integralmente as normas estabelecidas nesta Resolução.

Ao estagiário compete:

I – Planejar e preparar as atividades didático-pedagógicas a serem desenvolvidas em todas as etapas do estágio;

II – Cumprir os créditos de observação/monitoria e regência na instituição conveniada;

III – desenvolver as atividades previstas para cada segmento de Estágio Curricular Supervisionado;

IV – Registrar todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio nos formulários específicos e disponíveis na página da PROEG;

V – Elaborar o Relatório Final e apresentá-lo no prazo estipulado no cronograma de atividades de Estágio;

VI – Discutir com o professor de Estágio o planejamento e a execução das atividades propostas;

VII – manter um comportamento compatível com a função docente, pautando-se pelos princípios da ética profissional;

VIII – autoavaliar-se de modo constante e crítico quanto ao seu desempenho na função de docente;

IX – Colaborar sempre que possível para a solução de problemas na escola em que desenvolve suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

X – Primar pela assiduidade e pontualidade em todas as atividades que envolvam o Estágio;

XI – comunicar ao professor e/ou Coordenador de Estágio, com antecedência, sua ausência nas atividades previstas;

XII – cumprir integralmente as normas estabelecidas nesta Resolução e na Normatização Acadêmica;

XIII - zelar pela correção formal da língua oficial.

Art. 18. O estagiário que exercer a atividade docente regular na Educação Básica, na sua área de formação, poderá obter a redução da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado em até, no máximo, 50 % (cinquenta por cento).

§1º. Para usufruir do previsto no caput deste artigo, o estagiário precisa exercer a docência há, no mínimo, 1 (um) ano, e em disciplina(s) relacionada(s) ao curso-objeto de sua formação, com comprovação mediante apresentação de documentos oficiais.



§2º. O estagiário que se enquadrar na situação prevista no caput deste artigo deve protocolar requerimento na Coordenação do Curso ou na Coordenadoria Pedagógica dos Programas de Modalidades Diferenciadas, devidamente instruído com os documentos oficiais.

§3º. A Coordenação do Curso ou a Coordenadoria Pedagógica dos Programas de Modalidades Diferenciadas submeterá o requerimento do estagiário ao Colegiado de Curso, que emitirá parecer.

§4º. O resultado final será encaminhado ao Coordenador de Estágio, que procederá ao registro e à dispensa das horas

Art. 19. A avaliação das disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado fica condicionada à observância da Normatização Acadêmica.

Art. 20. As especificidades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado devem constar no projeto pedagógico de cada curso.

Art. 21. Para matricular-se no Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve ter cumprido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos créditos e respeitar os pré-requisitos estabelecidos na matriz curricular a qual está vinculado, respeitando as especificidades de cada curso.

5.3 Pesquisa Educacional

Este eixo articulador da formação tem como finalidade estudos críticos e reflexivos acerca do espaço vivido como pessoa, como estudante e como profissional comprometido com a educação. As atitudes investigativas devem articular ações-reflexões-ações, na coexistência de uma ética-estética-política de valorização da vida, em suas múltiplas manifestações. Ela transversaliza momentos teóricos e atividades práticas (ensino, aprendizagens, estágios, atividades complementares).

5.3.1 Linhas de Pesquisa

O Curso de Pedagogia orienta sua produção acadêmico-científica com base nas seguintes linhas que podem ser revisadas e reformuladas no movimento produzido pelo corpo docente:

- **Fundamentos da Educação e da Diversidade**

Estudos sobre os fundamentos da educação e da diversidade: cultura, movimentos sociais, ambiente, saúde, linguagem e sociedade.

- **Docência, Ensino e Formação de professores**

Estudos sobre a docência, o ensino e a formação de professores, abrangendo aspectos que envolvem diferentes níveis, modalidades e saberes.

- **Gestão e Desenvolvimento da Educação**

Estudos sobre políticas públicas, gestão, organização da educação e desenvolvimento social.

- **Educação Inclusiva**

Estudos sobre os princípios e fundamentos da educação inclusiva, que garante o direito de educação para todos; busca conhecer e analisar a legislação na perspectiva da educação inclusiva e as ações colaborativas na unidade escolar tendo como foco um Projeto Pedagógico inclusivo.

5.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O objetivo é construir um percurso formativo que habilite o futuro pedagogo a compreender a pesquisa não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um processo contínuo de questionamento, criação, autoria e transformação da realidade educacional. Conjugando-se o desenvolvimento de uma visão crítica, formativa e interventiva com a



utilização de elementos técnicos e normativos da pesquisa, propõe-se um conjunto de seis disciplinas para a área de pesquisa em educação no curso de Pedagogia.

As disciplinas são organizadas de forma progressiva, partindo dos fundamentos epistemológicos e históricos, passando pela construção do projeto, pela prática investigativa e análise de dados, culminando na produção e socialização do conhecimento, com um foco especial na formação do professor como pesquisador.

Cabe ressaltar que as nomenclaturas adotadas não se resumem a nomear as disciplinas. Elas se situam no campo da linguagem, que não é meramente um instrumento de comunicação ou nomeação (identificação); elas constituem visões de mundo, estabelecem hierarquias e orientam práticas: de um lugar simbólico que atua na potência dos sujeitos. A pesquisa, sobretudo no campo da Educação, deve ser encarada como um processo contínuo, aberto e transformador.

Nesse sentido, defende-se a centralidade da categoria Pesquisa em Educação como eixo estruturante dos componentes curriculares, historicamente sustentada na concepção do professor como sujeito pesquisador. Tal escolha não é meramente terminológica, mas política e epistêmica: ao priorizar a categoria Pesquisa em Educação, reafirma-se o compromisso com uma formação que não separa o saber do fazer, o conhecimento da prática, e que entende o ato de pesquisar como constitutivo do processo formativo docente.

Investir os estudantes nesse percurso de criação e formação teórico-metodológica, partindo de um objeto de estudo gerado pelas inquietações e curiosidades surgidas nas experiências vividas durante a formação inicial (ou anterior a ela, considerando que a dimensão da vida se funda nas experiências), é afirmar a potência da pesquisa como experiência de autoria. Trata-se de reconhecer a posição do futuro professor como sujeito ativo, produtor e interventor crítico nos campos da realidade educacional, e não apenas como aplicador de modelos prontos ou executor de tarefas burocráticas.

Portanto, no que se refere à relação entre a pesquisa e a posição do sujeito-professor-pesquisador, essa perspectiva busca romper com os empacotamentos formais que, muitas vezes, esvaziam as potencialidades inventivas, analíticas e criativas dos professores em processos permanentes de formação (inicial e continuada). Ao contrário, propõe uma formação que valoriza a implicação subjetiva, a leitura crítica da realidade e a construção de conhecimentos situados, que emergem da vivência concreta e da escuta sensível dos contextos educativos, do prático-sensível ao pensamento abstrato metódico e conceitual. Essa escolha implica mais do que aparenta. Ela não apenas organiza os conteúdos, mas também reflete e constrói nossa concepção sobre o papel da pesquisa no desenvolvimento acadêmico e nos espaços formativos da humanidade (educação formal e informal).

Em suma, a pesquisa, longe de ser uma mera etapa protocolar, é um ato de formação contínua e integrada, sendo ao mesmo tempo espaço de criação, reflexão crítica e transformação. Nesse contexto, o pesquisador ou a pesquisadora não é apenas executante de etapas, mas um sujeito ativo que se forma e se transforma ao longo do processo.

Este espaço curricular possibilita a sistematização e teorização de estudos, investigações e reflexões, convergindo para duas produções: o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e um artigo publicado na Revista Eventos Pedagógicos – REP's, com publicação semestral.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é construído com base no eixo curricular articulador denominado de Pesquisa Educacional, já discutido neste documento, e objetiva proporcionar aos alunos do Curso de Pedagogia o aprimoramento da capacidade de articulação, interpretação, análise, reflexão e produção científica. Ou seja, provoca situações de estudos, pesquisas, reflexões e leituras na e sobre a educação, ações e interferências em processos educativos, teorizações de realidades da educação formal e não formal. Esta produção se dá orientada pela Resolução do CONEPE que dispõe sobre o TCC dos cursos de graduação da UNEMAT.



Para os alunos deste Curso de Pedagogia, o TCC consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de monografia, em qualquer área de conhecimento da Educação, no âmbito da formação do pedagogo. As temáticas dos trabalhos devem estar preferencialmente alinhadas às linhas de pesquisas do Curso de Pedagogia do Campus Sinop e aos grupos de pesquisas dos docentes que atuam na Faculdade de Educação e Linguagem.

O processo de construção do TCC compreende duas etapas:

A primeira etapa é destinada à elaboração do Projeto de Pesquisa, que se dá no decorrer das disciplinas de **Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos** e **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa**, ambas com 60 horas. A disciplina de **Projeto de Pesquisa** é destinada também para a organização e execução das bancas de apresentação e avaliação dos projetos de pesquisa, que acontecem como parte integrante da mesma.

A segunda etapa compreende a disciplina de **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa** e **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, que são propostas para o desenvolvimento da pesquisa e para a finalização da monografia. Especificamente na disciplina de **Produção Investigativa** ocorrem a apresentação e defesa pública da monografia perante banca avaliadora.

A produção da monografia subsidia a elaboração de artigo científico que se dá na disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação**. O artigo produzido é publicado na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165), vinculada ao Curso de Pedagogia do Campus de Sinop. Neste sentido, o processo de construção do TCC constitui-se como espaço teórico prático com a função de integrar conhecimentos, teorizar práticas e realidades educacionais, conceber o trabalho docente conforme o espaço histórico, social e econômico presente num determinado tempo, percebendo as contradições nele existentes, conforme explanado a seguir.

Disciplina - Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação

A disciplina de **Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação** estabelece as bases para uma compreensão do papel da ciência na sociedade e, especificamente, no contexto educacional. Aborda a pesquisa como um processo dinâmico de questionamento e descoberta, incentivando-se o desenvolvimento de uma postura investigativa, essencial para a identificação, elaboração e compreensão de questões problematizadoras na prática pedagógica. A abordagem histórica da evolução da ciência e da pesquisa na educação contribui para contextualizar o conhecimento atual, permitindo a compreensão das raízes e das transformações nas práticas investigativas.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento do letramento científico, no qual mais do que apenas apreender conhecimentos científicos, busca-se refletir sobre a produção desses conhecimentos de forma crítica e ética. Isso envolve a habilidade de identificar questões relevantes, explicar fenômenos educacionais e de formular conclusões embasadas em evidências.

A disciplina também aborda a intrínseca relação entre teoria, metodologia e prática, demonstrando como o conhecimento científico se traduz em intervenções educacionais. A ética e a responsabilidade social são enfatizadas como princípios norteadores de toda produção científica, garantindo que a pesquisa contribua significativamente para a sociedade.

Além dos aspectos conceituais, a ementa oferece ferramentas práticas para a pesquisa acadêmica. Abordam-se metodologias de estudo, como a leitura crítica e a revisão de literatura, bem como uma introdução aos diferentes tipos de trabalhos acadêmicos, desde resumos até monografias. Nessa perspectiva, um foco significativo é dado às normas da ABNT, indispensáveis para estruturação dos trabalhos científicos. A discussão sobre direitos autorais e plágio reforça a importância da integridade acadêmica, preparando os pedagogos para uma atuação profissional pautada pela integridade intelectual e pelo rigor científico.



Disciplina - Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos

A disciplina **Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos**, parte da direção de reafirmar o papel da pesquisa como prática formativa, crítica e interventiva, inseparável da constituição do professor como sujeito epistêmico e ético da sua própria formação. Apresenta uma proposta epistemologicamente fundamentada e articulada ao campo das ciências humanas e sociais, reconhecendo a educação como um campo de produção de conhecimento interdisciplinar, mantendo-se em unidade de estágio formativo pela pesquisa em educação. Seu diferencial está na ênfase na pesquisa como prática de intervenção e transformação, em consonância com o papel do professor também como pesquisador, compreendendo sua autoria e sua subjetividade na produção do conhecimento.

Partindo da trajetória histórica da ciência e da pesquisa, a ementa explora as bases epistemológicas e metodológicas que sustentam a produção do conhecimento em educação. Nesse sentido, é fundamental a compreensão sobre a relação intrínseca que deve existir entre teoria, metodologia e prática, reconhecendo que a escolha de uma abordagem metodológica não é neutra, mas sim uma decisão teórico-política que molda a construção do objeto de estudo e do próprio conhecimento.

Por meio da abordagem de diferentes paradigmas e metodologias de pesquisa, enfatiza-se as possibilidades de uso desse arcabouço metodológico em diversos contextos investigativos, subsidiando o momento da escolha da metodologia mais adequada aos interesses de pesquisa. Abordam-se também as técnicas de pesquisa mais utilizadas em educação, como observação, entrevista, questionário e diário de campo, fornecendo as ferramentas necessárias para a coleta de dados. A ética na pesquisa é um tema transversal e de suma importância, discutindo princípios, a atuação dos comitês de ética, as práticas situadas e a postura responsável do pesquisador.

Nessa perspectiva, a formação docente é base epistemológica problematizadora e situada na produção de conhecimento e na leitura crítica da realidade educacional, concebendo a pesquisa não como mera etapa ou protocolo acadêmico, mas como princípio educativo, ético e político. Nesse sentido, a disciplina busca tensionar o lugar da metodologia como escolha teórico-política e não como aplicação técnica de instrumentos pré-definidos. Os fundamentos metodológicos da pesquisa em educação devem dialogar com a historicidade dos sujeitos, com os conflitos do campo escolar e os diversos espaços educativos e com a invenção de estratégias formativas coerentes com os desafios da prática pedagógica em seu sentido pleno e estrito.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa

A organização do currículo de um curso de Pedagogia precisa expressar com clareza as concepções de formação que sustentam seus princípios estruturantes, inclusive observando criticamente a dimensão orgânica entre os sujeitos e realidade (seja a formativa, seja a inquirida: de um processo de diálogos e reflexões entre os(as) professores, os(as) estudantes, a realidade historicizada, pesquisa em educação, realidade educativa problematizada) Nesse sentido, a escolha pela posição de sentido intitulada **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa** não é meramente terminológica, mas traduz uma posição político-pedagógica que afirma o caráter ético, processual e crítico da investigação no campo educacional, distinta de uma visão tecnicista e produtivista.

Nessa perspectiva de se transformar inquietações e observações em propostas de investigação estruturadas e relevantes, o foco inicial da disciplina reside no estudo de questões investigativas que emergem da prática educacional, como ponto de partida para a formulação de um projeto de pesquisa consistente. Nesse sentido, desloca-se o centro da ação para a formação do pesquisador-professor, compreendido como sujeito que produz conhecimento a partir da escuta, da observação e da intervenção nos territórios educativos.



Essa perspectiva se ancora na relação entre a construção do objeto de pesquisa e os processos de escuta, observação e intervenção no cotidiano educativo, considerando a escola e seus sujeitos como territórios vivos de produção de sentidos. O pesquisador-professor, nesse cenário, é convocado a articular saberes e fazeres, situando-se criticamente no campo de tensões que marca a educação brasileira.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento da escrita acadêmica como um processo de autoria e reflexão, fundamental para a construção do objeto de estudo. Os estudantes serão guiados na definição clara do problema de pesquisa, na formulação de objetivos (gerais e específicos) e na elaboração de uma justificativa que demonstre a relevância do estudo. A construção do referencial teórico é abordada como um diálogo crítico com a literatura existente, permitindo a conceituação adequada dos termos e conceitos que fundamentam a pesquisa. E, na sequência, o delineamento metodológico, com a escolha de abordagens e métodos, e a definição das técnicas de coleta de dados, buscam garantir o rigor científico do projeto.

Além dos aspectos metodológicos, a disciplina dedica atenção especial aos aspectos éticos envolvidos na elaboração de projetos de pesquisa em educação, assegurando que as investigações sejam conduzidas com responsabilidade e respeito aos participantes. A ementa também aborda as normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 15287:2025, que trata especificamente de projetos de pesquisa, e outras normas pertinentes para a formatação e apresentação. Por fim, a disciplina garante que os projetos estejam em conformidade com as diretrizes institucionais, como a Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Prática Investigativa

A disciplina **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa** articula os fundamentos já construídos nas fases anteriores com o aprofundamento das práticas de coleta, sistematização e início da análise de dados, indispensáveis para a construção de um projeto de pesquisa enraizado nas realidades escolares e sociais.

Nesse sentido, esta disciplina possui a função estratégica de mobilizar os sujeitos em formação para os momentos mais decisivos da pesquisa empírica: o delineamento dos instrumentos, o planejamento ético das investigações em campo, a construção de categorias empíricas, a sistematização e análise de dados. Dedicar-se a aprofundar os aspectos teóricos e metodológicos relacionados à construção e aplicação de diversos instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, questionários, formulários, observações, diários de campo, grupos focais, e análises bibliográficas e documentais, bem como, a prática de aplicação e registro em contextos reais, como escolas e outros espaços educativos. Isso permite que os estudantes vivenciem o processo de produção e coleta de dados, desenvolvendo habilidades essenciais para a pesquisa de campo.

A disciplina também aborda a análise preliminar, organização e sistematização dos dados coletados, preparando os discentes para as etapas subsequentes de interpretação e discussão dos resultados. Para tanto, são realizadas reflexões sobre o lugar do pesquisador na produção dos dados e na escuta dos sujeitos, promovendo uma postura crítica e reflexiva, além de especial atenção aos cuidados éticos na prática investigativa, reforçando a importância do respeito aos participantes e da integridade da pesquisa.

Além disso, a ementa introduz a elaboração inicial da monografia, com base na NBR 14724:2024 e outras normas da ABNT, garantindo que os estudantes estruturam seu trabalho desde as etapas iniciais da coleta de dados. A disciplina também assegura o atendimento às diretrizes institucionais, como a Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, para que os trabalhos estejam em conformidade com as exigências acadêmicas.



A disciplina supera, assim, a lógica de disciplinas dissociadas e fragmentadas, oferecendo um espaço que reconheça o pesquisador como alguém em formação, e que permita vivenciar com profundidade os dilemas, contradições e criações do campo investigativo.

Disciplina - Pesquisa em Educação: Produção Investigativa

A disciplina de conclusão do percurso investigativo, intitulada **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, carrega a especificidade de marcar o retorno dessa atividade à última fase do curso de Pedagogia, reforçando sua centralidade como momento de síntese formativa. Mais do que uma decisão técnica, essa escolha expressa uma compreensão da linguagem como espaço simbólico, que posiciona o sujeito no processo educativo e investigativo.

A ementa foca na orientação e acompanhamento individualizado da escrita do TCC, guiando os alunos na transição da coleta de dados para a análise e discussão dos resultados, enfatizando-se a retomada de aspectos teóricos e metodológicos para a construção de categorias de análise com vistas à interpretação dos dados. Busca-se, nesse processo, assegurar a coerência entre os objetivos da pesquisa, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada e os dados apresentados.

Ainda nesse percurso, os discentes são desafiados a elaborar conclusões e considerações finais que sintetizem os achados da pesquisa e explorem suas implicações para o campo da Educação e da prática pedagógica, estimulando-se a reflexão crítica sobre as contribuições da pesquisa para o avanço do conhecimento e para a transformação das realidades educacionais. Com isso, fortalece-se o vínculo entre formação inicial e as futuras práticas docentes, afirmando o compromisso com uma concepção de professor como pesquisador de sua própria realidade educacional, capaz de produzir conhecimento e transformar contextos.

A ementa também enfatiza a importância da clareza, coerência e argumentação na escrita acadêmica, habilidades cruciais para a comunicação eficaz dos resultados da pesquisa. A elaboração da monografia segue rigorosamente a NBR 14724:2024 e outras normas da ABNT, abrangendo a revisão textual e a formatação de todos os elementos do trabalho – pré-textuais, textuais e pós-textuais. A preparação para as bancas de defesa é um elemento relevante, no qual os discentes aprimoram suas habilidades de apresentação e argumentação. Por fim, a disciplina garante que o TCC esteja em total conformidade com Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT e as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, assegurando a qualidade e a validade do trabalho final.

Disciplina - Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação

A disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação** encerra o ciclo de pesquisa, enfatizando-se a importância de publicar e socializar os resultados das investigações realizadas. O foco principal é a produção de artigos científicos como meio de publicação e disseminação do conhecimento gerado no campo da educação. Esse componente curricular oportuniza aos discentes compreender o universo das publicações científicas, apreender a estrutura e desenvolver a experiência de elaborar um texto científico que atenda a normas específicas para esse tipo de publicação, com a subsequente publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165), vinculada ao curso de Pedagogia. Ou seja, o(a) discente conclui sua formação com a publicação de um artigo em um periódico da área de Educação reconhecidamente qualificado. Acrescenta-se que essa experiência formativa também contribui substancialmente para aqueles(as) discentes que têm a intenção de prosseguir com sua formação em nível de pós-graduação, o que atende às disposições da Unemat nesse sentido.



Para tanto, a ementa aborda o impacto da pesquisa e sua contribuição para a sociedade e para a própria área educacional, incentivando os futuros pedagogos a conceberem a pesquisa como uma ferramenta de transformação social. Para tanto, discute-se a estrutura, os elementos e os diferentes tipos de artigos científicos, com base na ABNT NBR 6022:2018, bem como, abordam-se as normas de publicação em periódicos científicos relevantes nas áreas de educação e ensino, além das normas específicas para publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165). Este conhecimento é fundamental para que os alunos submetam seus trabalhos a veículos de comunicação científica com a consistência e o rigor requeridos.

Outro aspecto importante é a discussão sobre direitos autorais e ética na publicação científica, reforçando-se a necessidade de integridade e originalidade na divulgação do conhecimento. O desenvolvimento da disciplina culmina na elaboração de um artigo científico a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelo discente, proporcionando uma experiência prática de transformar um trabalho extenso em um formato conciso e publicável. Por fim, a disciplina promove a socialização do artigo científico em eventos específicos do curso de Pedagogia (Jornada Pedagógica), promovendo-se a troca de experiências e o debate acadêmico, e consolidando a pesquisa como um processo contínuo de aprendizado e contribuição para o campo da Educação.

5.4.1 Aspectos gerais

O Projeto de Pesquisa (PP) deve ser elaborado na 6ª fase do curso de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 15287.

Na disciplina de **Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa**, na qual é elaborado o projeto de pesquisa, deverá ser realizada banca de avaliação/qualificação do projeto, ao final da disciplina, sendo a banca composta pelo professor orientador e 2 (dois) professores convidados. Ao professor da disciplina caberá a avaliação à parte, referente aos critérios de avaliação da disciplina.

A coleta/produção de dados de pesquisa, bem como seu tratamento, apresentação de resultados e início da elaboração da monografia é realizada na 7ª fase do curso, dentre a disciplina de **Pesquisa em Educação: Prática Investigativa**. Os critérios de avaliação dessa etapa da pesquisa são os definidos pela respectiva disciplina.

A monografia deverá ser elaborada na 8ª fase do curso, de acordo com modelo a ser fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 14274 (monografia).

Na disciplina de **Pesquisa em Educação: Produção Investigativa**, na qual é elaborada a monografia, deverá ser realizada banca examinadora, ao final da disciplina, em sessão de defesa pública. A banca será composta pelo professor orientador e 2 (dois) professores convidados. Ao professor da disciplina caberá a avaliação à parte, referente aos critérios de avaliação da disciplina.

O artigo científico deverá ser elaborado e socializado na 8ª fase do curso, dentre a disciplina de **Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação**, de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do Curso de Pedagogia, o qual atende à NBR 6028 (artigo científico). A avaliação do artigo e de sua respectiva socialização atenderá aos critérios de avaliação da disciplina.

O discente deve elaborar seu Projeto de Pesquisa (PP) e sua Monografia de acordo com: (a) a normativa acadêmica vigente na UNEMAT que dispõe sobre o TCC; (b) as disposições deste PPC; (c) as orientações do docente do componente curricular de TCC I; (d) as orientações do professor orientador, e; (e) os modelos fornecidos pela Coordenação do Curso. A estrutura formal do PP e da Monografia devem seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, devidamente atualizadas.



5.4.2 Das Atribuições

O processo de elaboração, apresentação e defesa do TCC envolve diretamente: 1) os docentes dos componentes curriculares de Projeto de Pesquisa, Prática Investigativa, Produção Investigativa e Publicação e Disseminação; 2) o orientador, e; 3) o discente em fase de desenvolvimento do TCC. As atribuições de cada um destes sujeitos estão descritas de forma detalhada neste PPC, observando-se as orientações contidas na Resolução de TCC aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.4.3 Atribuições dos professores das disciplinas de TCC

Ao professor das disciplinas de TCC, compete:

I. Responsabilizar-se pela gestão, supervisão e acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso, articulando as relações entre discentes/orientandos e professores orientadores;

II. Informar aos discentes, no início do período letivo, a relação de docentes disponíveis para orientação, os temas de interesse para orientação e as respectivas linhas de pesquisa do curso;

III. Receber e apreciar as indicações de orientadores feitas pelos discentes e pelos professores orientadores do curso, primando pela distribuição dos encargos de orientação de forma equitativa e correspondente às linhas de pesquisa do curso, e submetendo-as à apreciação do Colegiado de Curso;

IV. Sugerir orientadores para os discentes que ainda não tiverem firmado acordo de orientação;

V. Oferecer, dentro a carga horária das disciplinas de TCC, as informações e orientações comuns necessárias para elaboração do TCC, em todas as suas fases, de acordo com as normas desta resolução.

VI. Convocar reuniões com orientadores e discentes matriculados nas disciplinas de TCC sempre que se fizer necessário;

VII. Avaliar os discentes de TCC, mediante atribuição de nota parcial conforme Plano de Trabalho e critérios avaliativos apresentados para as referidas disciplinas;

VIII. Convocar os orientadores e demais avaliadores convidados para compor as respectivas bancas de avaliação/qualificação de projeto de pesquisa e de defesa do trabalho final;

IX. Definir e organizar os ambientes para a realização das sessões de avaliação/qualificação dos projetos de pesquisa e de defesa dos trabalhos finais;

X. Emitir as atas de avaliação/qualificação dos projetos de pesquisa e de defesa dos trabalhos finais, após a realização das bancas examinadoras, para assinatura do discente, do orientador e dos demais integrantes das respectivas bancas;

XI. Produzir, semestralmente, relação geral e registro de bancas de avaliação/qualificação de projetos de pesquisa e de defesa de trabalhos finais, encaminhando, após a realização das bancas examinadoras, as respectivas informações para a Secretaria da Faculdade a qual o curso está vinculado para emissão das declarações de avaliador e de professor orientador.

XII. Registrar, no sistema de gestão acadêmica, os resultados finais da avaliação do TCC dentro os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico para o lançamento de notas semestrais;

XIII. Em caso de trabalho final em formato de documento de texto, encaminhar, para a Biblioteca do Campus, em arquivo digital (PDF) e em sua versão final revisada e definitiva, os trabalhos finais defendidos no respectivo semestre letivo;

XIV. Receber, apreciar e submeter, ao Colegiado de Curso, os requerimentos de alteração ou substituição de orientador;



XV. Receber, apreciar e submeter, ao Colegiado de Curso, os requerimentos de desistência orientação;

XVI. Produzir ofícios e outros documentos que os discentes solicitarem em relação à pesquisa em andamento;

XVII. Informar, ao orientador, a ocorrência de plágio no TCC de seus orientandos, quando houver, e deliberar, juntamente do Colegiado de Curso, sobre os encaminhamentos para apuração e demais medidas cabíveis nesses casos;

XVIII. Realizar, quando possível, atividades abertas à comunidade acadêmica como encontros, palestras, seminários, organização de obras coletivas, entre outras, envolvendo os orientadores e seus orientandos em um processo de socialização e divulgação dos temas ainda em etapa de elaboração de projeto de pesquisa e/ou de trabalho final já defendido.

XIX. Definir em concordância com a coordenação do curso os avaliadores dos TCCs, observando as áreas de atuação e pesquisa dos professores do curso;

Contribuir, juntamente com a coordenação do curso, para que haja equilíbrio na escolha dos avaliadores, evitando-se repetição do mesmo professor avaliar mais de três trabalhos em um mesmo semestre letivo, sendo que os avaliadores só poderão avaliar mais de um trabalho se não houver outro avaliador da mesma área ou mediante a inexistência de professores da área.

A coordenação de curso, bem como, os professores das disciplinas de TCC, somente poderão permitir orientadores e avaliadores de mesma faculdade na ausência de pesquisadores nos quadros do curso.

No início de cada período letivo, compete ao professor das disciplinas de TCC:

I. Elaborar e submeter, ao Colegiado do Curso, no prazo de 15 (quinze) dias após o início do período letivo, Plano de Trabalho da disciplina de TCC contendo cronograma das atividades, avaliações, prazos para entrega de documentos, entre outros, de modo que ocorram dentro o semestre letivo;

II. Elaborar e submeter, ao Colegiado de Curso, assim que forem firmados os termos de aceite de orientação, relação de discentes, temas de pesquisa e respectivos orientadores e coorientadores (estes últimos, quando houver).

Devem ser observadas, também, as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT Para exercer as atividades de Professor de TCC, o docente deve ser qualificado, preferencialmente, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, conforme disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.4.4 Atribuições dos discentes em fase de realização do TCC

É considerado discente em fase de realização de TCC, todo aquele regularmente matriculado nos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

O discente possui as seguintes atribuições a serem cumpridas nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão I e II:

- I. Ser responsável pela elaboração do TCC em todas suas etapas;
- II. Frequentar as aulas da disciplina de TCC na qual estiver matriculado;
- III. Cumprir os prazos, as atividades e cronogramas previstos no Plano de Trabalho do professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado;
- IV. Desenvolver as atividades de pesquisa conforme orientações recebidas;
- V. Comparecer às reuniões de orientação e acompanhamento e cumprir os prazos definidos pelo orientador para o desenvolvimento das atividades de TCC;
- VI. Comparecer às reuniões convocadas pelo professor de TCC;
- VII. Zelar pela não ocorrência de plágio no TCC, em todas suas etapas.

a) Responsabilidades específicas em relação à etapa de elaboração do projeto de pesquisa



- I. Definir o tema de pesquisa de acordo com as linhas de pesquisa do curso;
- II. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, Termo de Aceite de Orientação firmado entre discente e orientador, devidamente preenchido e assinado por ambas as partes;
- III. Entregar Termo de Aceite de Coorientação, quando for o caso;
- IV. Elaborar o projeto de pesquisa de acordo com a temática definida com o orientador e, conforme modelo fornecido pela Coordenação do Curso;
- V. Submeter, ao orientador e ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, o projeto de pesquisa para avaliação e verificação dos critérios mínimos a serem atendidos para fins de autorização para agendamento de banca examinadora;
- VI. Comparecer em data, horário e local definidos pelo professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, para apresentação oral do projeto de pesquisa de acordo com o calendário estipulado no Plano de Trabalho do professor de TCC;
- VII. Realizar revisões e ajustes no projeto de pesquisa de acordo com as recomendações da banca examinadora;
- VIII. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, versão revisada projeto de pesquisa, após conferência do professor orientador.

b) Responsabilidades específicas em relação à etapa de elaboração da monografia

- I. Desenvolver a pesquisa conforme estabelecido no respectivo projeto de pesquisa;
- II. Elaborar o trabalho final de acordo com o estabelecido no respectivo projeto de pesquisa;
- III. Submeter, ao orientador e ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, o trabalho final para avaliação e verificação dos critérios mínimos a serem atendidos para fins de autorização para agendamento de banca examinadora;
- IV. Comparecer em data, horário e local definidos pelo professor da respectiva disciplina de TCC na qual estiver matriculado, para defesa oral do trabalho final de acordo com o calendário estipulado no Plano de Trabalho do professor de TCC;
- V. Realizar revisões e ajustes no trabalho final de acordo com as recomendações da banca examinadora;
- VI. Entregar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, versão revisada e definitiva do trabalho final, após conferência do professor orientador.

Devem ser observadas, também, as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.4.5 Das atribuições dos professores orientadores

O TCC será desenvolvido sob a orientação de um docente que já tenha ministrado componente curricular no curso. Sua orientação será oficializada por meio do Termo de Aceite, o qual deverá ser assinado e entregue ao coordenador de TCC.

A mudança de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante concordância expressa do docente substituído e mediante documento de Transferência de Orientação - Solicitação do discente/Docente, assinado por ambas as partes e encaminhado ao coordenador de TCC.

Compete ao orientador de TCC:

- I. Definir, junto com o orientando, o tema a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. Orientar seu respectivo orientando em todas as etapas de realização de seu TCC;
- III. Realizar o acompanhamento das atividades de TCC por parte do orientando, quer sejam desenvolvidas interna ou externamente à Unemat;



- IV. Atender, com periodicidade máxima quinzenal, aos discentes sob sua orientação, realizando os devidos registros por escrito dos atendimentos;
- V. Estabelecer, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do início das aulas, o cronograma planejado de acompanhamento e orientação, a ser divulgado pela Coordenação do Curso;
- VI. Realizar reuniões periódicas de orientação com os orientandos;
- VII. Informar, ao professor da respectiva disciplina de TCC, o andamento das etapas de desenvolvimento do TCC por parte de seus orientandos;
- VIII. Participar de eventuais reuniões convocadas pelo professor da disciplina e/ou pelo Coordenador do TCC para análise do desenvolvimento do TCC, em todas suas etapas;
- IX. Prestar, quando solicitado, esclarecimentos ao professor da disciplina e/ou ao Coordenador de TCC sobre as atividades de orientação e acompanhamento desenvolvidas;
- X. Informar, ao professor da disciplina de TCC, o descumprimento dos prazos estabelecidos por seus orientandos durante o semestre letivo;
- XI. Orientar o orientando no atendimento a normas técnicas da ABNT aplicáveis à elaboração do TCC em todas suas etapas;
- XII. Zelar pela correção formal de língua portuguesa nos TCCs de seus orientandos.
- XIII. Realizar a revisão da documentação referente ao TCC a ser entregue pelos respectivos orientandos;
- XIV. Avaliar o processo-aprendizagem dos orientandos sob sua responsabilidade de orientação, atribuindo nota parcial conforme critérios de avaliação constantes das ementas das disciplinas de TCC e critérios de avaliação definidos pelo curso de acordo com o tipo de trabalho final;
- XV. Participar, de forma presencial ou virtual, da banca de avaliação/qualificação de projeto de pesquisa e de defesa do trabalho final de seus orientandos, presidindo as respectivas bancas;
- XVI. Anotar as recomendações da banca examinadora durante a avaliação/qualificação do projeto de pesquisa e durante a defesa do trabalho final, acompanhando a inclusão das mesmas na elaboração de versão revisada do TCC a ser entregue pelo respectivo orientando;

a) Atribuições específicas referentes à elaboração e avaliação/qualificação do projeto de pesquisa

- I. Autorizar seus orientandos a apresentarem seus respectivos projetos de pesquisa, entregando, ao professor da disciplina de TCC, o termo de autorização de qualificação, devidamente preenchido e assinado;
- II. Preencher e assinar 5 (cinco) vias da ata de avaliação/qualificação de projeto;
- III. Verificar se o orientando entregou, ao professor da disciplina de TCC, dentre os prazos estabelecidos pela disciplina, o projeto de pesquisa devidamente revisado, conforme as recomendações da banca examinadora.
- IV. Assinar o quadro de acompanhamento e orientação;

b) Atribuições específicas referentes ao desenvolvimento da pesquisa e à elaboração e defesa do trabalho final

- I. Autorizar seus orientandos a apresentarem seus respectivos trabalhos finais, entregando, ao professor da disciplina de TCC, o termo de autorização para defesa, devidamente preenchido e assinado;
- II. Preencher e entregar 5 (cinco) vias da ata de defesa do trabalho final;
- III. Verificar se o orientando entregou, à Secretaria da Faculdade, o trabalho final em sua versão revisada e definitiva, conforme as recomendações da banca examinadora, juntamente de cópia digitalizada da ata de defesa.
- V. Assinar o quadro de acompanhamento e orientação.



As orientações e o acompanhamento das atividades de desenvolvimento do TCC por parte do orientando serão realizados por meio de reuniões com periodicidade máxima quinzenal.

§1º. As respectivas reuniões deverão ser agendadas de acordo com a disponibilidade de atendimento de cada professor, conforme cronograma inicialmente planejado de acompanhamento e orientação e devidamente informado ao discente e à Coordenação do Curso.

§2º. O registro das reuniões deverá ser realizado em quadro específico, devidamente preenchido e assinado pelo orientando e pelo orientador.

§3º. Tal quadro de acompanhamento e orientações deverá ser entregue ao final de cada semestre letivo ao professor da respectiva disciplina de TCC na qual o discente está matriculado, para fins de arquivamento na pasta do discente. As reuniões de orientação deverão ser agendadas de acordo com o quadro de atendimento de cada professor, conforme cronograma previamente estabelecido.

Caso o discente não tenha disponibilidade de horário fora do seu período normal de aulas, o orientador deverá agendar reuniões de orientação, conforme o horário geral estabelecido pela coordenação do curso onde está vinculado. A responsabilidade pela elaboração do TCC é do discente, o que não exime o orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste PPC, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Devem ser observadas, também, as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.4.6 Da documentação

A documentação obrigatória a constar na pasta do discente que está na etapa de elaboração do projeto de pesquisa consiste em:

a) Documentação inicial:

I. Termo de Aceite de Orientação, devidamente assinado pelo discente e pelo professor orientador;

II. Termo de aceite de Co-orientação, quando for o caso, devidamente assinado pelo discente, pelo orientador e pelo coorientador;

III. Quadro de acompanhamento e orientações, devidamente preenchido e assinado pelo discente e pelo professor orientador;

b) Documentação referente à etapa de avaliação/qualificação do projeto de pesquisa:

I. Autorização para avaliação/qualificação do projeto de pesquisa, assinada pelo professor orientador;

II. Ata de avaliação/qualificação do projeto de pesquisa, devidamente assinada pelo professor orientador e pelos integrantes da banca examinadora;

c) Documentação referente à etapa de desenvolvimento da pesquisa:

I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pelos sujeitos de pesquisa, quando se tratar com pesquisa social que compreenda a coleta de dados com pessoas;

II. Quadro de acompanhamento e orientações, devidamente assinado pelo discente e pelo professor orientador;

III. Autorização para defesa do trabalho final, devidamente assinada pelo professor orientador;



IV. Ata de defesa do trabalho final, devidamente assinada pelos integrantes da banca examinadora;

5.4.7 Disposições finais

Deverão ser criadas pastas para arquivamento de toda documentação dos discentes devidamente matriculados em disciplinas de TCC. Essas pastas deverão ser armazenadas em arquivo próprio nas dependências da Coordenação do Curso ou em dependências designadas pela Coordenação do Curso para esse fim.

Ao NDE, compete a proposição de linhas de pesquisa no âmbito do curso, contribuir na proposição e caracterização dos componentes curriculares referentes à pesquisa e ao trabalho de conclusão do curso, bem como, do formato e dos critérios de avaliação do trabalho de conclusão do curso.

Por sua vez, à Coordenação do curso compete apreciar os temas de investigação e respectivas abordagens propostos no projeto de pesquisa pelos discentes, bem como, verificar a relação equitativa entre os docentes orientadores e respectivos orientandos dentre as linhas de pesquisa do curso, bem como o quantitativo mínimo e máximo de orientandos por orientador, atendendo as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

Toda a documentação adotada pelo Curso de Pedagogia referente ao Trabalho de Conclusão de Curso será fornecida pela Coordenação do Curso aos docentes das disciplinas de Projeto de Pesquisa, Prática Investigativa, Produção Investigativa e Publicação e Disseminação, incluindo os modelos de projeto de pesquisa, monografia e de artigo científico.

Será fornecido também, pela Coordenação de Curso, um orientativo referente à todas as etapas, documentação, responsabilidades e trâmites referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso no presente curso de Licenciatura em Pedagogia.

Em relação aos demais aspectos do Trabalho de Conclusão de Curso, observar as disposições presentes na Resolução aprovada pelo CONEPE-UNEMAT.

5.5 Jornadas Pedagógicas

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006; e a concomitante Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), estabelece para a formação do pedagogo os princípios da “interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética”. Neste sentido, as Jornadas Pedagógicas são propostas a partir de oito temáticas objetivando alicerçar tais princípios, com potencialidade para provocar construções e reflexões acerca da educação num sentido amplo, como produção humana, histórico-cultural, transversalizada pela diversidade e pluralidade. Busca proporcionar, também, a compreensão da escola como espaço social, construído pela humanidade, locus privilegiado de ação e de estudo da pedagogia e das demais ciências, cujos sujeitos da/na ação pedagógica em processo, orientam-se por diferentes abordagens teóricas e experiências distintas, promovendo diálogo com as diversas ciências, com os espaços não escolares, para perceber e entender suas implicações educacionais.

As Jornadas Pedagógicas são ações pedagógicas orientadas por temáticas articuladoras desenvolvidas no decorrer do curso. Os discentes devem participar obrigatoriamente de, no mínimo, oito ao longo de sua formação. Aos docentes lotados no curso a participação é obrigatória em todos os semestres letivos, pois elas acontecem semestralmente de forma planejada e articulada pelo conjunto dos professores que atuam no curso, criando momentos coletivos, sob a responsabilidade da coordenação do curso.



As temáticas definidas para integrar cada fase formativa são as seguintes: Leituras de Realidade e Educação; A Educação como Prática Humana Intencional; Problematizações da Educação; Produção e Significação do Conhecimento Escolar e Investigação Educacional; Saberes e Fazeres na/da docência; Entrelaçamentos teórico-práticos do Currículo Escolar; As dimensões da investigação e práxis pedagógica do Contexto Escolar; Articulações do Projeto Político Pedagógico Escolar.

As sistematizações das discussões promovidas e provocadas no acontecimento das aulas, nos estudos teóricos, nas leituras de realidades educacionais, nas problematizações e possíveis construções de intervenções pedagógicas, entrelaçados aos espaços de observações e práticas pedagógicas, nos diversos níveis da educação básica, são socializadas nas Jornadas Pedagógicas que ocorrem no Seminário promovido pelas Disciplinas de Didática III e IV. Este Seminário deve ser entendido como o encontro de experiências, reflexões, descobertas e desafios dos alunos e dos educadores do curso, transpassando muros das salas de aula e de fases formativas.

A organização do Seminário será de responsabilidade dos alunos que estiverem cursando as Disciplinas de Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil, Didática: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão do Ensino Fundamental, e Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação, na 8ª Fase Formativa, e devem envolver na organização alunos voluntários das fases iniciais do Curso.

5.6 Avaliação

A avaliação da aprendizagem no Curso de Pedagogia, assegurada na autonomia didático-pedagógica dos professores, deve observar e atender a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso, aprovada através da Resolução n.º. 001/2024 - CONEPE que estabelece que a avaliação do desempenho acadêmico é o “processo pelo qual se identifica, afere, investiga e analisa as modificações e avanços no desempenho do estudante, por meio de um processo contínuo, diversificado e cumulativo” (Art. 53) e demais orientações contidas no Título VIII, que devem ser observadas no processo de avaliação do desempenho acadêmico.

Observada a Normatização Acadêmica em vigor, os professores devem pautar o processo de avaliação na lógica da aprendizagem, e não na lógica da seleção. Para isto, a avaliação deve ser compreendida como parte do processo de ensino e aprendizagem e deve se orientar pelas questões: por quê? Para que se avalia? Nesta perspectiva, a avaliação deve ser criteriosa e estar a serviço da aprendizagem do acadêmico, deve ser uma oportunidade de diálogo, de leituras das realidades vivenciadas pelo conjunto de componentes curriculares do curso, de proposições e ações sociais com vistas a promoção da educação para e na cidadania.

Para assegurar uma avaliação como promoção de aprendizagem, os professores devem diversificar os instrumentos e procedimentos e desenvolver atividades de caráter integrado, com diferentes disciplinas. O trabalho integrado dar-se-á oficialmente nas Jornadas Pedagógicas, nos Projetos de Pesquisa Educacional, nas Monografias de Conclusão de Curso, nos Estágios Curriculares Supervisionados e nos Eventos Científicos e Pedagógicos. Entretanto, os professores devem criar numa perspectiva interdisciplinar, espaços e situações de aprendizagem, planejados e articulados coletivamente, que possibilitem reflexões e ações acerca dos processos educacionais, que fortaleçam a formação e a profissionalização do pedagogo.

A interdisciplinaridade além de provocar o trabalho coletivo, supõe o entrelaçamento de temas, o debate e reflexões epistemológicas que conduzem a processos avaliativos mais amplos e não a uma avaliação fragmentada, superficial e localizada.



Nos trabalhos coletivos que integram diversas disciplinas, os professores poderão, a partir de uma mesma produção do acadêmico, avaliar áreas afins e cada um avaliará os aspectos pertinentes a sua área. Como a avaliação não apresenta uma finalidade em si mesma, e sim, como prática educativa, o Curso de Pedagogia propõe alguns critérios para orientar o processo de avaliação da aprendizagem que propiciem tanto para o aluno quanto para o professor focar na lógica da aprendizagem:

1. Provas e/ou pesquisas com textos dissertativos. O professor fará a avaliação e os acadêmicos receberão, de acordo com a proposta da Disciplina, as produções com apontamentos feitos pelo professor.

2. Oportunizar-se-á ao acadêmico que não atingir o objetivo da Disciplina, três (3) momentos para refazer suas produções (avaliações, pesquisas bibliográficas, produções, etc.).

3. Após a terceira avaliação e orientação realizada pelo professor, caso o acadêmico ainda não tenha atingido o resultado considerado satisfatório para a disciplina, submeter-se-á a exame final se necessário.

5. Os acadêmicos que não atingirem a média vigente na Instituição serão submetidos aos critérios estabelecidos na Normatização Acadêmica em vigor. Entretanto, estes critérios não devem ser entendidos como uma “camisa de força”, e sim, como orientação para o processo avaliativo que contemple as seguintes funções: diagnóstica, formativa e somativa. E que possibilitem a tomada de decisões e a melhoria da qualidade do ensino e da formação do Licenciado em Pedagogia.

O corpo docente do Curso de Pedagogia deve observar também, as orientações estabelecidas neste Projeto Pedagógico, em relação aos estágios curriculares supervisionados, os trabalhos de conclusão de curso (pesquisa e monografia), as jornadas pedagógicas e as atividades práticas. A avaliação no Curso de Pedagogia deve ser promovida enquanto processo dialógico, emancipador e cumulativo e não apenas objeto de certificação.

6. EMENTÁRIO

Disciplina

Alfabetização e Letramento em Matemática

Ementa: O compromisso social, político e pedagógico do pedagogo no ensino da matemática. Fundamentos e tendências do ensino da matemática A natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da matemática na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Competências didático pedagógicas do(a) professor(a) pedagogo(a) para as aprendizagens significativas da matemática fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
LORENZATO, S. Educação Infantil e Percepção Matemática. SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Formação de Professores).

NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.).

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.) Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca v.2)

SMOLE, K.S; DINIZ, M.I. e CANDIDO, P. Jogos de matemática de 1º a 5º ano. Coleção Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar:



BOALER, Jo. Mentalidades matemáticas na sala de aula: ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2018.

FONSECA, M. da C. F. R. Alfabetização Matemática. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: 2014.

LOPES, A. J. Saberes matemáticos e outros campos do saber. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 08. Brasília: MEC, SEB, 2014.

PARUTA, A. M.; CARDOSO, V. C. O Letramento Matemático na BNCC. Zetetiké, Campinas, SP, v. 30, p. 1-20, 2022.

TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e prática de matemática: como dois e dois, volume único: livro do professor / Marília Barros de Almeida Toledo, Mauro de Almeida Toledo. – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2009.

Disciplina

Brincadeiras, jogos e recreação para o Início da Escolarização

Ementa:

Concepções e origem dos jogos e brincadeiras. Significado de lúdico como prática cultural. A importância e o papel do jogo, do brinquedo e das brincadeiras para desenvolvimento integral da criança. O lúdico como fonte de compreensão do mundo e o papel na educação. Relação do lúdico com a Educação e suas implicações no ensino e na aprendizagem da criança, do jovem e do adulto.

A relação entre as brincadeiras e as interações e a organização didático-pedagógica de atividades na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Teoria e prática em psicomotricidade. 2010.

CAVALLARI, Vania Maria. Recreação em ação. 2006.

Hermínia Regina Bugeste. Pedagogia do movimento universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

JESUS, Ana Cristina Alves de. Como aplicar jogos e brincadeiras na educação infantil. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação. 2010.

MATOS JR. Moacir Ávila de; SALLES FILHO, Nei Alberto; FINCK, Silvia Christina Madrid; MARINHO, ROMÃO, Mariluce F.; BRITO, Bonine J G. Dimensões do jogo. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, vol. 2, 2002.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CÓRIA-SABINI, Maria aparecida; LUCENA, Regina Ferreira de. Jogos e brincadeiras na educação Infantil. Campinas: Papirus, 2004.

EMERIQUE, Paulo Sérgio. Dicas lúdicas para pais e professores. Campinas-SP: Papirus, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.

REDIN, Euclides. O Espaço e o Tempo da Criança: Se der tempo a gente brinca. 2. ed. Porto Alegre-RS: Mediação, 1998.

STRAUB, José Luiz. Infância e Brincadeiras: Reciprocidade Produzida no Contexto Escolar e fora dele. CEACD/Sinop/UNEMAT, 2003.



WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina

Didática I

Ementa: Os conceitos de Educação, Pedagogia e didática. A Didática, a escola e o processo educativo na perspectiva das principais teorias da educação. Didática, práticas educativas e a dinâmica da sala de aula no projeto educativo para a atualidade. Didática e escola frente aos dilemas e desafios da contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

BELTHER, Josilda Maria. Didática I. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

DÁVILA, Cristina Maria; VEIGA, Vilma Passos Alencastro (org.). Didática e docência na educação superior: implicações para a formação de professores. 1. ed. Campinas: Papirus, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FONSECA, João S. e FONSECA, Sonia. Didática Geral. 1Ed. 2016. Disponível em:

<https://md.uninta.edu.br/geral/didatica1/pdf/Did%C3%A1tica%20Geral.pdf>

WINTER, Edna Magali; FURTADO, Waléria. Didática e os caminhos da docência. Curitiba, PR: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Disciplina

Didática II

Ementa: A função social da escola e as diferentes concepções e tendências pedagógicas que permeiam o processo educativo. Constituição da identidade pessoal/profissional, profissionalidade, trabalho docente e construção dos saberes docentes e conhecimento pedagógico necessários ao ato pedagógico. A dinâmica do processo de ensino e as condições necessárias para a aprendizagem: planejamento de ensino e avaliação. Trabalho docente, profissão e profissionalidade. A prática docente e suas relações: professor, aluno, disciplina, indisciplina, sujeito, conhecimento, saberes, teoria, prática, conteúdo, forma, ensino, aprendizagem. Prática Pedagógica Escolar e não-escolar enquanto práticas sociais específicas.

Bibliografia Básica:

ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesús Cabrerizo. Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e avaliação educacional. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CORDEIRO, Luciana Peixoto; MAIA, Christiane Martinatti. Didática: organização do trabalho pedagógico. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2011.

LIPPE, Eliza Márcia Oliveira (org.). Didática II. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:



HAYDT, Regina Célia Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008. 159 p.
MULLER, José Luiz; OLIVEIRA, Adil Antônio Alves de; VIEIRA JÚNIOR, Hélio. Pedagogia em ambientes não escolares: Um olhar a partir de experiências docentes e discentes na formação em Pedagogia. Revista da Faculdade de Educação, [S. l.], v. 39, n. 1, p. e392325, 2024. DOI: 10.30681/21787476.2023.E392325. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/12449>. Acesso em: 2 jul. 2025.

Disciplina

Didática IV: A Escola como organização didático-pedagógica da gestão da Educação Infantil

Ementa: Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão da Educação Infantil. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do projeto político pedagógico escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas na Educação Infantil. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para a Educação Infantil (creche e pré-escola). Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas instituições escolares de Educação Infantil.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Básica Nacional Curricular Comum. MEC. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Lei 9394/96 – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. ProBNCC. Dia de discussão de projeto pedagógico. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf

BRASIL. ProBNCC. Orientações para a revisão dos projetos pedagógicos (PPS) à luz dos novos currículos. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/orientacoes_projeto_pedagogico.pdf

Bibliografia Complementar:

MEC/SEB. Indicadores de qualidade na Educação Infantil. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

Reestruturação dos Projetos Político Pedagógicos – BNCC/rede Municipal de Sinop-MT. 2019. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/4621/documento-referencia-curricular-da-rede-municipal-de-ensino-de-sinop-pauta-audiencia-publica-dia-10>

Disciplina

Didática III: a Escola como organização didático-pedagógica do ensino fundamental

Ementa: Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão do Ensino Fundamental. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do projeto político pedagógico escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas do Ensino Fundamental. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para o Ensino Fundamental. Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, de Planejamento de



Ensino do Docente, e, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Básica Nacional Curricular Comum. MEC. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Lei 9394/96 – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. ProBNCC. Dia de discussão de projeto pedagógico. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf

BRASIL. ProBNCC. Orientações para a revisão dos projetos pedagógicos (PPS) à luz dos novos currículos. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/orientacoes_projeto_pedagogico.pdf

Bibliografia Complementar:

CEDAC. Projeto político-pedagógico: Orientações para o gestor escolar. 2016. Disponível em:

<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/projeto-politico-pedagogico-orientacoes-para-o-gestor-escolar-entender-criar-e-revisar-o-ppp-ce-cedac.pdf>

Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde .Produções didático-pedagógicas. Volume I 2014.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_natalia_ossoski_milani.pdf

Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. Produções didático-pedagógicas. Volume II 2014.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_natalia_ossoski_milani.pdf

SEDUC. PPP Projeto Político Pedagógico. Informativo. 2019. Disponível me:

<https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/22989778/DOCUMENTO%20ORIENTATIVO%20PPP%20-%202023%20.pdf/e897919b-36a7-1d42-c84c-180adfe9bd81>

Reestruturação dos Projetos Político Pedagógicos – BNCC/rede Municipal de Sinop-MT. 2019. Disponível em:

<https://www.sinop.mt.gov.br/portal/noticias/0/3/4621/documento-referencia-curricular-da-rede-municipal-de-ensino-de-sinop-pauta-audiencia-publica-dia-10>

Disciplina

Educação Física: Cultura Corporal e Motricidade Humana

Ementa: Valorização da corporeidade no processo de ensino-aprendizagem. Construção e desconstrução do corpo no transcorrer da Modernidade e na contemporaneidade. Questões teóricas e práticas da expressividade corporal em suas diversas manifestações: dança, ginástica, esporte, lutas. A Educação Física ao longo da História e sua inserção no contexto escolar. Ensino da EF Escolar: estudo em diferentes espaços educativos. Atividades acadêmicas de aproximação com o campo das práticas educativas em educação física. O ensino de Educação Física como objeto de conhecimento. Educação Física: cultura escolar, interdisciplinaridade e a dimensão inclusiva da prática de atividades físicas.

Bibliografia Básica:

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Cad. CEDES. [online]. Vol.19, n.48, 1999.



CANO, Márcio Rogério de O.; NEIRA, Marcos G. Educação física cultural. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. p.1. ISBN 9788521210443. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521210443/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CAPARROZ, Francisco E. Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: a educação física como componente curricular. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desporto, 1997.

DARIDO, S.C. e RANGEL, I.C.A. Educação Física na escola; implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GOMES, Nilma L. Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994

SILVA, João Batista Lopes da; BELTRAME, André Luís Normanton. (orgs). Vol.3. Educação Física, Esportes e Lazer em Perspectiva Sociocultural e Inclusiva. Brasília: Editora ArtLetras, 2021.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física 1. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

GO TANI, et alli. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.

HILDEBRANT, H. e LANING, R. Concepções abertas no ensino da Educação Física Infantil. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1986.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICOS UFPE UFSM. Visão didática da Educação Física: análises críticas e exemplos práticos de aulas. RJ: Ao livro Técnico, 1991.

KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí: Unijuí, 2002.

Disciplina

Educação para relações étnico-raciais

Ementa: Conceitos de raça, racismo, diferença, alteridade, estereótipos e preconceito. Processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil. Diversidade étnica na sociedade brasileira e no Estado de Mato Grosso. Luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. A representação do negro e indígena no Livro didático. Práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos para trabalhar com a temática da diversidade racial em sala de aula

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) HALL, Stuart. WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2014.

Bibliografia Complementar:

BARROS M Leonardo. Racismo no brasil: teorias raciais e as heranças da escravização no brasil. Leonardo Barbosa Barros. EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL, Rio Branco – Acre,



v. 5, n.3, p. 49-60, set-dez. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/download/6155/3896/21525>

CAMPOS, Luiz Augusto. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES Uma abordagem realista-crítica. RBCS Vol. 32 nº 95/2017: e329507. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&lang=p>

CARDOSO, Cintia. Pedagogia da branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em um núcleo de educação infantil do município de Florianópolis/SC. https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_11_2018_17.25.15.f225a8d838b0f218a008da3e93b1397f.pdf.

CARVALHO, Isabela Bastos de. Caminhos a serem entrosados: a lei 10639/03, o livro didático de literatura e a prática pedagógica. ANAIS. Leitura e discussão. Análise de imagens de livros didáticos e paradidáticos. <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/9530>.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão, 2012. Disponível em: acaoeducativa.org.br.

GRANDO, Beleni S. Grando. Educação da criança indígena e educação infantil em Mato Grosso: uma questão para o debate. Tellus, Campo Grande, MS, ano 16, n. 31, p. 81-95, jul./dez. 2016. Disponível em <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/417>.

MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do laço de fita. Rio de Janeiro: Ática, 2000. MANINI, Miriam.

SANTOS, Bruno Freitas, Aguiar; Fabiano Sales de, SILVA, Alex Sander. Educação antirracista: concepções teóricas e práticas na contemporaneidade. Revista Culturas & Fronteiras - Volume 7. Nº 1 - Janeiro/2023. Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user>

SANTOS, Elisabete Figueroa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018. <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 de jun de 2025.

Disciplina

Epistemologia em Educação

Ementa: As duas dimensões da Educação: formação humana e capacitação. Tipos de conhecimento humano: Senso Comum, Mítico, filosófico, religioso, científico, popular. Ciência Moderna. Pesquisa como instrumento de produção do conhecimento científico. Relação da Epistemologia com as Ciências e com a Educação. Introdução às teorias epistemológicas que sustentam perspectivas pedagógicas e abordagens de pesquisa: Positivismo, Fenomenologia, Materialismo Dialético, Epistemologia Construtivista e Pós-estruturalismo.

Bibliografia Básica

BECKER, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. In: BECKER, Fernando. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CARVALHO, Maria C. M. de (org.). Paradigmas filosóficos da atualidade. Campinas: Papirus, 1989.

MATURANA, H. Cognição, Ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MATURANA, H. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MATURANA, H. e REZEPKA, Sima Nisis de. Formação Humana e Capacitação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



MORIN, E., CIURANA, E., MOTTA, R. D. Educar na era planetária. O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PINTO, A.V. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, B. Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. NOVOS ESTUDOS CEBRAP 79 pp. 71-94. Novembro 2007.

Bibliografia complementar:

FEYERABEND, Paul: Tratado contra el método (1975), Madrid: Tecnos, 1986.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra: 1970.

HEMPEL, Carl: ¿Qué es esa cosa llamada ciencia? Buenos Aires: Siglo XXI, 1988.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2008.

MORIN, E. O método 5: a humanidade da humanidade. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto alegre: Sulina, 2002.

_____. A Religação dos Saberes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. POPPER, Carlos R.: El objeto de la ciencia, en Conocimiento objetivo, Madrid, Tecnos, 1992.

KLIMOVSKY, Gregorio: Las desventuras del conocimiento científico. Una introducción a la epistemología. 2a ed., Buenos Aires: A-Z, 1995.

KUHN, Thomas: La estructura de las revoluciones científicas (1962), México, F. C. E., 1990.

MORAIS, R. Filosofia da ciência e da tecnologia. Campinas: Papirus, 1988.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez editora, 2000.

_____. (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina: 2009.

Disciplina

Filosofia

Ementa: O Real e suas diferentes abordagens. Do Mito à Filosofia. Educação e seu processo. Educação e Filosofia. Filosofia da Educação e prática educativa escolar. A Educação Sofista e a Educação Socrática. As concepções de educação em Platão e Aristóteles. Educar para a felicidade: o epicurismo. Santo Agostinho e a Educação (Patrística). São Tomás de Aquino e a Educação (Escolástica) O processo educativo em Nicolau Maquiavel. Filosofia da Educação na Contemporaneidade.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 2.ed. ver. E ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

GHIRALDELLI, Paulo. O que é Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

IGLÉSIAS, Maura. Pré-Socráticos: Físicos e Sofistas. In: REZENDE, Antonio (org.). Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos do ensino médio e de graduação. 17 reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1991.

PEROTTO, Ramiro José. Peripécias Socráticas: a arte de viver com sentido. Alta Floresta: Gráfica e Editora Corrêa LTDA, 2018.

Bibliografia Complementar

ASSMANN, Selvino José. Filosofia e Ética. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

ATTA, Mídia e Educação. Os Filósofos da Educação II: Santo Agostinho – Santo Tomás de Aquino. Belo Horizonte – MG: CEDIC- Centro Difusor de Cultura LTDA, 2009.



BRAGA, Medeiros. A Filosofia: as virtudes, a ética, a moral, a justiça para um mundo melhor em agradáveis versos de cordel. João Pessoa – PB: Edição do Autor, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, Lindoaldo. Filosofia: o que é isso? Origem, fundamentos, períodos, temas, pensadores. 2.ed. Caicó – RN: Israel Maria dos Santos Segundo Editor, 2018 (Coleção Filosofia em Cordel nº 1)

MONTEIRO, Silas Borges, ALMEIDA, Célia Schmidt. Filosofia – Lições de Filosofia da Educação: questões de filosofia no processo reflexivo da prática pedagógica. Fascículo 3. Cuiabá, EdUFMT, 2006.

PALMER, Joy A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. trad. Mirna Pinsk. São Paulo: Contexto, 2005.

Disciplina

Filosofia da Educação I

Ementa: As diversas formas de conhecimentos e os seus valores para a educação. As vertentes filosóficas modernas e as suas influências na educação. As propostas educacionais com ênfase na educação da criança. As tendências e as teorias pedagógicas e seus principais representantes. Os desafios éticos e morais na educação diante das inovações tecnológicas do mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Celso. Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e Maria Montessori em Minha Sala de Aula. São Paulo: Ciranda Cultural. 2008. (Um Olhar Para Educação)

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. (Guia da Escola Cidadã; v. 3)

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Prática Educativa. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PALMER, Joy A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. O Complexo Espaço da Sala de Aula. In: STRAUB, Ilário, PICOLI, Fiorelo, SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs.) EAD: Tecnologia Pedagógica e Formação Continuada. Sinop: CEACD/UNEMAT Ed, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. Ao Professor com o meu carinho. Campinas, SP. Verus Editora, 2004.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, (coleção leitura), 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1994.

_____. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 6. ed. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 1995. (Série Fundamentos)

_____. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000. – (Série Brasil Cidadão).

GHIRALDELLI Junior, Paulo. Filosofia da Educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. Processos Participativos na Construção do Conhecimento em Sala de Aula. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003

Disciplina

Fundamentos da Educação Inclusiva e Especial

Ementa: História da Educação Especial. Educação Especial brasileira: campo do conhecimento, modalidade de educação escolar e área de atuação. Modelos de deficiência



(médico, social e biopsicossocial) e implicações para a Educação Especial. Paradigmas da Educação Especial: institucionalização, integração e inclusão. Público da Educação Especial no Brasil. Inclusão escolar: conceito e caracterização. Diversidade, inclusão e deficiência.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Lígia A. Conhecendo a deficiência. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. ISBN 9786555064674. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555064674/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BELTHER, Josilda Maria (org.). Educação especial. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial: um campo do conhecimento em formação. Revista Eventos Pedagógicos, v. 15, n. 3, p. 966-972, ago./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/13146>

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/KqF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>

NOZU, Washington Cesar Shoití; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (org.). Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Curitiba: Íthala, 2021. Disponível em: <https://www.ithala.com.br/wp-content/uploads/2021/07/e-book-politicas-e-praticas-em-educacao-especial-e-inclusao-escolar.pdf>

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Bibliografia Complementar:

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de Educação Especial inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 41-58, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (org.). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 58-81. Disponível em: <https://brasilmulticultural.org/books/educacao-especial-inclusiva-conceituacoes-medicalizacao-e-politicas/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

NOZU, Washington Cesar Shoití. Educação Especial na educação do Campo, Indígena e Quilombola: quais são as diretrizes políticas brasileiras?. Momento - Diálogos em Educação, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 56-80, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16842>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022. E-book. ISBN 9786555414486. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414486/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira?. Momento: Diálogos em Educação, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 02 jun. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. É capacitismo e você deveria saber: um miniguia para atitudes que incluam pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/2374827/Diagrama%C3%A7%C3%A3o+->



[+Miniquia+Capacitismo++02122022+-+WEB.pdf/0a4fc3c4-bd4b-22b4-b8d0-644d3ecb7589?t=1670243725831](#). Acesso em: 02 jun. 2025.

Disciplina

Fundamentos da Pesquisa Científica em Educação

Ementa: O papel da ciência na sociedade e na formação humana. A pesquisa como processo de questionamento e descoberta. Aspectos históricos da evolução da ciência e da pesquisa no campo da educação. Relação entre teoria, metodologia, conhecimento científico e prática educacional. Ética e responsabilidade social na produção do conhecimento científico. Letramento científico: desenvolvimento da capacidade de identificar questões científicas, explicar fenômenos, adquirir conhecimentos e chegar a conclusões baseadas em evidências científicas. Metodologia de estudo: leitura e revisão de literatura no campo organização teórica- metodológica: esquema, fichamento, resumo, apontamentos, revisões de conteúdo. Tipos de trabalhos acadêmicos: Resumo, Resenha, Artigo, Projeto de Pesquisa, Monografia, Relatório Técnico-científico. Normas da ABNT aplicadas à trabalhos acadêmicos: NBR 14724 (apresentação), NBR 10520 (citações); NBR 6023 (referências), NBR 6024 (numeração de seções), NBR 6027 (sumário), NBR 6028 (resumo). Direitos autorais. Plágio.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação – Resumo, resenha e recensão – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502636552/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo de. Campos das ciências sociais. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186810>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PAVIANI, Jayme. Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico. Porto Alegre, RS: Educus, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2935>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:



DEMO, Pedro. Educação e alfabetização científica. Campinas, SP: Papirus, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Disciplina

Fundamentos da Alfabetização em Ciências Naturais

Ementa: Estudo dos fundamentos filosófico-científicos das Ciências Naturais para a formação docente. Abordagens históricas, epistemológicas e pedagógicas sobre a constituição do pensamento científico. Os princípios estruturantes das Ciências Naturais (matéria, energia, vida, tempo, espaço e transformação) na perspectiva da alfabetização científica. Relações entre ciência, sociedade, ética, meio ambiente e educação ambiental. As crianças como sujeitos de práticas investigativas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

LORENZETTI, L. & DELIZOICOV, D. Fundamentos para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais. São Paulo: Autêntica, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.

PIETROCOLA, Maurício. Epistemologia e ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

SASSERON, Lúcia H. & CARVALHO, A. M. P. Alfabetização científica: uma revisão de propostas e experiências. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2010.

KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 1994.

SPINOZA, Ana. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. Tradução Camila Bogéa. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Disciplina

História da Educação

Ementa: História e historiografia da educação no mundo, no Brasil e em Mato Grosso. A disciplina história da educação. As relações entre história, tempo, espaços, memória, cultura e educação. A educação desde os povos primitivos, a oriental, o antigo Egito. As práticas educativas na Grécia clássica e na Roma antiga. Educação medieval (alta e baixa), os princípios e influências cristãs, a escolarização renascentista e greco-romana. Instrução e educação, europeia e as expansões com descobertas de novos mundos. A escolarização e as distintas perspectivas de políticas educativas e processos de escolarização na idade moderna. Da educação burguesa, ao Brasil colonial (Jesuítica e reformas), Imperial e República e as relações com a educação de mulheres, indígenas e negros escravizados. As proposições da educação contemporânea e as questões do espaço e tempo escolar. Formação de professores e formulações da escolarização no mundo no Brasil e em Mato Grosso. A educação no século XIX: políticas educativas, métodos de ensino e processos de escolarização. A construção educacional do Brasil a partir da constituição da República (estrutura física e pedagógica, Escola Nova, manifestos, educação infantil, inclusão,



diversidade, avanços e retrocessos). Implementação, manutenção, organização e estrutura da educação no estado de Mato Grosso: implicações e progressos.

Bibliografia Básica

ALVES, Gilberto Luiz. Educação e História em Mato Grosso (1719 - 1864). 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2006. 384. ISBN: 9788516050207.

BROTHERHOOP, Karina. (Org.) História da Educação Brasileira – Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024.

CASTANHA, André Paulo. Pedagogia da moralidade: o estado e a organização da instrução pública na província de Mato Grosso (1834 - 1873). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá. 1999.

LEITE, Gervásio. Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito. 1970.

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto. 2021

PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 13 ed. São Paulo: Cortez. 2006.

QUEZADA, Julio Alejandro. História da Educação. Curitiba: InterSaberes, 2012 – (Série Formação Pedagógica).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870 - 1889). Cuiabá: INEP/ EdUFMT. 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Guaicurus. 1990.

XAVIER, Ana Paula. A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso: 1837 - 1889. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT. 2007.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, A. M. (Org.). Arte-educação: leitura no subsolo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARBOSA, A.M. John Dewey e o ensino da arte no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:(1ª a 4ª série). 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 10v.

DUARTE JÚNIOR, J. F. Por que arte-educação?14. ed. Campinas: Papirus, 2003.

SPINDOLA, A. M. A.; OLIVEIRA. A. A de. Linguagens na Educação Infantil IV: Linguagens artísticas. Cuiabá: Edufmt, 2008.

BARROSO, José Liberato. A instrução pública no Brasil. Organizado por Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva; 2005.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP. 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) Pensadores sociais e a história da educação. Belo horizonte: Autêntica, 2005.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática. 2005.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: CIA Editora Nacional. 1985.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 11ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, Dimas Santana Souza. As reformas educativas em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851 - 1859). Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. REIS, Rosinete Maria & PALHARES SÁ, Nicanor. (Org.). Instantes e Memória na História da Educação. Brasília/DF: INEP.Cuiabá/MT: EdUFMT. 2006.



Disciplina

Legislação e Políticas da Educação Brasileira

Ementa: Estudo das políticas públicas educacionais no Brasil. A legislação educacional. A organização dos sistemas de ensino. O financiamento da educação. As legislações antigas e atuais e as reformas do ensino no Brasil. As políticas de Estado e de governo nas relações com a sociedade. A gestão dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e privados. Os desafios da contemporaneidade, a influência de organismos multilaterais, a inclusão e equidade. Os sistemas de avaliação do Ensino.

Bibliografia Básica:

BIASOLI, Luis Fernando; MATOS, Sônia Regina da Luz; CARDOSO, Eliane Machado Correa (org.). Docência compartilhada: caminhos do Pibid entre políticas e formação docente. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FREITAS, Jessica Serra. Políticas públicas educacionais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FREITAS BASTOS EDITORA; BROTHERHOOD, Karina (org.). Elaboração e Gestão de Projetos Educacionais: Fundamentos e Práticas para a Formação de Educadores. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A lei da educação - LDB: trajetória, limites e perspectivas. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FERREIRA, Bruno Cassio Lopes; SILVA, Diego Wander da; GOMES, Luciana Buksztejn. Comunicação em organizações educacionais: práticas em prol da cultura do encontro e do diálogo. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FONTANA, Vanessa; KRAINER, Jefferson Augusto. As organizações internacionais e as políticas públicas brasileiras de educação e trânsito. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

LIBLIK, Ana Maria Petraitis; PETRAITIS, Rosa Artini; REGINA, Laima Irene Liblik. Contextos educacionais por uma educação integral e integradora de saberes. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FREI, Altieres Edemar. Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

Disciplina

Práticas de Leitura e Produção de Textos

Ementa: Tipologia e gêneros textuais. Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Análise, crítica, revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.

Bibliografia Básica:

CANO, Marcio Rogerio de O. Leitura e produção de texto. São Paulo: Editora Blucher, 2012. E-book. ISBN 9788521217923. Disponível em:



<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521217923/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

COSCARELLI, Luana Lopes Amaral, Daniervelin Pereira, Raquel Abreu-Aoki, Carla V. Letramento acadêmico: prática de pesquisa e produção textual na universidade. São Paulo: Editora Contexto, 2025. E-book. ISBN 9786555416176. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555416176/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DIAS, Juliana de Freitas. Leitura e produção de textos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ELIAS, Ingedore Villaça Koch, Vanda M. Ler e escrever: Estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. E-book. ISBN 9786555414127. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414127/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. As tramas do texto. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 52. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. ISBN 978655552713. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655552713/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SANTOS, Anne Caroline de Moraes; DIAS, Silvana Moreli Vicente. Leitura e produção de textos acadêmicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Disciplina

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Ementa: Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Modelos educacionais na educação de surdos. Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais. Educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras. Processo de aquisição da Língua de Sinais. Libras instrumental. Aprendizado da Libras.

Bibliografia Básica

COSTA, Juliana P. Barbosa. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade. Campinas, SP: Mercado de letras, 2010.

COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tânia A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007.

GESUELI, Zilda Maria. A criança não ouvinte e a aquisição da escrita. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, 1988.

QUADROS, Ronice Muller de e SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MEC Lei 10436 de 24 de abril de 2002.

BRASIL. MEC Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo, Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.



LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GÓES, Maria Cecília Rafael de (orgs). Surdez, processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

LEITE, Cláudia Aline Zucchi. As marcas de autoria na escrita do sujeito surdo. Monografia. Curso de Letras. MT, UNEMAT, 2008/01.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis. As diferentes identidades surdas. Revista da Feneis. Rio de Janeiro, ano 4, nº 14, p.15-16, abr.2002.

STROBEL, Karin Lilian e FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS. R. M. e PERLIN, Gladis. (Orgs.) Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis, PR: Edit. da UFSC, 2008.

FERNANDES, Eulália. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, Ronice Müller de e KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

Disciplina

Arte e Literatura infantil para o início da escolarização

Ementa: Educação, arte e linguagem. A história educativa em arte. Linguagens: corporal, visual, sonora e cênica. Desenvolvimento gráfico infantil. A arte na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Arte no processo de humanização do ser humano. Indissociabilidade entre Leitura e Literatura. A intervenção da literatura para crianças na constituição do sujeito; os pressupostos educativos contidos na literatura infantil; a fantasia como princípio educativo; A literatura em diálogo com outras artes: músicas, peças de teatro, filmes e artes visuais como possibilidades metodológicas que norteiam as práticas pedagógicas: a função pedagógica. Realidade e fantasia no texto para crianças. Gêneros Literários: acalantos, músicas infantis, poesia, fábulas, contos, lendas, parlendas, mitos, parábolas, paródia. O humor, a poesia. Histórias sem texto. A ilustração do livro para crianças. O professor como contador de histórias.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 4ª Ed. 1995.

BARROS, Manoel. Memórias Inventadas: Infância. Ed. Planeta.

CORSO, Diana L. CORSO, Mário. Fadas no Divã – Psicanálise nas Histórias Infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARIA, Maria Alice. Como usar a Literatura Infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

ZILBERMAN, Regina. A literatura Infantil na Escola. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALBERGARIA, Lino de. Do folhetim à Literatura Infantil. Leitor, memória e identidade. Belo Horizonte: Ed. Lã, 1996.



BARROS, Manoel. O Livro das Ignorâncias. Ed. Planeta.
BARROS, Manoel. Memórias Inventadas: A Segunda Infância. Ed. Planeta.
LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. Literatura Infantil brasileira – histórias e histórias. São Paulo: Ática, 1994.
MEIRELES, Cecília. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
MEIRELES, Cecília. Problemas da Literatura Infantil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
ZILBERMAN, Regina. LAJOLO, Marisa. Literatura Infantil Brasileira. São Paulo: Ática, 2003.

Disciplina

Metodologias da Educação Física para o Início da Escolarização

Ementa:

Análise das diferentes concepções e teorias pedagógicas do ensino da Educação Física Brasileira. O ensino da Educação Física numa perspectiva inclusiva e intercultural. Abordagens metodológicas e conteúdo da educação física: aspectos teóricos, históricos e instrumentais do ensino-aprendizagem e da avaliação. O planejamento das aulas de educação física, em suas diversas dimensões, privilegiando o fazer pedagógico da intervenção em sala de aula. Análise crítica das habilidades e competências da BNCC de Educação Física dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; SILVEIRA, Erik M.; ROMÃO, Mariluce F.; et al. Temas Transversais na Educação Física Escolar. Porto Alegre: SAGAH, 2021.
BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Cad. CEDES. [online]. vol.19, no.48; 1999.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física 1. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1987.
HILDEBRANT, H. e LANING, R. Concepções abertas no ensino da Educação Física Infantil. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
KUNZ, Elenor (org.). Didática da Educação Física 1. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.
MUNSTER, Mey de Abreu V. Educação física e esportes adaptados: programas de ensino e subsídios para a inclusão. Barueri: Manole, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786555769203. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769203/>. Acesso em: 24 jun. 2025.
OLIVEIRA, Vitor Marinho de (org.) & FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de (coord.). Fundamentos pedagógicos da Educação Física. 2. RJ: Ao Livro Técnico, 1987.
PRIESS, Fernando G.; SANTOS, Suziane U C.; PICK, Rosiane K.; et al. Educação Física na Educação Infantil. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901459. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901459/>. Acesso em: 24 jun. 2025.
SOARES, Carmen L.; TAFFAREL, Celi Nelza Z.; VARJAL, Elizabeth; et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez Editora, 2013

Bibliografia Complementar:

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.
CAPARROZ, Francisco E. Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola. Autores associados: 2008.
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções física como componente curricular. Vitória: UFES/CEFD, 1997.



GRUNENVALDT, José Tarcísio; GRUNENVALDT, Ana Carrillo Romero; SILVA, João Batista Lopes da; BEBER, Irene Carrillo Romero Berber (orgs). O esporte e o lazer na sociabilidade de fronteira. Cuiabá: EdUFMT, 2015.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICOS UFPE UFSM. Visão didática da Educação Física: análises para a Educação Básica. Cuiabá – MT: Gráfica Print, 2012.

KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1994

PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí : Unijuí, 2002.

SILVA, João Batista Lopes da; GRUNENVALDT, José Tarcísio; BELTRAME, André Luís Normanton. (orgs). Futebol e Sociedade. Brasília: Editora ArtLetras, 2022.

Disciplina

Metodologia de História para o Início da Escolarização

Ementa: A História como disciplina escolar no ensino e na aprendizagem para o início da Escolarização. Livro didático. Atuação docente no ensino de História na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Identidade e estudo do cotidiano. Memória e identidades. O tratamento das fontes de informações no uso de documentos que apresentem o tempo e o espaço da história de vida do aluno. A história de Mato Grosso e a história do município. Memória de diferentes linguagens no ensino da História no município. Metodologias de ensino e materiais didáticos.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. Estudos Avançados, São Paulo, Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127-149, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562>.

RALEJO, Adriana Soares. MELLO, Rafaela Albergaria. AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e77056, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/abstract/?lang=pt>.

REIS, Ailton Marcos dos Reis; OLIVEIRA, Ueber José de. As influências das diferentes correntes historiográficas e do Livro didático nas práticas de ensino de história – uma Amostragem da história ensinada no cotidiano escolar. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 11, n. 21, jan./jun. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducclings/article/download/5210/4860/19469>

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Andreia Rodrigues de Andrade. A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. Vozes, Pretérito & Devir Ano VII, Vol. XI, Nº I (2020). Disponível em <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/266>

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente. São Cristóvão SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006/11329>

SANTIS, Cristina Lopes Setemy De Santis. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos, Revista História Hoje, vol. 10, nº 19.2021. Disponível em <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/752/383>

SOUZA, José Edmar. GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. Cadernos CERU,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021. Disponível em <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/189278>

RIBEIRO, Jakson dos Santos. (Org)O ensino de história local na sala de aula: fontes, objetos e metodologias / Organizador Jakson dos Santos Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585560/1/O%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20Local%20na%20Sala%20de%20Aula%20Fontes%2C%20Objetos%20e%20Metodologias.pdf>

TOMÉ, Cristinne Leus, ROHDEN, Josiane Brolo. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop - Mato Grosso: “como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!”. Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 21 n. 52 Maio/ago., 2017 p. 312-334. Disponível em <https://www.scielo.br/j/heduc/a/CgHw8yxDNJLKJN7xNr6K6zp/?format=pdf&lang=pt>

Disciplina

Metodologia de ensino de Ciências Naturais para o início da escolarização

Ementa: A construção do conhecimento no ensino de Ciências naturais. O Ensino de Ciências naturais na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental. O papel da observação e experimentação na formação de capacidades voltadas para o desenvolvimento, do pensamento lógico da criança. Espaços pedagógicos para o ensino de Ciências Naturais e a utilização do laboratório de ensino de Pedagogia. Práticas interdisciplinares e as vertentes da Educação Ambiental. Planejamento de experiências e atividades pedagógicas com base em situações reais e problematizadoras. Conteúdos e metodologias para o ensino e aprendizagem de Ciências Naturais na perspectiva da BNCC.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
CARVALHO, A.M.P(org). Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

DELIZOICOV, D. & ANGOTTI, J.A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT: Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).

KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

NARDI, R. (org.). Educação em Ciências: da pesquisa à prática docente. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Lisa (tradução Cistina Cupertino). No Jardim: experiências divertidas para crianças curiosas. PubliFolha, Coleção pequenos cientistas, 2011.

_____. Na Cozinha: experiências divertidas para crianças curiosas. PubliFolha, Coleção pequenos cientistas, 2011.

CHALMES, A.F. A fabricação da Ciência. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1994.

DELIZOICOV, Demétrio. et al. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

FISHER, Len. A ciência no cotidiano: como aproveitar a ciência nas atividades do dia-a-dia. Tradução Helena Londres. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FRACALANZA, Hilário, et al. O Ensino de Ciências. São Paulo: Atual, 1986.

MENEZES, L.C. (org.). Formação continuada de professores de ciências: no âmbito ibero-americano. Coleção formação de professores. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora autores associados, 2001.

SPINOZA, Ana. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. Tradução Camila Bogéa. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.



Disciplina

Metodologia de ensino de Geografia para o início da escolarização

Ementa: História da Geografia Escolar Brasileira. Ensino e representação espacial da criança; A formação do conceito de espaço; Conhecimento cotidiano ao científico. Conceitos de lugar, paisagem, natureza, região, território e sociedade. Proposta de procedimentos, atividades e recursos didáticos para o ensino da Geografia na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos e metodologias do ensino e aprendizagem de Geografia para a Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da BNCC.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
CARLOS, Ana Fani A. (org.). A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2000.
CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano. 2a edição. Porto Alegre: Mediação, 2002. 173p.
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.
COLL, César e TEBEROSKY, Ana. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008.
ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT: Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, A. U. de. (org.). Para onde vai o ensino da Geografia? São Paulo: Contexto, 1989.
PONTUSCHKA, NídiaNacib& OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. 383p.
STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia. Curitiba: IBPEX, 2008.
VESENTINI, J.W. (org.). Geografia e Ensino: Textos Críticos. Campinas: Papirus, 2001.
VESENTINI, José William (org.). O Ensino de Geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004. 284p.
TEBEROSKY, Ana e COLL, César. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008.

Disciplina

Metodologia de ensino de Língua Portuguesa para o início da escolarização.

Ementa: Concepções teórico-metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa em anos iniciais da Educação Básica na perspectiva da BNCC. Práticas interdisciplinares de Língua Portuguesa e a utilização do laboratório de ensino de Pedagogia. Propostas pedagógicas e curriculares, seleção de conteúdos/temas/gêneros textuais/discursivos, análise linguística, recursos e materiais didáticos, avaliação, planejamento interdisciplinar na perspectiva dos (multi)letramentos.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.
MATO GROSSO. Documento de referência curricular para Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2018. (Volumes: Concepções para a Educação Básica; Ensino Fundamental – Anos Iniciais).
KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. Signo, Santa Cruz do Sul, RS, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007.



ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Bibliografia Complementar

FERRAREZI JR, C.; CARVALHO, R. S. Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola, 2015.

KOCH, Ingedore. Coesão Textual. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, L. I. S.; SOBRINHO, G. R. Multiletramentos: articulações para/no ensino da leitura e da escrita. Cáceres, MT: Editora UNEMAT, 2015. Coleção Sala das Letras, v. 1.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. Roxane Rojo e Gláís S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Disciplina

Metodologia de ensino de Matemática para o início da escolarização

Ementa: Pressupostos teórico epistemológicos fundamentais à prática de ensino da Matemática; Conteúdos específicos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental; A relação teórica prática no processo de ensino e aprendizagem da matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Caracterização e utilização do laboratório de ensino de Pedagogia na elaboração do plano de ensino, uso de materiais didáticos como práticas pedagógicas, efetivando as habilidades e competências de Matemática contidas na BNCC, desde a Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2018.

NETO, Ernesto. Didática da matemática. Série educação. São Paulo: Ed. Ática. 1997.

PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas / Mabel Panizza; tradução Antonio Feltrin. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

PARRA, Cecilia. Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas / Cecilia Parra, Irma Saiz [ET. AL.]; tradução Juan Acuña Llorens. – Porto Alegre: Artmed, 1996.

PINTO, Neuza Bertoni. O erro como estratégia didática: estudo do erro no ensino da matemática. São Paulo: Papirus, 2000.

TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e prática de matemática: como dois e dois, volume único: livro do professor / Marília Barros de Almeida Toledo, Mauro de Almeida Toledo. – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2009.

RANGEL, Ana Cristina. A matemática na construção do conhecimento na escola infantil. In. Educação e Realidade, Porto Alegre, 19(1):149-152, jan/jun.1994.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na Educação Infantil - A Teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática. Campinas, SP: Papirus, 2001.

KAMII, Constance. Aritmética: novas perspectivas – implicações da teoria de Piaget. Campinas, SP: Papirus, 1992.

_____, Constance. A criança e o número. Campinas, SP: Papirus, 1990.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática. Campinas, SP: Papirus, 2003.



_____, UBIRATAM. Da realidade à ação: reflexões sobre Educação e Matemática. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.
IMENES, L. M. Os números na história da civilização. São Paulo: Scipione, 1994.
NUNES, Terezinha. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Disciplina

Metodologias de ensino mediante o uso de tecnologias (educação e TDICs)

Ementa: Metodologias inovadoras na educação e tendências mediadas por tecnologias. Sala de aula invertida. Aprendizagem baseada em problemas (PBL). Gamificação. *Design Thinking*. Inteligência artificial: limites e possibilidades no campo educacional. Avaliação da aprendizagem mediante o uso de tecnologias.

Bibliografia Básica:

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. (Desafios da educação). Porto Alegre: Penso, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788584291168. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291168/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. p.i. ISBN 9786559760022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559760022/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

DEBALD, Blasius. Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno. (Desafios da educação). Porto Alegre: Penso, 2020. E-book. p.i. ISBN 9786581334024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334024/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Flávio C. Informática Descomplicada para Educação: Aplicações Práticas para Sala de Aula. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. ISBN 9788536522258. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536522258/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias Educacionais. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123490. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522123490/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CERIGATTO, Pícaro M.; MACHADO, Guidotti V. Tecnologias digitais na prática pedagógica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595028128. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028128/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Fundamentos Metodológicos

Ementa: Trajetória histórica da ciência e da pesquisa na área de Ciências Humanas. Epistemologia e metodologia na educação e no campo científico da Pedagogia. Relação entre teoria, metodologia e prática na construção dos objetos de estudo e do conhecimento em Educação. A abordagem metodológica como escolha teórico-política. O professor-pesquisador: reflexões sobre a subjetividade e autoria. Paradigmas de pesquisa: qualitativo, quantitativo e misto. Principais abordagens metodológicas de pesquisa: bibliográfica, documental, estudo de caso, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, entre outras, e aplicações em contextos de pesquisa em educação. Técnicas de pesquisa em educação: observação, entrevista, questionário, diário de campo, formulário, grupo focal, análises



bibliográficas e documentais, entre outras. Ética na pesquisa em educação: princípios, comitês de ética, práticas situadas, consentimento Informado e postura do pesquisador.

Bibliografia Básica:

FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo de. Campos das ciências sociais. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186810>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas, 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Clara Maria Cavalcante Brum de; TOMAINO, Bianca; MELLO, Cleyson de Moraes; MARTINS, Vanderlei (coord.). Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PAVIANI, Jayme. Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico. Porto Alegre, RS: Educus, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2935>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. p.i. ISBN 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334192/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LORENZI, Gisele Maria Amim Caldas. Pesquisa-ação. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618518/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MEIRA, Ana Cláudia dos Santos. A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever. 3. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Projeto de Pesquisa



Ementa: Estudo de questões investigativas em Educação como subsídios para a elaboração do projeto de pesquisa. O papel do professor como pesquisador e interventor na proposição de conhecimentos científicos. A escrita acadêmica como processo de autoria e reflexão na construção do objeto de estudo. Definição do objeto de estudo e elaboração do problema de pesquisa. Definição de objetivos (geral e específicos) e justificativa da pesquisa. Construção do referencial teórico: diálogo com a literatura e conceituação. Delineamento metodológico: escolha de abordagens e métodos. Técnicas de coleta de dados: estudo e definições iniciais no contexto do projeto de pesquisa. Aspectos éticos na elaboração do projeto de pesquisa em educação. Elaboração do projeto de pesquisa conforme a NBR 15287:2025 e demais normas da ABNT pertinentes. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPÉ e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPÉ. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em: https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Prática Investigativa

Ementa: Abordagem de aspectos teóricos e metodológicos referentes à construção de entrevistas, questionários, formulários, observações, diários de campo, grupos focais, análises bibliográficas e documentais, entre outras. Elaboração de instrumentos de coleta de dados no campo da pesquisa em educação, em atendimento ao projeto de pesquisa. Práticas de aplicação e registro em contextos escolares e outros espaços educativos, visando à produção/coleta de dados. Análise preliminar, organização e sistematização dos dados da pesquisa. Reflexões sobre o lugar do pesquisador na produção dos dados e na escuta dos sujeitos. Cuidados éticos na prática investigativa. Elaboração inicial da



monografia conforme a NBR 14724:2024 e demais normas da ABNT pertinentes. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPE e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em: https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf.

Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Disciplina

Pesquisa em Educação: Produção Investigativa

Ementa: Orientação e acompanhamento da escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como prática formativa e investigativa. Abordagem de aspectos teóricos e metodológicos referentes à análise e discussão dos resultados: construção de categorias e interpretação. Realização da análise e discussão dos resultados da pesquisa: coerência entre objetivos, fundamentação teórica, metodologia e dados apresentados. Elaboração de conclusões e considerações finais: síntese e implicações da pesquisa. Reflexões sobre as contribuições da pesquisa para o campo da Educação e da prática pedagógica. Clareza, coerência e argumentação na escrita acadêmica. Elaboração da monografia conforme a NBR 14724:2024 e demais normas da ABNT pertinentes. Revisão textual e formatação dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Realização de bancas de defesa. Atendimento à Res. 030/2012-CONEPE e às disposições do Projeto Pedagógico do Curso referentes ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:



GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 030/2012 – CONEPE. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012. Disponível em: https://www.unemat.br/proeg/docs/resolucoes/resolucao_030_2012_conepe_tcc.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Disciplina

Pressupostos Antropológicos: fundamentos, diversidade e educação

Ementa: A antropologia: campo, abordagem e áreas. O humano como ser biologicamente cultural: natureza e hominização. As características constituintes dos humanos, a dispersão planetária e as questões socioambientais. A constituição dinâmica dos povos, culturas, sociedades e civilizações. A questão da diversidade morfológica e cultural na visão antropológica. Identidade cultural e hibridismo A antropologia e a educação. O trabalho do antropólogo e a contribuição para a pedagogia. A educação como fenômeno cultural. Métodos e procedimentos da pesquisa antropológica e as aproximações com a pedagogia. A formação sociocultural do Brasil e a diversidade: a configuração do sistema-mundo moderno colonial e a confluência cultural. Os povos indígenas brasileiros A influência portuguesa. A influência africana. As migrações europeias e asiáticas ao Brasil. As migrações recentes e populações em movimento na contemporaneidade. As culturas camponesas, das florestas e das águas. As culturas urbanas e a homogeneização cultural. A antropologia da criança. A condição da mulher na atualidade. A pessoa com deficiência como parte da diversidade humana Interseccionalidade: raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência e religiosidade.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: EdUNESP, 1998.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Tradução de Lígia M. M. de Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988.



LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 27. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

PEIRANO, Mariza Corrêa. O dilema do pesquisador: ética e antropologia. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 1995.

Bibliografia complementar:

INGOLD, Tim. Os humanos e outros animais. Petrópolis: Vozes, 2012.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, [S. l.], v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/6777>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MENANDRO, Maria Cristina; SPINK, Mary Jane. Hominização e Cultura. Psicologia, ciência e profissão, v. 20, n. 2, 2000.

MALINOWSKI, Bronisław. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEIRANO, Mariza Corrêa. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HUCITEC, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MENDONÇA, Maria das Dores de Oliveira. Povos indígenas e a construção do Estado: do tutelamento à cidadania. Brasília: MEC, 2005.

SERRA, Oracy Nogueira. A sociedade dual brasileira: estudo da influência portuguesa. São Paulo: Edusp, 1997.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: pensar a escola a partir da lei 10.639/03. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

TRUZZI, Oswaldo. Imigrantes italianos no Brasil. São Paulo: Edusp, 2000.

LESSA, Antônio. As migrações no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

SAYAD, Abdelmalek. A dupla ausência: das ilusões do emigrado às misérias do imigrante. São Paulo: EdUSP, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionais: do Litoral ao Sertão. Manaus: UEA, 2008.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (Orgs.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997.

QVORTRUP, Jens. Childhood matters: social theory, practice and politics. Aldershot: Avebury, 1994.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.



SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Comitê da ONU sobre a eliminação da discriminação racial. ONU, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. 2 v.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Brasília: ONU Mulheres, 2004.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução: Karina Biondi. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 939–952, maio/ago. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEREIRA, Sueli. Educação, gênero e diferença: perspectivas feministas. Campinas: Papirus, 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2020.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

REIS, T.; EGGERT, E. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. Educação & Sociedade, v. 38, n. 138, p. 09–26, jan. 2017.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Un mundo ch'ixi es posible: ensayos para vivir (y pensar) la descolonización. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. Tradução: Helena Schmid, Camila Jourdan e Maria Aparecida Varela. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

WILDERSON III, Frank B. Afropessimismo. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O negro na história do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Osorio. Infância e sociedade: perspectivas sociológicas e antropológicas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 71, p. 35–52, 2000.



KRAMER, Sonia. A escuta das crianças como questão para a pesquisa e para a formação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 519–535, 2009.
RIZZINI, Irene. A criança e a questão social no Brasil: a construção de uma realidade marginal. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.

Disciplina

Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização I

Ementa: Concepções de alfabetização. Abordagem histórica dos materiais e métodos de alfabetização (Método sintético, Método analítico, Método fônico, Método misto ou eclético). A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. Construtivismo e Sociointeracionismo. Psicogênese da língua escrita. Diagnóstico de escrita. Alfabetização e letramento. O Sistema de Escrita Alfabética (SEA). O Sistema de Escrita Alfabética e suas relações com a consciência fonológica. A literatura como atividade permanente no processo de alfabetização. Estratégias de Leitura. A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. O planejamento de situações didáticas para a alfabetização. Desenvolvimento do planejamento, avaliação e organização do trabalho docente.

Bibliografia Básica:

AZENHA, M. G. Construtivismo de Piaget a Emília Ferreiro. Ática, São Paulo, 2004
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed. 1999.
Mortatti, Maria do Rosário. Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa /Maria do Rosário Mortatti. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.
MORAIS, Arthur Gomes de. Consciência Fonológica na Educação Infantil e no ciclo de Alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica. 2019
SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2004.
SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto. 2016.
SOARES, Magda. Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto. 2020.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC. SEALF, 2019.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias Psicogenéticas em Discussão. 18.ed. São Paulo: Summus, 1992. 117 p.
MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018.
MENDONÇA, Onaide Schwartz Correa de; MENDONÇA, Olympio Correa de. Alfabetização - método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.
MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. Coleção Como eu ensino. Melhoramentos, 2012.

Disciplina

Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização II



Ementa: Concepções teóricas e metodológicas com destaque à compreensão de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e a proposta de letramento e alfabetização de Paulo Freire. Análise dos aspectos linguísticos presentes na alfabetização e as condições socioculturais do aprendizado da leitura e da escrita com diferentes gêneros e suportes textuais. A política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de alfabetização e letramento. Os quatro eixos do ensino da alfabetização: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta, produção de textos. Concepções que norteiam o processo avaliativo. Os jogos como recursos didáticos na alfabetização. A sala de aula como ambiente alfabetizador para o atendimento às diferentes necessidades das crianças no processo de alfabetização. Desenvolvimento do planejamento e organização do trabalho docente. A avaliação como estratégia para a recomposição da aprendizagem no processo de alfabetização. Estudo de referências da formação do educador (alfabetizador).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>.

FREIRE, Paulo; Fagundes, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 esse trabalho o conceito de pedagogia e de cultura

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura).

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2002

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 8 ed. Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto. 2020.

Bibliografia Complementar:

CEALE (2003) Alfabetizando – Caderno 2: **Orientações para a organização do ciclo inicial de alfabetização**. Belo Horizonte, MG: CEALE/FAE/UFMG; SEE-MG.

DALLA ZEN, Maria Isabel H e XAVIER, Maria Luisa M. (org); TRAVERSINI, Clarice Salete et al. **Alfabetizar: fundamentos e práticas**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do mundo leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emília (org.). **Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina**. Trad. Maria Luiza Marques Abourre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PIAGET, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. Inês de La Taille, Marta Koll de Oliveira, Heleisa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. **Uma perspectiva histórica cultural da educação**. 4ª ed. Petrópolis. Vozes, 1997.

SOARES, Magda. **Alfabetização: acesso a um código ou acesso à leitura?** ONG Leia Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.leiabrasil.org.br/leiaecomente/biblioteca_derrubada.htm. Acesso em 13 set. 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto. 2020.



SMOLKA, A. L. & GÓES, C. **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento.** Campinas, SP: Papirus, 1996.
VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes. São Paulo. Ed. 1991.
VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Disciplina

Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil I

Ementa: História e concepções de infância. Infâncias no Brasil: afro-descendente, indígena e europeia. A criança como sujeito de direito. Fundamentos legais que referenciam a organização, gestão e prática pedagógica das instituições de educação infantil. Processo histórico da educação infantil no Brasil. Concepção de educação infantil. O desenvolvimento integral da criança como finalidade da educação infantil. Funções da educação infantil: educar e cuidar de crianças e bebês, atendendo suas necessidades e promovendo a sua autoestima. Trajetória histórica da formação do professor de educação infantil, sua relação com os modos contemporâneos de viver a infância nos diferentes espaços sociais e questões de gênero. Objetivos e avaliação na Educação Infantil. Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Afiliada, 1978.
BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.
FONSECA, C. & CARDRELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. Porto Alegre: PPGAS, Revista Horizontes Antropológicos/ ano1/n.01/1995.
KUHLMANN, Moysés Jr. Infância e Educação Infantil – uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SARMENTO, Manuel J. & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. Lisboa: Instituto Inovação cultural, 2000.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação Infantil – volume II. Brasília: Mec/SEF. 1998.
FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. BH, n. 10 (jan/abr), p.59-78, 1999.

Disciplina

Pressupostos teórico, metodológicos e curriculares da Educação Infantil II

Ementa:

Organização do trabalho pedagógico contemplando: organização do espaço-tempo nas creches e pré-escolas, os processos de construção da autonomia infantil, as atividades lúdico-pedagógicas, os desejos e necessidades infantis, os eixos do currículo e os projetos educativos. Atividades inerentes à comunicação e à expressão infantil. Conhecimento do mundo: natureza e sociedade. Noções matemáticas. Orientações espaço-temporais. O planejamento do trabalho pedagógico e construção de materiais pedagógicos para a educação infantil.

Bibliografia Básica

BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força - rotinas na Educação Infantil. Campinas: UNICAMP, 2000. Tese de Doutorado. (inédito).
BONASSI, Fernando. Declaração universal do moleque invocado. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
EDWARDS, C. & GANDINI, L. & FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artmed, 1999.



FARIA, A L. G. & DEMARTINI, Z & PRADO, P. D. Por uma cultura da infância -metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

RICHTER, Sandra. Criança e pintura: ação e paixão do conhecer. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Bibliografia complementar

BERNARDIN, Jacques. As crianças e a cultura escrita. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BONASSI, Fernando. Declaração universal do moleque invocado. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CORSARO, William. Pesquisa etnográfica realizada com as crianças de Jardins de Infância nos EUA e em Itália. Indiana, USA, 2000.

KUHLMANN, Moisés, Jr. "Educando a infância brasileira". In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Disciplina

Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

Ementa: Aspectos políticos, históricos e pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A educação de adultos e o Movimento da educação popular como possibilidade de inclusão social. Pressupostos teóricos e metodológicos da EJA. Práticas pedagógicas dos docentes no processo de alfabetização e a especificidade destas no trabalho com jovens e adultos.

Bibliografia Básica

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 p.58-77.

FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

ORGANIZAÇÃO do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos: módulo integrado IV/Jane Paiva (coord.) – Brasília: SESI, 2001.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. SP: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 21 dez. 1996. URL: www.mec.gov.br/home/legislacao

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

CHADWICK, Clinton B. Tecnologia educacional e desenvolvimento curricular. ABT, 1980.

ENCCEJA- Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos INEP- Ministério da Educação - Brasília, 2002.

ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. Resolução 180/2000CEE/MT – Fixa Normas para a oferta de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Educação. D.O.E 01/02/2001

FRANCHI, E. P. (org.). A causa dos professores. São Paulo: Papyrus, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: paz e terra, 2000.

FREIRE, Paulo. À Sombra desta mangueira. São Paulo: Olho d'água. 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

PROJETO Beija-flor. SEDUC. Cuiabá: 2006.

ROMÃO, J. E. Didática da Diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagogia neoliberal. Cortez, 2002.



GADOTTI, Moacir. Saber e Aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. Congresso Internacional Évora, 20 a 23 de setembro de 2000. Método Paulo Freire: in Caderno ABC. Educativa nº 14. Criart Ltda. SP: 2002.
FERREIRO Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1996.
_____. Cultura, escrita e educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001
PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. 2. ed. Rio de Janeiro, Loyola, 1983.

Disciplina

Psicologia da Educação I: A Constituição do Sujeito

Ementa: Estudo e análise das principais matrizes psicológicas que explicam a constituição do sujeito no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Fundamentos teóricos da Ciência Psicologia e sua aplicação à prática pedagógica.

Bibliografia básica:

DAVIDOFF, I. I. Introdução à Psicologia. 3a.ed. São Paulo: Person Education do Brasil, 2011.

FREIRE, Izabel R. Raízes da Psicologia. 7a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. – 16. ed. – [3. Reimp.] – São Paulo: Saraiva Uni, 2025.

Bibliografia complementar:

CLARO, Genoveva Ribas. História da psicologia. Curitiba, PR: Contentus, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e a aplicações à prática Pedagógica. Petrópolis - RJ Editora Vozes, 1987.

MYERS, D.G. Introdução a Psicologia Geral. 5a. ed. Rio de Janeiro: ITC Editora, 1999.

Psicologia do desenvolvimento / Nelson Piletti, Solange Marques Rossato, Geovanio Rossato. – 1. ed., 3a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.

Psicologia educacional [recurso eletrônico] / John W. Santrock; tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Tais Silva Monteiro Ganeo ; revisão técnica: Paula Suzana Gioia, Sandro Almeida. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2010.

TELES, Maria L. S. Aprender Psicologia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Disciplina

Psicologia da Educação II: O Processo do Desenvolvimento Humano

Ementa: Estudo e análise dos fatores e aspectos que influenciam o desenvolvimento cognitivo e da personalidade, incluindo questões afetivas como papéis de gênero e orientações relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade. As experiências e interações da criança com o mundo ao seu redor, que contribuem para sua aprendizagem e compreensão da realidade, a partir das principais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem e suas implicações para o processo educativo.

Bibliografia básica:

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ESCORSIN, Ana Paula. Psicologia e desenvolvimento humano. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.



KRAMER, Sonia (org.) NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina. Educação Infantil: formação e responsabilidade. 1ª ed. Campinas: Papirus, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano. Diane E. Papalia e Gabriela Martorell. 14ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da Criança. 6. ed. São Paulo: Martins e Fontes, 1993.

PILLETI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo SP: Contexto, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

WOOD, G. W. A psicologia do gênero. São Paulo, SP: Blucher, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia complementar:

BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Escolar. 5 ed. São Paulo: Ática, 1996.

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

COOL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. I e 2 - Porto Alegre: Artes Médicas, 2. ed. 2008.

LIMA, Elvira Souza. Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 1997.

MAIA, Christiane Martinatti. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina

Psicologia da Educação III: O Processo da Aprendizagem

Ementa: As abordagens psicológicas que fundamentam o interacionismo e socio construtivismo no processo do conhecimento e da aprendizagem e oferecem os princípios básicos para as intervenções e práticas pedagógicas.

Bibliografia básica:

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. São Paulo: Vozes, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

HENRI, Wallon. Do ato ao pensamento: Ensaio de psicologia comparada. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. 1. ed. São Paulo: Summus, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

PIAGET, Jean. A psicologia da inteligência. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia complementar:

CAMARA, Suzana Aparecida dos Santos (org.). Psicologia da aprendizagem. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.



GUSI, Elisângela Gonçalves Branco. Psicologia da educação. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
KESSELRING, Thomas. Jean Piaget. 1. ed. Porto Alegre: Educ, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
MARTINS, Lígia Márcia; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
MARTINS, Lígia Márcia. A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 28. ed. São Paulo, SP: Summus, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina

Publicação e Disseminação do Conhecimento Científico em Educação

Ementa: A importância da produção de artigos científicos como publicação e disseminação de conhecimento científico no campo da educação. Impacto da pesquisa e sua contribuição para a sociedade e para a educação. Artigo científico: estrutura, elementos e tipos (ABNT NBR 6022:2018).

Normas de publicação em periódicos científicos das áreas de educação e ensino. Normas para publicação na Revista Eventos Pedagógicos (ISSN 2236-3165). Direitos autorais e ética na publicação científica. Elaboração de artigo científico a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pelo(a) discente. Socialização do artigo científico em evento do curso de Pedagogia.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022:2018. Artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028:2021. Resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Guia de normalização: artigo científico. Natal: IFRN, 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/ensino/biblioteca-jose-de-arimateia-pereira/quias-de-normalizacao/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MEDEIROS, João B.; TOMASI, Carolina. Redação de Artigos Científicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026641. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026641/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, Ítalo de S. Como escrever artigos científicos - 9ED. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019. *E-book*. ISBN 9788571440289. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440289/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PEREIRA, Maurício G. Artigos Científicos - Como Redigir, Publicar e Avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. *E-book*. ISBN 978-85-277-2121-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2121-9/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. *E-book*. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 15 abr. 2025.



Disciplina

Sociologia da Educação I

Ementa: O surgimento da Sociologia da Educação. Sociologia Geral e Sociologia da Educação: fatores determinantes. Nascimento da escolarização moderna. A Educação como objeto de estudo da Sociologia. Sociologia da Educação na perspectiva dos clássicos. Funcionalismo de Durkheim. Sociologia compreensiva de Weber. Materialismo histórico dialético de Marx. Tendências atuais da Sociologia da Educação. A educação como fato social, processo social e reprodução de estruturas sociais. Mercantilização da educação. Sociologia da educação no Brasil: Contrapontos. Educação emancipadora. Formas de seleção e organização dos conhecimentos escolares. A educação como possibilidade de superação das desigualdades.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BOTTOMORE, T. B. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1987.

DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/durkheim_2011_educacao-e-sociologia_book.pdf

SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à Sociologia da Educação. Biblioteca Universitária. 3a.Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Bibliografia complementar:

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: Entre o Passado e o Futuro. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 221-247. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf

DEINA, Wanderley José. A crise na educação, 60 anos depois: apontamentos sobre a crise educacional moderna no quadro teórico de a condição humana, de Hannah Arendt. Educação em Revista|Belo Horizonte|v.34|e195846|2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/sdzfHqmKN4SnC3zwfMfp6Xf/?format=pdf&lang=pt>

DALLABRIDA, Norberto. Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras. Perspectiva, v.22, nº 1, Florianópolis, jan./jun. de 2004, p.93-110. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/jbalster,+06_artigo_dallabrida.pdf

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ENGUITA, M. F. Educação e teorias da resistência. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 3-16, jan./jun. 1989. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3062/328>.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. v. 2.

6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KRUPSKAYA, N. K. A construção da pedagogia socialista. Organização Luiz Carlos de Freitas, Roseli Salete Caldart. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MANNHEIM, Karl. Introdução à Sociologia da Educação. 4ª ed. São Paulo, Cultrix 1972.

MANNHEIM, Karl. Diagnóstico de nosso tempo. 3.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino, São Paulo, Edit. Moraes, 1983.



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Organização e introdução Osvaldo Coggiola. Tradução do Manifesto Álvaro Pina, Ivana Jinkings. 1. ed. Revista São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livrose-colecoes/marx-e-engels/critica-do-programa-de-gotha.pdf>.

MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões. Agosto de 1866. Traduzido por José Barata Moura. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MORAES, C.S.V. Marx, Engels e a educação. In: BOTO, C., ed. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-06.pdf>.

WEBER M. Confucionismo e Taoísmo [tradução de Colliot-Thélène & Grossein]. Paris: Gallimard, 2000.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. LTC Editora, s/d. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/weber-m-ensaios-de-sociologia.pdf>.

RAITZ, Tânia Regina; CHIARELOTTO, Arivane Augusta. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: uma leitura dos novos objetos de pesquisa. Contrapontos - volume 5 - n. 1 - p. 95-107 - Itajaí, jan./abr. 2005. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/marianass,+5_1_7.pdf.

Disciplina

Sociologia da Educação II

Ementa: Questões de Sociologia da Educação: Educação e Sociedade. Reprodução, transformação social e emancipação. A produção das desigualdades sociais e a desigualdade de oportunidades educacionais. Escola Técnica e Escola Para Todos. Escola Pública e Escola Privada. Escola e Seletividade Social. Educação Movimentos Sociais. Educação e o mundo do trabalho. Educação e o Mundo Globalizado. Contribuições da Sociologia para a compreensão do espaço escolar e dos processos educacionais. Especificidades na educação brasileira: Educação Popular; Educação do Campo; Saberes tradicionais. Movimentos sociais e as minorias. Políticas de Educação e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

MANACORDA, Mario A. Marx e a pedagogia moderna. Tradução Newton Ramos de Oliveira. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Niterói: Cortez, ed. Eduff, 1991.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 25-58. jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YQbr5ZSkZNdFkkDMCrp948t/?format=pdf&lang=pt>.

BARTLETT, Lesley. Bajaj, Monisha. Educação Humanizadora para Jovens Imigrantes e Refugiados. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, e136077, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZBQP5pfDzDH9CG5HxCksFnK/?format=pdf&lang=pt>.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Escritos de Educação, Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Educação. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Col. Primeiros Passos).

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: A economia das trocas simbólicas. 2 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987. p.295-336.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/?format=pdf&lang=pt>.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, e dá outras providências.

CASTRO, Dannyel Teles de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Descolonização do Saber: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e116268, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/rLBpZJxyRLbvY3wZc5KTbbs/?format=pdf&lang=pt>.

ENGUITA, Mariano F. Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf>

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/86h8JWDt5jVh7rRvZKBZxgv/?format=pdf&lang=pt>.

FERREIRA, A. L.; GOMES, G. K.; HENNING, L. M. P. Educação emancipadora: Contribuições da teoria freiriana e das teorias histórico-cultural e histórico-crítica. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0703-0715, mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16316/12694>

FERNANDES, Florestan. A conspiração contra a escola pública. Julio Okumura, Henrique Tahan Novaes, Fabiana de Cássia Rodrigues, Marcelo Totti (Org.) 1ª edição, Lutas anticapital: Marília -2020

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano no professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo_ousadia.pdf.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação Omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação e crise no capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYtNwWvnGfdkztG/?format=pdf&lang=pt>.



LAHIRE, Bernard. A Infância das Desigualdades e a Lei da Reprodução. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e129012, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/129012/87415>.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m/?format=pdf&lang=pt>.

PELEGRI, Diana de Paula; GHANEM, Elie; NETO, Antônio Fernandes Góes. O Brasil Respeita o Direito dos Povos Indígenas à Educação Superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e118188, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/zK83mnYZK8ZTRFdhQBpHRMx/?format=pdf&lang=pt>.

SCHWENDLER, Sônia Fátima; SANTOS, Aline Nunes dos. A Formação de Educadoras/es no Contexto da Diversidade Socioterritorial do Campo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e117553, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/djN4PVzvWdKHqgPKZKxB8td/?format=pdf&lang=pt>.

RIBEIRO, Darcy. Nossa escola é uma calamidade. Salamandra: Rio de Janeiro, 1984.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, Darcy. Negros e os ninguéns: política e educação no pensamento social de Darcy Ribeiro. Rev. HISTEDBR On-line Campinas, SP, v.19, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/kathleenalana,+23_GT_8654059_Santos.Neto%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/kathleenalana,+23_GT_8654059_Santos.Neto%20(1).pdf).

SILVA, T. R.; SANTOS, E. M. A educação étnico-racial na educação infantil: Reflexões sobre a prática de professores. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0870-0884, mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15859/12705>.

Disciplina

Estágio Supervisionado I: Observação e Vivência Escolar

Ementa: O estágio de observação e vivência escolar tem por finalidade inserir diretamente o futuro profissional docente na realidade das unidades educativas, de modo a permitir a compreensão, o funcionamento e o papel do(a) professor(a) no processo formativo institucionalizado. Neste estágio o acadêmico terá oportunidade de observar e compreender a dinâmica de toda a estrutura escolar e de todos os elementos que a compõem.

Bibliografia básica:

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2018.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 20. ed. Campinas: Papirus, 2020.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2021.



SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.
VIÑAO FRAGO, António. **A cultura escolar como objeto histórico**. Campinas: Autores Associados, 2000.
TRILLO ALONSO, Felipe. **El profesorado y el desarrollo curricular: tres estilos de hacer escuela**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2000. Disponível em: https://www.ugr.es/~fjjrios/pce/media/6-FelipeTrillo.pdf?utm_source=chatgpt.com

Disciplina

Estágio Supervisionado II: Educação Infantil I (creche)

Ementa: Educação Infantil I, com observação e intervenção na creche para crianças de 0 a 3 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Nesse primeiro momento do Estágio Supervisionado em instituições de Educação Infantil os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica

BASSEDAS, Eulália et al. Aprender e ensinar na educação infantil; trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1999.
BRASIL/MEC. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, 2024
CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs.). Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2005.
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Indicadores da qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.
FAZENDA, Ivani. Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola. São Paulo: Ática, 1998.
KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). Infância: fios e desafios da Pesquisa. Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica.
KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica.
KRAMER, Sônia (coord.) Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 1992.
OSTETTO, Luciana (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, Papirus, 2008.

Disciplina

Estágio Supervisionado III: Educação Infantil II (pré-escola)

Ementa: Educação Infantil II, Pré-escola, com observação e docência - 4 a 5 anos. Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de educação infantil, com o desenvolvimento das etapas de



observação, participação, planejamento e docência no desenvolvimento pedagógico das diferentes tarefas inerentes ao educar crianças de 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>

BASSEDAS, Eulália et al. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2005.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

OSTETTO, Luciana (org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, Papirus, 2008.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org.). **Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

BRASIL. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs.). **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FAZENDA, Ivani. **Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola**. São Paulo: Ática, 1998.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica.

_____, Sônia (coord.) **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1992.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LYOTARO, Zilma de M. Ramos de (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo-SP: Cortez, 1996.

PERRENOUD, P. Novas **Competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

Disciplina

Estágio Supervisionado IV - Ensino Fundamental I (alfabetização)

Ementa:

Ensino Fundamental, com observação e docência na alfabetização - 1º e 2º e 3º anos. Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, aprendizagem, execução de atividade docente diretamente numa escola-campo de ensino fundamental com ênfase na alfabetização, bem como do desenvolvimento das etapas de observação, participação e planejamento pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário



o aprender a ser professor numa situação real de trabalho docente. Nesse momento do Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a escola: alunos, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>

CUNHA, Célio da Cunha; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs). **Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. 147 p.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais**. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 8 ed. Campinas- SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 11 ed. São Paulo/SP: Libertad, 2000.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org). **Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

GADOTTI, Macir. **Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito**. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. Série Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papyrus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2000.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e profissão docente**. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto/Portugal: Dom Quixote, 1992.

WEIL, Pierre. **Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summs, 1993.

Disciplina

Estágio Supervisionado V: Ensino Fundamental II (3 a 5 anos)

Ementa: Ensino Fundamental, com observação e intervenção 4º e 5º anos. Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docente diretamente numa escola-campo de ensino fundamental – anos iniciais (com ênfase nos



últimos anos). Desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização do projeto pedagógica por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Projetos e sequências didáticas integrando os diferentes componentes curriculares. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>

CUNHA, Célio da Cunha; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs). **Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. 147 p.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos iniciais**. Secretaria de Estado de Educação. Secretarias Municipais de Educação. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 11 ed. São Paulo/SP: Libertad, 2000.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org). **Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

GADOTTI, Macir. **Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito**. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

KRAMER, Sônia. **Infância e produção cultural**. Campinas/SP: Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: fios e desafios da Pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 1996. Série, Prática Pedagógica.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e profissão docente**. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2000.

MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto/Portugal: Dom Quixote, 1992.

WEIL, Pierre. **Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summs, 1993.

Disciplina

Estágio Supervisionado VI: EJA

Ementa: Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes na escola-campo de ensino fundamental e/ou espaços não escolares de EJA, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico.

**Bibliografia Básica:**

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá – MT: Gráfica Print, 2012. (Todos os volumes).

FERREIRO, Emilia (org.). Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina. Trad. Maria Luiza Marques Abourre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LEITE, Sergio A. S. (org.) Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas- SP, Kamidi, 2003.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas/SP: Papirus, 2000.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. SP – Contexto, 2004.

Bibliografia Complementar

BICUDO, M^a Ap. Viggiani (Org). Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.

GADOTTI, Macir. Educação e Poder Introdução à Pedagogia do Conflito. 9. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas. (Trad. Alfredo Veiga Neto). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEMLE, Miriam. A tarefa da alfabetização: etapas e problemas do português, letras de hoje. Porto Alegre, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2000.

MILANESI, Irton. Avaliação da Aprendizagem Escolar. In: Revista da Faculdade de Educação. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

PERRENOUD, P. Novas Competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. Uma perspectiva histórica cultural da educação. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. 11 ed. São Paulo/SP: Libertad, 2000.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma proposta educacional que deverá estar em permanente processo de construção e reflexão contínua, buscando incorporar os avanços teórico-práticos e as demandas sociais, no sentido de atualizar e ampliar a atuação do docente, futuro(a) Pedagogo(a) em seus espaços laborais.

A estrutura teórica e metodológica tem seu arcabouço nas legislações vigentes, de acordo com às Normativas internas da UNEMAT quanto das diretrizes e leis estaduais e federais que regem a Educação Brasileira, especialmente no que se refere à formação de professores e educadores.

O Intuito é que a implementação e vivência proporcionada por este PPP do Curso de Pedagogia contribua substancialmente para uma formação sólida dos egressos circunscrita ao que preconiza as premissas que regem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Formação Inicial de Professores, e, posteriormente para sua auto- formação que se consolidará como um processo contínuo ao longo de sua trajetória profissional. Essa Base se



consolida e se entrelaça nas seguintes dimensões da formação: os conhecimentos, as práticas e o engajamento que ficam assim descritas e estabelecidas:

A) **A Dimensão do Conhecimento:** Relacionada ao domínio dos conteúdos específicos da área (teorias da educação, desenvolvimento humano, didática, políticas educacionais, diversidade, etc.).

B) **A Dimensão da Prática:** Refere-se ao saber-fazer pedagógico, ou seja, saber planejar, criar, implementar e gerir ambientes de aprendizagem inclusivos e eficazes nos diferentes contextos de atuação.

C) **A Dimensão do Engajamento:** Diz respeito ao comprometimento ético e político-social do(a) Pedagogo(a) com a aprendizagem e o bem-estar de todos os sujeitos, com a interação colaborativa com os colegas de trabalho, as famílias e a comunidade acadêmica e institucional.

É uma proposta que entende o processo formativo do(a) Pedagogo(a) baseado em princípios e experiências vivenciadas ao longo do curso e que relaciona aos componentes curriculares de ensino, a pesquisa e a extensão como basilares da formação acadêmica e humana e que objetiva contribuir integralmente com a formação de qualidade da educação e no fortalecimento da universidade junto à comunidade por meio de egressos dedicados e qualificados.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.724, de 16 de março de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021**. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.



BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB).

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB).

Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB).

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR (CES).

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas



modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE). CONSELHO PLENO (CP). **Resolução Normativa n.º 007/2021/CEE-MT**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação no Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho Estadual de Educação, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância Reconhecimento Renovação de Reconhecimento**. Brasília, DF: INEP, 2017.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUTIÉRREZ, Francisco Javier; Prado, J. F. **Fundamentos Teóricos e Prática da Educação Ambiental**. [S. l.]: PROED, 2000, p. 60.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Prática Educativa**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PIMENTA, S. G. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, set./dez. 2005.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 001/2024 – CONEPE**. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 015/2024 – CONEPE**. Dispõe sobre a criação e as atribuições do



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado. Cáceres: UNEMAT, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 029/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 030/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 100/2015 – CONEPE**. Aprova alteração na Resolução nº 028/2012-CONEPE e 029/2012-CONEPE, que dispõe sobre Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. **Resolução nº 001/2010 – CONSUNI**. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. **Resolução nº 048/2026 – CONSUNI**. Aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2015 – 2025 da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Pró-reitoria de Ensino de Graduação. **Instrução Normativa nº 003/2019 - UNEMAT**. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cáceres: UNEMAT, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2028**: relatório final. Cáceres: UNEMAT, 2023.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992

VEIGA, I. P. A. O cotidiano da aula universitária e as dimensões do Projeto Político-Pedagógico. In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papirus, 2001.



Emitido em 2025

CÓPIA DE RESOLUÇÃO Nº 243/2025 - REITORIA-ASSOC (11.01.30)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/12/2025 11:01)

TARLLEI CARDENA DOS SANTOS

Agente Universitário

REITORIA-ASSOC (11.01.30)

Matrícula: 346414001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **243**, ano: **2025**,
tipo: **CÓPIA DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **18/12/2025** e o código de verificação: **1652ae3c3c**